



Departamento
de Prospectiva
e Planeamento

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PORTUGAL NO ESPAÇO EUROPEU
ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DE
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE
APARENTE DO TRABALHO

Lisboa
2006

**Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território
e do Desenvolvimento Regional**

***Departamento de Prospectiva
e Planeamento***

Director-Geral
João Eduardo Gata

Subdirectores-Gerais
José Manuel Félix Ribeiro
Manuela Proença

FICHA TÉCNICA

Título: PORTUGAL NO ESPAÇO EUROPEU
Análise das Tendências de Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

Autores: I Parte – Graça Ponte da Silva, Susana Costa Escária
II Parte – Estela Domingos, Jorge Catarino, Sofia Reis Machado, Susana Costa Escária

Editor: Departamento de Prospectiva e Planeamento
Av. D. Carlos I, 126
1249-073 Lisboa
Fax: (351) 213935208
Telef: (351) 213935200
E-mail: dpp@dpp.pt

Capa: Concepção – PIMC
Impressão – SCARPA

Edição, Impressão e Acabamento
Núcleo de Informação e Comunicação

Distribuição: Núcleo de Informação
e Comunicação

ÍNDICE

PARTE I – Análise das Tendências de Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

Sumário Executivo	3
I. Introdução	5
II. Produtividade, Desempenho Económico e Níveis de Vida – Portugal Face à UE	9
III. As Tendências da Evolução da Produtividade em Portugal	25
III.1. Caracterização Global	25
III.2. Caracterização Sectorial	29
III.2.1. Tendências de Evolução da Produtividade nos Grandes Sectores da Actividade Económica	29
III.2.2. A Produtividade dos Serviços e da Indústria Transformadora: Contributo Sectorial para o Crescimento	40
III.2.2.1. Os Sectores dos Serviços	46
III.2.2.2. Os Sectores da Indústria Transformadora	49
IV. As Tendências da Evolução da Produtividade em Portugal Face à União Europeia	55
IV.1. Análise Global	55
IV.2. Análise Sectorial	65
IV.2.1. Os Grandes Sectores da Actividade Económica	65
IV.2.2. Uma Análise Desagregada a 16 Sectores de Actividade	94
V. Considerações Finais	125
VI. Referências	133

PARTE II – A Economia Portuguesa em 2004

1. Introdução	137
2. Padrão de Crescimento	138
3. Contas Externas	149
4. Agregados Monetários e de Crédito e Mercado de Capitais	153
5. Estabilidade Macroeconómica	154

ANEXOS

Anexo 1	165
Anexo 2	215

ÍNDICE DE GRÁFICOS

PARTE I – Análise das Tendências de Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

Gráfico 1	Evolução do PIB per capita em Portugal em paridade de poder de compra	14
Gráfico 2	Evolução do PIB em Portugal e na UE	14
Gráfico 3	Evolução Comparativa do Produto	15
Gráfico 4	Evolução do PIB e da Produtividade Aparente do Trabalho	16
Gráfico 5	Ritmo do Crescimento da Produtividade na UE	18
Gráfico 6	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho nos Países da UE	18
Gráfico 7	Evolução do PIB, Produtividade e Emprego	19
Gráfico 8	Evolução do Emprego e da Produtividade na UE	20
Gráfico 9	Decomposição da variação do PIB per capita em Portugal	26
Gráfico 10	Decomposição da variação do PIB per capita entre 1977-1986	26
Gráfico 11	Decomposição da variação do PIB per capita entre 1986-1995	26
Gráfico 12	Decomposição da variação do PIB per capita entre 1995-2001	27
Gráfico 13	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho em Portugal entre 1977 e 2001	27
Gráfico 14	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e da Intensidade Capitalística	28
Gráfico 15	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e das Remunerações Médias	29
Gráfico 16	Produtividade Aparente do Trabalho nos Grandes Sectores de Actividade	30
Gráfico 17	Comparação dos Níveis e das Taxas de Crescimento da Produtividade Aparente do Trabalho nos Grandes Sectores de Actividade	32
Gráfico 18	Contributos Médios Anuais para o Crescimento da Produtividade	33
Gráfico 19	Decomposição dos Contributos Médios Anuais para o Crescimento da Produtividade	35
Gráfico 20	Evolução de Níveis Simulados de Produtividade	36
Gráfico 21	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho, VAB e Emprego	38
Gráfico 22	Contributo Médio Anual para o Crescimento do VAB e do Emprego	39
Gráfico 23	Comparação do Crescimento Médio Anual Real da Produtividade Aparente do Trabalho entre subperíodos	41
Gráfico 24	Contributo Médio Anual dos Sectores para o Crescimento da Produtividade dos Serviços	46
Gráfico 25	Serviços Comunitários, Sociais e Pessoais – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	47
Gráfico 26	Actividades Financeiras, Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	48

Gráfico 27	Transportes, Armazenagem e Comunicações – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	48
Gráfico 28	Comércio, Restaurantes e Hotéis – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	49
Gráfico 29	Contributo Médio Anual dos Sectores para o Crescimento da Produtividade da Indústria Transformadora	50
Gráfico 30	Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	50
Gráfico 31	Alimentares, Bebidas e Tabaco – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	51
Gráfico 32	Máquinas e Equipamento – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	51
Gráfico 33	Equipamento de Transporte – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	52
Gráfico 34	Outros Produtos Minerais Não Metálicos – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	52
Gráfico 35	Madeira, Cortiça, Mobiliário e Indústrias não Especificadas – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	52
Gráfico 36	Química, Borracha e Matérias Plásticas – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	53
Gráfico 37	Pasta, Papel, Edição e Impressão – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	53
Gráfico 38	Metalúrgicas de Base e Fabricação de Produtos Metálicos – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho	54
Gráfico 39	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho na UE14	55
Gráfico 40	Produtividade do Trabalho e dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida	57
Gráfico 41	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e das suas Componentes em Países da UE14 e Países do Alargamento	59
Gráfico 42	Níveis Simulados da Produtividade Aparente do Trabalho	61
Gráfico 43	A Produtividade Sectorial Relativa na UE e em Portugal	65
Gráfico 44	Evolução dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida na UE14 e em Portugal	65
Gráfico 45	Produtividade Aparente do Trabalho e dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida – Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	67
Gráfico 46	Produtividade Aparente do Trabalho e dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida – Indústria	68
Gráfico 47	Produtividade Aparente do Trabalho e dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida – Serviços	69
Gráfico 48	Produtividade Aparente do Trabalho e dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida – Energia	70
Gráfico 49	Produtividade Aparente do Trabalho e dos Custos de Trabalho por Unidade Produzida – Construção	71
Gráfico 50	Níveis Simulados de Produtividade Aparente do Trabalho para Portugal	73
Gráfico 51	Níveis Simulados de Produtividade Aparente do Trabalho para a Grécia, Espanha e França	73
Gráfico 52	Níveis Simulados de Produtividade Aparente do Trabalho para a Dinamarca, Suécia e Finlândia	74

Gráfico 53	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego – Portugal	75
Gráfico 54	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego – Espanha e Grécia	76
Gráfico 55	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego – Suécia e Finlândia	77
Gráfico 56	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego – Dinamarca e França	78
Gráfico 57	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – Portugal	97
Gráfico 58	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – Portugal	99
Gráfico 59	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – Espanha	103
Gráfico 60	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – Espanha	104
Gráfico 61	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – Grécia	107
Gráfico 62	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – Grécia	108
Gráfico 63	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – França	111
Gráfico 64	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – França	112
Gráfico 65	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – Finlândia	115
Gráfico 66	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – Finlândia	116
Gráfico 67	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – Hungria	119
Gráfico 68	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – Hungria	120
Gráfico 69	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego na Indústria – Polónia	123
Gráfico 70	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho e do Peso Relativo do Emprego nos Serviços – Polónia	124

PARTE II – A Economia Portuguesa em 2004

Gráfico 1	Taxa de Utilização da Capacidade Produtiva	139
Gráfico 2	Principais Componentes da Procura – Evolução em volume	144
Gráfico 3	Contributo para o Saldo da Balança Corrente	147
Gráfico 4	Indicadores de Evolução de Abertura ao Exterior	148
Gráfico 5	Comércio Internacional	149
Gráfico 6	Quotas de Mercado e Taxas de Penetração das Importações	150

Gráfico 7	Importações Portuguesas por Países de Origem	152
Gráfico 8	Índice de Preços no Consumidor	154
Gráfico 9	Preço do Petróleo Brent	155
Gráfico 10	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	155
Gráfico 11	Saldos das Administrações Públicas	156
Gráfico 12	Despesas e Receitas das Administrações Públicas	158
Gráfico 13	Número de Subscritores da CGA	158
Gráfico 14	Dívida Bruta das Administrações Públicas	159
Gráfico 15	Operações de Privatização	160

ÍNDICE DE QUADROS

PARTE I – Análise das Tendências de Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

Quadro 1	Caracterização Macroeconómica 1991-2002 – UE 15	10
Quadro 2	Caracterização Macroeconómica 1991-2002 – Novos Estados Membros	12
Quadro 3	Contributo de cada Estado-Membro para o Crescimento da Produtividade da União Europeia	21
Quadro 4	Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho por Grandes Sectores de Actividade	30
Quadro 5	Evolução da Estrutura do VAB e do Emprego	39
Quadro 6	Evolução das Produtividades Sectoriais Relativas	40
Quadro 7	Evolução da Estrutura do VAB e do Emprego nos Serviços	46
Quadro 8	Contributo Médio Anual dos Sectores para o Crescimento da Produtividade dos Serviços (%)	47
Quadro 9	Evolução da Estrutura do VAB e do Emprego na Indústria Transformadora	49
Quadro 10	Contributo Médio Anual dos Sectores para o Crescimento da Produtividade da Indústria Transformadora (%)	50
Quadro 11	Produtividade Aparente do Trabalho e Custos de Trabalho por Unidade produzida – Comparação com a média comunitária	56
Quadro 12	Níveis Simulados da Produtividade Aparente do Trabalho	72
Quadro 13	Repartição Sectorial do VAB	80
Quadro 14	Repartição Sectorial do Emprego	81
Quadro 15	Crescimento Nominal da Produtividade Aparente do Trabalho da União Europeia	82
Quadro 16	Níveis de Produtividade e dos CTUP Sectoriais de Portugal face aos da União Europeia	94
Quadro 17	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos de Portugal face aos da União Europeia	96
Quadro 18	Níveis de Produtividade e dos CTUP sectoriais de Espanha face aos da União Europeia	101
Quadro 19	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos de Espanha face aos da União Europeia	102
Quadro 20	Níveis de Produtividade e dos CTUP Sctoriais da Grécia face aos da União Europeia	105

Quadro 21	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos da Grécia face aos da União Europeia	106
Quadro 22	Níveis de Produtividade e dos CTUP Sectoriais de França face aos da União Europeia	109
Quadro 23	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos de França face aos da União Europeia	110
Quadro 24	Níveis de Podutividade e dos CTUP Sctoriais da Finlândia face aos da União Europeia	113
Quadro 25	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos da Finlândia face aos da União Europeia	114
Quadro 26	Níveis de Produtividade e dos CTUP Sctoriais da Hungria face aos da União Europeia	117
Quadro 27	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos da Hungria face aos da União Europeia	118
Quadro 28	Níveis de Produtividade e dos CTUP Sectoriais da Polónia face aos da União Europeia	121
Quadro 29	Evolução comparada da Produtividade e dos CTUP Sectoriais relativos da Polónia face aos da União Europeia	122

PARTE II – A Economia Portuguesa em 2004

Quadro 1	Indicadores do Produto por Sectores de Actividade	139
Quadro 2	Vantagens Comparativas Reveladas 1 – Posição de Mercado	140
Quadro 3	Exportações por Níveis de Intensidade Tecnológica	140
Quadro 4	Indicadores de Evolução da Actividade no Sector da Construção	141
Quadro 5	Indicadores do Produto por Sectores de Actividade	141
Quadro 6	Contributos para o Crescimento do VAB dos Serviços	142
Quadro 7	Evolução da Balança de Serviços excluindo Viagens e Turismo	142
Quadro 8	Contribuição das Componentes da Procura para a Variação do PIB em Volume	143
Quadro 9	Evolução da Despesa Final	144
Quadro 10	Indicadores de Evolução do Consumo Privado	145
Quadro 11	Indicadores de Evolução do Investimento	146
Quadro 12	Indicadores de Evolução das Exportações	147
Quadro 13	Exportações de Serviços excluindo Viagens e Turismo	148
Quadro 14	Indicadores de Evolução das Importações	149
Quadro 15	Peso dos Principais Países de Destino no Total das Exportações Portuguesas	151
Quadro 16	Balança Corrente e Balança de Capital	152
Quadro 17	Balança Financeira	153
Quadro 18	Agregados Monetários e de Crédito	154
Quadro 19	Índice de Preços no Consumidor	154
Quadro 20	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	156
Quadro 21	Contas das Administrações Públicas	157
Quadro 22	Dívida Bruta das Administrações Públicas	159
Quadro 23	Operações de Privatização	159
Quadro 24	Receitas de Privatização por Empresas	160

ANEXOS

ANEXO 1

A1.1.	Desagregação Sectorial segundo o SEC 79	165
A1.2.	Desagregação Sectorial segundo o SEC 95	166
A1.3.	Desagregação Sectorial – Contas Nacionais	167
A1.4.	Desagregação Sectorial – Comparação Internacional	168
A1.5.	Desagregação Sectorial da Indústria por Níveis de Intensidade Tecnológica	169
A1.6.	Designação dos Sectores de Actividade de acordo Com STAN – OCDE-ISIC REV.3	170
A1.7.	Método de Cálculo E Decomposição dos Contributos Sectoriais para o Crescimento da Produtividade	172
A1.8.	Portugal – Taxa de Variação do VAB (Preços de 95)	174
A1.9.	Portugal – Estrutura Sectorial do VAB	177
A1.10.	Portugal – Taxa de Variação do Emprego	180
A1.11.	Portugal – Estrutura Sectorial do Emprego	183
A1.12.	Portugal – Produtividade Sectorial Relativa	186
A1.13.	Portugal – Taxa de Variação da Produtividade Aparente do Trabalho (Preços de 95)	189
A1.14.	Portugal – Contributos Sectoriais para a Variação Anual da Produtividade	192
A1.15.	Decomposição dos Contributos Sectoriais para a Variação da Produtividade	193
A1.16.	Estrutura Sectorial do Emprego	194
A1.17.	Estrutura Sectorial do VAB	199
A1.18.	Produtividades Sectoriais (UE=100)	204
A1.19.	CTUP Sectoriais (UE=100)	208

ANEXO 2

A2.1.	Economia Internacional – Principais Indicadores	215
A2.2.	Economia Portuguesa – Principais Indicadores Macroeconómicos	217
A2.3.	Despesa Interna	219
A2.4.	Formação Bruta de Capital Fixo por Sectores Institucionais	220
A2.5.	Formação Bruta de Capital Fixo por Tipo de Produto	221
A2.6.	Poupança Bruta	222
A2.7.	Produto Interno Bruto	223
A2.8.	Produção, Valor Acrescentado Bruto e Rendimento Agrícola	224

A2.9.	Caracterização da Actividade das Telecomunicações	225
A2.10.	Caracterização do Sector Bancário	226
A2.11.	Caracterização da Actividade dos Seguros	227
A2.12.	Comércio Internacional por Grupos de Produtos	228
A2.13.	Estrutura das Exportações e das Quotas de Mercado Portuguesas por Fileiras	229
A2.14.	Vantagens Comparativas e Posições de Mercado por Fileiras	230
A2.15.	Estrutura do Comércio Internacional por Regiões e Principais Países	231
A2.16.	Evolução da Balança Comercial	232
A2.17.	Balança de Pagamentos	233
A2.18.	Posição de Investimento Internacional	234
A2.19.	Índice de Preços no Consumidor	235
A2.20	Repartição do Rendimento Nacional	236
A2.21	Rendimento Disponível dos Particulares	237
A2.22	População Total, Activa, Inactiva, Empregada e Desempregada	238
A2.23	Emprego por Sectores de Actividade	239
A2.24	Caracterização do Emprego	240
A2.25	Caracterização do Desemprego	241
A2.26	Subsídio de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego	242
A2.27	Contas Consolidadas das Administrações Públicas e Dívida Pública	243
A2.28	Despesas Correntes da Segurança Social e Receitas, Despesas e Utentes da Caixa Geral de Aposentações	244
A2.29	Privatizações	245
A2.30	Fluxos Financeiros com a União Europeia	246
A2.31	Agregados Monetários e de Crédito	247
A2.32	Taxas de Juro	248
A2.33	Mercados de Capitais	249

PARTE I

ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO

SUMÁRIO EXECUTIVO

No quadro dos trabalhos desenvolvidos na Divisão de Especialização Competitividade e Ambiente relativamente à análise da dinâmica da estrutura produtiva portuguesa, o presente documento pretende abordar os principais aspectos caracterizadores e tendências de evolução da produtividade aparente do trabalho em Portugal.

O trabalho tem como bases estatísticas: as Contas Nacionais do INE, para uma análise das tendências de evolução da produtividade em Portugal entre 1977 e 2001; a base de dados STAN da OCDE para a análise da evolução da produtividade em Portugal face à União Europeia (1991-2000).

Num capítulo prévio recorre-se à informação contida na base estatística NewCronos do Eurostat que foi utilizada para alguns cálculos auxiliares, assim como para um capítulo de enquadramento e caracterização geral, onde um conjunto de variáveis é analisado na perspectiva da relação entre crescimento económico, produtividade e bem-estar.

Considerada como o principal factor explicativo do crescimento do rendimento real per capita a longo prazo, a evolução da produtividade está na base da melhoria sustentada dos padrões de vida das populações. Assim, as evoluções no consumo, emprego, educação, lazer, saúde, protecção ambiental, equidade na distribuição do rendimento, por exemplo, devem ser equacionadas tendo em conta a maior ou menor sustentabilidade dos progressos verificados.

Este trabalho foi desenvolvido considerando-se que a maior prosperidade económica e social que se tem verificado na economia portuguesa terá que ter por base essa sustentabilidade. Só através de melhores níveis competitivos e eficiência na utilização dos recursos será possível suportar uma

maior prosperidade económica. A ideia de sustentabilidade estará na base de uma economia que, através de melhores níveis competitivos e eficiência na utilização dos recursos, suporte maior prosperidade económica no quadro de elevados níveis de protecção ambiental, sanitária e social.

Neste quadro, o crescimento da produtividade surge como principal factor que sustenta a elevação do padrão de vida, traduzido no crescimento do PIB per capita. Em Portugal, o comportamento da produtividade do trabalho explica boa parte do diferencial de PIB per capita face à UE. Apesar de desfavorável no contexto europeu, a situação actual reflecte já um progresso significativo, associado ao processo de integração europeia. Apesar de condicionada pelo comportamento cíclico da economia, a evolução da produtividade portuguesa foi globalmente positiva mas, manifestamente insuficiente para suportar de forma sustentada o crescimento do padrão de vida.

A consideração da produtividade enquanto factor fulcral na promoção da competitividade externa justifica uma análise em que o termo de referência é a economia europeia, tomada globalmente ou salientando alguns países seleccionados. Assim, após analisar o padrão global e sectorial do crescimento da produtividade portuguesa com base nas Contas Nacionais, a análise efectuada a partir dos dados da base STAN da OCDE, no período 1991-2000, confirma um crescimento da produtividade a um ritmo superior ao da média comunitária, mantendo-se, todavia na última posição na UE15.

Na primeira metade da década, na União Europeia, os ganhos de produtividade estiveram associados a um ajustamento do nível de emprego. Na segunda metade da década, ao acelerar do crescimento

correspondeu alguma criação de emprego, tendo-se registado um abrandamento acentuado da evolução da produtividade. Em Portugal, este padrão reproduz-se parcialmente, embora o ajustamento do emprego seja muito mais mitigado, facto que se reflecte na evolução da produtividade do trabalho.

Num período mais alargado, de 1977 a 2001, a decomposição do crescimento do PIB per capita permite concluir que a variação produtividade tem sido o principal factor explicativo dessa evolução. O seu impacto no crescimento do PIB per capita foi sempre superior ao do conjunto das outras componentes (crescimento da taxa de actividade e da taxa de emprego).

Da análise efectuada, ressalta ainda que, em termos destes grandes sectores da actividade económica, o crescimento da produtividade global da economia

portuguesa se tornou cada vez mais dependente da variação da produtividade dos “serviços”, sector que apresenta contributos mais significativos, além de tendencialmente crescentes.

O deficiente desempenho da produtividade portuguesa aparece justificado em parte por razões de ordem estrutural: de um modo geral e, nomeadamente no que se refere à indústria a estrutura produtiva revela-se relativamente desfavorável ao crescimento da produtividade, justificando a necessidade de uma inflexão na especialização nacional. Contudo, não parece ser esse o principal factor. A análise efectuada sugere como principal factor explicativo do desnível de produtividade global, um défice de eficiência nos processos produtivos, traduzida em níveis sectoriais de produtividade e competitividade externa relativamente baixos, no quadro Europeu.

I. INTRODUÇÃO

1. No quadro dos trabalhos desenvolvidos na Divisão de Especialização, Competitividade e Ambiente relativamente à análise da dinâmica da estrutura produtiva portuguesa, o presente documento pretende abordar os principais aspectos caracterizadores e tendências de evolução da produtividade aparente do trabalho em Portugal.

A produtividade, enquanto elemento fulcral na definição da competitividade das economias, está intimamente ligada ao crescimento e bem-estar. Tal objectivo, num quadro de cada vez maior mobilidade de recursos e concorrência internacional, onde a geografia económica mundial sofre mutações rápidas e profundas, só poderá ser assegurado de forma sustentável por um desempenho económico baseado numa utilização eficiente dos recursos. A produtividade de um *input* dependerá, em última análise, da maior ou menor eficiência com que é utilizado, assim como da utilização dos restantes factores produtivos. O nexó entre crescimento da produtividade e melhoria do padrão de vida das populações, mesmo que não seja óbvio no curto prazo, resultará necessariamente de um processo cumulativo no médio/longo prazo.

Se, por um lado, o crescimento da produtividade permite produzir mais com menos *inputs* (designadamente o trabalho), por outro lado, ele deverá ser o suporte de melhorias competitivas das empresas, e consequentemente das economias, indutoras de crescimento económico e geradoras potenciais de emprego.

2. A produtividade é um tema de abordagem complexa, permitindo opções analíticas muito distintas. Uma primeira opção liga-se ao tipo de definição de produtividade: neste trabalho, embora se faça uma breve referência à produtividade total

dos factores, o objecto de análise restringe-se à **produtividade aparente do trabalho**, definida como o rácio entre o VAB e o volume de emprego.

Por outro lado, foi definido à partida que o trabalho deveria traçar um retrato relativamente exaustivo da evolução da produtividade do trabalho em Portugal, em termos globais e sectoriais e tendo em conta a sua inserção na mercado europeu. Foram, deste modo, excluídas abordagens mais analíticas que privilegiassem as relações entre produtividade e uma ou mais variáveis (por exemplo, as que estão associadas à capacidade das empresas melhorarem a sua competitividade como o capital humano, estrutura empresarial, ambiente institucional, investimento estrangeiro, utilização das TIC, ligação ao sistema científico, inovação, etc.). Naturalmente que, embora elas não sejam objecto de estudo específico, o comportamento destas variáveis está subjacente a toda a análise.

3. Tendo em conta o que atrás se disse, o corpo principal do trabalho foi organizado em dois capítulos, tendo como base duas fontes de informação distintas:

- Contas Nacionais do INE (Capítulo III – Análise das tendências da evolução da produtividade em Portugal);
- Base de dados STAN da OCDE (Capítulo IV – As tendências da evolução da produtividade em Portugal face à União Europeia).

Um capítulo prévio (capítulo II), partindo da já referida relação produtividade/crescimento económico/bem-estar, e tendo como base um conjunto seleccionado de variáveis, procede a breve um **enquadramento** (caracterização geral e

evolução) da economia portuguesa entre 1991 e 2002, no contexto da UE. Nesta análise introdutória recorreu-se a informação estatística da base Newcronos do Eurostat.

4. No Capítulo III, foi possível alargar o horizonte temporal (1977-2001), recorrendo à informação das Contas Nacionais Portuguesas (INE). Este capítulo centrou-se na análise da **evolução** da produtividade aparente do trabalho em Portugal, seus principais aspectos caracterizadores, em termos globais e sectoriais.

A agregação sectorial¹ escolhida, se bem que orientada pelos propósitos da análise, foi condicionada pela necessidade de reduzir as discrepâncias e rupturas associadas à evolução do sistema de contas nacionais no período considerado:

- SEC² 79 e SEC 95;
- Bases 77, 86 e 95;
- Até 1986 os dados de emprego referem-se ao número de trabalhadores;
- A partir de 1986, utiliza-se conceito de volume de emprego/ equivalente de tempo integral.

Acresce ainda uma revisão das contas entre 1988 e 1995, que veio introduzir novos elementos de ruptura.

Simultaneamente, foi tida em conta a necessidade de aplicar um critério semelhante de agregação aos dados da Stan Database (capítulo IV).

As referidas limitações tiveram implicações metodológicas: optou-se por manter duas rupturas de série (1986 e 1995). A manutenção das referidas rupturas tem como objectivo a redução de inconsistências e definição de subperíodos homogéneos. Não sendo possível analisar o comportamento nos anos de ruptura, será, possível comparar padrões evolutivos entre períodos³.

¹ Anexo 3.

² Sistema Europeu de Contas, compatível com o das Nações Unidas.

³ Ressalva-se, contudo, a necessidade de recorrer a hipóteses de compatibilização de dados como passo intermédio para a obtenção de valores a preços de 1995. Naturalmente, os resultados são afectados pelas

5. No capítulo IV, a produtividade portuguesa é analisada no contexto da sua **integração na economia europeia**. De facto, no quadro geral de um movimento de integração e globalização reconfigurador da geografia económica mundial, a economia portuguesa foi fortemente marcada pelo processo de integração europeia, traduzido numa forte concentração do seu comércio externo. Por outro lado, um desejável percurso ascendente no quadro da especialização internacional terá que deslocar a actividade produtiva nacional para segmentos onde os nossos principais concorrentes já não se situam no espaço extra-europeu e onde os principais factores de competitividade ultrapassam largamente as diferenças de remuneração do trabalho. Um processo de plena integração europeia tem que ir muito além da já referida concentração comercial, passando por uma reconfiguração da carteira de actividades e processos produtivos, bases de um novo paradigma da competitividade da economia portuguesa, capaz de sustentar o crescimento das exportações e a geração de emprego.

Neste capítulo, a análise foi efectuada com base nos dados estatísticos da STAN Database da OCDE, agregados sectorialmente segundo um critério compatível com o definido no capítulo III para as Contas Nacionais Portuguesas⁴.

A base de dados STAN contém informação sobre um vasto conjunto de variáveis a um nível relativamente detalhado de desagregação sectorial, permitindo a comparação entre países. Esta base de dados é construída a partir de dados das contas nacionais dos diversos países, recorrendo complementarmente a outras fontes de informação para estimar informação em falta. Permite ainda a agregação segundo critérios de intensidade tecnológica definidos em tabelas da OCDE. Um problema associado à utilização desta base resulta

opções metodológicas: recurso a índices em cadeia (o que de algum modo incorpora alterações de estrutura); no caso de sobreposição de estruturas, opção pela mais recente. São diversas as questões de natureza conceptual e metodológica associadas à utilização dos agregados das contas nacionais e sua deflacionação no estudo da produtividade global e sectorial, debate que extravasa o âmbito deste trabalho.

⁴ Anexo 3.

de não se poder incluir a Irlanda, economia que é usualmente apontada como termo de referência dado o seu comportamento particularmente favorável. Face aos dados disponíveis, o horizonte da análise fixou-se no período 1991-2000 dividido em dois subperíodos. Face a algumas falhas na informação disponível, pontualmente, foi necessário fazer estimativas com recurso a fontes estatísticas adicionais. Devido à diversidade de dados apresentados pelos diferentes países, não foi possível estabelecer uma medida comum de produtividade com base nas horas trabalhadas ou nos ETI⁵. Deste modo, o conceito de produtividade adoptado (VAB por trabalhador) traduz-se numa limitação da análise.

As comparações internacionais da produtividade levantam várias questões que estão na base de amplos debates e estudos de natureza metodológica. De facto, se queremos colocar a produtividade no centro do estudo das condições competitivas de uma economia (como é o caso deste capítulo), as comparações internacionais são o elemento fulcral de análise.

A comparação internacional de níveis de produtividade requer um sistema de valorização, uma factor de conversão que exprima os diversos agregados numa “moeda” comum.

Nesse sentido, podemos agrupar as opções possíveis em três categorias:

- utilização da taxa de câmbio de mercado, sujeita a críticas fundamentalmente por depender das taxas de inflação nacionais e por poder ser demasiado volátil face medidas de política e movimentos de capital e especulativos;
- utilização das paridades de poder de compra, quadro de análise que tem vindo a ser definido, nomeadamente, no contexto do ICP⁶ das Nações Unidas. Pode ser definida como o montante de moeda nacional necessário para, no mercado nacional, adquirir os bens e serviços que no país base são adquiridos

com uma unidade da sua moeda. Trata-se de uma abordagem pela via da despesa que parte de um cabaz de bens da procura final valorizado aos preços dos diversos países. A partir desses valores é determinada a taxa de conversão das moedas nacionais. Note-se que os valores assim determinados reflectem tanto os preços dos bens produzidos internamente como os dos bens importados. Esta metodologia revela-se útil quando se comparam padrões de despesa ou níveis de rendimento. Foi este o critério escolhido para o capítulo II, cujo o objectivo central da análise era a comparação de níveis de produtividade em termos globais e dum ponto de vista do bem estar económico dos diversos países. Quando se pretendem fazer comparações internacionais de produtividade, a nível sectorial e num quadro de análise da competitividade das economias, este método coloca algumas reservas importantes. Baseia-se num cabaz de procura final quando, tendo em conta o propósito da análise, o que interessaria seria o lado da produção. Os preços deste cabaz não têm em conta os bens intermédios nem os bens exportados e, simultaneamente, incluem os preços de bens importados que entram na procura final. Por outro lado, são preços a retalho localizados no tempo, incluindo custos de transporte, margens de distribuição, impostos e subsídios. Finalmente, o facto de os preços dos serviços implícitos neste cálculo serem, por norma, substancialmente inferiores nos países menos desenvolvidos, terá como consequência uma sobrevalorização da produtividade desses países;

- um outro tipo de abordagem tem vindo a ser desenvolvido na Universidade de Groningen, no quadro do projecto ICOP⁷. Esta

⁵ Equivalente a tempo integral.

⁶ International Comparison Project.

⁷ International Comparisons of Output and Productivity. Este grupo tem desenvolvido trabalhos em cooperação com outras Universidades e Institutos de investigação. Destacam-se o Eindhoven Centre for Innovation Studies, o National Institute for Economic and Social Research em Londres, o Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales de Paris e o

metodologia define as paridades de poder de compra sectoriais (índices de valor unitário ou UVR) que têm em conta as diferenças de preços relativos para sectores específicos. A partir dos dados de quantidade e valor dos produtos contidos nos inquéritos e recenseamentos industriais dos diversos países, são calculados os valores unitários. Com base num procedimento de correspondência binária entre cada país e o país base, são calculados os UVR para cada produto seguindo-se um processo de agregação a níveis sectoriais sucessivamente menos finos. São estes UVR, ao nível de agregação escolhido, que constituem o factor de conversão para um unidade comum. Apesar das vantagens conceptuais em relação às opções anteriores, este método enferma, ainda assim, de algumas limitações importantes: dado o grau de complexidade e morosidade de cálculo dos UVR, normalmente eles são determinados para um único ano base; por outro lado, o processo de comparação binária entre países traduz-se em variações substanciais no número de correspondências, cobrindo em média 20 a 30% do *output*, levantando-se ainda problemas relativos à homogeneidade e diferenças de qualidade entre produtos e grupos de produtos. Além destas limitações e das questões associadas aos critérios de

agregação e ponderação nos cálculos dos índices, uma parte substancial das críticas refere-se ao seu carácter bilateral não transitivo. Neste sentido têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de aperfeiçoamento do método.

6. Face ao exposto, a hipótese de análise com base nos índices de paridade de poder de compra como factor de conversão foi excluída à partida, com excepção da já referida utilização no Capítulo II. Por outro lado, a metodologia dos UVR, embora atractiva, não parece estar suficientemente estabilizada para poder ser aplicada sem utilização de tempo e recursos incomportáveis no contexto deste trabalho. A utilização da taxa de câmbio face ao ECU (até 1999) e ao EURO, apesar das suas conhecidas limitações, parece corresponder ao menor dos males. As distorções implícitas estão claramente identificadas e, se necessário, a análise pode tê-las em consideração. Por outro lado, para uma parte substancial do período e das economias em análise, a criação da moeda única e, anteriormente, o funcionamento no quadro do SME, mitiga parcialmente algumas das limitações assinaladas. Finalmente, o facto de se considerarem períodos médios esbate algumas das flutuações mais ou menos erráticas (não estruturais) que se terão verificado. Naturalmente, para algumas economias as conclusões a retirar da análise terão que ser mais prudentes.

II. PRODUTIVIDADE, DESEMPENHO ECONÓMICO E NÍVEIS DE VIDA – PORTUGAL FACE À UE

7. O crescimento das economias depende de múltiplas variáveis associadas ao crescimento dos factores produtivos e da produtividade. Historicamente, o crescimento da produtividade tem desempenhado um papel fulcral, sendo que o seu maior ou menor peso relativo depende também dos estádios de desenvolvimento económico: nas economias mais desenvolvidas o papel do crescimento da produtividade tende a ser maior, face a outras economias onde a acumulação de *inputs* assume uma maior relevância.

Considerada como o principal factor explicativo do crescimento do rendimento real *per capita* a longo prazo, **a evolução da produtividade está na base da melhoria sustentada dos padrões de vida das populações**, traduzida também noutras formas de progresso social e económico. De facto, o nível de vida não pode, em rigor, ser medido apenas a partir de um indicador, fulcral mas ainda assim redutor, como o rendimento *per capita*. Se o núcleo da presente análise fosse a avaliação desse bem-estar, ele teria de ser tratado como conceito multidimensional que é, traduzido em múltiplos indicadores. Assim, as evoluções no consumo, emprego, educação, lazer, saúde, protecção ambiental, equidade na distribuição do rendimento, por exemplo, teriam de ser equacionadas tendo em conta também a maior ou menor sustentabilidade dos progressos verificados.

Acresce que **o gap de nível do PIB *per capita* em Portugal, resulta basicamente de um défice de produtividade** (e não do grau de utilização do factor trabalho como acontece noutras economias europeias face aos EUA).

Qualquer avaliação destes progressos deverá considerar o espaço em que a economia se insere. Os progressos absolutos são importantes enquanto tal. Contudo, só serão verdadeiramente avaliados se forem relativizados. No caso da economia portuguesa, para a generalidade dos critérios de avaliação, tomou-se a União Europeia como termo de referência.

Neste contexto, será plenamente justificado começar a análise do comportamento da produtividade em Portugal por um breve enquadramento que compare o comportamento da economia portuguesa com o dos seus parceiros na União Europeia, em termos muito gerais, tendo por base um conjunto de variáveis consideradas relevantes.

Esta comparação pretende fazer um retrato da situação actual, tendo em conta o comportamento verificado na última década. Assim, entre 1991 e 2002, **o aprofundamento do processo de integração continuou a reflectir-se numa aproximação do padrão de vida português ao da UE15** traduzido, designadamente, na evolução do PIB *per capita* medido em paridade de poder de compra.

Quadro 1 (continua)
Caracterização Macroeconómica 1991-2002

UE 15

	PIB					Produtividade do trabalho ^(a) UE=100			Taxa de emprego			Taxa de desemprego			Saldo global do SPA em % do PIB		
	TMAC em volume %		PIB por habitante em PPC UE=100														
	1991- 1995	1995- 2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002
UE 15	1,5	2,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	n.d.	60,1	64,3	n.d.	9,7	7,4	n.d.	-7,3 s	-1,9
Bélgica	1,5	2,1	108,1	108,5	106,5	115,6	130,4	116,8	55,8	56,1	59,9	6,2	9,6	7,2	-7,5	-4,3	0,0
Dinamarca	2,2	2,3	109,7	112,8	112,3	114,5	124,2	122,6	74,2	73,4	75,9	7,9	6,7	4,4	n.d.	-2,3	2,0
Alemanha	1,3	1,4	109,2	107,8	99,6	103,1	119,3	101,4	67,7	64,6	65,3	n.d.	7,7	8,1	-2,9	-10,0	-3,5
Grécia	0,8	3,6	68,4	65,2	70,9	53,9	55,8	67,1	53,4	54,7	56,7	6,8	9,2	10,0	-11,0	-10,2	-1,5
Espanha	1,2	3,4	79,2	79,0	86,1	87,9	78,1	79,2	50,4	46,9	58,4	12,9	18,1	11,3	n.d.	-6,6	0,0
França	1,1	2,4	105,8	104,0	104,6	119,4	124,3	113,6	60,4	59,5	63,0	8,8	11,0	8,5	-2,4	-5,5	-3,1
Irlanda	5,4	8,9	77,7	89,8	125,5	93,6	94,7	136,2	51,4	54,4	65,3	14,7	12,2	4,3	n.d.	-2,1	-0,2
Itália	1,2	1,7	104,6	104,2	98,4	112,9	90,5	97,9	n.d.	51,0	55,5	8,1	10,6	8,3	-11,7 s	-7,6 s	-2,5
Luxemburgo	2,8	5,4	159,7	161,4	188,9	137,2	153,3	145,7	60,8	58,7	63,7	1,4	2,2	1,9	1,1	2,1	2,4
Holanda	2,0	2,9	107,6	108,6	111,5	98,5	105,4	99,0	62,7	64,7	74,4	5,2	6,3	2,7	-2,7	-9,1	-1,6
Áustria	1,7	2,2	114,5	114,5	111,0	95,6	108,7	99,9	n.d.	68,8	69,3	3,2	3,6	3,9	-3,0	-5,3	-0,4
Portugal	1,0	3,0	66,6	66,0	70,9	39,2	42,9	47,1	67,5	63,5	68,2	4,1	7,0	5,0	-7,6	-5,5	-2,7
Finlândia	0,5	3,8	99,6	95,5	101,8	118,0	114,4	110,7	70,3	61,6	68,1	6,7	15,7	9,2	-1,0 s	-3,9 s	4,3
Suécia	1,2	2,7	109,0	106,8	104,8	128,4	109,7	109,1	79,5	70,9	73,6	n.d.	8,7	5,0	n.d.	-6,9	0,1
Reino Unido	2,4	2,8	95,6	99,9	107,4	83,3	75,5	104,4	69,4	68,5	71,7	8,2	8,2	4,9	-3,1	-5,8	-1,3

Quadro1 (continuação)
Caracterização Macroeconómica 1991-2002
UE 15

	Consumo						Formação Bruta de Capital Fixo						Exportações						Saldo da balança de bens e serviços em % do PIB					
	TMAC em volume %		Consumo por habitante em PPC UE=100			Consumo em % do PIB			TMAC em volume %		FBCF por habitante em PPC UE=100			FBCF em % do PIB			TMAC em volume %					Exportações em % do PIB		
	1991-1995	1995-2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002	1991-1995	1995-2002	1991 ^s	1995	2002*	1991	1995	2002	1991-1995	1995-2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002
UE 15	1,1	2,3	100,0	100,0	100,0	56,4	56,1	56,9	0,0	2,8	100,0	100,0	100,0	21,9	19,8	19,4	5,3	6,2	26,2	29,6	35,1	-0,3	1,6	1,7
Bélgica	1,3	1,9	104,6	101,6	99,2	54,8	53,0	53,1	0,6	2,5	103,5	109,9	107,6	21,0	19,9	19,8	4,1	4,3	69,2	69,1	83,9	2,0	4,3	3,6
Dinamarca	2,5	1,1	93,9	98,9	91,3	48,5	49,7	46,3	3,2	6,1	95,5	106,8	118,2	19,1	18,6	20,6	1,9	6,7	37,2	35,5	44,3	5,9	4,1	5,7
Alemanha	1,4	1,3	106,9	105,2	98,8	55,4	55,3	56,6	0,8	-0,3	118,4	123,2	94,3	23,8	22,4	18,6	1,6	7,3	26,3	24,5	35,9	-0,2	0,7	4,3
Grécia	1,5	2,7	86,1	84,5	83,2	71,0	72,8	66,8	-1,3	8,1	70,4	61,7	86,3	22,5 ^e	18,6	23,9	4,3	7,0	17,4	17,6	20,9	-9,5	-7,3	-6,8
Espanha	0,7	3,4	83,7	83,3	87,1	59,6	59,1	57,5	-1,1	5,1	90,7	88,5	110,5	25,1	22,0	25,2	10,3	7,8	16,3	22,6	28,4	-3,3	-0,2	-1,5
França	0,7	1,8	102,7	100,9	99,3	55,0	54,9	54,2	-1,1	3,3	106,0	99,6	103,7	22,0	18,8	19,5	5,1	6,1	21,5	22,5	27,1	-0,5	1,4	2,1
Irlanda	3,1	6,9	77,8	80,9	95,1	56,8	51,1	43,2	5,2	10,3	60,7	79,9	141,5	17,1	17,5	22,1	14,6	14,3	57,9	76,4	93,7	5,0	11,4	18,7
Itália	0,3	2,0	106,3	107,3	103,1	57,6	58,3	59,7	-1,8	3,5	100,4	97,3	99,2	21,0	18,3	19,8	9,7	2,6	18,5	27,0	27,0	0,0	4,1	1,0
Luxemburgo	1,2	4,0	143,5	132,6	136,1	50,9	46,5	41,1	0,2	6,7	184,1	177,3	214,6	25,3	21,6	22,5	4,9	9,6	104,0	109,1	146,1	2,6	12,2	17,4
Holanda	1,3	3,2	93,7	93,0	96,1	49,4	48,5	49,2	0,9	3,0	107,3	112,3	117,7	21,9	20,3	20,7	6,2	5,5	54,7	57,5	62,6	3,9	5,9	5,1
Áustria	2,2	2,3	107,2	109,4	106,9	53,1	54,1	55,0	1,4	1,6	126,6	135,8	125,0	24,2	23,3	22,1	2,1	8,4	39,1	36,8	52,8	0,7	-0,8	2,2
Portugal	1,7	3,0	73,1	72,0	73,8	62,2	61,7	59,3	2,0	4,9	75,8	76,8	89,5	24,9	22,8	24,6	4,2	5,4	30,0	30,2	30,3	-7,2	-6,2	-7,3
Finlândia	-0,4	3,0	90,2	82,9	87,1	51,4	49,1	48,8	-6,6	5,1	111,0	81,9	98,6	24,4	16,8	19,0	12,1	8,2	22,0	36,7	38,7	-0,9	7,9	8,4
Suécia	-0,5	2,5	94,7	90,6	86,8	49,0	47,6	47,1	-2,9	3,0	103,8	86,9	89,0	20,9	16,0	16,7	8,9	6,5	27,4	39,3	44,0	1,6	6,7	6,5
Reino Unido	1,9	3,8	103,5	108,8	120,2	61,4	61,7	63,8	1,8	5,1	77,7	82,1	89,3	17,9	16,3	16,3	6,8	5,0	23,2	28,3	26,2	-1,0	-0,5	-3,0

(a) Euros, preços correntes

* Previsão

s - valor estimado pela Eurostat

Fonte: New Cronos - Eurostat

QUADRO 2 (continua)
Caracterização Macroeconómica 1991-2002
Novos Estados Membros

	PIB					Produtividade do trabalho ^(a) UE=100			Taxa de emprego			Taxa de desemprego			Saldo global do SPA em % do PIB			
	TMAC em volume %		PIB por habitante em PPC UE=100															
	1991-1995	1995-2002	1991	1995	2002*	1991	1995	2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002	
UE 15	1,5	2,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	n.d.	60,1	64,3	n.d.	9,7	7,4	n.d.	-7,3	s	-1,9
República Checa	1,9	1,6	n.d.	n.d.	61,6	n.d.	n.d.	30,4	n.d.	n.d.	65,4	n.d.	3,3	7,3	n.d.	-13,4		-6,7
Hungria	0,4	3,9	46,4	44,9	53,4	n.d.	22,3	33,2	n.d.	n.d.	56,6	n.d.	9,8	5,6	n.d.	n.d.		-9,3
Polónia	n.d.	4,0	n.d.	38,5	41,6	n.d.	16,7	27,3	n.d.	n.d.	51,5	n.d.	13,4	19,8	-9,4	-2,3		-3,9
Estónia	1,1 ⁽¹⁾	5,3	n.d.	31,2	40,1	n.d.	10,2	22,0	n.d.	n.d.	62,0	n.d.	n.d.	9,5	n.d.	-0,1		n.d.
Chipre	5,7	3,5	n.d.	75,3	76,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	68,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		-4,6
Letónia	-13,9	5,8	54,4	26,2	34,8	n.d.	7,7	n.d.	n.d.	n.d.	60,4	n.d.	n.d.	n.d.	6,4	-2,3		-2,7
Lituânia	-10,1	4,9	47,4	31,9	39,8	n.d.	n.d.	19,7	n.d.	n.d.	59,9	n.d.	n.d.	13,7	n.d.	-1,9		-1,5
Malta	5,3	3,3	n.d.	n.d.	68,8	n.d.	n.d.	59,6	n.d.	n.d.	54,6	n.d.	n.d.	8,1	n.d.	n.d.		n.d.
Eslovénia	1,6	3,9	59,9	61,9	69,5	n.d.	n.d.	48,6	n.d.	n.d.	63,4	n.d.	7,1	6,3	n.d.	n.d.		n.d.
República Eslovaca	6,4 ⁽¹⁾	3,8	n.d.	40,3	47,2	n.d.	16,7	23,7	n.d.	n.d.	56,8	n.d.	n.d.	19,5	n.d.	-0,9		-5,7

Quadro 2 (continuação)
Caracterização Macroeconómica 1991-2002
Novos Estados Membros

	Consumo						Formação Bruta de Capital Fixo						Exportações						Saldo da balança de bens e serviços em % do PIB					
	TMAC em volume %		Consumo por habitante em PPC UE=100			Consumo em % do PIB			TMAC em volume %		FBCF por habitante em PPC UE=100			FBCF em % do PIB			TMAC em volume %					Exportações em % do PIB		
	1991-1995	1995-2002	1991	1995	2002*	1991	1995	2002	1991-1995	1995-2002	1991	1995	2002*	1991	1995	2002	1991-1995	1995-2002	1991	1995	2002	1991	1995	2002
UE 15	1,1	2,3	100,0	100,0	100,0	56,4	56,1	56,9	0,0	2,8	100,0	100,0	100,0	21,9	19,8	19,4	5,3	6,2	26,2	29,6	35,1	-0,3	1,6	1,7
Rep. Checa	5,3	2,9	n.d.	n.d.	53,7	n.d.	n.d.	50,2	11,1	2,3	n.d.	n.d.	85,1	n.d.	n.d.	26,8	10,8	9,2	n.d.	n.d.	61,9	n.d.	n.d.	-2,1
Hungria	n.d.	4,1	44,3	42,2	49,2	54,2	52,8	52,4	1,7	7,9	44,3	45,5	64,1	20,9	20,1	23,4	11,6	13,7	32,8	44,6	64,0	-1,0	-0,1	-2,3
Polónia	n.d.	4,5	n.d.	40,6	47,5	n.d.	59,6	65,5	n.d.	6,6	n.d.	33,9	40,8	n.d.	17,4	19,0	n.d.	9,3	n.d.	23,7	29,7	n.d.	2,2	-3,4
Estónia	n.d.	5,5	n.d.	31,8	39,5	n.d.	57,3	60,3	n.d.	9,1	n.d.	40,7	59,0	n.d.	25,9	28,5	n.d.	9,8	n.d.	72,0	80,0	n.d.	-8,0	-9,4
Chipre	n.d.	4,9	n.d.	83,4	89,6	n.d.	62,5	67,2	n.d.	3,5	n.d.	73,4	74,1	n.d.	19,4	18,9	n.d.	2,6	n.d.	55,4	51,8	n.d.	-3,5	-7,3
Letónia	n.d.	6,0	43,9	29,0	37,5	n.d.	63,1	62,5	-10,0	17,9	15,4	20,1	47,3	n.d.	15,2	26,4	-3,9	7,9	n.d.	47,3	45,5	n.d.	-2,4	-10,6
Lituânia	n.d.	5,1	n.d.	37,1	44,0	n.d.	66,7	64,1	n.d.	9,5	48,4	34,5	41,9	n.d.	21,4	20,4	n.d.	10,1	n.d.	49,9	53,1	n.d.	-11,1	-5,6
Malta	n.d.	4,1	n.d.	n.d.	71,1	n.d.	n.d.	60,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	17,7	n.d.	n.d.	5,0	n.d.	2,5	n.d.	n.d.	82,0	n.d.	n.d.	-1,4
Eslovénia	5,7	2,6	57,1	64,5	65,0	53,7	58,3	53,2	6,5	8,8	56,2	64,4	83,2	20,6	20,6	23,2	-3,3	7,0	83,5	51,7	57,6	9,3	-1,9	1,5
Rep. Eslovaca	6,1 ⁽¹⁾	4,5	n.d.	36,6	45,5	n.d.	51,5	56,8	-1,1 ⁽¹⁾	4,8	n.d.	50,8	67,0	n.d.	25,0	27,6	6,5 ⁽¹⁾	8,4	n.d.	58,3	71,8	n.d.	2,5	-7,1

(a) Euros, preços correntes

* Previsão

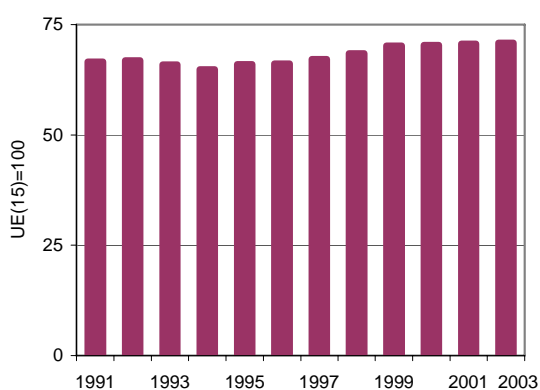
(1) 1992-1995

Fonte: New Cronos – Eurostat

Exceptuando dois anos de ligeiro decréscimo (que parecem poder ser explicadas por factores associados ao ciclo económico), **verificou-se uma convergência progressiva, passando o PIB per capita português (avaliado em paridade de poder de compra) a representar em 2002 mais de 70% do Nível da UE15 (66,6% em 1991).** Embora parcial e limitado, este indicador traduz um progresso em termos de bem estar relativo suportado por um crescimento real do PIB superior ao da União Europeia, tomada no seu conjunto. De facto, após 1995 e seguindo-se a uma fase baixa do ciclo económico, o PIB português cresceu, em volume, a uma taxa média anual 0,7 p.p. acima da UE.

Gráfico 1

EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA EM PORTUGAL (ppc)



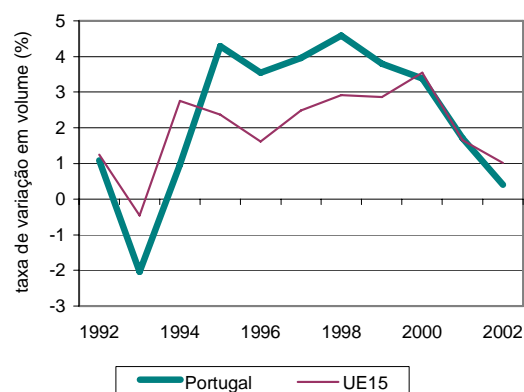
Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

Este comportamento comparativamente à média comunitária tem subjacentes evoluções distintas quando se consideram os países individualmente. De salientar a posição da Irlanda, que em 1991 era comparável à de países como Portugal, Grécia ou Espanha e que, no período considerado, se alterou radicalmente (o seu PIB *per capita* em p.p.c. correspondia a 77,7% da média comunitária, em 1991, elevando-se para 125,5% em 2002). Esta evolução correspondeu a uma fase de forte crescimento da economia irlandesa, traduzido em taxas de crescimento real do PIB de 5,4 e 8,9% nos subperíodos 1991-1995 e 1995-2002, respectivamente (1,5 e 2,3% para a UE e 1,0 e 3,0% para Portugal). Se tomarmos a Grécia, verificamos que comportamento da sua economia,

segundo esta óptica, foi ligeiramente mais favorável do que o da economia portuguesa no segundo subperíodo. Contudo, face ao fraco desempenho entre 1991 e 1995, atingiu em 2002 uma posição relativa idêntica à portuguesa.

Gráfico 2

EVOLUÇÃO DO PIB EM PORTUGAL E NA UE

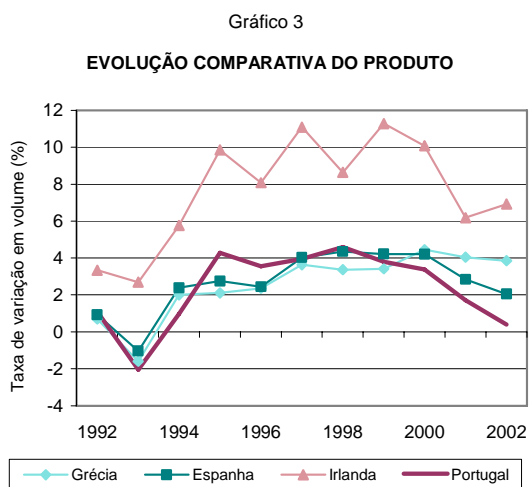


Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

A evolução macroeconómica dos Estados-membros foi condicionada pela adesão à moeda única e pelo cumprimento dos critérios de convergência. Após a recessão económica de 1993, assistiu-se a uma aceleração do crescimento económico até 2000, desacelerando novamente a partir de 2001. O processo de *catching-up*, designadamente da economia portuguesa, sofreu, assim, uma interrupção em 2000, visível no diferencial de crescimento do produto.

Entre 1991 e 2002, Portugal, comparativamente aos restantes Países da Coesão, Espanha, Grécia e Irlanda, registou um crescimento económico próximo dos da Espanha e da Grécia, embora a desaceleração verificada no fim do período tenha sido muito mais pronunciada em Portugal.

Face aos restantes países comunitários, a Irlanda destaca-se pelo ritmo acelerado do crescimento económico, especialmente no subperíodo 1995-2002 (8,9% em volume), enquanto a Grécia, Espanha e Portugal registaram um crescimento médio anual real em torno dos 3% no mesmo subperíodo (3,6%, 3,4% e 3,0%, respectivamente).



O crescimento do PIB português após 1995, superior ao da UE no seu conjunto deverá ser interpretado tendo em conta que os valores globais da União Europeia são muito influenciados pelos das grandes economias. Verificou-se que neste período a França cresceu muito ligeiramente acima da média (0,1 p.p.), e a Itália e a Alemanha, em particular, registaram crescimentos muito inferiores. A maioria das economias de menor dimensão cresceu a ritmos superiores ao português ou tinha revelado um maior dinamismo no subperíodo anterior.

O dinamismo da economia portuguesa esteve associado ao crescimento real relativamente rápido do consumo privado, em particular no segundo subperíodo, com taxas máximas de variação em 1998 e 1999 (mais de 5%). **Este andamento, sempre superior ao da UE, não se traduziu, contudo, numa convergência significativa em termos de consumo *per capita* medido em paridade de poder de compra.** De facto, entre 1991 e 2002 verificaram-se flutuações significativas deste indicador que, no fim do período, assumia valores apenas marginalmente superiores aos do início da década de 90 (73,8% da média da UE em 2002, 73,1% em 1991).

Simultaneamente, é de registar a redução do peso das despesas de consumo privado no PIB que, contudo, se mantém acima do verificado na União Europeia onde, globalmente, o indicador se manteve estável (em 1991 o consumo privado em

Portugal pesava no produto mais 5,8 p.p. do que na UE; em 2002 essa diferença é de 2,4 p.p.).

No que respeita ao investimento, variável que não nos dá directamente uma medida da evolução do bem-estar relativo mas é particularmente importante pelos seus potenciais impactos no desempenho económico, **o comportamento foi positivo, apesar de algo diferenciado nos dois subperíodos considerados.** Após 1995, a FBCF registou um crescimento mais acelerado (4,9% ao ano face a 2% no período anterior) embora, em termos médios, a diferença de ritmo relativamente à UE15 tenha sido idêntica nos dois períodos.

Se tomarmos o comportamento desagregado por países, verificamos que foi entre 1991 e 1995 que a evolução do investimento em Portugal superou claramente a da quase totalidade dos países da UE15. Será de destacar, como excepção de relevo, o caso da Irlanda, economia onde a FBCF cresceu a uma média anual de 5,2% ao ano. Aliás, este comportamento da Irlanda, claramente distanciado, acentuou-se entre 1995 e 2002, registando uma t.m.a.c. de 10,3% comparativamente ao ritmo de 2,8% da média comunitária. Este subperíodo caracterizou-se, em cerca de metade das economias europeias, por ritmos de crescimento do investimento relativamente rápidos comparativamente com Portugal.

Em termos médios, as grandes economias, com destaque para a Alemanha, determinaram um comportamento relativo menos positivo da FBCF. Globalmente, a FBCF representa em Portugal e Espanha a mais alta proporção do PIB, no conjunto dos países da UE. Note-se que, por exemplo, quando se comparam Portugal e a Irlanda verifica-se que neste país, apesar do ritmo de crescimento do investimento e do nível de FBCF *per capita*, a FBCF representava 22,1% do PIB em 2002. Em Portugal, no mesmo período, apesar da elevada taxa de investimento, o valor da FBCF por habitante (medida em paridade de poder de compra) representa apenas 89,5% da média da UE15, em 2002, comparativamente a 141,5% para a Irlanda.

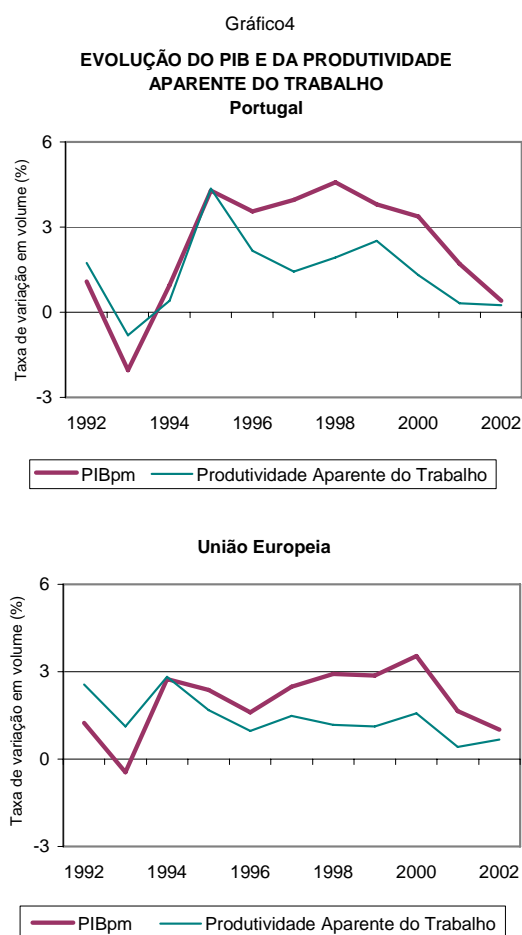
Aliás, esta comparação poderá ser estendida a outras economias. De facto, a evolução da FBCF em Portugal e a sua importância na despesa, comparativamente à média comunitária, não têm correspondência no valor da FBCF *per capita*, indicador que apresenta um dos mais baixos valores no conjunto das 15 economias da UE.

Apesar do comportamento das exportações, que registaram crescimentos reais significativamente superiores aos do produto, verificou-se uma aparente estabilidade do défice da balança de bens e serviços em relação ao PIB, com valores do indicador de -7,3% em 2002, face a -7,2% em 1991. Na segunda metade da década de 90, coincidindo com a fase de maior dinamismo da economia portuguesa, o rápido crescimento das importações teve como consequência o acentuar do desequilíbrio externo. No conjunto dos países da UE, que em 2002 apresentava um excedente de 1,7% do PIB, só o valor da Grécia se aproxima do português (-6,8%).

O crescimento insuficiente do sector exportador está patente quer num ritmo de progresso aquém do da UE15, quer na dificuldade de reforçar o respectivo peso no PIB, tendência verificada na generalidade dos Estados-Membros.

Comparando a evolução real do PIB e da produtividade em Portugal e na União Europeia, entre 1991 e 2002, regista-se, em ambos os casos, um comportamento pró-cíclico dessa variável, pese embora algum desfasamento, mais notório na segunda metade da década de 90. Nos dois subperíodos considerados, a economia portuguesa registou ritmos de crescimento muito distintos. Em 1995, e após uma fase baixa do ciclo económico, o PIB cresceu rapidamente, registando-se uma taxa

média anual de crescimento de 3% entre 1995 e 2002. Contudo, o ritmo de crescimento da produtividade foi muito semelhante nos dois subperíodos (1,4% ao ano). De facto, logo em 2000 e nos dois anos seguintes o andamento da produtividade antecipou a desaceleração da actividade económica, tendo praticamente estagnado em 2001 e 2002 (com taxa de crescimento de 0,3 e 0,2%, respectivamente). Na União Europeia, tomada globalmente, esta tendência de evolução também é patente apesar de, como seria de esperar, as variações cíclicas serem menos pronunciadas.



Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

A PRODUTIVIDADE DOS NOVOS ESTADOS-MEMBROS

A informação disponível, patente no Quadro 2, relativa aos novos Estados-Membros da União Europeia, a partir de 1 de Maio de 2004, é bastante incompleta e praticamente inexistente para alguns indicadores, para o período em análise, dificultando um quadro de análise coerente.

De acordo com os dados disponíveis, no que se refere ao crescimento do produto, a situação de Malta, Chipre e República Eslovaca distingue-se claramente da dos restantes países. O seu ritmo de crescimento foi muito elevado entre 1991 e 1995, seguido de algum abrandamento no segundo subperíodo. Contudo, manteve-se a trajectória de convergência traduzida em t.m.a.c. claramente superiores à média da UE15.

Relativamente aos restantes países, na generalidade, o processo de *catching-up* começou a emergir a partir da segunda metade da década de 90, com excepção da República Checa que, tendo crescido acima da média da União entre 1991 e 1995, se afastou posteriormente dessa trajectória de convergência.

O PIB *per capita* do conjunto dos Novos Estados-membros, em 2002, era de 47,3% da média da UE15; apenas o Chipre ultrapassou o valor obtido para Portugal em 2002.

De salientar a forte dependência dos mercados externos, traduzida no peso das exportações no PIB. Simultaneamente, verifica-se, na maioria dos casos, um agravamento do saldo da balança de bens e serviços em percentagem do PIB, não obstante o comportamento positivo das exportações. Esse agravamento poderá ser explicado em boa parte pelo crescimento do Consumo mas, também terá sido induzido pela evolução da FBCF, justificada pela necessidade de reconstrução das economias face à integração plena no mercado mundial. Apesar do crescimento do consumo, o seu nível *per capita*, em p.p.c., um dos indicadores normalmente adoptados como medida do bem-estar, revela-se bastante inferior ao da média da UE. Mais uma vez são excepção Malta e Chipre, com valores bastante mais próximos da média da UE15. No caso de Chipre, o nível deste indicador é mesmo bastante superior ao registado em Portugal.

Os níveis de produtividade são fracos, salientando-se os ganhos da Malta e Eslovénia, os quais registaram, em 2002, níveis superiores aos de Portugal (59,6%, 48,6% e 47,1% da média da UE15, respectivamente). Segundo um estudo dos serviços da Comissão^{*}, estes ganhos de produtividade (3,6% de 1995 a 2000), foram obtidos à custa da redução do emprego, a uma taxa média anual de 2,1% de 1995 a 2002, já que o produto cresceu, no mesmo período a um ritmo superior ao da média da UE15.

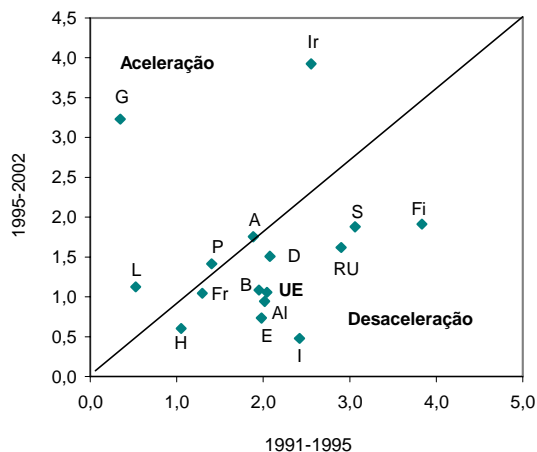
Na maioria dos países a taxa de emprego foi inferior à média comunitária (64,3% em 2002) e inferior à de Portugal (uma das mais elevadas da União Europeia, com 68,2% em 2002); as taxas de desemprego registadas foram mais elevadas do que a média da UE15 (7,4% em 2002 e 5,0% para Portugal no mesmo ano).

* European Competitiveness Report 2003 – SEC (2003) 1299, capítulo 4.

8. O comportamento da UE tem subjacente evoluções muito distintas, sendo que os valores médios são muito influenciados pelas grandes economias da zona. Deste modo, tomando como referência os períodos 1991-1995 e 1995-2002, verificou-se um claro abrandamento da evolução da produtividade na UE15, praticamente coincidindo com o comportamento da economia alemã, por sua vez condicionado pelo processo de reunificação.

Gráfico 5

RITMO DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE NA UE



* taxa média anual de variação em volume
 Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

Na generalidade dos países europeus verificou-se uma desaceleração da produtividade aparente do trabalho, com exceção do Luxemburgo, Grécia e Irlanda. Portugal e a Áustria não registaram variação de comportamento médio nos dois períodos. Contudo, o comportamento dos diferentes países assume significados muito distintos em função do ponto de partida e dos ritmos relativos.

No âmbito da UE15, as economias com desempenho mais favorável em termos de evolução da produtividade entre 1991 e 2002, foram a Irlanda, a Finlândia, a Suécia, a Grécia, o Reino Unido a Áustria e a Dinamarca.

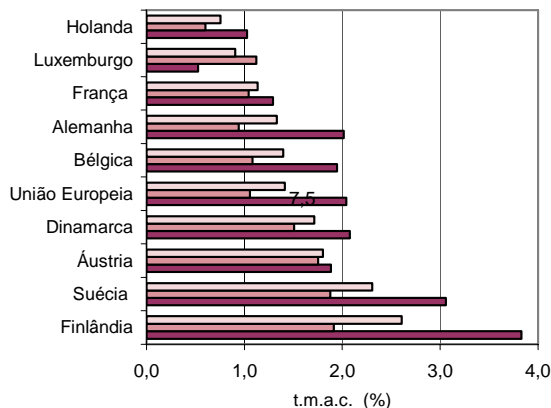
A Irlanda foi a economia que alterou mais radicalmente a sua posição relativa no conjunto dos países membros da UE. Uma taxa de crescimento da produtividade superior à média, no primeiro

período e um ainda maior dinamismo após 1995 conduziram a produtividade aparente do trabalho irlandesa de pouco mais de 90% da média comunitária em 1991, para níveis que em 2002 estavam 36% acima dessa média (nível só ultrapassado pelo Luxemburgo).

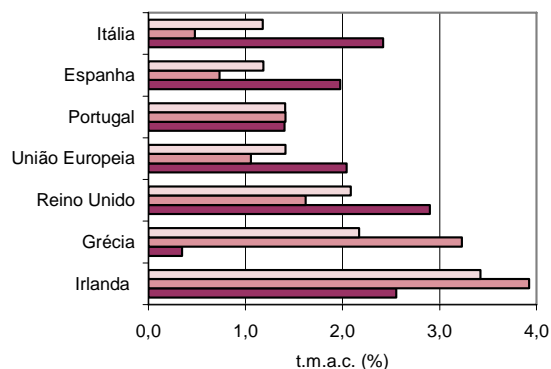
O Reino Unido, que em 1991 averbava um nível de produtividade pouco acima dos 80% da média comunitária, registou uma progressão assinalável após 1995, atingindo em 2002 um nível cerca de 4% superior ao conjunto da UE15.

Gráfico 6

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO* NOS PAÍSES DA UE



■ 1991-1995 ■ 1995-2002 □ 1991-2002



■ 1991-1995 ■ 1995-2002 □ 1991-2002

* em volume
 Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

A Grécia, economia normalmente tomada como uma das referências na comparação com Portugal, registou um comportamento muito positivo entre 1995 e 2002 após uma quase estagnação da produtividade no período anterior. Esse dinamismo

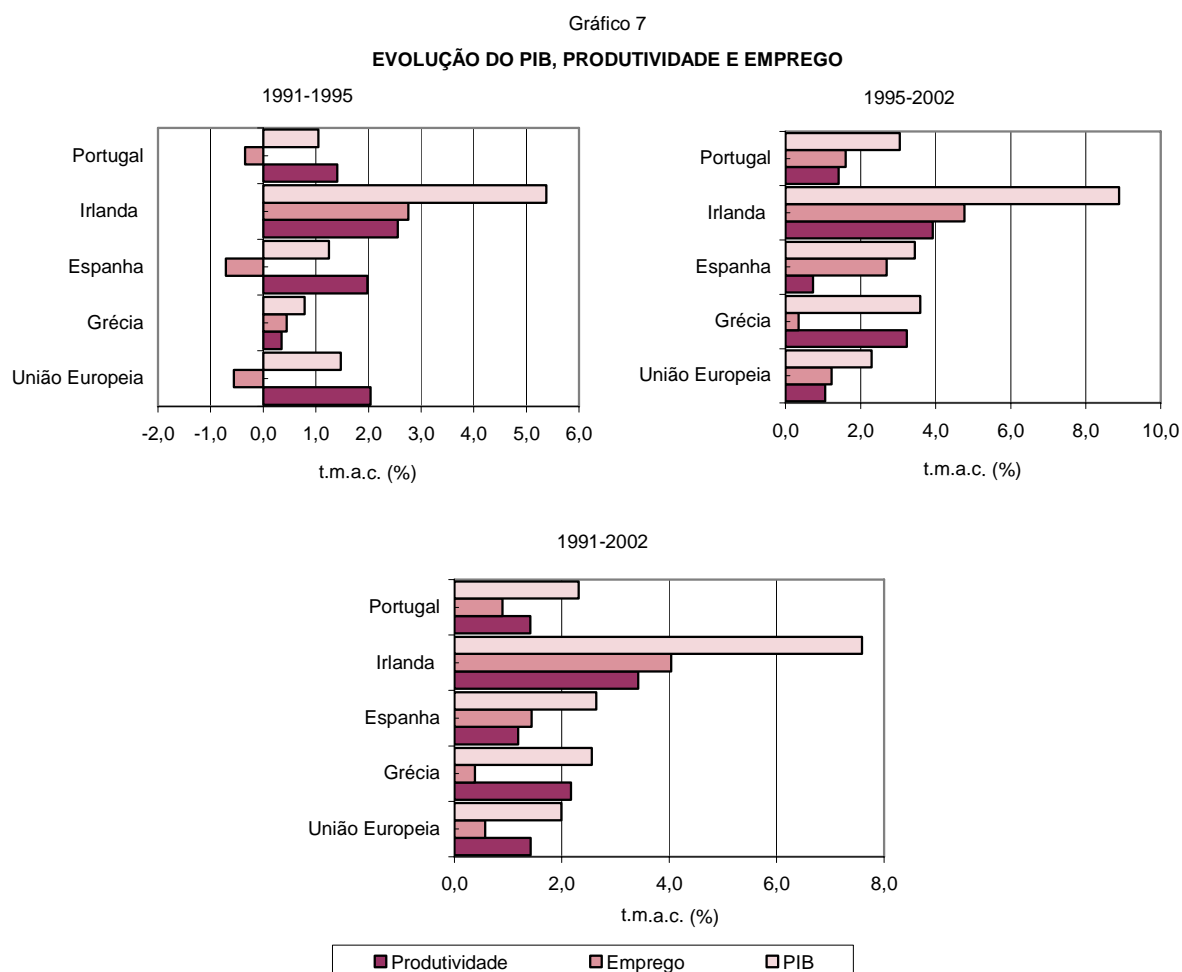
mais recente permitiu-lhe atingir níveis de cerca de 67% da produtividade comunitária. Saliente-se que a este comportamento positivo, tanto em termos de produto como de produtividade, correspondeu um comportamento aparentemente menos favorável em termos de emprego, com taxas de desemprego crescentes e superiores à média dos 15 países no fim do período.

Outro país normalmente usado como termo de comparação com Portugal, Espanha, não obstante o comportamento relativamente dinâmico da actividade económica (com o PIB a crescer 3,4% ao ano, em volume, entre 1995 e 2002, face a 2,3% na UE), apresentou um comportamento desfavorável no que se refere à produtividade que, em 2002, representava menos de 80% da média da UE (cerca de 88% em 1991).

O comportamento da produtividade aparente do trabalho em Portugal permitiu-lhe alguma melhoria (passou de cerca de 39% para cerca de 47% da média entre 1991 e 2002). **Contudo manteve, a posição relativa (com os mais baixos níveis de produtividade no conjunto da UE), aumentando mesmo a distância relativamente ao penúltimo país, a Grécia.**

9. O desempenho das economias em termos de ganhos de produtividade não poderá ser interpretado adequadamente se não for confrontado com os resultados da criação de emprego, factor essencial para um padrão de crescimento sustentado.

Analisando os dois períodos considerados, conclui-se que **os ganhos de produtividade registados na UE entre 1991 e 1995 estiveram associados a**



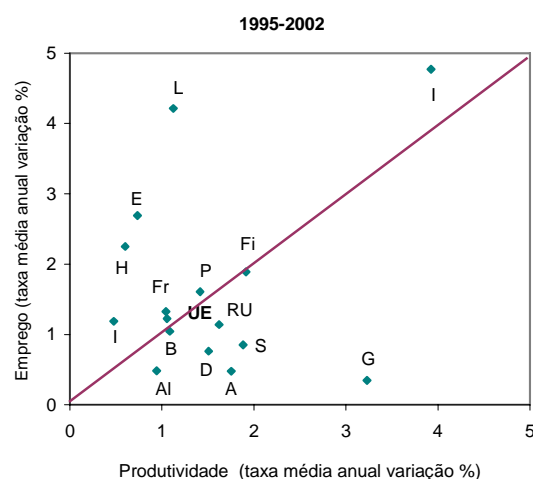
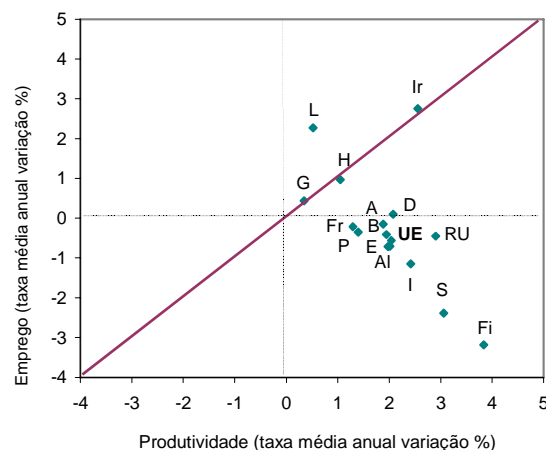
Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

um ajustamento do nível de emprego. De facto, verifica-se que a aceleração do ritmo de actividade no período 1995-2002 (de 1,5 para 2,3%) foi acompanhada por uma recuperação da criação de emprego (de -0,6 para 1,2%) e por uma evolução da produtividade simultaneamente modesta e em desaceleração (de 2 para 1,1%). **Este mesmo padrão caracteriza o comportamento da economia portuguesa, onde contudo, no primeiro período, foi menor o ajustamento do nível de emprego.** Aliás, em Portugal, a taxa de emprego⁸ situou-se sempre acima do nível médio comunitário. Simultaneamente, a taxa de desemprego, apesar das flutuações cíclicas, foi sempre bastante inferior à média da UE15. O privilégio dado ao emprego, no quadro português, estará certamente associado aos baixos níveis de produtividade nacional que, não obstante os progressos verificados, era, em 2002, menos de metade da média Europeia.

Entre 1991 e 1995, o crescimento da produtividade foi acompanhado por quebras do emprego em 10 dos 15 países comunitários, designadamente, Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Itália, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia e Reino Unido. Entre 1995 e 2002, destacam-se dois países, a Irlanda e a Finlândia, que lograram obter um crescimento elevado da produtividade e do emprego. Nos restantes países, os que apresentaram evoluções relativamente mais favoráveis da produtividade caracterizaram-se por um padrão de crescimento com fraca capacidade de geração de emprego. Saliente-se a evolução em Espanha que sofreu um forte abrandamento do ritmo de crescimento da produtividade (de 2,0% para 0,7%) acompanhado de um relativamente acentuado crescimento do emprego (-0,7% e 2,7%, respectivamente). Em Portugal, onde se manteve o ritmo de crescimento da produtividade nos dois períodos, o segundo período também se caracteriza por algum dinamismo do emprego, registando uma taxa média de variação anual de 1,6% (-0,3% entre 1991 e 1995).

⁸ Medida pelo rácio entre a população empregada e a população total (entre os 15 e os 64 anos).

Gráfico 8
EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE NA UE
1991-1995



Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

10. A evolução da produtividade comunitária resultou da contribuição diferenciada da produtividade de cada Estado-membro. O abrandamento do crescimento da produtividade da União Europeia, foi fortemente condicionado pela desaceleração verificada, designadamente, na França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Espanha, países que contribuíram, de 1995 a 2002, em 0,7 pontos percentuais para um crescimento total da UE15 de 1,1% (1,6 p.p. de 1991 a 1995 para um crescimento médio de 2,0%). No segundo subperíodo, estes países, com forte peso na economia europeia, foram os que registaram dos menores crescimentos da produtividade, como se observa no quadro 3. De destacar o comportamento da Alemanha que, apesar da sua

dimensão, viu substancialmente reduzido o seu contributo para o crescimento da produtividade da União. Entre 1991 e 1995, o contributo alemão representou cerca de um quarto do crescimento da produtividade europeia (0,54 p.p. numa t.m.a.c. de 2,0%). No segundo período, dado o comportamento desfavorável da sua produtividade, o seu contributo passa a ser quase insignificante, se tivermos em conta o peso da Alemanha na economia europeia.

Entre 1995 e 2002, os contributos mais significativos para a evolução da produtividade na UE15 couberam ao Reino Unido e à França, apesar de nesta última o comportamento da produtividade ter sido relativamente modesto.

A produtividade portuguesa – dados o seu nível muito baixo e a reduzida dimensão em termos de emprego, quando comparados com a UE – contribui relativamente pouco para o crescimento da produtividade europeia. Contudo, dado que a produtividade europeia abrandou o ritmo de crescimento de 2,0% para 1,1% ao ano, o contributo português de 0,02 p.p., aparentemente estável, traduz de facto um

crescimento significativo (justificado, particularmente, por um crescimento da produtividade portuguesa acima da média comunitária).

Quadro 3
CONTRIBUTO DA PRODUTIVIDADE DE CADA ESTADO-MEMBRO PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

	Contributo para a variação anual da produtividade da UE15		Taxa média anual de variação da produtividade (%)	
	1991-1995	1995-2002	1991-1995	1995-2002
União Europeia	2,0	1,1	2,0	1,1
Reino Unido	0,39	0,21	2,9	1,6
França	0,30	0,21	1,3	1,0
Espanha	0,12	0,15	2,0	0,7
Holanda	0,12	0,08	1,0	0,6
Irlanda	0,04	0,07	2,6	3,9
Alemanha	0,54	0,06	2,0	0,9
Itália	0,23	0,06	2,4	0,5
Suécia	0,03	0,04	3,1	1,9
Finlândia	0,02	0,04	3,8	1,9
Grécia	0,02	0,03	0,3	3,2
Bélgica	0,07	0,03	1,9	1,1
Áustria	0,06	0,03	1,9	1,8
Portugal	0,02	0,02	1,4	1,4
Dinamarca	0,06	0,02	2,1	1,5
Luxemburgo	0,01	0,01	0,5	1,1

Fonte: New Cronos - Eurostat; DPP

PRODUTIVIDADE TOTAL DE FACTORES

Em termos globais, a produtividade pode ser definida como uma medida da capacidade que as empresas, sectores ou economias têm de transformar *inputs* em *outputs*. Muito simplesmente, dado que o nível de produtividade pode ser medido como o rácio entre o *output* e um ou mais *inputs*, a medida da produtividade permite a comparação de processos produtivos em termos da eficiência com que os *inputs* são utilizados para gerar *outputs*. Os ganhos de produtividade, definidos como o aumento no rácio entre *output* e *inputs* ao longo do tempo, podem ter gerados por múltiplos factores.

Alguns desses factores estão associados à relação entre novos conhecimentos e a capacidade de produzir de uma forma mais eficiente. Nestes factores destaca-se o aumento do stock de *know-how*, pela produção de novos conhecimentos aplicáveis à actividade produtiva, i.e. o desenvolvimento da actividade de I&D, assim como pela aquisição e aproveitamento do conhecimento desenvolvido por outros. Para qualquer destas vertentes é determinante o desenvolvimento do capital humano e, conseqüentemente, o investimento em educação e formação. O investimento em capital físico também é determinante, na medida em que incorpora novo conhecimento e está na base do desenvolvimento de novas capacidades.

Outro conjunto de factores está associado a uma maior eficiência na produção, dentro dos limites do conhecimento existente. Este grupo abrange todos os que se relacionam com uma melhor organização da produção, incluindo-se aqui um conjunto de factores que estão associados a aspectos de regulação, por exemplo, políticas de concorrência, leis de trabalho, política fiscal, desenvolvimento de certas infra-estruturas.

Finalmente, um conjunto de outros factores inclui, designadamente, os que se relacionam com a alteração da especialização produtiva da economia, o desenvolvimento de economias de escala, ou variações de curto prazo do ciclo económico.

Dado que não pode ser observada directamente, a medida da produtividade coloca problemas metodológicos de várias ordens. Distinguem-se basicamente medidas de produtividade parcial e multifactorial.

As medidas parciais, avaliam a taxa de variação da produtividade como a diferença entre a taxa de crescimento do *output* e a taxa de crescimento de um *input*, no mesmo período. Está neste caso o crescimento da produtividade aparente do trabalho em Portugal, objecto de análise deste documento de trabalho.

A medida da produtividade multifactorial ou produtividade total dos factores envolve o crescimento de mais do que um *input* (tipicamente capital e trabalho). Mais uma vez, a produtividade será calculada residualmente como a diferença entre o crescimento do produto e uma média ponderada do crescimento dos factores produtivos necessários para a produção.

Numa simples formalização, baseada nas teorias neoclássicas do crescimento, parte-se de uma função de produção do tipo Cobb-Douglas que relaciona *output* (Y) com trabalho (L) e capital (K), ao longo do tempo, e onde A representa o progresso técnico:

$$Y = A L^{\alpha} K^{\beta}$$

A função de produção é caracterizada por rendimentos constantes à escala ($\alpha + \beta = 1$),

$$Y = A L^{\alpha} K^{\beta}$$

A função de produção é caracterizada por rendimentos constantes à escala ($\alpha + \beta = 1$) e progresso técnico neutral, sendo os produtores *price-takers* tanto nos mercados de *inputs* como de *output*. Se as empresas maximizam os lucros, então a elasticidade do produto em relação a cada um dos factores produtivos é igual à respectiva proporção no *output*. Assim, α e $\beta = 1 - \alpha$, (elasticidades do trabalho e do capital, respectivamente) correspondem a essas parcelas.

$$\ln Y = \ln A + \alpha \ln L + (1-\alpha) \ln K$$

$$y = ptf + \alpha e + (1-\alpha)k \quad \text{onde}$$

y representa a taxa de crescimento do produto; **e** representa a taxa de crescimento do trabalho; **k** é a taxa de crescimento do capital; **ptf** representa a taxa de variação de progresso técnico, visto que a produtividade total dos factores é determinada residualmente pela diferença entre o crescimento do *output* e as partes desse crescimento que cabem aos factores produtivos.

Rearranjando a expressão anterior, temos:

$$y - e = ptf + (1-\alpha) * (k - e)$$

(y-e) corresponde à taxa de crescimento da produtividade aparente do trabalho (diferença entre a taxa de crescimento do produto e a taxa de crescimento do factor trabalho)

(k-e) corresponde à taxa de crescimento do rácio capital trabalho e mede a velocidade da intensidade capitalística

(1-α) * (k-e) mede o efeito de substituição do capital por trabalho

Na ptf incluiu-se o impacto do investimento intangível, nomeadamente os recursos humanos, conhecimento e inovação. O crescimento da ptf é considerado um resíduo, incorporando o efeito das variações no grau de utilização dos factores, a inovação e o progresso técnico assim como factores cíclicos. Além disso, o método de cálculo do crescimento da produtividade não tem em consideração alterações na qualidade dos *inputs*: melhoria nos bens de equipamento, melhoria na formação dos recursos humanos e das qualificações e que estão incluídos na ptf.

CONTRIBUIÇÃO MÉDIA ANUAL PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE (EM VOLUME) DA INTENSIDADE CAPITALÍSTICA E DA PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FACTORES NA UNIÃO EUROPEIA DE 1990 A 2001

Países	Intensidade Capitalística		Produtividade Total dos Factores		Produtividade do Trabalho	
	1990-1995	1995-2001	1990-1995	1995-2001	1990-1995	1995-2001
UE15	1	0,4	1,1	1	2	1,3
Bélgica	0,9	0,4	0,8	1,2	1,7	1,6
Dinamarca	0,5	0,4	2	1,2	2,5	1,5
Alemanha	1	0,5	1,1	0,7	2,3	1,2
Grécia	0,6	0,8	0,1	1,9	0,7	2,7
Espanha	1,3	0,3	0,6	0,5	2	0,9
França	0,9	0,3	0,6	1,1	1,2	1,3
Irlanda	0,1	-0,1	2,6	4	2,7	3,9
Itália	0,9	0,3	1,2	0,7	2	0,9
Luxemburgo	0,8	0,4	1,9	1,6	4,9	3,4
Holanda	0,4	-0,1	1	1,1	1	1
Áustria	1	0,7	1,5	1,5	1,9	1,9
Portugal	1,1	1,1	1,3	1,8	2,3	2,9
Finlândia	1,4	-0,4	1,8	3,3	3,2	2,9
Suécia	1	0	1,7	1,9	2,8	1,9
Reino Unido	0,8	0,4	1,7	1,2	2,5	1,6
EUA	0,3	0,7	0,9	1,5	1,5	2,5
Japão	1,1	1	-0,3	0,2	0,8	1,1

Notas: Pontos percentuais

Produtividade = PIB / emprego

Preços de 1995 moeda nacional

Fonte: Serviços da Comissão, retirado do European Competitiveness Report 2001

A título exemplificativo, referenciamos as conclusões de dois estudos* desenvolvidos pela Comissão Europeia dentro deste quadro analítico. Nestes estudos salienta-se a importância da produtividade total dos factores para o crescimento da produtividade e do investimento em tecnologias da informação e comunicação (TIC).

De acordo com os resultados obtidos pelos Serviços da Comissão Europeia e divulgados na publicação “European Competitiveness Report” de 2001, Portugal está no grupo de países onde, no período de 1995 a 2001, o crescimento da intensidade capitalística (1,1 p.p.) contribuiu mais para o crescimento da produtividade, cabendo um contributo relativamente menor ao crescimento da produtividade total de factores. Esta situação é, aliás, comparável à verificada na Grécia, Espanha e Alemanha, mas distinta da que se verificou na generalidade dos países europeus (particularmente na Irlanda, Holanda, Finlândia e Suécia).

* European Competitiveness Report 2001 e 2003 – Commission of the European Communities.

III. AS TENDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE EM PORTUGAL

III.1. Caracterização Global

11. Após uma primeira caracterização da economia portuguesa no quadro da União Europeia que, dada a limitação de dados estatísticos comparáveis, se restringiu ao período 1991-2002, o presente capítulo recorre exclusivamente a dados nacionais (Contas Nacionais), cobrindo um período mais alargado (1977-2001). Neste capítulo, serão analisados os principais aspectos caracterizadores da evolução da produtividade do trabalho em Portugal, no período referido, em termos globais e sectoriais.

Não obstante o trabalho de compatibilização e agregação da informação estatística, subsistem alguns problemas de ordem metodológica traduzidos, nomeadamente, na opção por manter dois anos de ruptura estatística.

Tal como foi referido no enquadramento realizado no capítulo anterior, a análise da evolução da economia portuguesa tem subjacente a relação crescimento económico/bem estar/produtividade do trabalho. Nessa perspectiva, faz sentido uma breve referência à decomposição da variação do PIB *per capita*. De uma forma simplificada, admitimos a decomposição do PIB *per capita* a partir da identidade:

$$PIB = \frac{PIB}{Emprego} \times \frac{População\ activa}{População\ total} \times \frac{População\ empregada}{População\ activa} \times População$$

ou

$$PIB_{per\ capita} = produtividade \times taxa\ de\ actividade \times taxa\ de\ emprego$$

⁹ Esta decomposição simplificada considera a definição de produtividade como o produto por trabalhador, não fazendo a distinção entre emprego e volume de emprego. De um modo geral, neste capítulo, a análise é feita com

O crescimento do PIB *per capita* poderá, assim, ser decomposto em três parcelas:

- a) crescimento da produtividade;
- b) crescimento da taxa de actividade;
- c) crescimento da taxa de emprego.

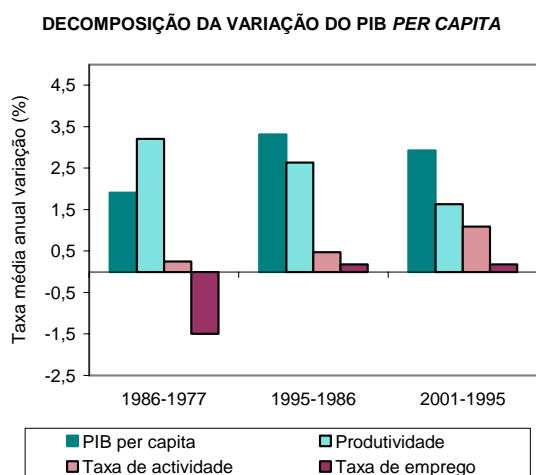
12. A aplicação deste exercício analítico a três subperíodos¹⁰ (1977-1986, 1986-1995, 1995-2001) mostra claramente que **a produtividade tem sido o principal factor explicativo do crescimento**: em qualquer dos subperíodos a variação da produtividade teve maior impacto na variação do PIB *per capita* do que a variação conjunta das restantes componentes.

O subperíodo compreendido entre 1977 e 1986 foi o único em que o crescimento do PIB *per capita* foi inferior ao crescimento da produtividade (1,9% face a 3,2%, ao ano, respectivamente). Esta evolução foi explicada, em parte, pela quebra do emprego (t.m.a.c. de 0,7%), a qual originou um decréscimo médio anual da taxa de emprego de cerca de 1,5%. Neste período, o crescimento do produto *per capita* foi, praticamente, justificado pela produtividade.

base no volume de emprego. Contudo, até 1986 o sistema de Contas Nacionais não disponibiliza essa informação. Por outro lado, a partir desse ano, a introdução da relação emprego/volume de emprego não altera significativamente a análise. Assim, neste contexto particular da decomposição do crescimento do PIB *per capita* optou-se por esta simplificação que permite uma abordagem coerente nos três subperíodos. A série da taxa de actividade apresentou rupturas em 1982, 1991 e 1997.

¹⁰ Devido a questões metodológicas, admitiram-se três subperíodos na análise, correspondentes à mudança de sistema de Contas Nacionais e à mudança de base: SEC 79 base 77 para o período 1977-1986; SEC 79 base 86 para o período 1986-1995 e SEC 95 base 95 para o período 1995-2001.

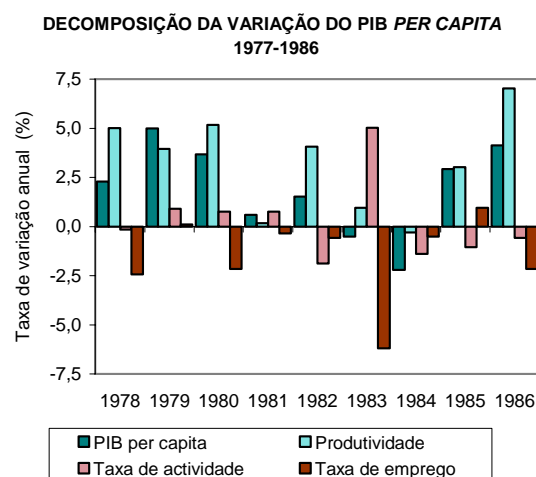
Gráfico 9



Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Uma análise anual permite distinguir alguns comportamentos diferenciados mantendo-se, contudo, as conclusões básicas: a produtividade como factor determinante do crescimento; o contributo negativo do emprego na generalidade dos anos.

Gráfico 10



Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

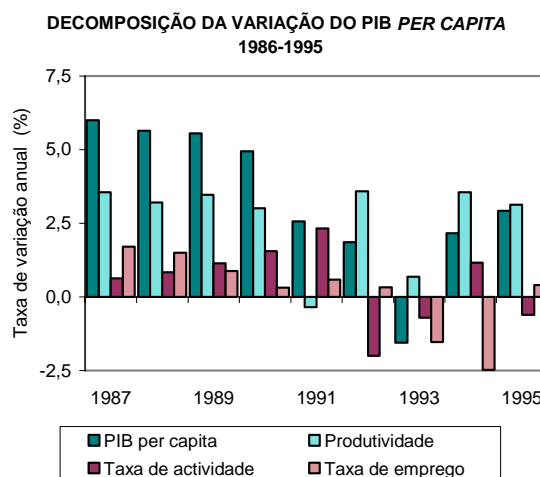
O segundo subperíodo caracteriza-se por dois factos importantes, em termos de integração Europeia: a nossa adesão em 1986; a entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1993. O quadro positivo de evolução da produtividade, atrás referido, manteve-se após 1986, nos anos que se sucederam à adesão à Comunidade Europeia, período de forte crescimento económico. Neste período, apesar de o

crescimento da produtividade justificar uma grande parte do crescimento do produto, tanto a taxa de actividade como a taxa de emprego apresentaram contributos positivos.

Os anos que decorreram entre 1987 e 1990 corresponderam a crescimentos do PIB *per capita* superiores a 5% ao ano, resultado do crescimento da produtividade acima dos 3% e de variações positivas da taxa de actividade e da taxa de emprego. Nestes quatro anos, o produto registou um crescimento anual acima dos 4,8%, o emprego manteve um crescimento acima dos 1,7%, a população activa aumentou progressivamente, atingindo 1,4% em 1990, e a população total apresentou uma ligeira quebra acima de -0,2%.

A partir de 1991 o padrão é menos regular, mantendo-se o contributo positivo da produtividade e o seu papel determinante praticamente em todos os anos, mesmo nos de abrandamento económico. Os últimos anos, 1994 e 1995, correspondem a uma fase de dinamismo económico que se prolongou para os primeiros anos do período seguinte.

Gráfico 11

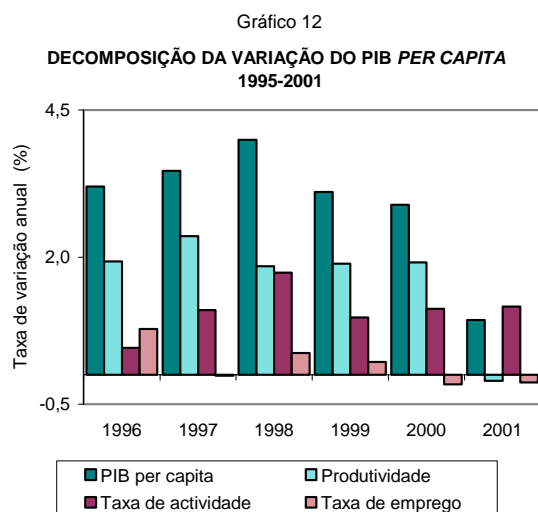


Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

O subperíodo de 1995 a 2001 caracterizou-se por uma desaceleração do PIB *per capita*, atribuível a um abrandamento do crescimento da produtividade. Na análise infra-anual distingue-se um rápido crescimento do PIB *per capita* até 1998, seguido de uma diminuição progressiva do ritmo até 2001. O crescimento médio anual do PIB *per capita* de 2,9%,

resultou de variações positivas da produtividade, da taxa de actividade e da taxa de emprego de 1,6%, 1,1% e 0,2%, respectivamente.

Em 2001, a forte desaceleração do crescimento do PIB *per capita* (0,9%, face a 2,9% em 2000) ficou a dever-se, fundamentalmente, à quebra na produtividade.



Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

13. Face à análise anterior, e não obstante as flutuações do ciclo económico e a tendência pró-cíclica da produtividade sugerida pelos indicadores analisados, parece evidente que a **evolução da produtividade foi a principal responsável pelo andamento do PIB *per capita* em Portugal**, tendo o seu nível aumentado progressivamente de 1977 para 2001.

Tendo presentes as limitações metodológicas dos dados utilizados para a análise¹¹, pode, contudo, concluir-se que o nível da produtividade aumentou, em termos médios anuais: 3,2% no período de 1977 a 1986; 2,9% entre 1986 e 1995; 1,8% entre 1995 e 2001.

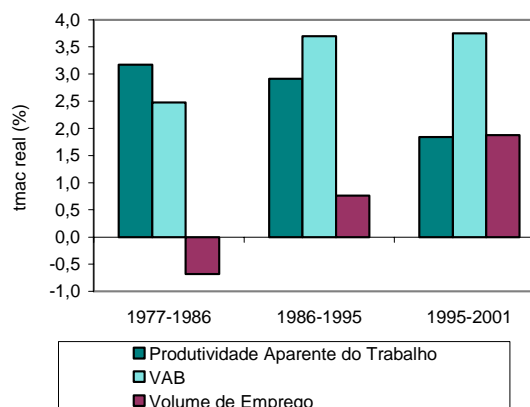
A existência de duas rupturas na série inviabiliza a comparação directa dos três períodos, sendo a

¹¹ Retoma-se aqui a definição de produtividade a partir do conceito de volume de emprego nos anos posteriores a 1986. Por esse facto, poderão surgir algumas aparentes discrepâncias entre os resultados desta análise e os que foram apresentados na decomposição da variação do PIB *per capita*.

questão particularmente pertinente em relação ao período 1977-1986. Recorde-se que, relativamente a esse período, além dos problemas comuns de compatibilização das séries de base, por motivo de ausência de informação compatível para o volume de emprego, o próprio conceito de produtividade é distinto do adoptado para os períodos seguintes. No entanto, é sempre possível tirar algumas ilações de uma análise período a período.

Parece clara uma tendência global para uma evolução positiva da produtividade, mas globalmente em desaceleração, sendo, em cada um dos períodos, claramente detectável um andamento associado ao comportamento do VAB.

Gráfico 13
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO
EM PORTUGAL ENTRE 1977 E 2001



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

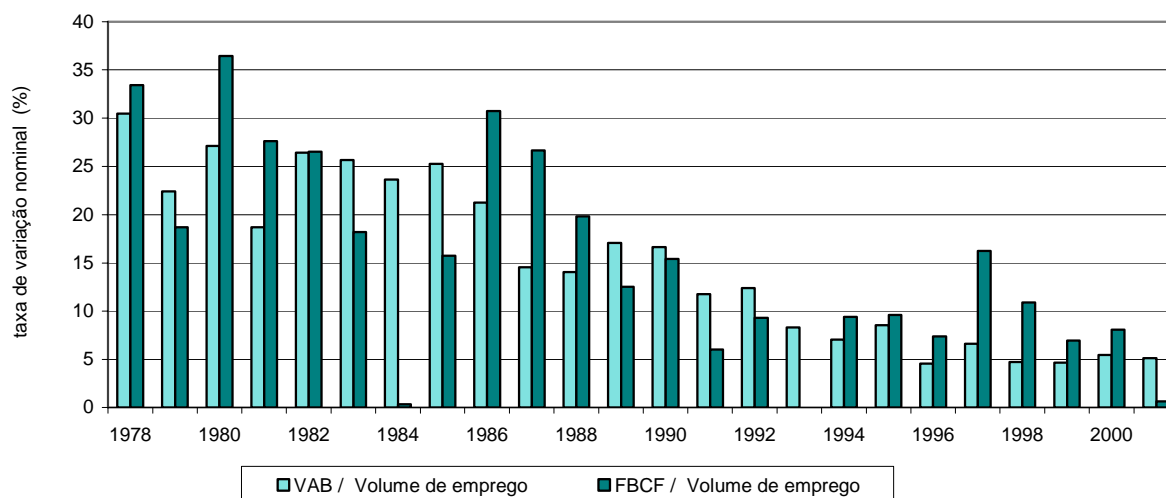
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

No subperíodo 1977-1986, a produtividade cresceu 3,2%, em termos médios anuais, tendo, na fase de abrandamento da actividade (1983 a 1986), registado um comportamento positivo, com uma taxa média anual de crescimento de 2,8%. Esta evolução da produtividade teve por base um crescimento do VAB, médio anual, de 2,5% e uma quebra do emprego, média anual de 0,7%.

No subperíodo 1986-1995, a produtividade cresceu a um ritmo inferior ao verificado no subperíodo anterior (2,9% em termos médios anuais). Todavia, nos anos de 1986 a 1989 registou o maior

Gráfico 14

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DA INTENSIDADE CAPITALÍSTICA



Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

crescimento médio anual (4,1%), sugerindo algum efeito da entrada de Portugal na União Europeia. O ritmo de crescimento diminuiu nos anos seguintes, o que, em parte, terá sido motivado pelo novo abrandamento da actividade económica (2,4% de 1989 a 1993 e 2,2% de 1993 a 1995). Neste subperíodo, até 1992, a evolução da produtividade resultou de um crescimento médio anual do VAB superior ao do volume de emprego. A partir desse ano, o volume de emprego passou a registar variações negativas, situação que se prolongou até 1995, ano a partir do qual a produtividade retomou uma trajectória de crescimento (embora a um ritmo inferior).

No subperíodo 1995-2001, o padrão de crescimento foi mais intensivo em emprego, traduzindo-se num maior abrandamento do ritmo de crescimento da produtividade (1,8% em termos médios anuais). Ao longo deste período, o abrandamento do ritmo de crescimento verificado da produtividade (1,7% em 1996; 0,8% em 2001) resultou do efeito conjugado de uma desaceleração do crescimento do VAB (3,3% em 1996; 2,6% em 2001) com o crescimento do volume de emprego (1,5% em 1996; 1,7% em 2001).

14. Naturalmente, um estudo sobre a produtividade terá que ter em atenção a evolução de outras variáveis quer do lado da oferta, quer do lado da

procura. Do lado da oferta, saliente-se a importância do investimento e dos custos salariais e, do lado da procura, as questões relacionadas com o comércio internacional.

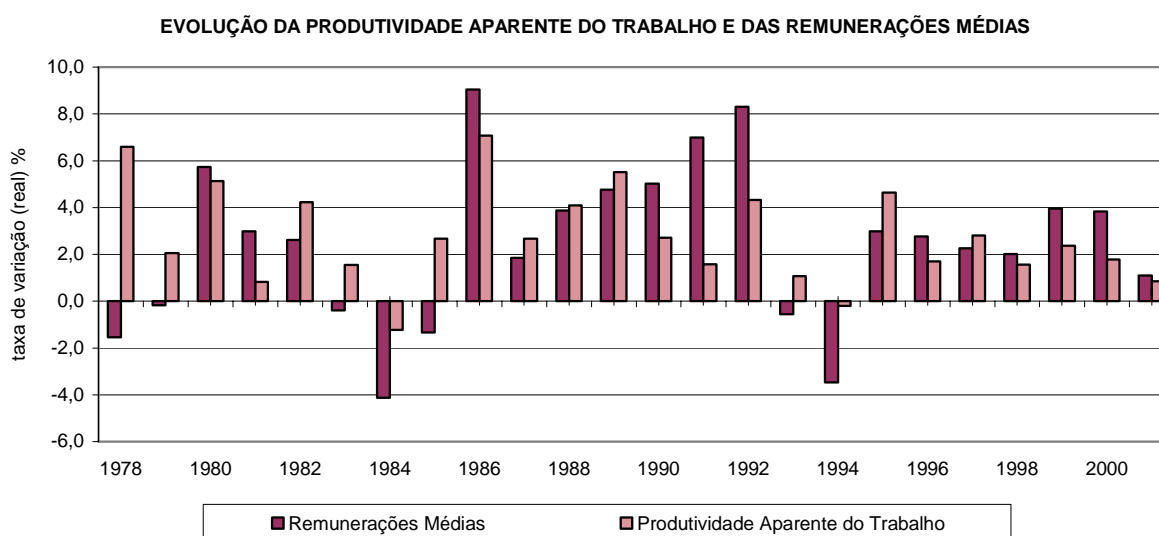
A acumulação de capital, medida pelo peso da FBCF no VAB, foi muito importante em Portugal ao longo do período que decorre entre 1977 e 2001, sempre acima dos 21%, tendo passado de um peso médio de 25,0% no primeiro subperíodo para quase 29% entre 1995 e 2001 (em termos nominais).

Confrontando a evolução da produtividade aparente do trabalho com a evolução da “intensidade capitalística”¹², verifica-se em ambos os casos uma tendência de desaceleração, particularmente acentuada no período entre 1995 e 2001, no qual o progresso da produtividade foi inferior ao crescimento do rácio FBCF/emprego.

15. A integração na União Europeia traduziu-se numa aproximação em termos de desenvolvimento económico, visível pela **convergência das remunerações e dos níveis de produtividade**. A sustentabilidade da convergência em termos de padrões de bem estar social supõe ganhos de produtividade sustentados.

¹² Como *proxy* para a intensidade capitalística utilizou-se o rácio FBCF/emprego (ou volume de emprego).

Gráfico 15



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

"Intensidade Capitalística" = FBCF / Volume de emprego*

* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB e FBCF avaliados a preços de correntes, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

As remunerações médias, em volume, aumentaram 13,9% de 1977 para 1986, 33,3% de 1986 para 1995 e 16,9% de 1995 para 2001. A análise desta evolução revela que, de facto, entre 1977 e 1986, as remunerações médias e a produtividade cresceram a taxas anuais de 1,3% e 3,2%, respectivamente, mas nos subperíodos seguintes o comportamento alterou-se (tmac de 3,2 e 2,6% das remunerações médias, face a 2,9 e 1,8% da produtividade).

III.2. Caracterização Sectorial

III.2.1. Tendências de Evolução da Produtividade nos Grandes Sectores da Actividade Económica

A caracterização global da evolução da produtividade aparente do trabalho em Portugal, com base nos dados das Contas Nacionais portuguesas, aponta no sentido da confirmação da **tendência de aproximação aos níveis de produtividade e bem-estar da União Europeia.**

Apesar das variações associadas ao ciclo económico, a produtividade registou uma clara evolução positiva em qualquer dos subperíodos considerados. Contudo, é também claramente detectável uma diminuição do seu ritmo de

crescimento. A passagem desta visão agregada para uma análise em que a actividade económica é desagregada sectorialmente poderá constituir um primeiro passo no sentido de detectar as forças subjacentes ao referido comportamento. De facto, **apesar dos evidentes progressos em termos de bem-estar social e económico que se verificaram no período considerado, coloca-se a questão da sua sustentabilidade** e da maior ou menor capacidade de a actividade produtiva nacional melhorar a sua competitividade externa. A redução do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho poderá ser, de alguma forma, explicada pelas características da especialização da economia portuguesa, traduzida em determinadas estruturas do VAB e do emprego e em diferentes comportamentos sectoriais.

Tomando uma primeira desagregação da actividade económica em cinco grandes sectores ("agricultura, silvicultura, caça e pesca", "indústria transformadora", "energia", "construção" e "serviços")¹³, verificou-se que, embora os sectores

¹³ Ver em anexo a definição de cada um dos cinco sectores aqui referidos.

denotem níveis de produtividade claramente diferenciados, a tendência para o aumento do nível da produtividade, do primeiro para o terceiro subperíodo, foi generalizada.

Quadro 4
**EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO
 POR GRANDES SECTORES DE ACTIVIDADE**
 Taxa média anual de variação (%)

	1986-1977	1995-1986	2001-1995
Agric., Silv., Caça e Pesca	8,6	3,3	1,7
Indústria Transformadora	2,8	2,4	2,8
Energia	0,1	6,7	4,7
Construção	2,8	2,7	0,2
Serviços	1,0	1,8	1,3
Total da Actividade Económica	3,2	2,9	1,8

Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
 * emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
 Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

As diferenças intersectoriais dos níveis de produtividade seriam de esperar: a cada sector correspondem processos produtivos específicos que, à partida, supõem distintas relações capital/trabalho. O grau diferenciado de intensidade capitalística de cada sector, associado, entre outros factores, a características intrínsecas aos processos produtivos, é um dos aspectos explicativos dos

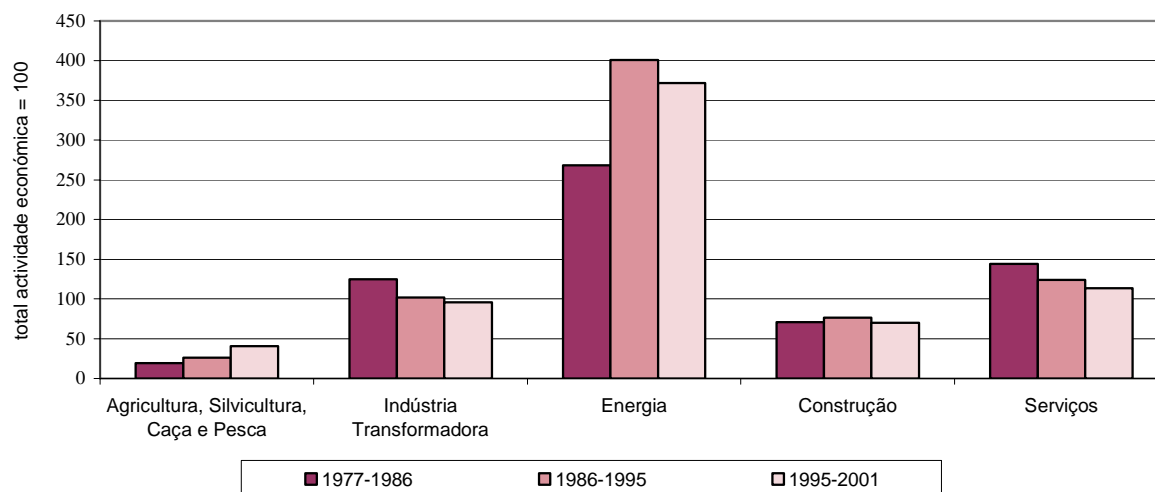
diferentes níveis sectoriais de produtividade aparente do trabalho. Embora não sejam objecto do presente estudo, deverão ser destacados outros factores, alguns de natureza qualitativa, designadamente, a estrutura, organização e gestão empresariais, a penetração do capital estrangeiro, a qualificação da mão de obra, o investimento em I-D.

As referidas diferenças intersectoriais da produtividade são patentes no Gráfico 16 onde, para os três subperíodos considerados, se comparam os níveis de produtividade do trabalho nos cinco sectores referidos, tomando como termo de referência o nível de produtividade do conjunto da actividade económica.

No horizonte temporal considerado, não se registaram alterações significativas na hierarquia destes sectores, no que se refere aos níveis de produtividade do trabalho. Deste modo, saliente-se: a “indústria transformadora”, e “serviços” com níveis de produtividade próximos ou acima da média em todos os subperíodos em análise; a “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, com o nível mais baixo de produtividade, não chegando a atingir 50% da média; a “energia” com o maior nível de produtividade, muito acima do dos “serviços” (segundo sector com maior produtividade) e a

Gráfico 16

PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO NOS GRANDES SECTORES DE ACTIVIDADE



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

“construção” com níveis de produtividade acima dos 70% da média.

Contudo, são de assinalar alguns movimentos, designadamente na “agricultura, silvicultura, caça e pesca” que, apesar de se manter como o sector de mais baixo nível de produtividade, registou uma evolução significativa: no último subperíodo a produtividade deste sector representava já cerca de 40% do valor médio anual, face a menos de 20% em 1977-86.

A “energia”, sendo um sector de características muito específicas que justificam o grande diferencial de produtividade face ao resto da actividade económica, pesa pouco na estrutura do emprego pelo que os seus elevados níveis de produtividade se reflectem marginalmente nos níveis gerais.

Uma análise comparativa do nível de produtividade sectorial e da taxa de crescimento da produtividade (em volume) de cada sector poderá revelar-se útil para uma melhor identificação dos movimentos registados.

No Gráfico 17, os sectores foram dispostos em quatro quadrantes, de acordo com a sua posição em termos de nível de produtividade e de taxa de crescimento em volume comparativamente à média:

- no quadrante I situam-se os sectores com níveis de produtividade e taxas de crescimento acima da média;
- no quadrante II localizam-se os sectores com níveis de produtividade acima da média e taxas de crescimento inferiores à média;
- no quadrante III situam-se os sectores com níveis de produtividade e taxas de crescimento abaixo da média;
- no quadrante IV localizam-se os sectores com níveis de produtividade abaixo da média e taxas de crescimento superiores à média.

De acordo com esta tipologia, é possível detectar alguns aspectos caracterizadores. Se excluirmos a “energia”, detecta-se, como padrão comum, a aproximação dos níveis de produtividade sectorial

em relação à média. No que se refere às taxas de crescimento, na “agricultura, silvicultura, caça e pesca” e na “energia” registam-se ritmos de crescimento que, considerando o conjunto dos três períodos, foram globalmente superiores à média, situando-se os outros sectores maioritariamente nos quadrantes II e III dos gráficos.

Por outro lado, apenas os sectores da “**construção**” e dos “**serviços**”, mantiveram a sua posição (III e II quadrantes, respectivamente), nos três subperíodos em análise: a “construção”, com níveis de produtividade abaixo da média, apresentou sempre taxas de crescimento inferiores ao valor médio da economia; os “serviços”, com níveis de produtividade superiores à média, revelaram, de modo persistente, ganhos de produtividade inferiores aos que se verificaram no conjunto da economia.

A “**agricultura, silvicultura, caça e pesca**” foi o único sector que, no primeiro e segundo subperíodos, apresentou taxas de crescimento superiores à média, sendo caracterizado por níveis de produtividade claramente abaixo da média (quadrante IV). Este sector caracterizou-se por grandes alterações estruturais traduzidas, designadamente, numa grande redução do seu peso no emprego, a qual foi particularmente marcada nos dois primeiros subperíodos.

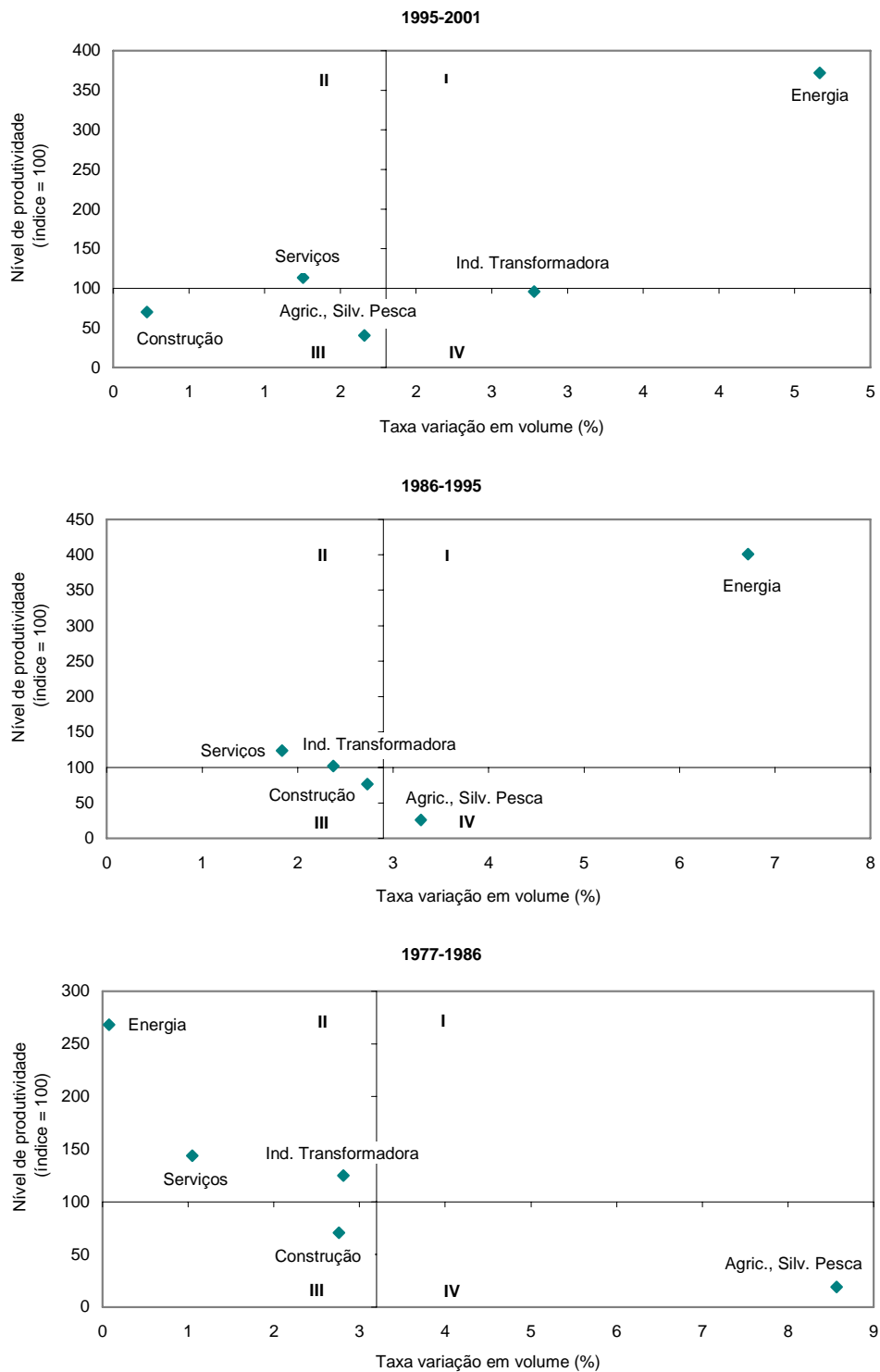
A “**indústria transformadora**”, que nos dois primeiros subperíodos registou taxas de crescimento da produtividade um pouco inferiores à média, passou, no subperíodo 1995-2001, a situar-se no quadrante IV, contudo na fronteira do quadrante I, visto que o seu nível de produtividade é muito próximo da média (95,6%).

A “**energia**”, sendo um sector com uma intensidade capitalística elevada, característica que favorece níveis de produtividade relativamente altos, aumentou o seu dinamismo a partir do subperíodo 1986-1995, passando a crescer a taxas superiores à média.

Em síntese, pode-se concluir que **o período 1977-1986 se caracterizou por um forte ajustamento**

Gráfico 17

COMPARAÇÃO DOS NÍVEIS E DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DE PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO NOS GRANDES SECTORES DE ACTIVIDADE



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

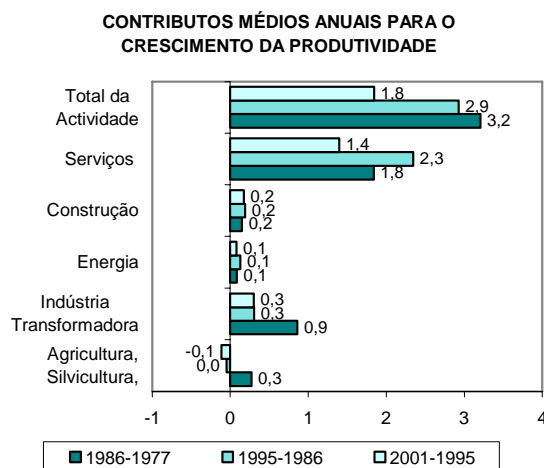
estrutural do sector da “agricultura silvicultura e pesca”, o qual se prolongou ainda na década seguinte. Por seu lado, o ajustamento na “indústria transformadora” foi mais intenso a partir da segunda metade dos anos 90.

A análise da evolução do contributo sectorial para o crescimento da produtividade global ajudará a clarificar os movimentos assinalados. Dessa análise, em termos destes grandes sectores da actividade económica, foi possível concluir que o **crescimento da produtividade global da economia portuguesa se tornou cada vez mais dependente da variação da produtividade dos “serviços”**. De facto, este é o sector que apresenta contributos mais significativos, e tendencialmente crescentes, no período em análise. Nos últimos dois subperíodos, o contributo dos “serviços” passa a representar mais de três quartos do crescimento total da produtividade do trabalho (2,3 e 1,4 p.p. num total de 2,9 e 1,8, respectivamente).

À referida evolução, corresponde também uma alteração qualitativa que poderá ser detectada se, em vez de considerarmos o contributo global do

sector para o crescimento da produtividade, analisarmos os movimentos das variáveis que o originaram. Para esse efeito, apresenta-se muito sinteticamente a fórmula que está na base do cálculo dos contributos¹⁴.

Gráfico 18



* corresponde à taxa média anual de variação
 Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego**
 a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
 Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

¹⁴ Para metodologia de cálculo dos contributos sectoriais, ver Anexo 7. No Anexo 8 inclui-se uma tabela com a decomposição dos contributos. O terceiro efeito não é considerado para efeitos desta análise, dada a sua dimensão muito marginal.

CONTRIBUTO SECTORIAL PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE

Considerando a taxa de variação da produtividade entre dois anos, 0 e 1, o contributo do sector i , C_i , define-se pela expressão:

$$C_i = \Delta\gamma_i \times \frac{P_i}{P} + \gamma_i \times \frac{\Delta P_i}{P} + \Delta\gamma_i \times \frac{\Delta P_i}{P}$$

onde:

γ_i representa o peso do emprego do sector i no emprego total no ano 0

$\Delta\gamma_i$ é a variação de γ_i entre os períodos 0 e 1

P_i e P representam a produtividade sectorial e global, respectivamente, no período 0

ΔP_i é a variação de P_i entre os períodos 0 e 1

A três parcelas em que se decompõe o contributo sectorial serão designadas por:

$\Delta\gamma_i \times \frac{P_i}{P}$ efeito estrutura; $\gamma_i \times \frac{\Delta P_i}{P}$ efeito produtividade; $\Delta\gamma_i \times \frac{\Delta P_i}{P}$ efeito combinado

A soma dos contributos sectoriais, $\sum_i C_i$, iguala a taxa de variação da produtividade.

Assim, entre 1977 e 1986, o contributo dos “serviços” para o crescimento da produtividade deveu-se fundamentalmente ao que podemos designar por efeito de estrutura: o contributo para a variação da produtividade da economia que, dada a produtividade relativa, resultaria da mera variação da estrutura de emprego durante o período. Neste subperíodo, o crescimento do peso do emprego terciário, associado a uma produtividade inicial superior à média, resultou num contributo “estrutural”¹⁵ que representa quase dois terços do contributo total deste sector. O restante terço resultou do que designamos por “efeito produtividade” (aquele que se verificaria na hipótese da estrutura do emprego permanecer inalterada,

variando apenas a produtividade). No segundo subperíodo a repartição entre estes dois efeitos foi mais equilibrada e entre 1995 e 2001 o “efeito produtividade” representou mais de metade do contributo total do sector.

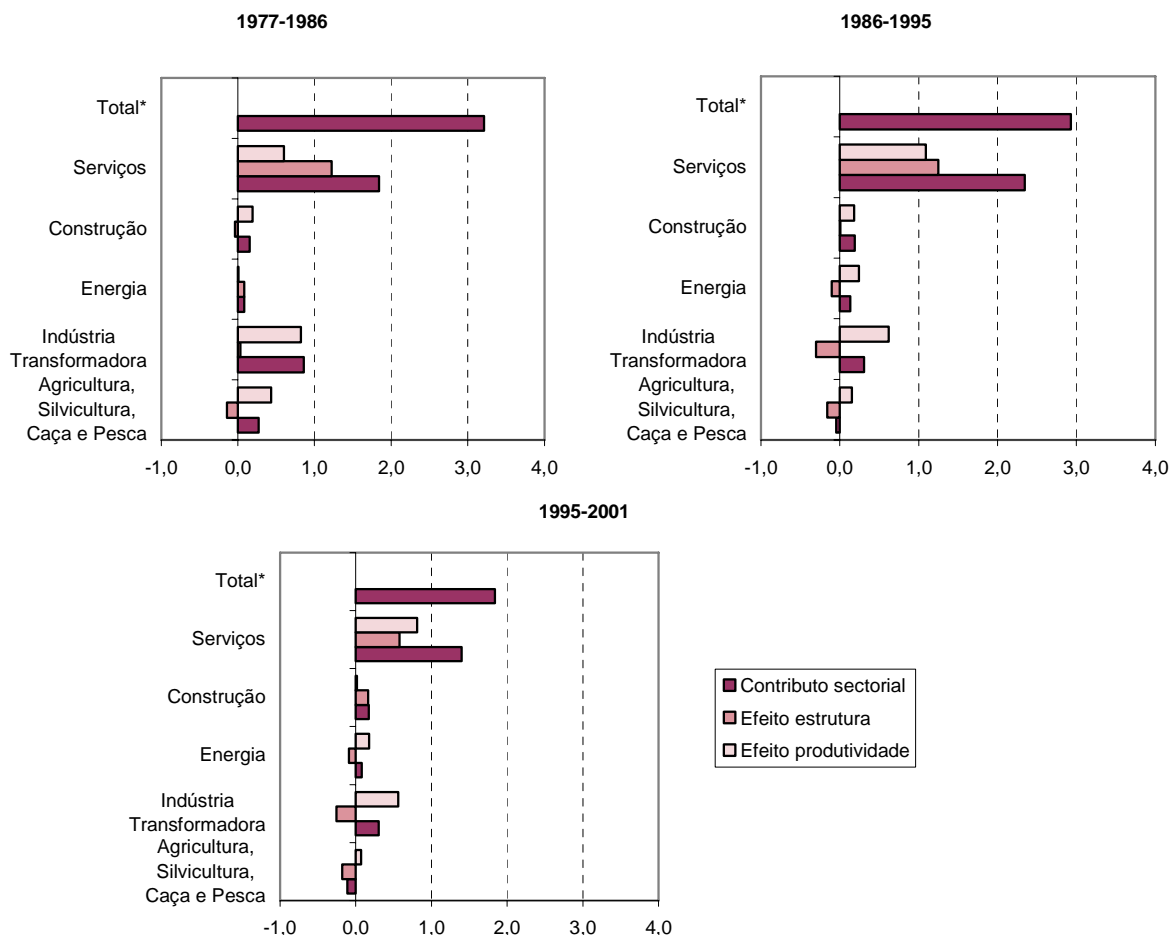
Na “indústria transformadora” a situação é distinta. Embora, tal como os serviços, tenha contribuído sempre positivamente para o crescimento da produtividade (com o segundo maior contributo), o sector perdeu influência na determinação da evolução da produtividade em Portugal, em qualquer dos subperíodos. Em 1977-1986 cerca de um quarto do crescimento da produtividade era explicado pelo contributo da indústria, proporção que passou para cerca de 10 e 16% nos períodos seguintes. No entanto, os contributos positivos da “indústria” para o crescimento da produtividade foram sempre explicados pelo “efeito produtividade”, em particular nos dois últimos subperíodos onde a redução do peso do sector no volume de emprego se traduziu em “efeitos estrutura” negativos.

O contributo da produtividade da “agricultura, silvicultura, caça e pesca” tornou-se ligeiramente negativo a partir do subperíodo 1986-1995, facto que estará relacionado com a redução do peso do

¹⁵ Para a do contributo estrutural não é determinante a estrutura média do emprego em cada período mas sim a sua evolução ao longo desse período. Para interpretar o efeito produtividade interessa considerar a evolução da produtividade sectorial face ao nível de produtividade global e não a taxa de crescimento da produtividade sectorial. Relativamente ao efeito produtividade, note-se que a sua dimensão resulta, também, da maior ou menor importância do sector na determinação do nível de produtividade. Assim, por definição, para os sectores que pesem muito na estrutura de emprego esse efeito é “ampliado”. O efeito estrutura também poderá ser significativamente ampliado ou reduzido nos casos em que se verificarem diferenciais significativos entre os níveis de produtividade sectorial e global.

Gráfico 19

DECOMPOSIÇÃO DOS CONTRIBUTOS MÉDIOS ANUAIS PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE



* corresponde à taxa média anual de variação

Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego**

** emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

emprego neste sector. Até 1986, a taxa de crescimento da produtividade na “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, sendo muito superior à média, traduz-se num “efeito produtividade” que suplanta o “efeito estrutura” negativo associado à redução do seu menor peso no emprego total. A partir de então, o “efeito produtividade” reduziu-se drasticamente, acabando por resultar num contributo sectorial negativo.

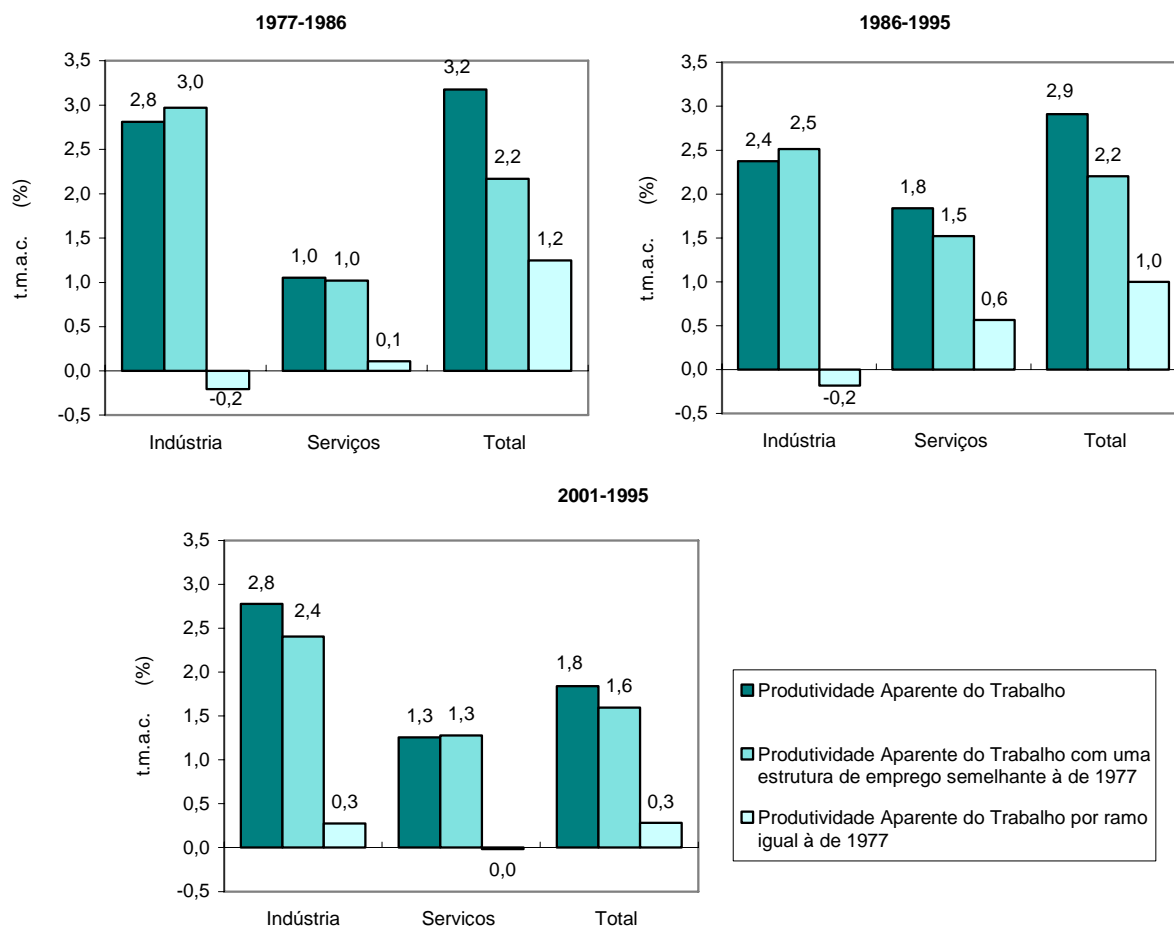
A “energia”, apesar de ser o sector com o nível mais elevado da produtividade teve um contributo muito modesto para o crescimento. O “efeito de

produtividade”, foi sempre positivo porém, relativamente baixo, se tivermos em conta as elevadas taxas de crescimento da produtividade verificadas no sector. Tal facto deve-se ao fraco peso da “energia” na determinação do nível geral da produtividade.

A relativa estabilidade verificada no contributo da “construção”, em termos absolutos, corresponde de facto a uma quase duplicação em termos relativos. De facto, no período de 1977 a 1986, o contributo deste sector correspondia apenas a menos de 5% do crescimento total; de 1995 a 2001

Gráfico 20

EVOLUÇÃO DE NÍVEIS SIMULADOS DE PRODUTIVIDADE
(taxa média anual de variação real %)



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego**

** emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

essa proporção foi superior a 9%. Todavia, entre 1995 e 2001, ao contrário do que aconteceu nos dois primeiros períodos, este contributo atribui-se na sua quase totalidade ao “efeito estrutura” com origem no comportamento do emprego.

18. Uma abordagem baseada na admissão de hipóteses sobre as estruturas de emprego e produtividades sectoriais, ajuda a uma melhor compreensão dos comportamentos e inter-relações dos níveis de produtividade sectorial e global. Uma análise possível parte da simulação dos níveis de produtividade para o conjunto da actividade económica e para os sectores “indústria” e

“serviços”¹⁶ admitindo duas hipóteses distintas para cada subperíodo: manutenção da estrutura sectorial de emprego conjugada com as variações observadas nas produtividades sectoriais; manutenção dos níveis de produtividade sectoriais

¹⁶ A aplicação da metodologia implica a utilização dos dados de produtividade e emprego ao nível mais desagregado: 16 sectores dos quais, 9 para a indústria e 4 para os serviços. Não se consideram os outros sectores pois a base estatística não permite uma desagregação mais fina, necessária para a aplicação da metodologia. Note-se que a evolução da estrutura de emprego e das produtividades sectoriais se conjugam de uma forma não puramente aditiva em termos de efeito total da evolução da produtividade: a evolução total pode ser maior ou menor do que a soma dos efeitos parciais.

conjugada com a evolução observada na estrutura de emprego.

Considerando o conjunto da actividade económica, tanto a evolução das produtividades sectoriais como da estrutura do emprego se reflectiram positivamente na produtividade.

Contudo, da análise realizada, destaca-se a evolução das produtividades sectoriais como principal factor explicativo para o comportamento da produtividade no conjunto da actividade económica. Por exemplo, a manterem-se constantes os níveis de produtividade sectoriais entre 1995 e 2001, a alteração da estrutura de emprego induziria um crescimento da produtividade total de apenas 0,3%, em termos médios anuais, e não 1,8% como efectivamente se verificou.

Também considerando os conjuntos de sectores da “indústria” e dos “serviços”¹⁷, se conclui que o crescimento da sua produtividade resultou fundamentalmente da evolução das produtividades sectoriais, e não da estrutura intersectorial do emprego.

De facto, na “indústria”, embora entre 1995 e 2001 a evolução da estrutura de emprego tenha sido favorável ao crescimento da produtividade, tal não se verificou nos dois primeiros períodos em que a evolução sectorial do emprego lhe foi ligeiramente adversa. Por outro lado, em todo o período analisado, a evolução das produtividades sectoriais favoreceu o crescimento da produtividade da indústria.

No que se refere aos “serviços”, apenas entre 1986 e 1995 parece ter sido significativa a influência de aspectos puramente estruturais na evolução da produtividade. Todavia, na hipótese da manutenção dos níveis de produtividade sectoriais, a

produtividade dos serviços teria crescido apenas 0,6% ao ano, no período referido, e não 1,8% como efectivamente se verificou. Assim, em qualquer dos períodos, foi a evolução da produtividade dos quatro sectores que integram os “serviços” e não alteração da sua estrutura de emprego, que foi determinante para a evolução verificada no sector.

Face a estes resultados, pode concluir-se que a evolução da estrutura produtiva não permitiu a melhoria da produtividade, o que pode sugerir a inexistência de alterações no padrão de especialização conducentes à melhoria de competitividade.

19. Constatados os diferentes níveis de produtividade sectorial, bem como o seus ritmos de crescimento, é natural averiguar de que modo a evolução da produtividade destes sectores decorre da evolução das suas componentes, isto é, em sentido estrito, da evolução do VAB e do emprego e ou volume de emprego.

A “agricultura, silvicultura, caça e pesca” registou, em todos os subperíodos, taxas de crescimento da produtividade acima ou próximas da média, mas com tendência para uma diminuição do ritmo de crescimento (8,6% face a 3,2%, 3,3% face a 2,9% e 1,7% face a 1,8%, nos subperíodos considerados). Esta evolução esteve sempre associada a quebras significativas do emprego (t.m.a.c. de -3,6%, -3,2% e -2,2%, respectivamente), sendo que apenas no período de 1977 a 1986 se verificou um crescimento do VAB (crescimento real de 4,7%, em termos médios anuais).

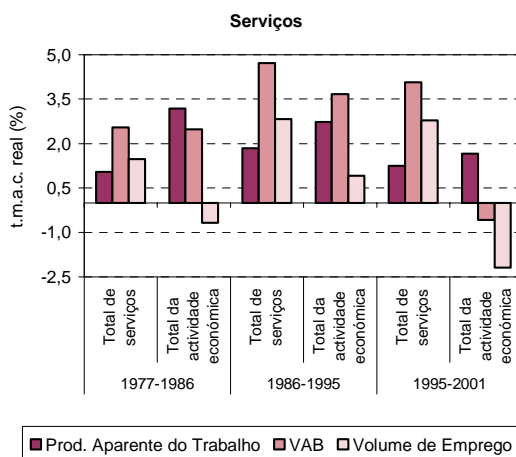
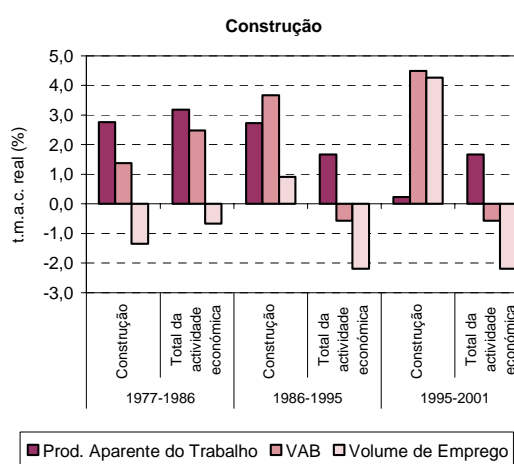
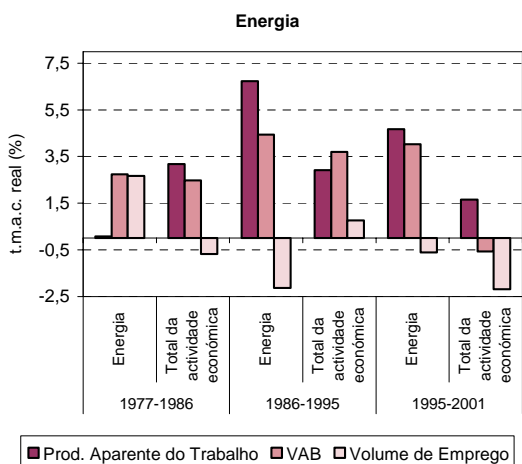
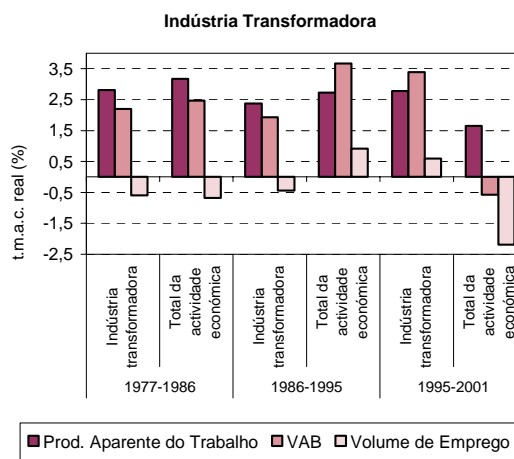
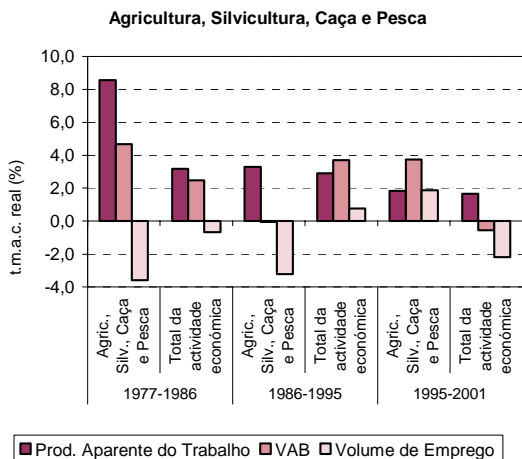
No que respeita à “indústria transformadora”, apenas no período 1995-2001, o ritmo de crescimento da produtividade sectorial superou (em cerca de 1 p.p.), o verificado para a actividade económica em geral. Ao contrário do que se havia verificado no período 1997-1986 e na década seguinte, os ganhos de produtividade não estiveram associados a uma evolução negativa do emprego na “indústria transformadora”.

No sector da “energia”, destacam-se aumentos de produtividade muito superiores à média nacional, quer entre 1986 e 1995, quer no período mais recente, os quais, no entanto, tiveram subjacentes reduções do volume de emprego.

¹⁷ Refira-se que esta análise não coincide com a que foi atrás efectuada relativamente aos contributos de cada sector para o crescimento da produtividade. Nesse contexto, analisava-se o contributo de cada sector para o crescimento da produtividade do total da actividade económica tendo em conta os aspectos que designamos por “estrutura” e “produtividade”. Neste momento, o que se está a analisar é o sentido e importância dos efeitos das alterações estruturais no emprego e das variações da produtividade considerados a nível intra-sectorial, sobre a produtividade de cada sector.

Gráfico 21

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO, VAB E EMPREGO



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego**

** emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

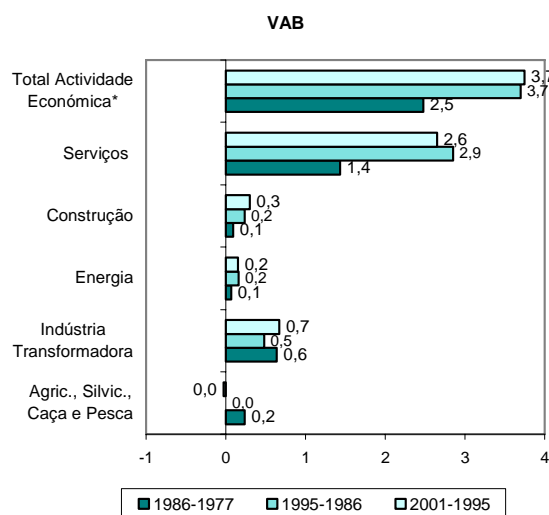
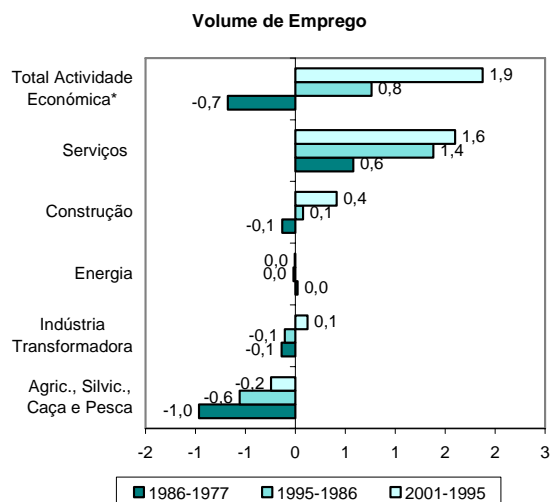
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A “**construção**”, registou em todos os subperíodos um crescimento da produtividade inferior à média do conjunto da economia, em particular no período 1995-2001. Esta evolução tem por base comportamentos distintos, no que se refere ao VAB e emprego, nos vários subperíodos em análise: até 1986, o crescimento da produtividade foi acompanhado por uma contracção do emprego; no período subsequente, um desempenho semelhante da produtividade foi obtido num contexto de criação de emprego; no período 1995-2001, o crescimento da produtividade, foi praticamente nulo, tendo o ritmo intenso de crescimento do VAB sido determinado, na quase totalidade, pela evolução do emprego.

O sector dos “serviços”, apresentou em todos os subperíodos crescimentos da produtividade inferiores à média, não obstante o forte crescimento do VAB. De facto, traduzindo o processo de terciarização da economia, verificou-se um forte crescimento do emprego. Aliás, comparativamente aos outros grandes sectores da actividade económica, foi o único sector que, em todos os subperíodos em análise, manteve ritmos elevados de crescimento do VAB simultaneamente com criação significativa de emprego.

20. A evolução da estrutura e processos produtivos subjacentes aos comportamentos das variáveis traduz-se em **distintas alterações das composições sectoriais do emprego e do VAB.**

Gráfico 22
CONTRIBUTO MÉDIO ANUAL PARA O CRESCIMENTO DO VAB E DO EMPREGO



* corresponde à taxa média anual de variação
Nota: o VAB está avaliado a preços de 1995; volume de emprego corresponde a emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Quadro 5

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO VAB E DO EMPREGO

	1986-1977		1995-1986		2001-1995		(%)
	VAB	Emprego	VAB	Emprego	VAB	Emprego	
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	8,5	26,8	5,1	17,3	4,1	11,1	
Energia	2,9	0,9	4,1	0,9	3,4	1	
Construção	6,4	9,9	6,1	8,4	7,3	9,7	
Indústria Transformadora	27,7	23,3	24,6	24,4	18,4	20,7	
Total de Serviços	54,5	39,2	60,1	48,9	66,8	57,4	
Total da Actividade Económica	100	100	100	100	100	100	

Nota: o VAB está avaliado a preços correntes; Emprego corresponde ao emprego total de 1977 a 1986 e ao volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

No período em análise, verificaram-se importantes alterações estruturais no emprego, destacando-se a grande redução do peso da “agricultura, silvicultura, caça e pesca” e o aumento do peso dos “serviços” que passaram a absorver mais de metade do volume total de emprego. Simultaneamente, verificou-se alguma redução do peso da “indústria”, principalmente no que se refere ao VAB.

O sector dos “serviços” foi o único que, nos dois primeiros subperíodos registou contributos positivos com algum significado para o crescimento do emprego global. Entre 1995 e 2001 o contributo deste sector, embora proporcionalmente menor, ainda representou mais de 80% do crescimento total do volume de emprego.

Como seria de esperar, a “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, apresentou sempre contributos negativos, em particular nos dois primeiros subperíodos, em que se conjugaram as maiores reduções do emprego e um peso sectorial ainda bastante significativo.

III.2.2. A Produtividade dos Serviços e da Indústria Transformadora: Contributo Sectorial para o Crescimento

21. Na análise precedente, ficou claro que os “serviços” seguidos da “indústria transformadora” são os sectores determinantes para a evolução da produtividade em Portugal. Tendo esse facto em

Quadro 6

EVOLUÇÃO DAS PRODUTIVIDADES SECTORIAIS RELATIVAS*

	2001	Variação da produtividade relativa em p.p.**		
		1986 face a 1977	1995 face a 1986	2001 face a 1995
Sectores de actividade com níveis de produtividade aparente do trabalho acima da média em 2001				
Pasta, papel, edição e impressão	187,7	-5,5	-0,6	-19
Química, borracha e matérias plásticas	156,4	-32,6	-26,6	-5,1
Out. Produtos minerais não metálicos	139,2	-20,6	-0,2	-19,8
Máquinas e equipamento	111,3	-30,2	-45,2	-12
Equipamento de transporte	173,5	-22,7	-25,5	-62,1
Energia	411,1	-79,9	-141,2	-62,2
Transportes, armazenagem e comunicações	205,3	-22,0	-44,6	-18,2
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	231,8	-114	-65,8	-15,4
<i>Por memória</i>				
Serviços	111,7	-27,2	-11,6	-3,9
Sectores de actividade com níveis de produtividade aparente do trabalho* abaixo da média em 2001				
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	41,1	-8,5	-0,9	-0,4
Alimentares, bebidas e tabaco	98,8	-5,6	-15,1	-0,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	59,2	-15,1	-10	-2,4
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	76,9	-19,3	-9,9	-6,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	76,7	-10,6	-4,8	-4,9
Construção	67,6	-2,6	-1,2	-6,8
Comércio, restaurantes e hotéis	81,9	-41,6	-15,2	-8,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	82,1	-16,7	-17,5	-9,6
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	95,9	-4,1	-4,8	-5,1

* Medida pelo indicador: VAB / volume de emprego (ETC) avaliado a preços de 1995; total da actividade económica = 100

** Diferença entre as produtividades relativas do subsector no início e no fim do período (total da actividade económica = 100 para cada ano)

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

conta, este capítulo pretende aprofundar um pouco mais a questão da produtividade a um nível mais fino de desagregação sectorial e identificar a sua influência na evolução global nestes dois sectores. Esta opção analítica significa que não serão abordados especificamente a “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, a “construção” e a “energia”. Contudo, será útil um breve enquadramento que situe a globalidade dos sectores em que foi desagregada a actividade económica, relativamente à sua produtividade relativa.

Nessa perspectiva, o quadro 6 resume os comportamentos dos 16 sectores, agrupados de acordo com as suas produtividades relativas em 2001. Para cada conjunto de sectores agrupados com base nos níveis de produtividade (inferiores ou superiores à média no ano referido) as três últimas colunas apresentam, para cada subperíodo, a variação em p.p. da produtividade relativa do respectivo sector.

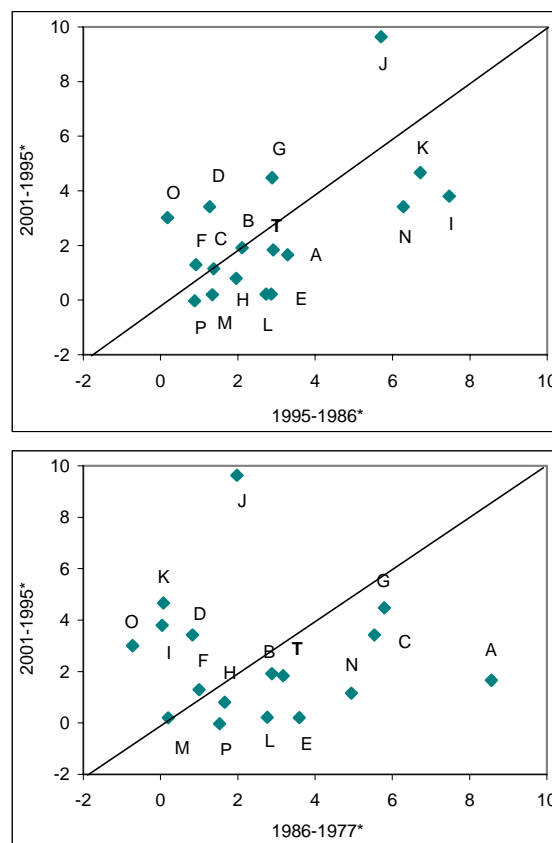
Uma primeira observação resulta do agrupamento dos sectores de actividade pelos níveis de produtividade: constatou-se que estes, de uma forma geral, se dispõem de acordo com o grau de intensidade capitalística, sendo, em média, os sectores mais intensivos em capital e em tecnologia que registam níveis de produtividade acima da média. Da mesma forma, os sectores mais intensivos em trabalho e em recursos registaram níveis de produtividade abaixo da média.

Contudo, ao nível dos sectores de actividade que, em 2001, registavam níveis de produtividade abaixo da média, saliente-se redução do nível de produtividade relativa das “metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos”, sector mais capital intensivo.

No conjunto dos que apresentam produtividade acima da média, registe-se a diminuição muito significativa da produtividade relativa da “química, borracha e matérias plásticas”. Esta tendência de relativamente fraco dinamismo, verificou-se ao longo de todo o período de análise, atenuando-se, contudo, após 1995.

Gráfico 23

COMPARAÇÃO DO CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL REAL DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO ENTRE SUBPERÍODOS



* taxa média anual de crescimento a preços de 1995

- A Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca
- B Alimentares, bebidas e tabaco
- C Têxteis, vestuário, curtumes e calçado
- D Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas
- E Pasta, papel, edição e impressão
- F Química, borracha e matérias plásticas
- G Outros produtos minerais não metálicos
- H Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos
- I Máquinas e equipamento
- J Equipamento de transporte
- K Energia
- L Construção
- M Comércio, restaurantes e hotéis
- N Transportes, armazenagem e comunicações
- O Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados
- P Serviços comunitários, sociais e pessoais
- T Total

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Nos “serviços”, tomados globalmente, a evolução verificada traduziu-se num recuo da sua produtividade relativa, ao longo de todo o período. Assim, apesar de, em 2001, permanecerem no grupo dos que apresentam produtividade superior à

média, verificou-se um recuo de 4 p.p., face a 1995. Este é, porém, um sector muito heterogéneo, característica que se mantém mesmo ao nível mais desagregado. Este facto acrescenta novas dificuldades à análise já de si limitada pela especiais dificuldades de delimitação, medição e valorização do VAB dos serviços. Exceptuando o caso da “energia”, o sector das **“actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”** é o que entre todas apresenta níveis mais elevados de produtividade relativa. No último período, certamente associada às profundas alterações tecnológicas que ocorreram, verificou-se uma melhoria de cerca de 15,4 p.p., após a regressão verificada nos períodos anteriores. Em resultado deste comportamento, em 2001, a produtividade deste sector é superior ao dobro da registada para o conjunto da actividade económica.

O gráfico 23 retrata a mesma realidade numa outra perspectiva, comparando o comportamento dos 16 sectores com base nas taxas de crescimento anual da produtividade. A comparação das taxas de

crescimento da produtividade entre subperíodos, permite **salientar os sectores “equipamento de transporte”, “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas” e das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, como os que revelaram maior dinamismo no último subperíodo comparativamente aos anteriores.** Estes subsectores, de características e níveis de produtividade muito distintos, apresentaram taxas médias anuais de variação da produtividade mais elevadas entre 1995 e 2001 do que entre 1977 e 1986 ou entre 1986 e 1995. Também o sector de “outros minerais não metálicos” registou, no período mais recente, uma evolução mais favorável.

Comparando os dois gráficos conclui-se que, para grande parte dos sectores, as grandes diferenças em termos de ritmo de crescimento de produtividade se registam entre primeiro e o segundo dos subperíodos. De facto, quando comparamos as taxas de crescimento de 2001-1995 e de 1995-1986, a mancha de pontos aglomera-se mais junto da bissectriz.

OS SERVIÇOS: ALGUMAS QUESTÕES DE ORDEM GERAL

Actualmente, na maioria dos países industrializados, os serviços adquiriram o estatuto de sector predominante, tanto em termos de contributo para o produto como na criação de empregos. Face a esta situação, é geralmente reconhecida a necessidade de uma investigação sistemática e aprofundada acerca das actividades de serviços e do seu papel no funcionamento dos sistemas produtivos. Todavia, por razões de vária ordem, não se verifica ainda uma atenção equivalente na elaboração de quadros conceptuais e modelos de análise, assim como na criação de uma base de informação estatística adequada a esta nova realidade económica e social. Não obstante nos últimos anos ter havido uma clara evolução em qualquer dos aspectos referidos, persistem muitas insuficiências. Isto é verdade mesmo em países onde uma sólida base estatística suporta o crescente empenho da investigação neste domínio. Nesse caso, as limitações que persistem podem, em boa medida, ser imputadas às particulares dificuldades de conceptualização e medida, num sector onde a produção é essencialmente de natureza imaterial e onde as necessidades de informação podem colidir com a protecção de direitos reconhecidos dos indivíduos.

Este estatuto de alguma menoridade corresponde a relegar para segundo plano um sector fundamental para os sistemas produtivos e cuja importância vai muito além da mera contribuição directa para o produto e emprego. A realidade económica e social que está associada ao crescimento das actividades de serviços resulta na necessidade de reconsiderar alguns aspectos da teoria económica, nomeadamente no que respeita à questão clássica da formação da riqueza das nações. Uma parte cada vez maior da produção de riqueza deixa de poder ser contabilizada em termos materiais. Isto é, não apenas o sector imaterial é cada vez maior, como uma parte cada vez mais importante da oferta de bens materiais incorpora actividades de serviços. Este facto tem repercussões muito mais profundas do que a simples alteração da partilha entre os diversos sectores pode fazer supor. A oferta dos bens "físicos" tem-se alterado qualitativamente: os serviços desempenham um papel cada vez maior enquanto factores de produção, facto que tem tradução no custo final e, conseqüentemente, no valor dos bens. No contexto das teorias convencionais, o desenvolvimento do sector dos serviços é considerado como exterior à indústria, correspondendo a um estágio em que as actividades terciárias suplantam as secundárias tal como estas haviam suplantado as primárias. Segundo este modelo "evolucionista", um certo determinismo histórico explica o crescimento dos serviços como inerente à evolução normal das sociedades, diferenciando claramente sociedade industrial e sociedade de serviços.

Essa evolução colocaria problemas sérios, na medida em que a supressão de actividades industriais se traduziria numa queda de produtividade das economias desenvolvidas e na aparição ou agravamento dos seus défices comerciais.

Uma leitura alternativa da importância e significado das actividades de serviços no aparelho produtivo parte de pressupostos substancialmente diferentes.

Nesta perspectiva, os serviços deixam de ser definidos pela negativa, em oposição ou justaposição aos bens materiais, passando a ser reconhecida a cada vez maior interacção e mesmo integração bens/serviços. O desenvolvimento dos serviços será explicado, não pela passagem a uma sociedade pós-industrial, mas como condição de desenvolvimento sólido dos sectores industriais. Este quadro conceptual de análise dos serviços corresponde colocar a problemática da relação "secundário"/"terciário" e da dinâmica do desenvolvimento económico em termos claramente distintos.

De facto, cada vez mais os serviços desempenham funções nucleares, essenciais à organização da actividade económica, estando na base da inovação tecnológica, do processo de criação de riqueza no chamado sector secundário. Deste modo, terciarização não significa necessariamente desindustrialização, burocratização ou perda de produtividade. A ideia da pouca produtividade das actividades de serviços pode ser associada a uma dada concepção enviesada do sector e a questões de índole metodológica.

Assim, identificam-se serviços com sector terciário o que, dado que não se avaliam todos os serviços que são produzidos internamente às empresas, subestima a sua importância em termos de produto e de emprego.

Por outro lado, na medida em que se consideram o terciário e secundário numa perspectiva dualista, menospreza-se todo o papel desempenhado pelos serviços enquanto factores de produção, fundamentais para uma mais eficaz utilização dos recursos por parte da indústria e, deste modo, propiciando ganhos de produtividade. Cada vez mais os serviços são factores de competitividade das empresas industriais (refira-se, a título de exemplo, a importância de componentes como o *design*, o *marketing*, os serviços pós-venda e todos os aspectos relacionados com a circulação da informação).

Assim, é evidente que o efeito do desenvolvimento do terciário sobre a produtividade das economias ultrapassa largamente o que pode ser medido directamente nas Contas Nacionais. Os ganhos de produtividade dependerão do tipo de actividades de serviços que ganham peso na economia, assim como da capacidade do sector produtivo as integrar como factor essencial na organização da produção.

Os serviços, sendo tradicionalmente definidos pela negativa como tudo o que não pertence à agricultura nem à indústria, são extremamente heterogéneos. Não é indiferente um crescimento deste sector baseado nos chamados serviços tradicionais ou naqueles que apresentam maior dinâmica e capacidade de inovação. Os factores imateriais, que estão na base de muitas das mutações do sistema produtivo, são os que têm uma forte componente de inteligência. Por outro lado, o desenvolvimento destes serviços é favorecido pela existência de um sector industrial forte e dinâmico. Face a esta interacção, é difícil dissociar o desenvolvimento do terciário do desenvolvimento da indústria.

Têm sido propostas abordagens que procuram analisar a articulação produção material/produção imaterial na perspectiva do primado real da indústria e da emergência de um novo terciário industrial ou metaterciário e correspondem ao reconhecimento da informação e do conhecimento como vectores fundamentais de modernização e racionalização do sistema produtivo.

Além dos aspectos referidos, são muitas as questões metodológicas que se colocam. Destaca-se aqui a que mais nos interessa no quadro deste trabalho: a questão da definição da medida da produtividade nas actividades terciárias.

Neste contexto, é evidente que a transposição de conceitos e instrumentos analíticos construídos em função da produção material, deixa frequentemente de ter sentido. Em alguns casos é difícil a definição de novos conceitos, pelo que só o recurso à conjugação de análises complementares ao recurso às estatísticas tradicionais permitiria, de algum modo, contornar alguns dos problemas.

O primeiro problema que se coloca relaciona-se com a definição de instrumentos conceptuais e metodológicos fundamentais para o prosseguimento de investigações mais directamente operativas.

Assim, qualquer proposta analítica sobre os serviços defronta-se à partida com a questão essencial da definição e delimitação clara do campo de análise. De facto, é quase um lugar comum dizer-se que não existe uma boa definição deste sector. As várias propostas apresentadas na literatura acabam por ser mais ou menos ambíguas, mais ou menos adequadas às actividades que pretendem abranger, acabando por não se revelarem totalmente satisfatórias.

Esta dificuldade, resultante em grande parte da complexidade do sector, acaba por se traduzir na acomodação quase generalizada a uma definição residual: serão actividades de serviços todas as que não se puderem integrar no quadro da produção material. Definido assim, o sector dito terciário inclui todo um conjunto de actividades diversificadas e extremamente heterogéneas que terão, basicamente, como elemento unificador o facto de não serem armazenáveis. Desta característica resulta a impossibilidade de separar totalmente os actos de produção e de troca de serviço. Dito isto, terão certamente alguma justificação as interrogações que frequentemente se colocam quanto à existência deste sector enquanto tal e, conseqüentemente, quanto à validade de abordagens que o tomem como um todo.

Se é um facto que grande parte dos problemas analíticos que se nos deparam na abordagem do sector relevam desta dificuldade básica de definição do conceito de serviço, a verdade é que a ultrapassam largamente.

Admitindo por hipótese que a referida definição pela negativa, não sendo satisfatória, é pelo menos suficiente, resta ainda por resolver a delimitação clara do âmbito da análise. Por outras palavras, o dilema que se coloca é o seguinte: não sendo os serviços produzidos exclusivamente em empresas terciárias (não industriais, não agrícolas), terá algum sentido a definição de um sector terciário ou de serviços? Em caso afirmativo, como poderá ser contabilizado? O que transparece nas estatísticas despreza uma parcela da produção de serviços, gerada internamente às empresas e frequentemente difícil de contabilizar.

Assim, para um mesmo peso efectivo em termos de produto ou emprego, a importância atribuída à produção não material será tanto menor quanto maior for a preferência das empresas industriais pela produção interna em detrimento da aquisição ou subcontratação a empresas de serviços. As análises tradicionais, de um sector terciário perfeitamente delimitado e estanque tendem a subavaliar a sua importância, tanto mais quanto maior for a "internacionalização" da produção de serviços pelas empresas dos sectores "materiais".

Por outro lado, muitos dos conceitos correntemente utilizados não têm em conta as alterações profundas que se vêm verificando como consequência do progresso tecnológico e que põem frequentemente em causa a validade da separação entre produção de bens e de serviços.

Tendo em conta todas as limitações com raiz no problema fulcral da definição e delimitação, têm sido desenvolvidos esforços com vista à elaboração de quadros conceptuais coerentes para uma abordagem da economia dos serviços. Nesse sentido, têm surgido diversas propostas de classificação de serviços baseadas em múltiplos critérios (funcionais, de produção ou consumo).

Contudo, se pretendermos utilizar a informação correntemente produzida pelos aparelhos estatísticos, persistem as limitações de análise associadas a uma avaliação global do sector com base numa classificação sectorial.

A avaliação do terciário subestima a sua importância pela não consideração de parte da produção com origem nos outros sectores. Por outro lado, o fenómeno da "terciarização" pode estar inflacionado pelo deslocamento da produção resultante de uma crescente especialização e consequente utilização de serviços exteriores à empresa (manutenção, formação, marketing, etc.). Aliás a relevância desta questão ultrapassa a mera medida do peso global dos serviços na economia. Na medida em que apenas uma parte dos serviços utilizados pela empresa tem tradução estatística, subavaliam-se os consumos intermédios de serviços e subestima-se a sua real importância como factores de produção.

Os problemas de medida colocam-se a vários níveis: a especificidade deste sector traduz-se numa especial dificuldade de medida de variáveis correntemente utilizadas na análise. A partir do momento que se reconhece a especificidade da chamada produção não material – mesmo que não se disponha de alternativas viáveis - deixa de ser possível uma transposição mecânica e acrítica dos quadros e instrumentos estatísticos e analíticos utilizados para os bens.

Com todas as reservas referidas, uma abordagem sectorial permite uma avaliação do emprego e do valor acrescentado (onde se colocam particulares problemas na avaliação em termos reais), variando os critérios de avaliação de país para país e de serviço para serviço. São particularmente difíceis de medir os aspectos associados aos factores qualitativos, mais importantes na avaliação dos serviços do que na dos bens.

De entre os problemas de medida associados aos serviços refere-se como exemplo paradigmático a medida do valor acrescentado e, conseqüentemente, da produtividade nos serviços públicos.

Em relação à produtividade pode-se mesmo questionar a validade do conceito quando associada a serviços onde os factores qualitativos são fundamentais – qual o significado da produtividade de um serviço de saúde ou de educação?

É um facto que alguns destes problemas também se colocam em relação à produção de bens tendo aí, contudo, uma importância muito menor. Assim, em relação aos serviços o uso generalizado de *proxies* assenta em hipóteses que podem ser questionadas e são claramente limitativas da análise.

Acrescendo a estas dificuldades, estão as que resultam do facto de os aparelhos estatísticos, concebidos para avaliar a produção física, serem em princípio menos exaustivos e detalhados no que diz respeito a nomenclaturas de serviços, tendo em conta a heterogeneidade do sector .

As questões levantadas justificam alguma prudência na interpretação dos resultados obtidos a partir da informação disponibilizada pelas Contas Nacionais. A reservas levantadas são, designadamente, reforçadas pelo facto de diversas análises salientarem contradições entre os resultados deste tipo de análise as conclusões obtidas a partir de indicadores de outra natureza. Relativamente aos serviços de intermediação financeira (sector bastante heterogéneo, onde o *output* é difícil de medir), por exemplo, recentes estudos da OCDE, apontam a aparente contradição entre a evolução "estatística" da produtividade e o comportamento dos salários e emprego.

III.2.2.1. Os Sectores dos Serviços

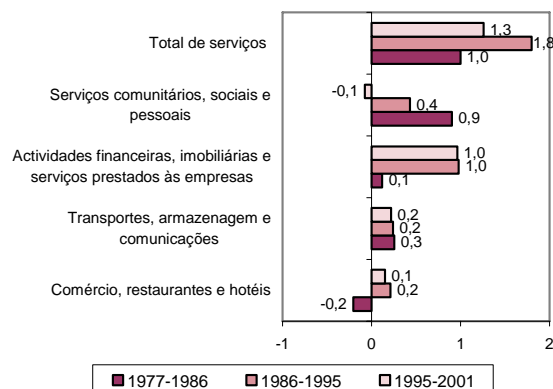
22. Na evolução intersectorial dos “serviços”, em termos de emprego, destacam-se como tendências estruturais: reforço das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” (6,9% do emprego em 1977-1986, 9,9% e 15,1% do volume do emprego nos períodos seguintes); recuo dos “transportes, armazenagem e comunicações” que, em 1995-2001, pesam menos de 6% no volume de emprego do sector; redução progressiva da representatividade do “comércio, restaurantes e hotéis” e estabilização do peso dos “serviços comunitários, sociais e pessoais” em cerca de 45% do volume de emprego dos serviços.

Em termos de VAB, salientam-se o recuo significativo do “comércio, restaurantes e hotéis” e dos “transportes, armazenagem e comunicações” e o reforço do peso do VAB das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” e dos “serviços comunitários, sociais e pessoais”.

Entre o primeiro e o último dos subperíodos analisados, assistiu-se a uma **alteração significativa da contribuição da variação da produtividade de cada subsector para a produtividade total dos “serviços”**. As alterações que mais se destacam relacionam-se com os “serviços comunitários, sociais e pessoais” e as “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”.

O subsector “**serviços comunitários, sociais e pessoais**” era o que, entre 1977 e 1986, mais contribuía para a variação da produtividade dos

Gráfico 24
CONTRIBUTO MÉDIO ANUAL DOS SECTORES PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS



* corresponde à taxa média anual de variação

Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego**

** emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

serviços (0,9 p.p. para uma variação média anual da produtividade dos serviços de 1,0%). Esta importância reduziu-se substancialmente no segundo subperíodo (o contributo do subsector representou menos de metade do crescimento total), passando a ser negativo em 1995-2001. Associada a esta evolução está um abrandamento do ritmo de crescimento da produtividade deste subsector (1,5%, 0,9% e 0,0%) face à produtividade dos serviços (1,5%, 1,8% e 1,3%), nos subperíodos considerados. Contudo, estes contributos sectoriais não podem ser explicados apenas pelo que designamos como “efeito-produtividade”, embora este seja o mais importante nos dois primeiros subperíodos. De facto, entre 1977 e 1986 e entre

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO VAB E DO EMPREGO NOS SERVIÇOS

	1986-1977		1995-1986		2001-1995	
	VAB	Emprego	VAB	Emprego	VAB	Emprego
Comércio, restaurantes e hotéis	41,3	37,9	32,4	36,7	25,9	34,7
Transportes, armazenagem e comunicações	12,2	11,6	10,1	7,7	9,7	5,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	18,8	6,9	24,8	9,9	28,0	15,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	27,7	43,7	32,8	45,7	36,4	44,4
Total de serviços	100	100	100	100	100	100

Nota: o VAB está avaliado a preços correntes; Emprego corresponde ao emprego total de 1977 a 1986 e ao volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Quadro 8

CONTRIBUTO MÉDIO ANUAL DOS SECTORES PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS

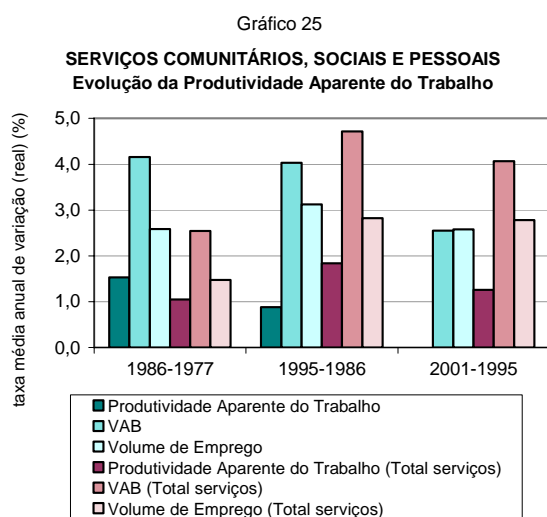
	1977-1986			1986-1995			1995-2001		
	Contributo	Efeito Estrutura	Efeito Produtividade	Contributo	Efeito Estrutura	Efeito Produtividade	Contributo	Efeito Estrutura	Efeito Produtividade
Comércio, restaurantes e hotéis	-0,2	-0,3	0,1	0,2	-0,2	0,5	0,1	0,2	0,1
Transportes, armazenagem e comunicações	0,3	-0,2	0,5	0,2	-0,3	0,6	0,2	-0,1	0,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	0,1	0,2	-0,1	1	1,1	0	1	0,1	0,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	0,9	0,4	0,5	0,4	0,1	0,3	-0,1	-0,2	0,0
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (t.m.a.c.)	1			1,8			1,3		

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

1986 e 1995, mesmo que não se tivesse verificado evolução em termos de produtividade relativa do subsector, a mera variação do seu peso na estrutura de emprego teria resultado num contributo significativo para o crescimento da produtividade dos serviços. Entre 1995 e 2001, o contributo passou a ser ligeiramente negativo em resultado de efeitos “estrutura” e “produtividade” negativos.

VAB (de 4,2% de 1977 a 1986 para 2,6% de 1995 a 2001), associada a um ritmo elevado de criação de emprego.

As “**actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas**”, que no período inicial da análise contribuíram relativamente pouco para o crescimento da produtividade nos “serviços”, passaram a assumir um papel determinante nos períodos seguintes. No subperíodo 1986-1995, este subsector contribuiu em 1,0 p.p. para um crescimento da produtividade dos “serviços” de 1,8%, contributo que, em termos relativos, se reforçou no subperíodo seguinte (1,0 p.p. para um crescimento da produtividade dos “serviços” de 1,3%), contrastando com 0,1 p.p. de contribuição no subperíodo 1977-1986 (para uma variação da produtividade dos “serviços” de 1,0%).



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

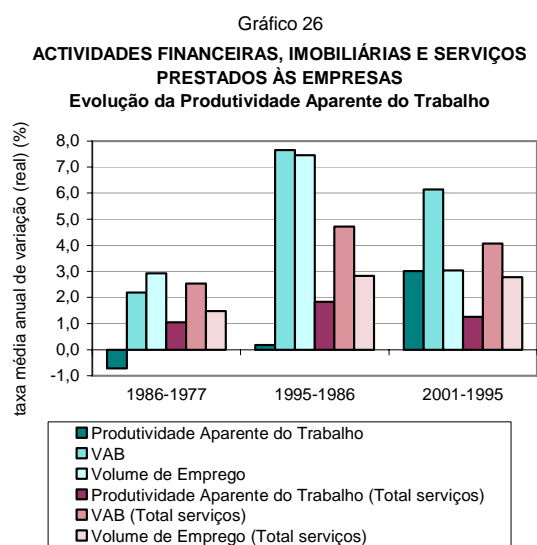
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

O abrandamento do ritmo de crescimento da produtividade dos “serviços comunitários, sociais e pessoais”, atrás referido, resultou de uma diminuição progressiva do ritmo de crescimento do

Aparentemente semelhantes, os comportamentos nos dois últimos subperíodos têm subjacentes realidades distintas, detectáveis quando se separam os efeitos “produtividade” e “estrutura”. Entre 1986 e 1995, as variações da produtividade relativa tiveram, isoladamente, um efeito positivo mas marginal: o contributo das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” explica-se basicamente pelo “efeito estrutura”. No último período, a situação altera-se radicalmente: o grande aumento do contributo deste subsector, em termos relativos, explica-se agora quase totalmente pelas

melhorias de produtividade sectorial relativa, traduzidas no “efeito produtividade”.

Para este comportamento contribuiu o aumento progressivo do crescimento da produtividade neste subsector, passando de -0,7% de 1977 a 1986 para 0,2% de 1986 a 1995 e 3,0% de 1995 a 2001. O crescimento acentuado da produtividade das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, especialmente no último subperíodo resultou de um crescimento do VAB duas vezes superior ao crescimento do emprego (6,1% face a 3,0%), contrastando com a situação dos dois períodos anteriores em que o emprego tinha crescido a um ritmo ligeiramente mais acentuado do que o VAB.



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

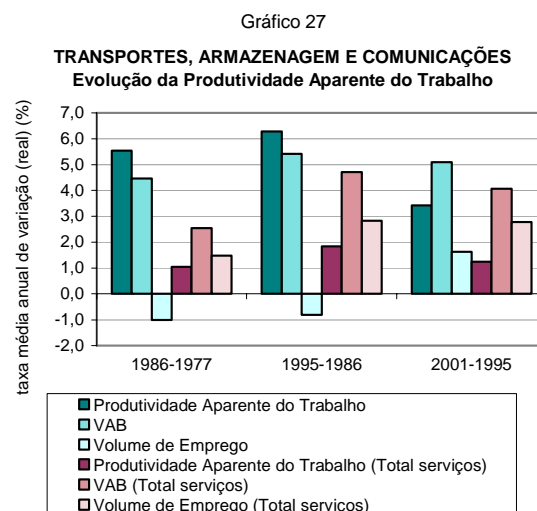
* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

O subsector “**transportes, armazenagem e comunicações**” foi, entre os que constituem os “serviços”, aquele que registou maiores taxas de crescimento da produtividade, mantendo um contributo estável, em termos absolutos, ao longo dos três subperíodos (0,3 p.p. de 1977 a 1986 e de 0,2 p.p. nos dois subperíodos seguintes). No entanto, esse comportamento corresponde a uma

diminuição do contributo relativo para o crescimento dos “serviços”.

Em qualquer dos subperíodos, as grandes melhorias de produtividade traduziram-se em efeitos “produtividade” muito positivos, parcialmente mitigados por efeitos “estrutura” negativos. Este efeito negativo está associado a quebras de emprego nos primeiros dois períodos e a um crescimento bastante abaixo da média no terceiro (1,6%, face a 2,8% para o total dos serviços). Por outro lado, o crescimento do VAB dos “transportes, armazenagem e comunicações” foi sempre significativamente superior ao da média dos “serviços”. O comportamento registado indicia alterações significativas nas características e processos de produção deste subsector.



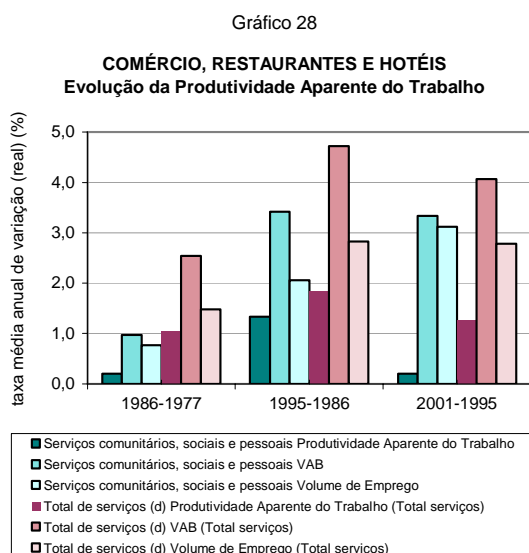
Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

O subsector do “**comércio, restaurantes e hotéis**” registou um fraco contributo para o crescimento da produtividade dos serviços (-0,2 p.p., 0,2 p.p. e 0,1 p.p., para um crescimento dos “serviços” de 1,0%, 1,8% e 1,3%, respectivamente). Este subsector apresentou as mais fracas taxas de crescimento da produtividade em todos os subperíodos (0,2%, 1,3% e 0,2%, respectivamente),

com um crescimento do VAB ligeiramente superior ao crescimento do emprego.



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*

* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

III.2.2.2. Os Sectores da Indústria Transformadora

23. Considerando a desagregação em **nove sectores da “indústria transformadora”**, não se verificaram grandes alterações de estrutura. Mantém-se a predominância das indústrias tradicionalmente associadas à estrutura produtiva

portuguesa: em qualquer dos subperíodos, os “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” e as “alimentares, bebidas e tabaco” geraram mais de 40% do VAB e absorveram mais de 40% do emprego do sector.

Apesar de não se terem verificado evoluções radicais em termos de estrutura, assistiu-se, no período em análise, a uma alteração significativa da contribuição de cada subsector para a variação global da produtividade da “indústria transformadora”.

No subperíodo 1977-1986, as indústrias “alimentares, bebidas e tabaco” e “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora”, (0,5 p.p. e 1,6 p.p., respectivamente, para um crescimento total de 2,8%). Nos períodos seguintes verificou-se uma progressiva redução desse contributo. A dimensão do contributo destes subsectores resulta em parte do seu peso na estrutura de emprego.

Destaca-se a evolução verificada na indústria de “**têxteis, vestuário, curtumes e calçado**” que, contribuindo em 1977-1986 em mais de 50% para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora”, passaram no período seguinte a um contributo que representava apenas cerca de 10% desse crescimento. No período mais recente, o contributo deste subsector passa mesmo a negativo:

Quadro 9

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO VAB E DO EMPREGO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

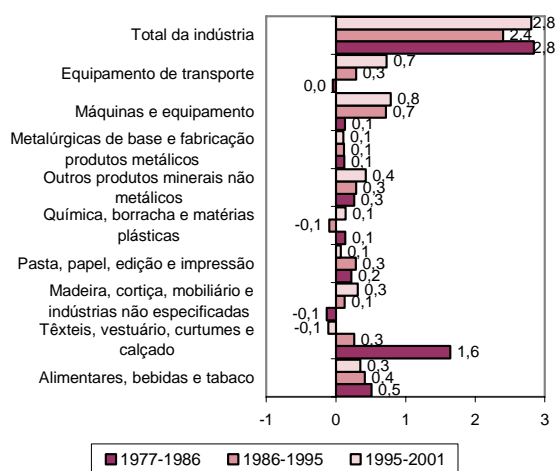
	1986-1977		1995-1986		2001-1995	
	VAB	Emprego	VAB	Emprego	VAB	Emprego
Alimentares, bebidas e tabaco	20,7	14,2	24,4	12,3	18	15,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	25,3	34,6	23,8	34,5	23,3	35
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	6,2	11	5,5	8,9	10	12,6
Pasta, papel, edição e impressão	6,5	4,5	6,3	4,7	9,6	4,9
Química, borracha e matérias plásticas	9,5	6,7	10,2	6,9	8,6	5,4
Outros produtos minerais não metálicos	8,2	7,7	7,5	8,8	8,7	6,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	9,6	9,4	7,1	10,8	6,1	6,9
Máquinas e equipamento	7,2	6,3	10,8	8,5	9,1	8,9
Equipamento de transporte	6,8	5,5	4,3	4,5	6,7	4,2
Total de indústria transformadora	100	100	100	100	100	100

Nota: o VAB está avaliado a preços correntes; Emprego corresponde ao emprego total de 1977 a 1986 e ao volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

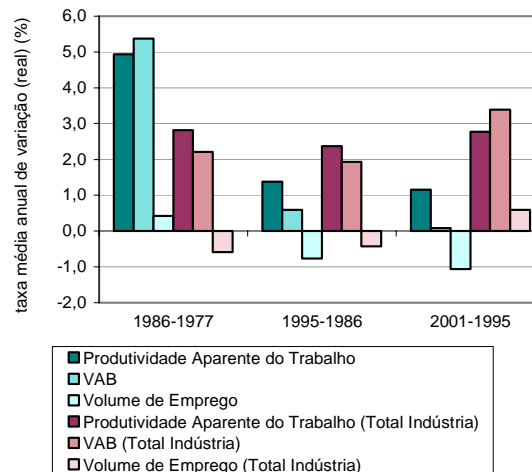
o “efeito produtividade” positivo, não foi suficiente para compensar o contributo estrutural negativo. Ao longo dos três subperíodos verificou-se uma queda significativa no ritmo de crescimento do VAB (5,4%, 0,6% e 0,1% respectivamente, face a 2,2%, 1,9% e 3,4% na indústria transformadora). O emprego registou um crescimento quase nulo de 1977 a 1986 seguido de quebras nos subperíodos seguintes.

Gráfico 29
CONTRIBUTO MÉDIO ANUAL DOS SECTORES PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA



* corresponde à taxa média anual de variação
 Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego**
 ** emprego total e volume de emprego / equivalente a tempo completo: ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em adiante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
 Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Gráfico 30
TÊXTEIS, VESTUÁRIO, CURTUMES E CALÇADO
Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
 *emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
 Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Relativamente às indústrias “alimentares, bebidas e tabaco”, registou-se um contributo sempre positivo para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora”, o qual, contudo, foi substancialmente menor, em termos relativos, no último período. Nos dois primeiros períodos esse desempenho teve subjacentes efeitos estrutura negativos, resultantes da redução do peso do

Quadro 10
CONTRIBUTO MÉDIO ANUAL DOS SECTORES PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (%)

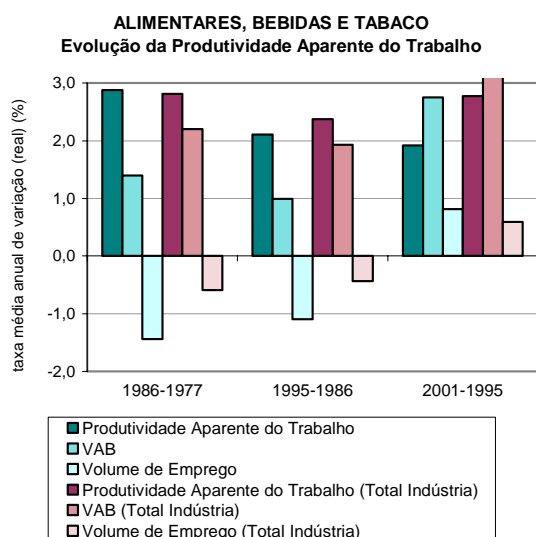
	1977-1986			1986-1995			1995-2001		
	Contributo	Efeito Estrutura	Efeito Produtividade	Contributo	Efeito Estrutura	Efeito Produtividade	Contributo	Efeito Estrutura	Efeito Produtividade
Alimentares, bebidas e tabaco	0,5	-0,2	0,7	0,4	-0,2	0,6	0,3	0,0	0,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,6	0,3	1,3	0,3	-0,1	0,3	-0,1	-0,4	0,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	-0,1	-0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,0	0,3
Pasta, papel, edição e impressão	0,2	0,0	0,2	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
Química, borracha e matérias plásticas	0,1	0,1	0,1	-0,1	-0,2	0,1	0,1	0,0	0,1
Outros produtos minerais não metálicos	0,3	-0,1	0,3	0,3	0,1	0,2	0,4	0,0	0,4
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Máquinas e equipamento	0,1	0,1	0,0	0,7	0,0	0,7	0,8	0,4	0,3
Equipamento de transporte	0,0	-0,2	0,2	0,3	0,0	0,2	0,7	0,1	0,6
<i>Por memória</i>									
Total de Indústria (t.m.a.c.)	2,8			2,4			2,8		

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

emprego nestas indústrias no total do sector e efeitos produtividade muito elevados: a manter-se a estrutura de emprego inicial, a evolução da produtividade deste subsector face à produtividade do sector teria contribuído em cerca de 25% para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora”.

Entre 1995 e 2001, a situação alterou-se: o contributo das indústrias “alimentares, bebidas e tabaco” reduz-se substancialmente. O contributo deste subsector continuou a justificar-se basicamente pela evolução da produtividade sectorial, mas este efeito é muito menor neste subperíodo.

Gráfico 31



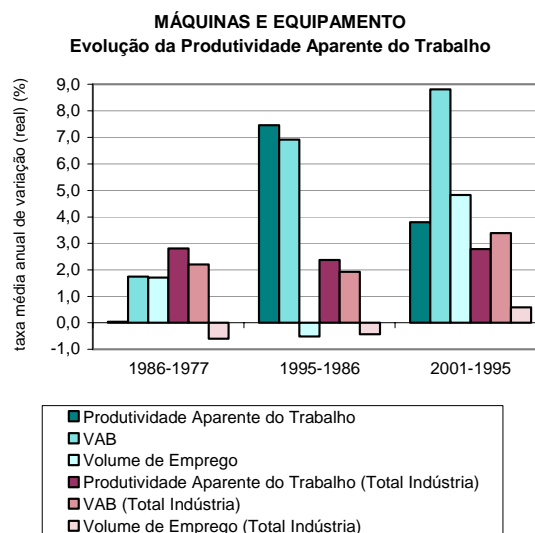
Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Esta evolução reflecte um desempenho, relativo e absoluto, tendencialmente menos favorável. Nos dois primeiros subperíodos, a evolução da produtividade das “alimentares, bebidas e tabaco” esteve associada a fracos crescimentos do VAB e quebras do emprego. No último subperíodo, o VAB continuou a crescer abaixo da média, mas o crescimento do emprego foi ligeiramente superior ao da média do sector.

Desde 1986, as indústrias de “**máquinas e equipamento**” destacam-se como as que mais

contribuíram para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora”, explicando quase 30% da evolução registada.

Gráfico 32



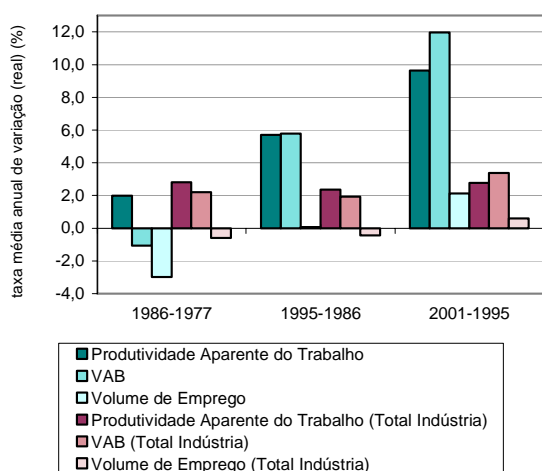
Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

O aumento significativo da contribuição para o crescimento, a partir do segundo subperíodo, deveu-se a uma aceleração significativa do ritmo de crescimento da produtividade que passou de 0,0% no primeiro subperíodo, para 7,5% e 3,8% nos subperíodos seguintes. Esta evolução teve por base por a aceleração do crescimento médio anual do VAB (1,7%, 6,9% e 8,8%), acompanhado por um comportamento irregular do emprego (1,7%, -0,5% e 4,8%). No segundo subperíodo, a evolução da produtividade do subsector, relativamente ao total da indústria, foi determinante: praticamente todo o contributo das “máquinas e equipamento” é explicada por este factor. No período 1995-2001, embora o efeito produtividade continue a ser importante, cerca de metade do contributo explica-se pelos efeitos da variação da estrutura de emprego.

O subsector de “**equipamento de transporte**”, ao longo dos períodos considerados, registou uma

evolução marcante do seu contributo para o crescimento da produtividade do sector: partindo de um contributo negativo no primeiro subperíodo, passou, entre 1995 e 2001, a contribuir em mais de 25% para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora” (0,7 p.p. em 2,8%). Estas indústrias tiveram um impulso significativo a partir do segundo subperíodo, reflectindo-se numa aceleração do crescimento da produtividade (2,0%, 5,7% e 9,6% nos períodos considerados). O contributo deste subsector para o crescimento da produtividade global da indústria explica-se na sua quase totalidade pelos progressos verificados na produtividade sectorial.

Gráfico 33
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE
Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

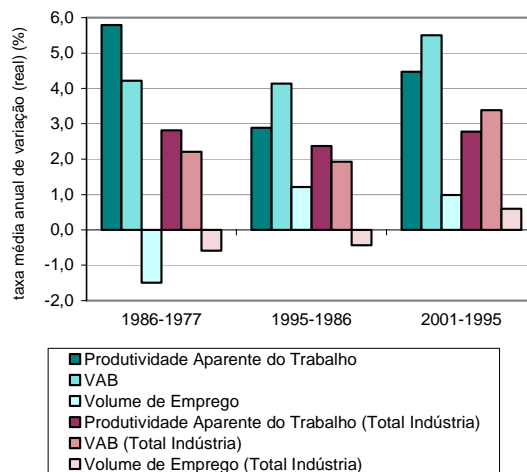


Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
*emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

Ao nível dos “**outros produtos minerais não metálicos**”, foi visível um aumento progressivo do contributo para o crescimento da produtividade da “indústria transformadora”. Os ritmos de crescimento da produtividade situaram-se acima da média em todos os subperíodos, com um crescimento do VAB sempre superior a 4% em termos médios anuais. A partir do segundo subperíodo o emprego regista, também uma evolução positiva, com valores da t.m.a.c. superiores a 1%. Esta evolução justifica que

os contributos resultantes do “efeito produtividade” fossem determinantes em todos os períodos.

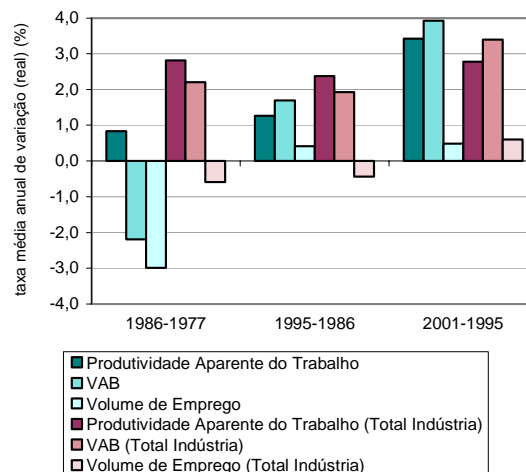
Gráfico 34
OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS
Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
*emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

No primeiro período analisado, o subsector “**madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não**

Gráfico 35
MADEIRA, CORTIÇA, MOBILIÁRIO E INDÚSTRIAS N.E.
Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

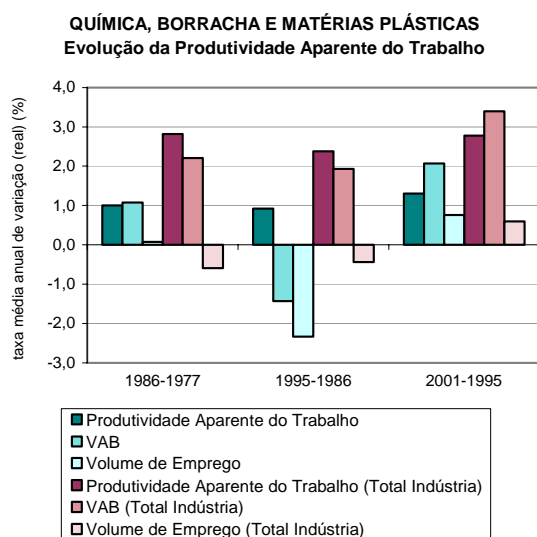


Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
*emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

especificadas”, contribuiu negativamente para o crescimento da produtividade do sector, facto que é explicado pelo “efeito estrutura” negativo. De facto, o “efeito produtividade” foi sempre positivo. Nos dois primeiros subperíodos, a produtividade destas indústrias evoluiu a um ritmo significativamente crescente, contudo inferior ao da indústria transformadora. Entre 1995 e 2001 registou-se um progresso significativo no comportamento da produtividade do subsector, cujo ritmo de crescimento superou o da média da indústria transformadora (t.m.a.c. de 3,4% face a 2,8%).

As indústrias de “pasta, papel, edição e impressão” e de “química, borracha e matérias plásticas”, apresentaram de 1977 a 2001, níveis de produtividade acima da média da “indústria transformadora”, facto que não tem expressão correspondente no contributo para o crescimento da produtividade do sector.

Gráfico 36

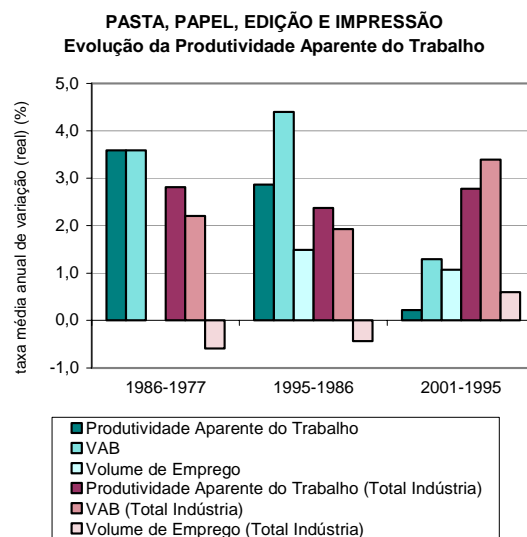


Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A evolução do contributo da “química, borracha e matérias plásticas” esteve associada a efeitos “produtividade” e “estrutura” modestos, chegando

este último a assumir um valor negativo no segundo subperíodo. A taxa média anual de crescimento da produtividade deste subsector situou-se sempre abaixo da média do sector (1,0%, 0,9% e 1,3%) e teve subjacente um crescimento fraco, irregular, até de quebra de 1986 a 1995, quer do VAB, quer do emprego. Estes comportamentos traduzem-se num contributo sectorial para o crescimento da produtividade sectorial relativamente modesto e irregular (negativo, entre 1986 e 1995).

Gráfico 37

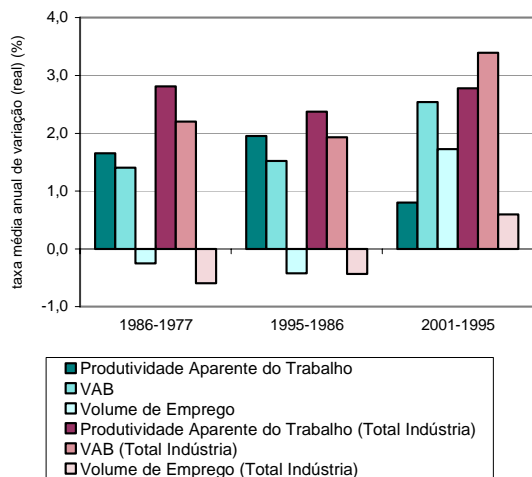


Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
* emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.
Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

No caso da “pasta, papel, edição e impressão”, a evolução da produtividade (com t.m.a.c. de 3,6%, 2,9% e 0,2%, respectivamente, nos três subperíodos) resulta de uma diminuição significativa do crescimento do VAB, de 1995 a 2001 (4,4% de 1986 a 1995 para 1,3% de 1995 a 2001), acompanhada por um ligeiro crescimento do emprego (de 0,0% de 1977 a 1986 para 1,5% de 1986 a 1995 e 1,1% de 1995 a 2001). O seu contributo para o crescimento da produtividade da indústria transformadora diminuiu fortemente em 1995-2001, precisamente como resultado da grande redução do efeito produtividade.

Gráfico 38

METALÚRGICAS DE BASE E FABRIC. PRODUTOS METÁLICOS
Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho



Produtividade aparente do trabalho = VAB / Volume de emprego*
 * emprego total de 1977 a 1986 e volume de emprego / equivalente a tempo completo de 1986 a 2001; rupturas em 1986-1995 SEC 79 e 1995 a 2000 SEC 95; VAB avaliado a preços de 1995, em euros, à taxa de câmbio fixada em 1999.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

O contributo das “metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos” para o crescimento da produtividade industrial, nos dois primeiros períodos é quase exclusivamente

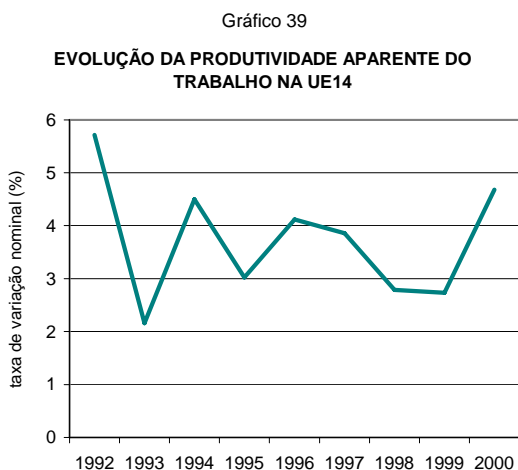
explicado pelo “efeito produtividade”; no último período, o efeito estrutural foi predominante. O crescimento da produtividade foi sempre inferior à média do sector, em particular no último subperíodo onde cresceu a um ritmo anual de 0,8%.

Sintetizando as grandes tendências observadas desde 1986, no que se refere aos contributos sectoriais para o da produtividade da indústria, será de realçar: **no primeiro período analisado, o comportamento da produtividade da indústria transformadora resultava fundamentalmente dos contributos dos dois subsectores mais importantes do ponto de vista do emprego (“alimentares bebidas e tabaco” e “têxteis, vestuário, bebidas e calçado”)** que, em conjunto, explicavam mais de 75% do crescimento da produtividade sectorial; **no último período**, embora essas indústrias tenham mantido a sua importância no emprego sectorial, **mais de metade do crescimento da produtividade da indústria transformadora passou a ser explicada pelo contributo das indústrias de “máquinas e equipamento” e do “equipamento de transporte”.**

IV. AS TENDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE EM PORTUGAL FACE À UNIÃO EUROPEIA

IV.1. Análise Global

24. Ao longo do período em que se realizou a análise comparativa dos países da União Europeia – 1991-2000, com base nos dados disponíveis até Março de 2004 da STAN Database da OCDE¹⁸ – constatou-se que, na generalidade dos países europeus, se verificou uma desaceleração do ritmo de crescimento da produtividade aparente do trabalho.



Produtividade = VAB / emprego total
VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP

No agregado UE14, a produtividade cresceu em termos médios anuais, nominais, 3,8% de 1991 a 1995 e 3,6% de 1995 a 2000. No primeiro subperíodo, esta evolução foi motivada por um crescimento do VAB, associado a um decréscimo do

emprego (3,2% e -0,6% ao ano, respectivamente), enquanto entre 1995 e 2000, o crescimento do VAB teve implícita alguma criação de emprego. Em 2000, a produtividade da União Europeia (UE14) era, a preços correntes, de €47121,0 por pessoa face a €33915,4 em 1991.

Simultaneamente ao aumento do nível de produtividade que se fez sentir na UE14, assistiu-se a uma redução dos custos de trabalho por unidade produzida (CTUP), passando de 0,561 de 1991 a 1995, para 0,550 de 1996 a 2000.

Ao nível dos países seleccionados, o quadro 11 resume a sua situação comparativamente à média comunitária, em termos de nível de produtividade e de CTUP.

Uma primeira observação, que será relevante quando se pretendem aferir os níveis de competitividade da União Europeia, decorre da comparação entre os níveis de produtividade e CTUP da UE14 e os dos Estados Unidos da América e Japão. Em ambos os casos, os níveis de produtividade superam claramente os da União Europeia. Relativamente aos EUA, no decurso do período em análise, essa diferença acentuou-se: entre os anos extremos registou-se uma evolução de mais de 40 p.p. na sua produtividade relativa, face à da UE14; considerando os valores médios nos períodos considerados, a diferença foi de cerca de 17 p.p.. O Japão, com níveis de produtividade que superam muito os da UE14, registou evolução semelhante entre os anos extremos. Quando se consideram os valores médios dos subperíodos, verifica-se uma ligeira aproximação face à produtividade da UE14.

¹⁸ Não inclui a Irlanda. Os países analisados foram os restantes 14 países da UE15, Polónia, Hungria e República Checa. Por questões de comparabilidade a análise centrar-se-á em Portugal, Grécia, Espanha, França, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Polónia, Hungria e República Checa.

Quadro 11
PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA
 Comparação com a média comunitária

Países	Produtividade Aparente do trabalho (UE14 = 100)			Custos de Trabalho por Unidade Produzida (UE14 = 100)		
	1991-1995	1996-2000	Diferença entre 2000 e 1991	1991-1995	1996-2000	Diferença entre 2000 e 1991
Alemanha	112,6	108,9	-0,2	106,2	105,0	0,2
Áustria	102,9	103,1	5,9	102,4	101,7	-1,2
Bélgica	128,2	126,1	2,4	99,8	100,5	1,5
Dinamarca	115,3	117,3	7,7	107,1	110,4	0,9
Espanha	85,6	78,3	-14,7	93,8	96,1	4,7
Finlândia	101,0	105,7	-5,6	106,3	99,8	-16,8
França	121,9	116,9	-4,7	100,3	102,8	2,6
Grécia	54,1	58,5	4,2	61,5	65,8	-2,6
Holanda	102,0	96,8	-2,7	98,7	100,5	3,0
Itália	102,0	100,6	-15,1	84,7	80,8	-6,6
Luxemburgo	160,2	172,7	24,0	93,1	86,1	-6,6
Portugal	41,0	44,2	6,5	96,6	97,7	4,0
Reino Unido	78,1	92,6	23,2	107,1	107,4	-1,3
Suécia	108,7	112,0	-5,2	111,4	110,1	-9,1
Hungria (1)	22,9	32,0	22,3	104,3	92,7	-16,3
Polónia (1)	12,0	18,1	14,2	62,8	72,6	14,0
República Checa	n.d.	25,5	n.d.	n.d.	91,9	n.d.
Estados Unidos da América	111,6	128,9	41,0	102,8	103,5	1,9
Japão	149,3	143,7	39,4	92,8	95,1	4,2

(1) 1992-1995.

Produtividade = VAB / emprego total

CTUP = (VAB / emprego total) / (ganho / emprego total).

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: OCDE - STAN Database; DPP

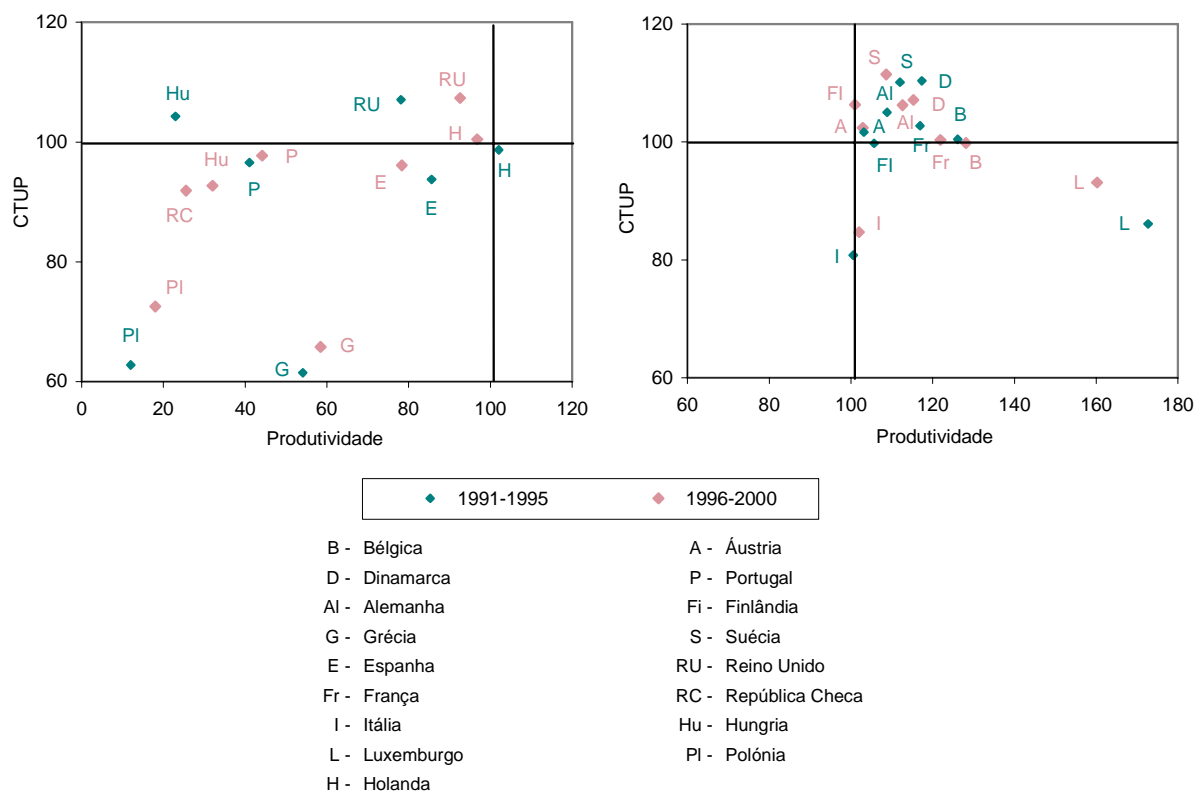
No que se refere aos CTUP, houve alguma aproximação entre os níveis da União Europeia e do Japão: no período entre 1991 e 1995, os custos de trabalho por unidade produzida eram cerca de 93% dos da UE, face a uma produtividade cerca de 50% superior; entre 1995 e 2000, com uma produtividade relativa de 143,7%, os CTUP passaram a representar 95,1% dos da UE.

Apesar dos níveis superiores de produtividade, os EUA registam níveis de custos de trabalho por unidade produzida ligeiramente superiores aos europeus. Essa ligeira diferença não se esbate ao longo do período, pese embora a divergência em termos de produtividade, tanto nos anos extremos como nos valores médios para os subperíodos.

Analisando os países europeus isoladamente, não se detecta um nexos claro entre níveis de produtividade relativa e CTUP relativos. Nalguns

casos, a níveis superiores ou próximos da média de produtividade correspondem CTUP inferiores à média ou próximos dela. Enquadram-se neste grupo, por exemplo, a França, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Holanda no primeiro período e a Finlândia no segundo. Outros países, como a Alemanha, Dinamarca e a Suécia, têm níveis de produtividade e CTUP superiores aos médios da UE14. Nas economias que apresentam níveis de produtividade claramente inferiores, como a Grécia e Espanha, em regra, o mesmo acontece com os CTUP, evidenciando relativamente baixas remunerações do trabalho. A Grécia cabe claramente nesse quadro; no caso de Espanha, o diferencial em termos de produtividade é bastante superior ao diferencial de custos de trabalho por unidade produzida. Nesta economia, a um significativo agravamento da divergência em termos de produtividade entre 1991-1995 e 1996-2000 (de 85,6 para 78,3% da média da

Gráfico 40
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E CTUP
UE=100



Polónia - dados a partir de 1992 para Emprego total
 República Checa - dados a partir de 1995 para Emprego total
 Produtividade = VAB / emprego total
 CTUP = (ganho / emprego total) / (VAB / emprego total)
 VAB e ganho avaliados a preços correntes e convertidos à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - STAN Database; INE - Contas Nacionais; Eurostat - New Cronos

UE) correspondeu uma menor aproximação dos CTUP à média comunitária (de 93,8 no primeiro período para 96,1% no último). O Reino Unido, associa baixa produtividade relativa a custos de trabalho superiores à média.

Neste contexto, entre os catorze países, **Portugal é o que apresenta mais baixos níveis de produtividade, inferiores a 45% da média da UE14, sendo os custos de trabalho por unidade produzida inferiores, mas bastante próximos da média:** as baixas remunerações do trabalho, face a tão baixas produtividades, não parecem suficientes para assegurar a competitividade externa.

No conjunto dos países europeus que, no período em análise, não pertenciam à União Europeia, todos

com produtividades bastante inferiores à da UE14, a Polónia é o que apresenta menores níveis de produtividade relativa (no último período, em média, menos de 20% da UE14) e, simultaneamente, menores CTUP. Note-se, todavia, que os CTUP da Grécia são inferiores aos da Polónia: a grande divergência em termos de produtividade destes dois países não é compensada pelas diferenças de remunerações.

De um modo geral, **assistiu-se a uma maior convergência dos CTUP do que da produtividade,** nomeadamente, em países como Portugal, Novos Estados Membros, Espanha, França e Finlândia. A Suécia detém os CTUP mais elevados e a Grécia os mais baixos, enquanto que

ao nível da produtividade, a França detém o nível mais elevado e a Polónia o mais baixo.

Comparando os níveis de 2000 face aos de 1991, dos países da UE que têm níveis de produtividade inferiores aos médios (Portugal Espanha, Grécia e Reino Unido), verificam-se situações distintas: no caso de Portugal, deu-se uma aproximação à média comunitária, com o aumento dos níveis de produtividade a superar claramente o aumento dos CTUP relativos; na economia espanhola, registou-se uma divergência da produtividade relativa acompanhada de um aumento dos CTUP; no caso da Grécia, a convergência em termos de produtividade teve uma repercussão na redução dos CTUP, os mais baixos no conjunto de países analisados (note-se que, se considerarmos os períodos médios, os custos de trabalho por unidade produzida mantêm-se, apesar do aumento da produtividade relativa).

Em termos globais¹⁹, observa-se que:

- nos países da UE14 que apresentaram, em ambos os períodos, produtividades inferiores à média (Portugal, Grécia, Espanha e Reino Unido), exceptuando o Reino Unido, os CTUP situam-se também abaixo da média. Entre os dois períodos analisados, verificaram-se evoluções positivas da produtividade relativa, acompanhadas pelo aumento dos CTUP e dos ganhos por trabalhador, face aos da UE. Contudo, no caso do Reino Unido o aumento dos CTUP relativos é praticamente irrelevante. De facto, a evolução muito significativa da produtividade permitiu suportar aumentos significativos dos ganhos relativos por

trabalhador, mantendo quase inalterados os CTUP.

- a quase totalidade dos países cuja produtividade é superior à média tem, simultaneamente, custos de trabalho por unidade produzida superiores ou próximos da média. Neste grupo de países os comportamentos são mais diferenciados. Relativamente às três grandes economias (Alemanha, França, e Itália), observam-se comportamentos semelhantes da produtividade. Nos casos da Alemanha e Itália, apesar de se terem registado reduções significativas da produtividade relativa, a regressão em termos de ganhos unitários relativos permitiu melhorias mais ou menos significativas de custos unitários relativos.

O quadro descrito tem por base diferentes ritmos de crescimento do VAB e do emprego, nos diversos países, em cada subperíodo.

Em Portugal, a produtividade cresceu, em ambos os subperíodos, a um ritmo superior ao da média comunitária (6,4% e 4,8% face a uma média de 3,8% e 3,6%, respectivamente), à semelhança do que aconteceu com a Grécia (3,9% de 1991 a 1995 e 5,1% de 1995 a 2000) e com os Novos Estados-membros. Espanha e Suécia apresentaram uma tendência contrária à dos restantes países, crescendo a um ritmo mais acelerado no segundo período comparativamente ao primeiro (2,7% e 5,3% de 1995 a 2000 face a 0,5% e 0,6% de 1991 a 1995).

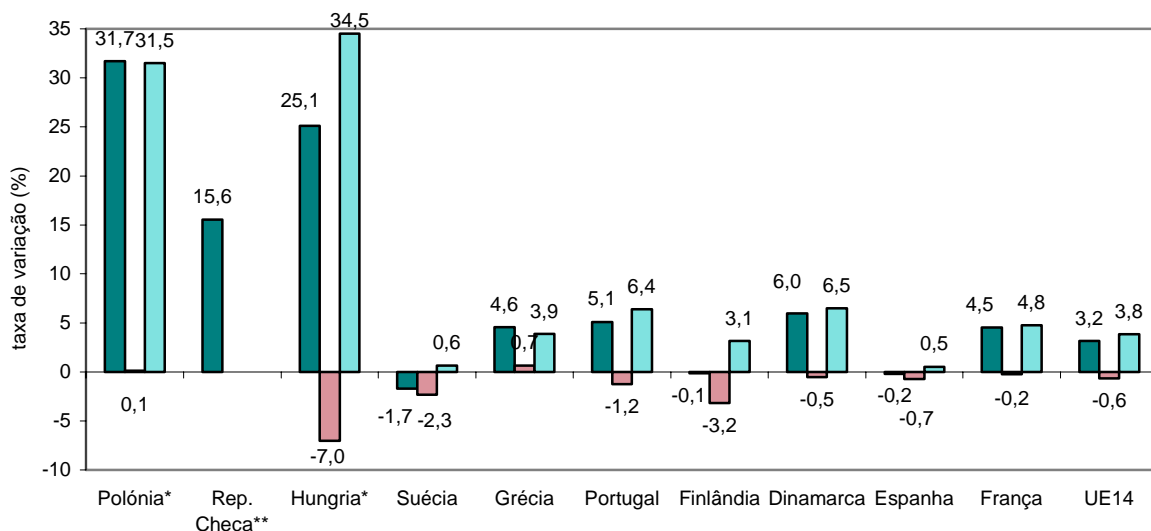
No caso dos Novos Estados Membros, em ambos os subperíodos, os elevados crescimentos da produtividade foram obtidos a partir de fortes crescimentos do VAB e da manutenção ou destruição do emprego (crescimento quase nulo no caso da Polónia e quebra no caso da Hungria e da República Checa).

No **subperíodo 1991-1995**, nos países seleccionados da UE14, a Grécia foi o único que associou um crescimento significativo do VAB a algum acréscimo do emprego, o que lhe permitiu um crescimento nominal da produtividade só

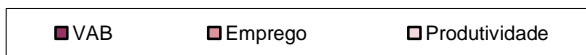
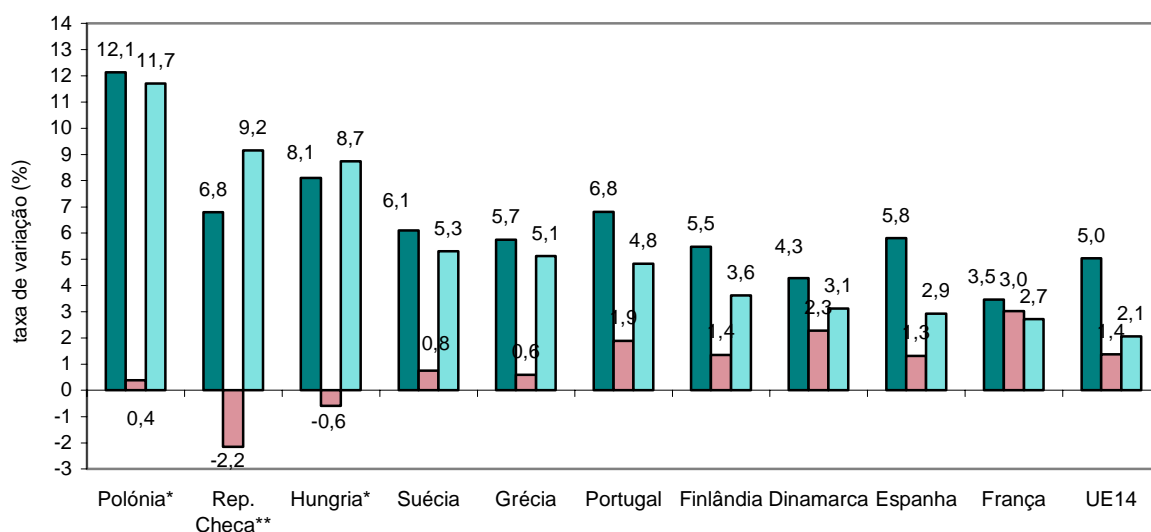
¹⁹ Como já foi referido, este comportamento insere-se num quadro geral de redução da produtividade na UE14, comparativamente aos Estados Unidos. Embora para número significativo de países da UE14 os CTUP se tenham reduzido relativamente aos dos EUA, tal só foi possível graças a uma divergência generalizada dos ganhos unitários. O Reino Unido constitui excepção de relevo: o comportamento da produtividade, nos dois períodos considerados, permitiu suportar uma convergência dos ganhos por trabalhador, face aos EUA, sem que tal se tivesse traduzido em aumentos de CTUP relativos.

Gráfico 41

**EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DAS SUAS COMPONENTES
EM PAÍSES DA UE14 E PAÍSES DO ALARGAMENTO
1991-1995**



1995-2000



*(1992-1995)

** dados não disponíveis de 1991 a 1994

Produtividade = VAB / emprego total

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP

ligeiramente superior à média comunitária. Nos restantes países, assistiu-se a quebras mais ou menos acentuadas do emprego.

Podem identificar-se dois tipos de tendências: na Suécia, Finlândia e Espanha, a variação positiva

obtida para a produtividade resultou de quebras simultâneas do VAB e do emprego, mais acentuadas da segunda variável; na Dinamarca e em França, o elevado ritmo de crescimento da produtividade, foi sustentado no forte crescimento

do VAB conjugado com ligeiras quebras no emprego. **Portugal acompanhou a evolução destes dois países**, tendo registado crescimento do VAB (t.m.a.c. de 5,1%) e redução do emprego (-1,2%), comportamento que resultou na segunda maior taxa de crescimento da produtividade, apenas superada, ligeiramente, pela Dinamarca.

No **subperíodo 1995-2000**, nos países da UE14, assistiu-se a uma tendência generalizada para significativos crescimentos do VAB acompanhados por crescimentos do emprego. Os países do alargamento continuaram a apresentar as mais elevadas taxas de crescimento da produtividade, muito superiores à média do agregado UE14. Nesse grupo de países encontram-se as únicas situações de redução do emprego (Hungria e República Checa).

Portugal, Espanha e Grécia apresentaram comportamentos distintos. Em Portugal, tal como na Grécia, prossegue o processo de convergência face à média da UE14. Espanha, registou um forte crescimento do VAB associado, contudo, a um ritmo significativo de criação de emprego. Este comportamento traduziu-se num maior afastamento da produtividade espanhola face à média da UE14. Nestes países, **Portugal foi o único que associou crescimentos da produtividade superiores à média com um comportamento relativamente dinâmico do emprego.**

25. Por definição, a produtividade de cada país resulta da média das produtividades sectoriais, ponderada pela respectiva estrutura de emprego. Os diferenciais de produtividade de cada país, relativamente à média comunitária, podem ser resultado quer das desigualdades das produtividades sectoriais, quer da diferença nas estruturas produtivas. A partir da decomposição nestes dois factores, procedeu-se a uma simulação de dois níveis de produtividade diferentes. Por um lado, simulou-se o nível de produtividade global que resultaria de produtividades sectoriais idênticas às da UE14, associadas à estrutura de emprego observada em cada país. Por outro lado, simulou-se o nível de produtividade que resultaria de se admitir uma estrutura de emprego semelhante à da UE14,

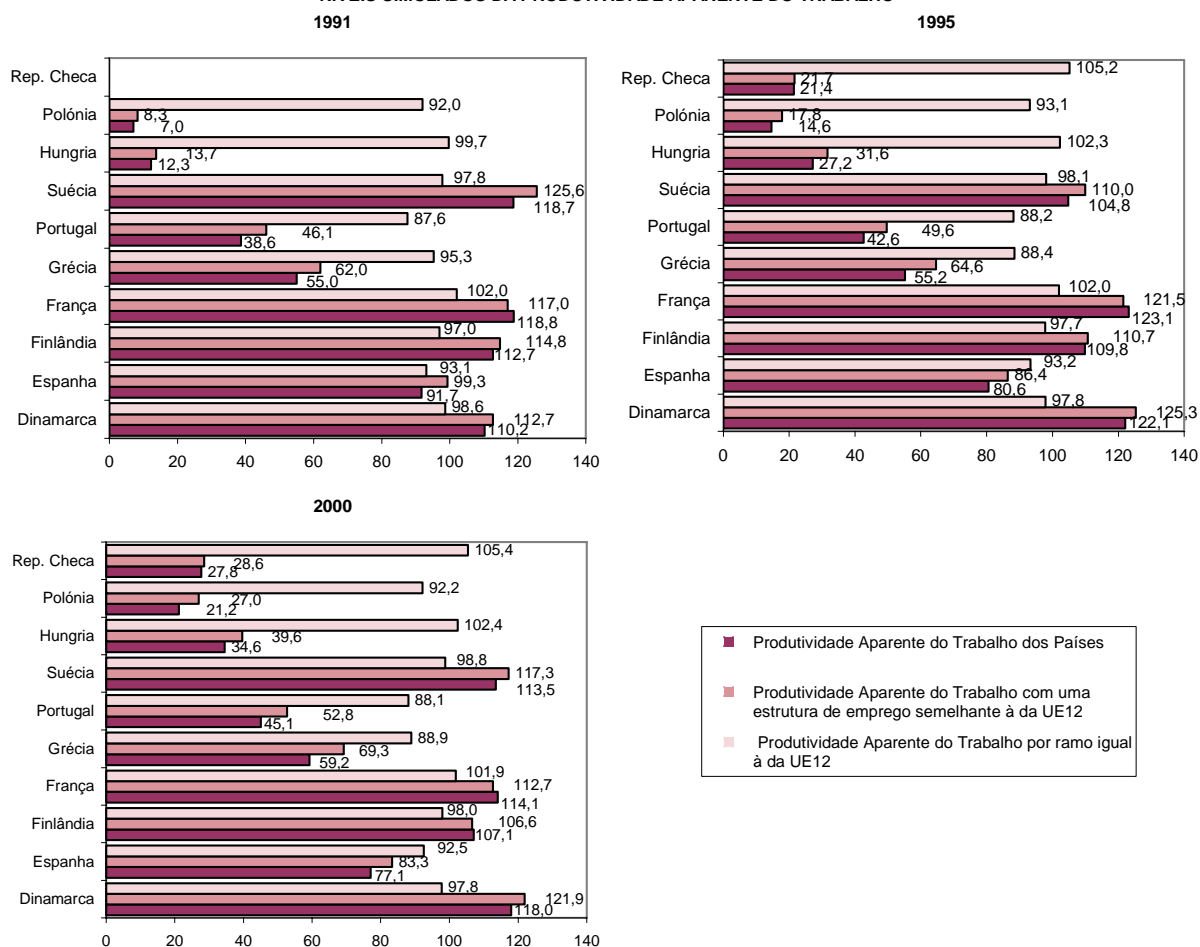
associada aos níveis observados de produtividade sectorial. De seguida, fez-se a comparação destes dois níveis com a produtividade realmente observada para cada país em 1991, 1995 e 2000.

Relativamente a **Portugal**, verifica-se que, nos três anos em análise, **os níveis simulados são sempre significativamente superiores aos observados.** Isto é, a baixa produtividade relativa da economia portuguesa resulta, da conjugação de baixas produtividades sectoriais com uma estrutura produtiva em que persistem actividades associadas a baixos níveis de produtividade. De facto, bastaria que a estrutura de emprego portuguesa fosse semelhante à da UE14 para que, sem alteração das produtividades sectoriais, a produtividade relativa subisse cerca de 7,7 p.p. em 2000. Note-se, todavia, que é quando se tomam as produtividades aparentes do trabalho, por ramo, idênticas às da UE14, que se verificam as grandes diferenças entre produtividade observada e produtividade simulada. Por outras palavras, mesmo que se mantivesse a estrutura de emprego, bastaria que os diferentes sectores produzissem com níveis de produtividade semelhantes aos da UE14 para que o nível de produtividade relativa nacional passasse para mais do dobro. Parece, pois, legítimo concluir que a grande causa para o atraso relativo da economia portuguesa não será tanto a desadequação da estrutura produtiva, frequentemente citada. Mais do que isso, o problema parece residir nos factores que determinam o desempenho produtivo dos sectores, designadamente, os que condicionam o stock de capital, os factores organizacionais, capacidade de gestão ou a formação e qualificação do trabalho.

Igualmente, para a Grécia e Espanha que, tal como Portugal, têm níveis de produtividade inferiores ao agregado, os níveis simulados são sempre superiores aos observados. Contudo, a situação dos dois países distingue-se da portuguesa. Para estas economias, a simulação aponta para uma repartição menos desequilibrada entre a desadequação da estrutura produtiva e deficientes produtividades sectoriais, como causas para a divergência de produtividade relativamente à média comunitária.

Gráfico 42

NÍVEIS SIMULADOS DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO



(1) 1992

Produtividade = VAB / emprego total

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP com base nos dados da STAN Database, OCDE.

Pelo contrário, nos países do alargamento, é ainda mais clara a predominância de factores associados ao desempenho produtivo dos diversos sectores.

No que se refere aos países que têm níveis de produtividade acima da média comunitária, Dinamarca, França, Suécia e Finlândia, de um modo geral, as principais causas explicativas são as que se relacionam com o melhor desempenho sectorial, comparativamente à média. De facto, de um modo geral, a evolução para uma estrutura de emprego semelhante à do agregado não induziria grandes efeitos nas produtividades destes países, desde que mantivessem as respectivas produtividades

sectoriais²⁰. Pelo contrário, a adopção de produtividades sectoriais semelhantes às da média da UE14 seria, só por si, suficiente para induzir reduções significativas de produtividade que, nalguns casos, passaria mesmo a ser inferior à média.

Em, suma, para os países analisados, o principal factor explicativo para as divergências de

²⁰ No caso de França, este resultado, em parte, estará associado ao facto de, dada a sua dimensão, a economia francesa ser muito importante na determinação da estrutura média de emprego da UE14. Contudo, o mesmo raciocínio não se pode aplicar à Dinamarca, Finlândia ou Suécia.

produtividade, não será tanto a existência de estruturas produtivas muito distintas (cuja importância, apesar de tudo não se poderá negligenciar para países como Portugal, Grécia ou Espanha) mas, fundamentalmente a existência de grandes divergências nos níveis sectoriais de produtividade.

As conclusões anteriores deverão, contudo, ser sujeitas a uma ressalva, que deriva ao facto de

os resultados obtidos serem condicionados pelo nível de desagregação dos dados. A adopção de um nível mais fino de desagregação poderia, eventualmente, mitigar ou ampliar as conclusões tiradas. De facto, quando, a este nível de agregação, consideramos um mesmo sector em duas economias, poderemos estar a falar de realidades muito distintas a nível intra-sectorial.

A PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DOS BENS TRANSACCIONÁVEIS E SERVIÇOS INTERNACIONALIZÁVEIS

O sector dos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis” é considerado como “motor” de crescimento de uma economia, o que implica que um crescimento forte da produtividade destes sectores induz um aumento da competitividade e do bem-estar.

O conjunto dos Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis engloba os sectores da “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, “indústria transformadora”, “transportes, armazenagem e comunicações” e as “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”.

Em resultado da crescente terciarização, os “bens transaccionáveis”, têm vindo a perder peso na generalidade das economias, quer em termos de VAB, quer em termos de emprego. Além disso, há uma tendência para a produtividade dos “serviços” crescer a um ritmo ligeiramente inferior à produtividade da “indústria”.

Quadro I
NÍVEL DE PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO POR PAÍSES
UE14=100

	Total da economia		Bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Alemanha	112,6	108,9	115,0	113,9
Áustria	102,9	103,1	83,4	86,2
Bélgica	128,2	126,1	131,6	129,7
Dinamarca	115,3	117,3	113,5	113,6
Espanha	85,6	78,3	81,3	73,3
Finlândia	101,0	105,7	99,6	107,4
França	121,9	116,9	126,7	121,2
Grécia	54,1	58,5	38,2	45,7
Holanda	102,0	96,8	99,8	93,0
Itália	102,0	100,6	98,3	96,7
Luxemburgo	160,2	172,7	170,4	183,9
Portugal	41,0	44,2	35,4	37,1
Reino Unido	78,1	92,6	82,6	93,7
Suécia	108,7	112,0	122,8	122,3
Hungria (1)	22,9	32,0	20,7	29,1
Polónia (1)	12,0	18,1	7,7	11,0
República Checa (2)	n.d.	25,5	n.d.	20,8

(1) (1992-1995).

(2) dados não disponíveis de 1991 a 1994.

Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP com base nos dados da STAN Database, OCDE.

A comparação do nível de produtividade relativa (UE14=100) do conjunto dos sectores de “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis” com o nível de produtividade relativa da totalidade da economia permite-nos distinguir dois grupos de países:

- as economias com melhor desempenho (produtividades claramente superiores à média comunitária) caracterizam-se por comportamentos ainda mais favoráveis dos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”;
- nos países cuja produtividade da totalidade da economia é inferior à média comunitária essa divergência é ainda mais acentuada para o sector dos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”. A situação é semelhante para as economias com produtividade relativa próxima da média.

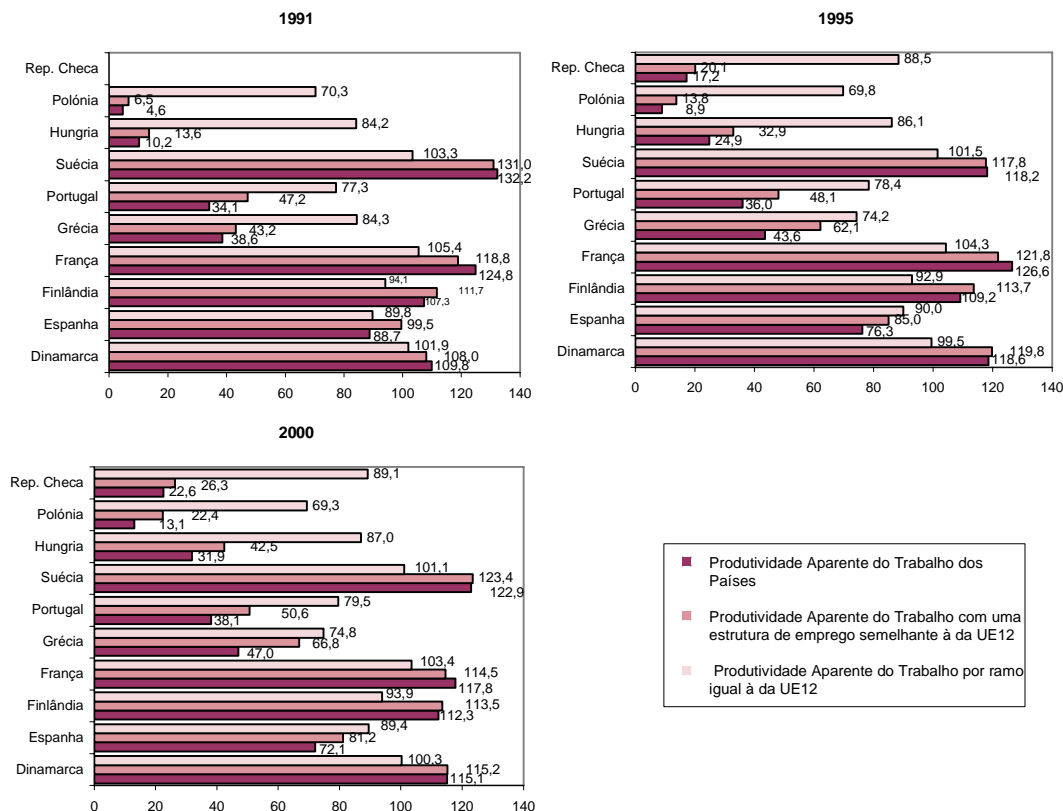
Destacam-se como excepções a esta caracterização: a Dinamarca, um dos países com melhor desempenho onde a divergência de produtividade do sector referido é inferior à da economia no seu conjunto; o Reino Unido, com produtividades inferiores à média, onde a principal fonte de divergência não se situa nos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”.

Com evoluções mais notórias de produtividade relativa nos sectores transaccionáveis destacam-se, entre as economias comunitárias, a Grécia, o Reino Unido, a Finlândia e o Luxemburgo.

Em Portugal, o desempenho destes sectores foi medíocre, ficando aquém da evolução da produtividade da economia. Em 1996-2000, o nível médio de produtividade nos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis” representava apenas 37,1% do nível correspondente na UE14.

Gráfico I

NÍVEIS SIMULADOS DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO NO SECTOR DOS "BENS TRANSACCIONÁVEIS E SERVIÇOS INTERNACIONALIZÁVEIS" PARA OS PAÍSES DA UE14 E NOVOS ESTADOS-MEMBROS



(1) 1992.
 Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP com base nos dados da STAN Database, OCDE.

De uma simulação dos níveis de produtividade, admitindo alternativamente, uma estrutura de emprego semelhante e produtividades sectoriais semelhantes às da UE14, conclui-se:

- no conjunto de países com níveis de produtividade acima da média comunitária, no caso da Suécia e da Dinamarca, a estrutura de emprego não parece ter efeitos significativos sobre a produtividade relativa; no caso da Finlândia, a sua estrutura de emprego, ter-se-á revelado ligeiramente desfavorável em comparação com a da média comunitária; pelo contrário, a França retira alguma vantagem deste factor. Contudo, é comum a estas economias o facto de, para o conjunto dos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”, tal como se verificara para o total da actividade económica, as diferenças nas produtividades sectoriais serem o principal factor explicativo do bom desempenho relativo em termos de produtividade global.
- de entre os países com produtividade inferior à média do agregado UE14, exceptuando os países do alargamento, Portugal é aquele em que é mais patente o efeito da divergência das produtividades sectoriais face aos níveis respectivos da UE14, sobre a produtividade do “sector de bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”. Sendo este o principal factor explicativo do afastamento destes países face ao agregado, não pode, contudo, ser ignorado o efeito, de uma estrutura produtiva menos favorável.

IV.2. Análise Sectorial

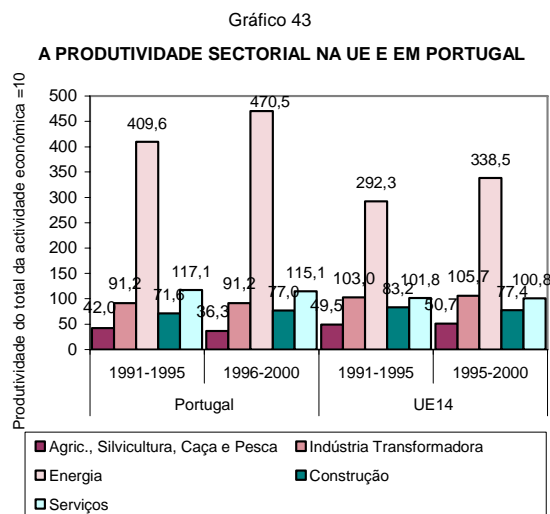
IV.2.1. Os Grandes Sectores da Actividade Económica

26. A desaceleração do ritmo de crescimento da produtividade aparente do trabalho, constatada na média dos países comunitários²¹, particularmente a partir de 2000, esteve associada a um abrandamento do ritmo de crescimento da produtividade sectorial.

Entre 1995 e 2000, o ritmo de crescimento da produtividade em Portugal foi mais elevado e sofreu maiores oscilações anuais do que na UE14, o que se traduziu num processo de convergência relativamente rápido (4,8% face a 3,6% de 1995 a 2000, em termos nominais, respectivamente).

Este padrão de crescimento da produtividade em Portugal e na UE14 decorre dos níveis relativos de produtividade sectorial.

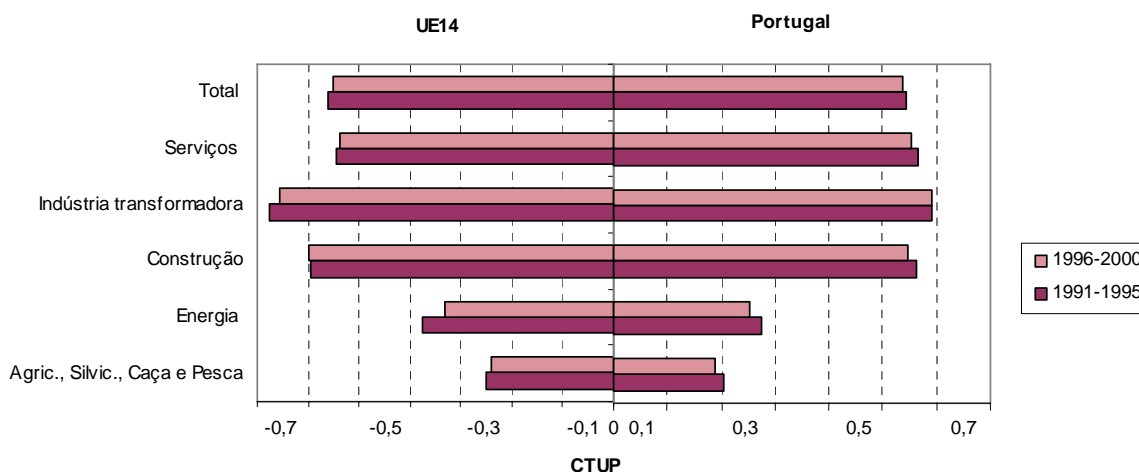
Dos grandes sectores da actividade económica, a “energia” e os “serviços” são os que apresentam níveis de produtividade acima da média, quer na UE14, quer em Portugal; a “indústria” tem um nível de produtividade ligeiramente acima da média na UE14 e abaixo da média em Portugal, confirmando a debilidade já verificada nos níveis de



CTUP = (ganho / emprego total) / (VAB / emprego total).
VAB e ganho avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

produtividade dos sectores transaccionáveis, (vide caixa: A Produtividade Aparente do Trabalho dos Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis). Uma certa coincidência na hierarquia dos sectores é facilmente explicável por factores associados aos processos produtivos e à valorização dos produtos. Verificam-se, todavia, diferenças significativas quando se comparam os níveis relativos das produtividades sectoriais. Os

Gráfico 44
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA NA UE14 E EM PORTUGAL



CTUP = (ganho / emprego total) / (VAB / emprego total).
VAB e ganho avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

²¹ Capítulos II e IV.1.

diferenciais intersectoriais de produtividade são, em Portugal, muito superiores aos que se verificam na UE14.

Os altos níveis de produtividade são característicos da “energia”, sector em que a produtividade relativa, em Portugal, é superior a 400%, face a cerca de mais de 300% na UE14²².

O segundo sector mais produtivo, em Portugal, é o dos “serviços”: em termos comunitários, a produtividade deste sector é muito próxima da média da actividade económica; na economia portuguesa a produtividade aparente do trabalho dos “serviços” é superior à média da actividade económica em mais de 15 p.p..

Simultaneamente ao aumento do nível de produtividade, assistiu-se, na UE14, a uma ligeira redução dos **custos de trabalho por unidade produzida** (CTUP) sentida com amplitudes diferenciadas nos diversos países e sectores de actividade económica.

A maior parte dos países com produtividade inferior à média apresentam, simultaneamente, custos de trabalho por unidade produzida inferiores à média, associados a remunerações do trabalho relativamente baixas como factor de competitividade.

Em Portugal, a melhoria em termos de produtividade relativa (cerca de 3 p.p. entre os dois subperíodos) não se reflectiu em progressos competitivos, quando medidos pela evolução dos CTUP relativos (os quais registaram um acréscimo superior a 1 p.p., atingindo quase 98% do valor médio da UE14). Na Grécia, embora a evolução seja semelhante, o nível de CTUP é, em qualquer dos períodos, muito inferior à média comunitária.

27. A evolução global tem subjacentes **comportamentos sectoriais distintos**, pelo que se justifica uma análise por grandes sectores da actividade económica.

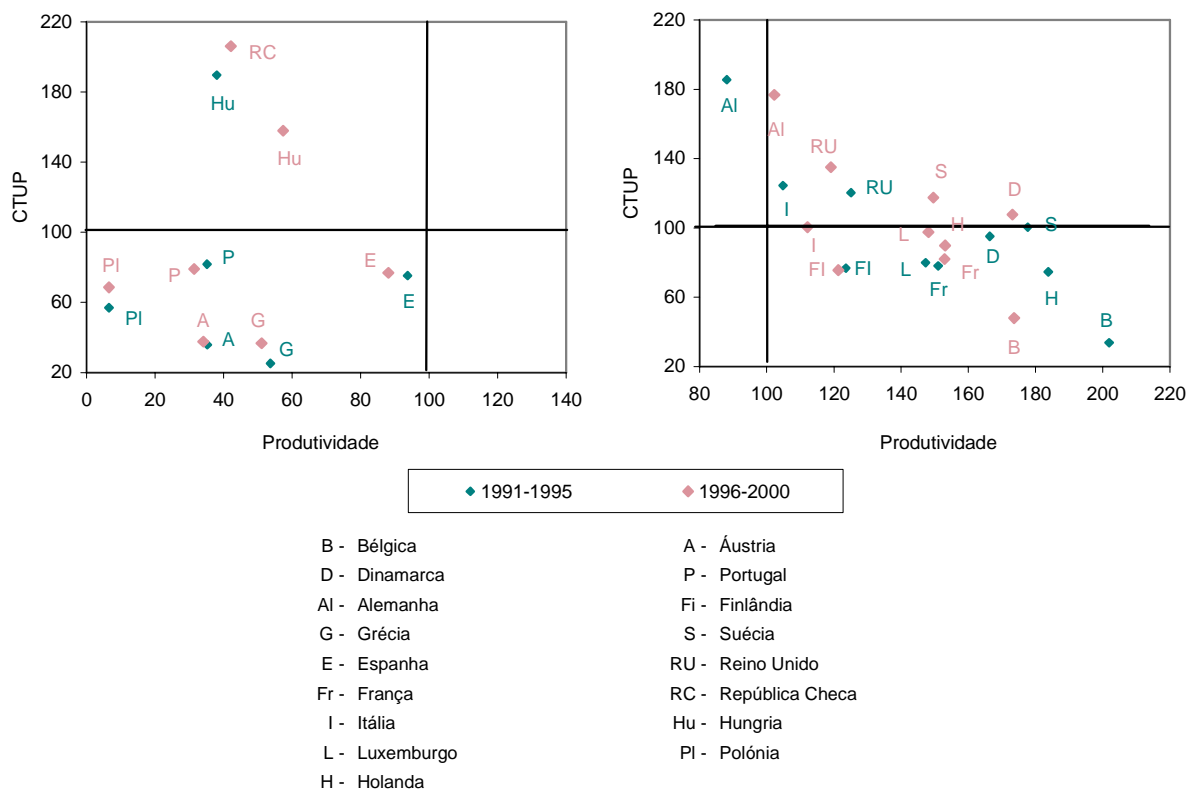
Assim, **em Portugal**, a “agricultura, silvicultura, caça e pesca” é, o sector cuja produtividade mais se afasta da média da UE14, sendo a “energia” o que mais se aproxima desse valor médio (cerca de 50%). Contudo, apesar dos baixos níveis de produtividade aparente do trabalho, os custos de trabalho por unidade produzida são, para a generalidade dos sectores, inferiores aos comunitários. O sector dos “serviços”, com um nível de produtividade significativamente aquém da média comunitária, destaca-se com valores de CTUP que ultrapassam os da União.

Na “**agricultura, silvicultura, caça e pesca**”, em Portugal, agravou-se a divergência da produtividade face à média da UE14. No período 1991-1995, era cerca de 35,2% do nível correspondente na comunidade, passando para 31,4%, no último período. Contudo, os CTUP mantiveram-se abaixo dos valores comunitários médios neste sector, tendo mesmo aumentado o diferencial face à média em cerca de 2,7 p.p. (contrariamente ao que aconteceu para o conjunto da actividade económica).

Do conjunto dos países comunitários, é em Portugal que se encontram os mais baixos níveis de produtividade aparente do trabalho neste sector. Espanha e a Grécia registam igualmente níveis de produtividade abaixo da média da UE14, apresentando, simultaneamente, custos de trabalho por unidade produzida relativamente baixos e inferiores aos portugueses. No entanto, em Espanha, os baixos níveis de CTUP estão associados a níveis de produtividade já bastante próximos dos da UE14 (cerca de 90%). Por seu turno, na Grécia, a níveis de produtividade que são cerca de metade dos níveis da comunidade correspondem CTUP significativamente inferiores aos portugueses. Os níveis de CTUP relativos em Portugal e na Grécia têm por base remunerações de trabalho muito baixas. De facto, no último período analisado, os ganhos por trabalhador eram cerca de 25% e 19% da média comunitária, respectivamente (28,8 e 13,5%, no primeiro período).

²² Registe-se, porém, que a produtividade deste sector, em Portugal, é pouco superior a metade do nível da produtividade da “energia” na UE14.

Gráfico 45
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA
 Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca
 UE=100



Polónia - dados a partir de 1992.

República Checa dados a partir de 1995.

Produtividade = VAB / emprego total.

CTUP = (ganho / emprego total) / (VAB / emprego total).

VAB e ganho avaliados a preços correntes e convertidos à taxa de câmbio média anual.

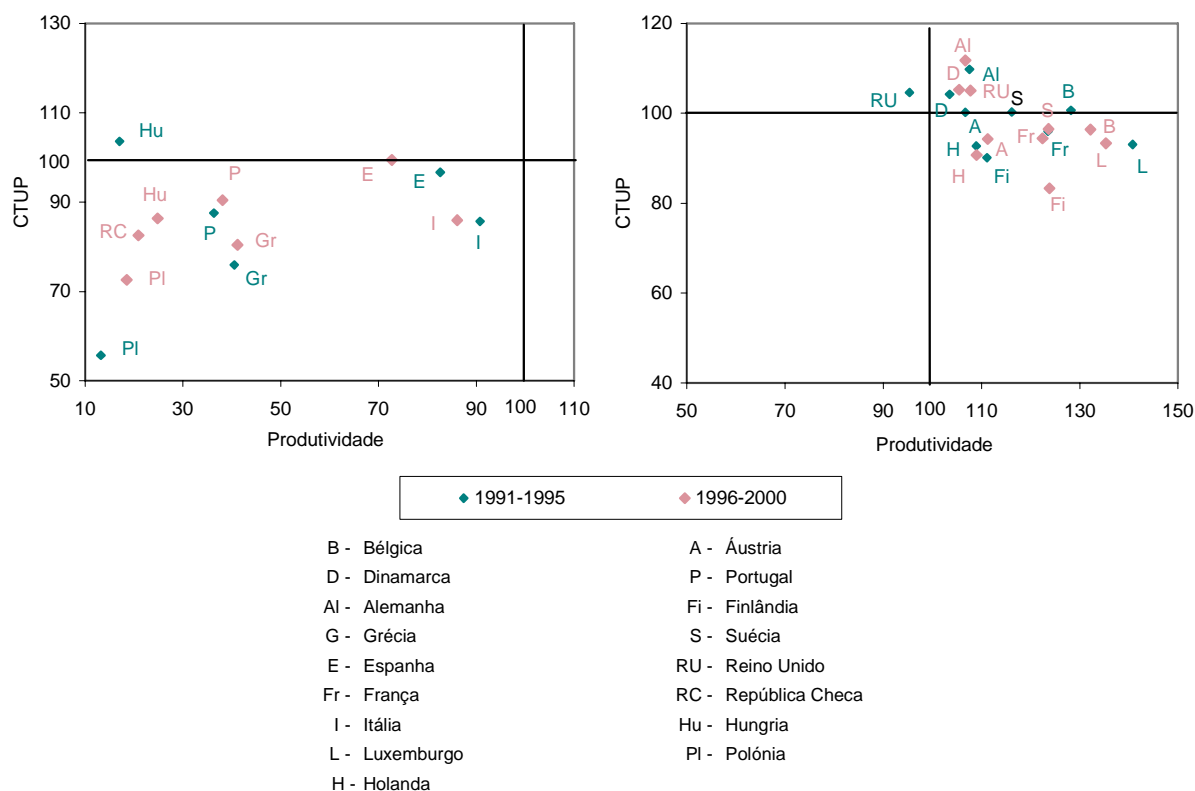
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database; Eurostat - New Cronos; INE - Contas Nacionais.

No sector da “indústria”, sobressai uma maior divergência nos níveis nacionais de produtividade relativa, sendo as grandes divergências de produtividade parcialmente compensadas pelas divergências na remuneração dos trabalho. Na “UE14”, apenas a Alemanha, a Dinamarca e o Reino Unido apresentam CTUP claramente superiores à média. Com uma produtividade inferior à do Japão e dos EUA, a UE14 encontra-se numa situação desfavorável em termos de custos de trabalho por unidade produzida, particularmente em relação ao Japão. Essa situação verifica-se nas três economias referidas, mas não só, sendo de destacar os casos de Espanha, Áustria, Suécia e França.

Apesar da ligeira convergência verificada no período de análise, Portugal é o país comunitário com menor

nível de produtividade industrial (cerca de 38% da produtividade da UE14, no último subperíodo). Este grande défice de produtividade traduz-se em problemas de competitividade difíceis de compensar de forma sustentada pela via do ajustamento das remunerações. De facto, os ganhos por trabalhador são, na indústria portuguesa, cerca de 1/3 dos níveis da UE14, e os custos de trabalho por unidade produzida aproximam-se muito dos níveis comunitários (cerca de 90%, no subperíodo referido). A Grécia encontra-se numa situação semelhante. Contudo, níveis de produtividade ligeiramente superiores aos da indústria portuguesa associados a menores ganhos por trabalhador, asseguram-lhe uma posição competitiva mais favorável em termos de custos de trabalho.

Gráfico 46
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA
Indústria
UE=100



Polónia - dados a partir de 1992.

República Checa dados a partir de 1995.

Produtividade = VAB / emprego total.

CTUP = (ganho / emprego total) / (VAB / emprego total).

VAB e ganho avaliados a preços correntes e convertidos à taxa de câmbio média anual.

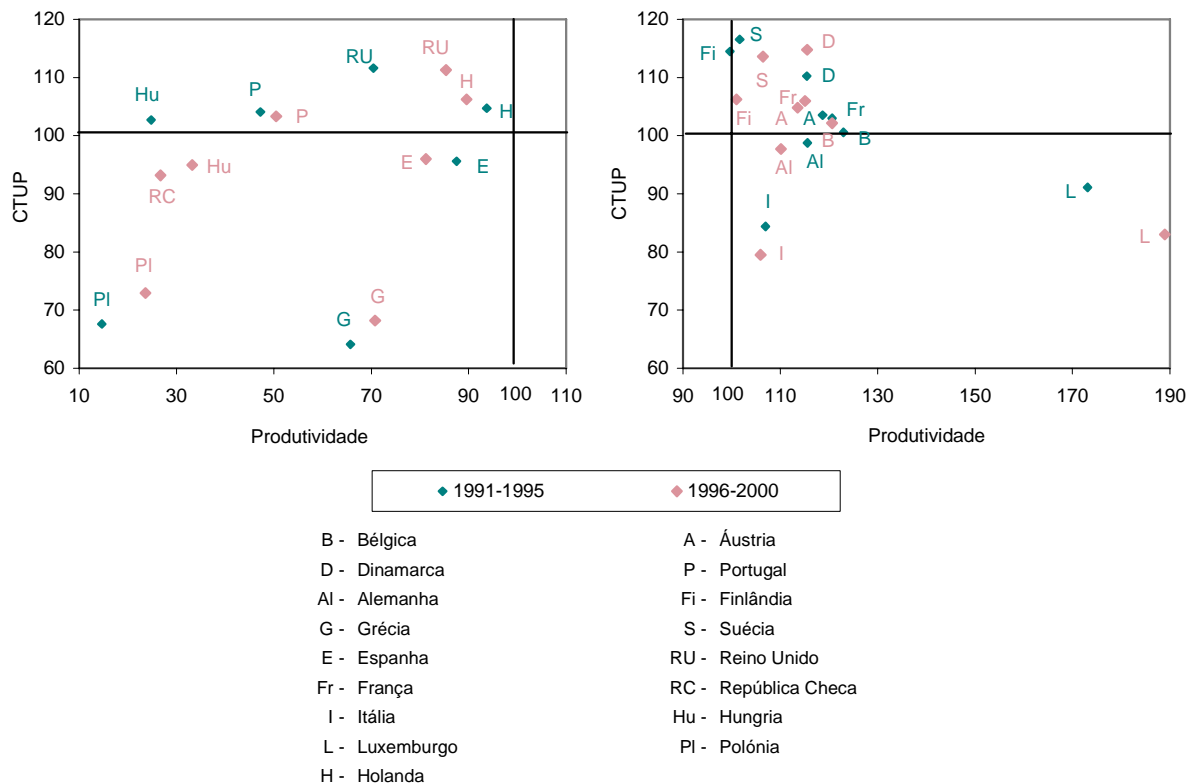
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database; Eurostat - New Cronos; INE - Contas Nacionais.

Relativamente aos países do alargamento, as situações divergem, apresentando como característica comum os níveis muito baixos de produtividade (em qualquer dos casos inferior a 25% da média comunitária). Na Hungria, apesar do crescimento das remunerações, o aumento da produtividade da indústria permitiu uma redução significativa dos CTUP: em 1991-1995 eram superiores à média, passando no período seguinte para um nível relativo de cerca de 86%. Na Polónia, níveis muito baixos de remuneração do trabalho traduziam-se entre 1991 e 1995 em CTUP relativos muito baixos (55,7%), apesar de a produtividade do trabalho ser cerca de 13,2% da média. O progresso registado em termos de produtividade não foi

suficiente para conter uma subida dos CTUP de mais de 16 p.p..

Nos “serviços”, tal como na “indústria”, registam-se grandes divergências na produtividade aparente do trabalho que não são acompanhadas a nível dos custos de trabalho por unidade produzida. Apesar de, em Portugal, este ser o segundo sector cuja produtividade menos diverge da média do agregado (depois da “energia”), ele é, simultaneamente, o único cujos CTUP se situam acima da média (104,1% e 103,3% em 1991-1995 e 1996-2000, respectivamente). Não obstante a lenta convergência na produtividade, o seu nível muito baixo (cerca de 50% da média da UE14) tem

Gráfico 47
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA
Serviços
UE=100



Polónia - dados a partir de 1992.
 República Checa dados a partir de 1995.
 Produtividade = VAB / emprego total.
 $CTUP = (\text{ganho} / \text{emprego total}) / (\text{VAB} / \text{emprego total})$.
 VAB e ganho avaliados a preços correntes e convertidos à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database; Eurostat - New Cronos; INE - Contas Nacionais.

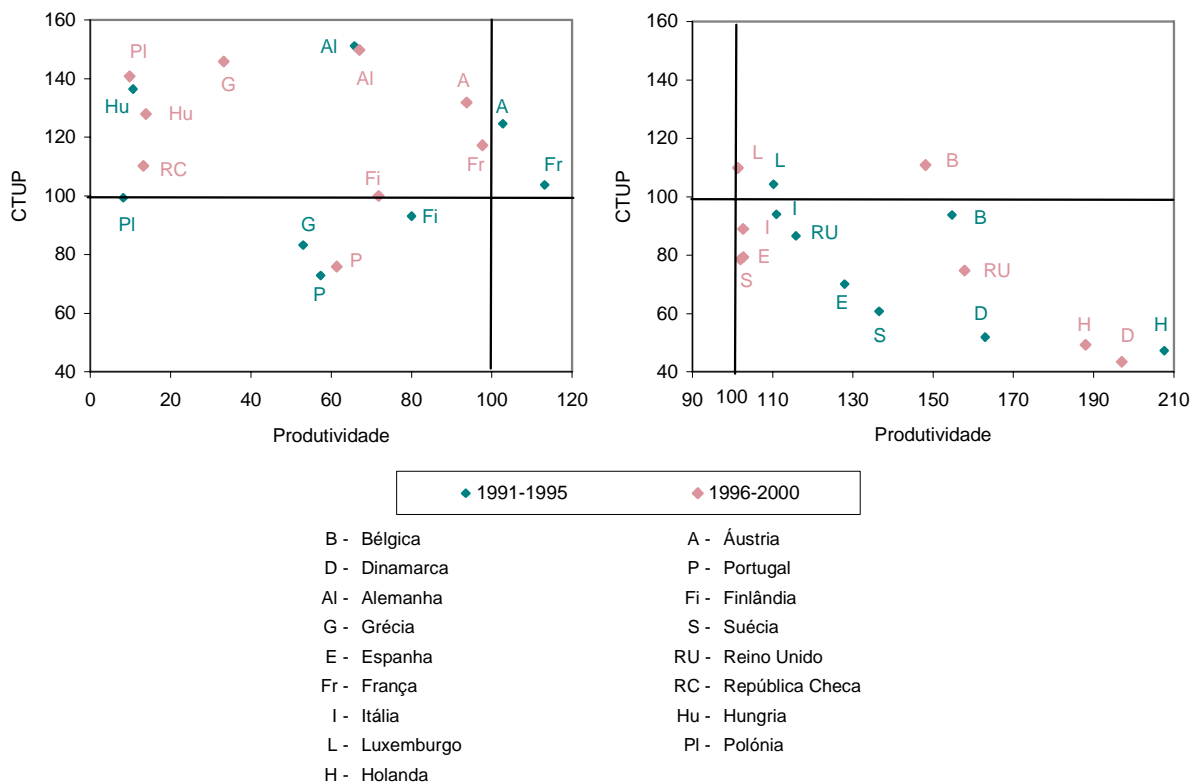
reflexos a nível de custos unitários que não são compensados pelo desnível na remuneração do factor trabalho. Também neste sector, a produtividade da economia portuguesa é a mais baixa no conjunto dos países comunitários, com uma diferença de cerca de 20 p.p. face à Grécia. Em 1996-2000, mesmo no conjunto dos países do alargamento, caracterizados por níveis de produtividade muito baixos, na Hungria, a produtividade dos serviços ultrapassou ligeiramente a portuguesa.

Na generalidade dos países, verificou-se um movimento de convergência na produtividade. De entre as excepções, será de destacar o caso de

Espanha cuja produtividade nos serviços, apesar de ser significativamente inferior à média, regrediu mais de 6 p.p. nos períodos considerados, em consonância, aliás, com a tendência da generalidade dos sectores.

Na “**energia**”, na maioria dos países comunitários cuja produtividade era superior à média, assistiu-se a uma diminuição do seu nível relativo de 1991-1995 para 1996-2000 e a um aumento simultâneo do nível relativo dos CTUP. No conjunto dos países do agregado cuja produtividade era inferior à média (Alemanha, Finlândia, Grécia e Portugal), a Alemanha e Portugal aumentaram ligeiramente o seu nível de produtividade relativa.

Gráfico 48
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA
Energia
UE=100



Polónia - dados a partir de 1992.
 República Checa dados a partir de 1995.
 Produtividade = VAB / emprego total.
 $CTUP = (\text{ganho} / \text{emprego total}) / (\text{VAB} / \text{emprego total})$.
 VAB e ganho avaliados a preços correntes e convertidos à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database; Eurostat - New Cronos; INE - Contas Nacionais.

Na “**construção**”, a produtividade portuguesa é a mais baixa da UE14 (cerca de 44%), sendo mesmo inferior à da Hungria, no período de 1996 a 2000 (49,9%). Portugal, Grécia e Espanha são os países em que a produtividade se encontra abaixo da média comunitária. As diferenças no comportamento dos ganhos por trabalhador, associadas às variações na produtividade, estão na base de diferentes evoluções dos CTUP. Em Portugal e na Grécia, as diferenças nos ganhos por trabalhador justificam CTUP inferiores aos médios. Contudo, em Portugal os níveis são relativamente elevados (94,4 e 91,6%, respectivamente, nos dois subperíodos).

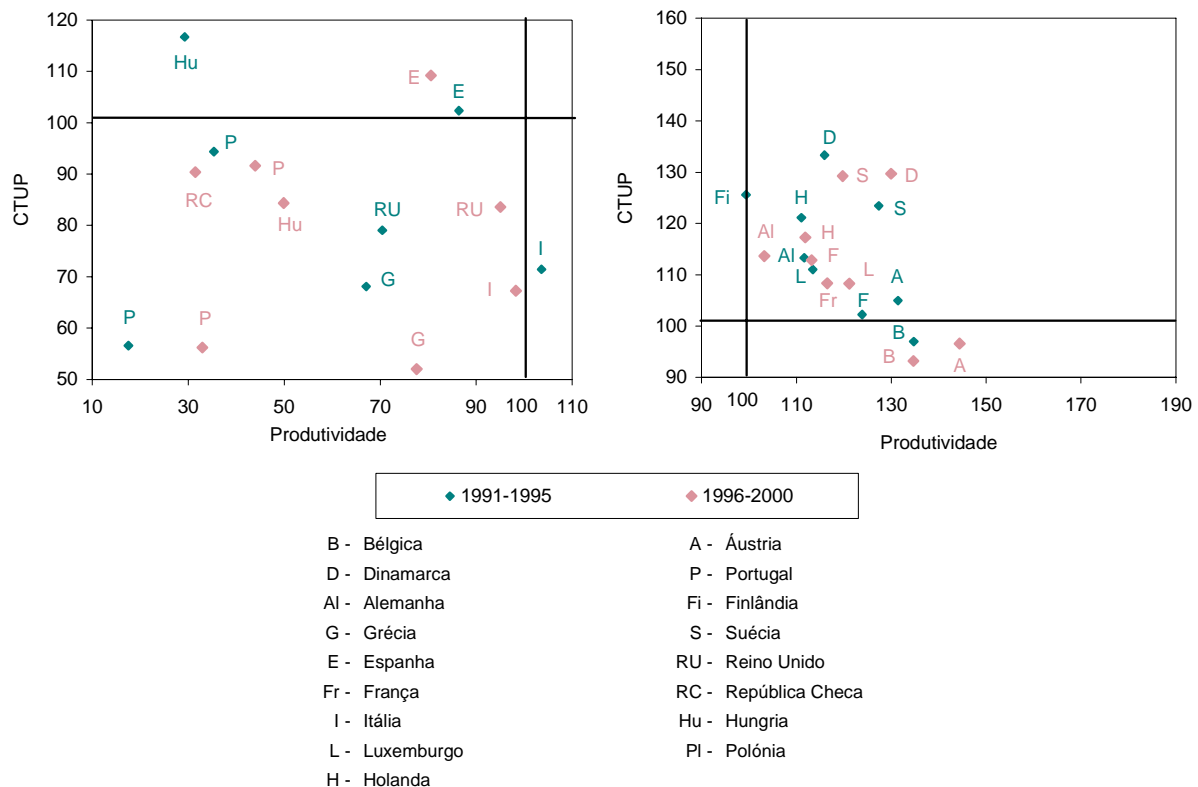
28. No intuito de identificar as razões para os diferentes comportamentos das produtividades nacionais face à média comunitária, foi realizado de

um exercício de simulação de níveis de produtividade, semelhante ao efectuado no capítulo IV.1. Assim sendo, as diferenças de níveis de produtividade entre países podem resultar de estruturas produtivas diferenciadas e ou de diferenças nos níveis sectoriais de produtividade.

Realizaram-se simulações para a totalidade da economia a partir de uma desagregação sectorial de dezasseis sectores de actividade, dos quais nove na “indústria” nos “serviços”.

As primeiras conclusões que se podem retirar da simulação, quer para a “indústria”, quer para os “serviços”, são idênticas às retiradas para a totalidade da economia. Em Portugal, como na Grécia e em Espanha, economias com

Gráfico 49
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E CUSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA
Construção
UE=100



Polónia - dados a partir de 1992.

República Checa dados a partir de 1995.

Produtividade = VAB / emprego total.

CTUP = (ganho / emprego total) / (VAB / emprego total).

VAB e ganho avaliados a preços correntes e convertidos à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database; Eurostat - New Cronos; INE - Contas Nacionais.

produtividades totais e sectoriais inferiores à média, as divergências na produtividade são justificadas por ambos os factores apontados. De facto, tanto a simulação com base em estruturas de emprego semelhantes à da UE14, como a hipótese de níveis de produtividade sectoriais idênticos aos médios do agregado, seriam suficientes para induzir aumentos de produtividade relativa. Contudo, verifica-se que, em qualquer destes países, **o principal factor de divergência reside nas diferenças nas produtividades sectoriais.**

Relativamente aos países cuja produtividade supera a do agregado, encontram-se situações distintas, com um ponto comum: para todos eles, a adopção dos níveis de produtividade sectorial médios traduzir-se-ia numa desvantagem. Poder-se-á

concluir, que, de um modo geral, as diferenças de produtividade entre os países não residem fundamentalmente nas diferenças de estrutura, sendo em larga medida, justificadas por divergências a nível das produtividades sectoriais.

Para Portugal e Grécia, este efeito, torna-se particularmente visível na simulação para o sector da “indústria”. Em termos de diferencial relativamente ao nível de produtividade observado, os ganhos obtidos com produtividades sectoriais semelhantes às da UE14, foram significativamente maiores na “indústria” do que nos “serviços”. De facto, de 1996 a 2000, Portugal obteria um ganho de produtividade de 46,7 p.p. para a “indústria” e de 42,2 p.p. para os “serviços” e a Grécia 47,8 p.p. para a “indústria” e 22,6 p.p. para os “serviços”.

Quadro 12
NÍVEIS SIMULADOS DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO
UE14 = 100

Países	Produtividade Aparente do Trabalho dos Países						Produtividade Aparente do Trabalho com uma estrutura de emprego semelhante à da UE14						Produtividade Aparente do Trabalho por ramo igual à da UE14					
	Indústria		Serviços		Total		Indústria		Serviços		Total		Indústria		Serviços		Total	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Alemanha	107,5	106,7	115,6	110,2	112,6	108,9	108,0	107,2	117,2	110,1	111,6	106,7	104,2	104,9	99,2	100,1	102,5	102,8
Áustria	106,7	111,3	118,7	113,5	102,9	103,1	112,7	118,0	124,0	119,4	118,2	116,8	97,9	98,0	96,2	96,2	91,5	92,7
Bélgica	128,2	132,2	123,0	120,7	128,2	126,1	131,9	135,3	123,7	121,5	128,0	125,7	101,3	101,5	100,7	100,9	102,2	102,1
Dinamarca	103,5	105,4	115,5	115,5	115,3	117,3	104,7	105,8	119,0	120,0	118,1	121,0	101,7	101,9	97,4	96,3	98,2	97,6
Espanha	82,6	72,7	87,5	81,2	85,6	78,3	88,9	79,4	93,1	86,4	92,2	84,4	97,7	96,6	93,9	93,5	93,1	92,8
Finlândia	111,1	123,9	99,7	101,0	101,0	105,7	109,9	119,4	102,5	105,3	102,9	106,8	101,1	101,8	97,0	96,4	97,1	97,6
França	123,5	122,4	120,6	115,1	121,9	116,9	126,2	126,6	118,2	113,6	120,1	115,6	101,4	101,4	102,5	101,7	102,0	101,7
Grécia	40,5	41,1	65,7	70,8	54,1	58,5	42,9	43,2	65,9	78,0	60,2	68,9	89,6	88,8	107,6	93,4	94,0	88,7
Holanda	108,9	109,0	93,7	89,5	102,0	96,8	112,8	113,8	92,4	87,1	103,5	97,8	101,4	100,8	103,0	105,3	102,7	104,0
Itália	90,8	86,1	107,0	105,9	102,0	100,6	98,1	93,4	110,1	108,4	106,5	104,2	94,4	94,3	97,3	97,8	96,1	96,9
Luxemburgo	140,7	135,4	173,1	188,9	160,2	172,7	140,4	133,9	156,4	163,1	150,7	154,8	95,6	97,0	96,2	96,2	91,5	92,7
Portugal	36,3	38,1	47,2	50,4	41,0	44,2	44,4	48,0	50,8	54,4	47,8	51,8	86,2	84,9	93,2	92,6	88,2	87,9
Reino Unido	95,3	107,8	70,4	85,3	78,1	92,6	97,4	109,5	69,0	83,2	77,4	91,6	101,7	102,4	104,2	104,4	105,2	104,7
Suécia	116,2	123,7	101,7	106,4	108,7	112,0	119,9	127,1	110,7	113,7	115,2	116,2	102,2	103,1	94,9	95,7	97,6	98,6
Hungria (1)	17,0	24,9	24,8	33,2	22,9	32,0	19,0	29,5	29,7	39,3	26,9	37,1	8,1	96,0	6,6	93,5	7,9	102,6
Polónia (1)	13,2	18,5	14,7	23,6	12,0	18,1	14,5	20,5	15,2	23,9	14,7	22,7	8,1	94,3	6,6	96,0	7,2	92,8
Rep. Checa (2)	n.d.	20,9	n.d.	26,7	n.d.	25,5	n.d.	22,4	n.d.	27,1	n.d.	26,2	n.d.	97,1	n.d.	99,2	n.d.	104,9

(1) dados a partir de 1992

(2) dados a partir de 1995

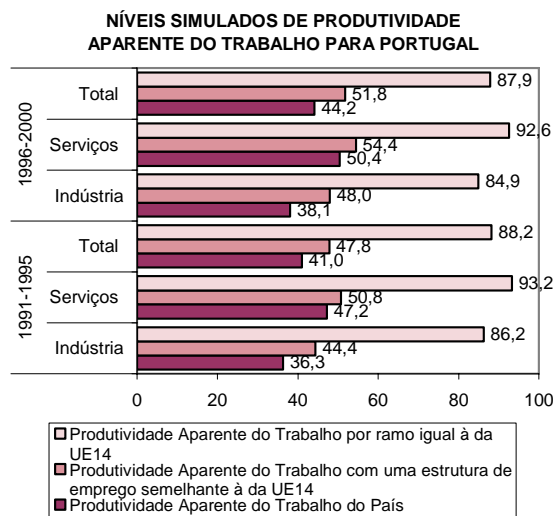
Produtividade = VAB / emprego total

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

Cap.º IV – As Tendências da Evolução da Produtividade em Portugal Face à União Europeia

Gráfico 50



Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

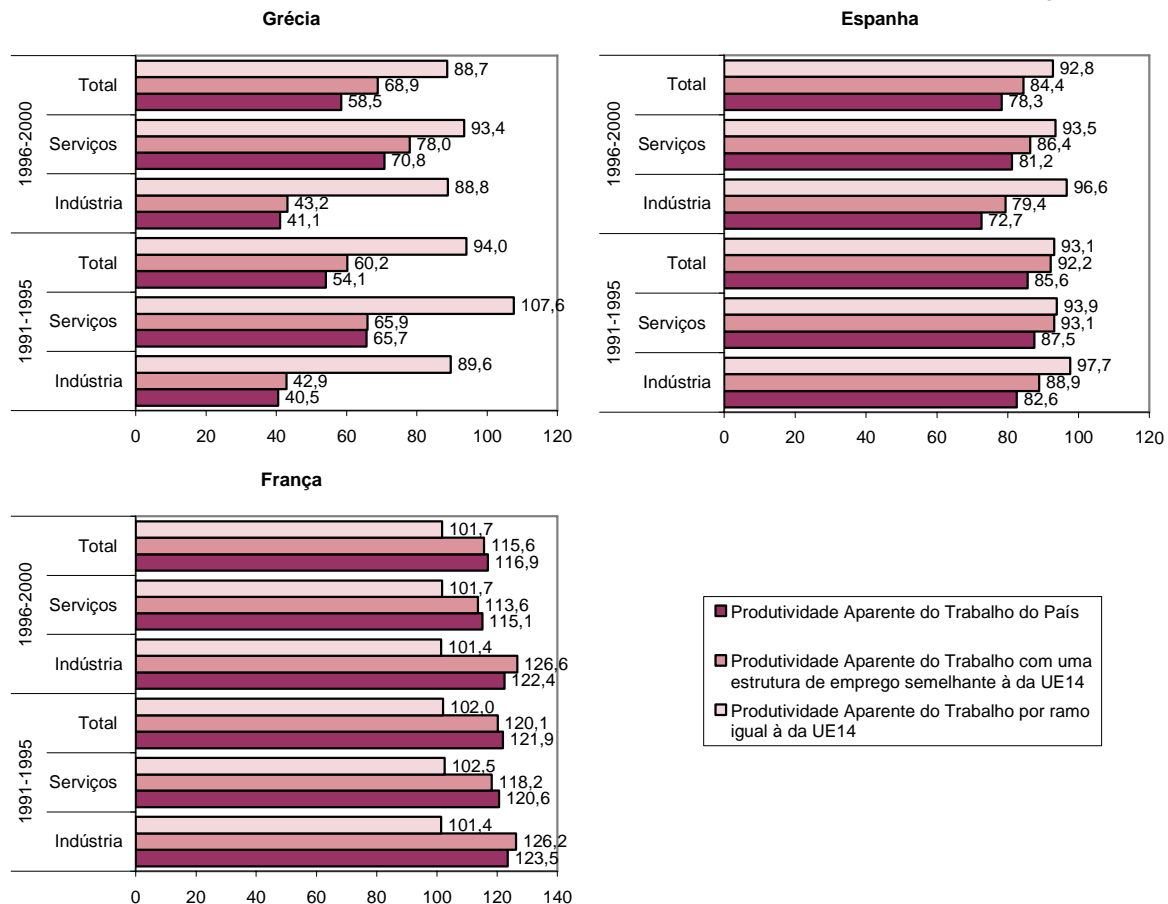
Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

Embora em menor grau, em Espanha, as diferenças nas produtividades sectoriais surgem como principal factor explicativo para a divergência na produtividade face à UE14. Este efeito torna-se particularmente visível na simulação para a “indústria”, com ganhos de produtividade na hipótese de produtividades sectoriais idênticas às da UE14 de 15,1 p.p. de 1991 a 1995 e de 23,9 p.p. de 1996 a 2000 (para os “serviços” de 6,4 p.p. e 12,3 p.p., respectivamente).

Relativamente a França, verifica-se que o nível relativamente elevado da produtividade aparente do trabalho, para o conjunto da economia e para os serviços, tem por base estruturas produtivas e produtividades sectoriais favoráveis. Apenas na

Gráfico 51

NÍVEIS SIMULADOS DE PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO PARA A GRÉCIA, ESPANHA E FRANÇA



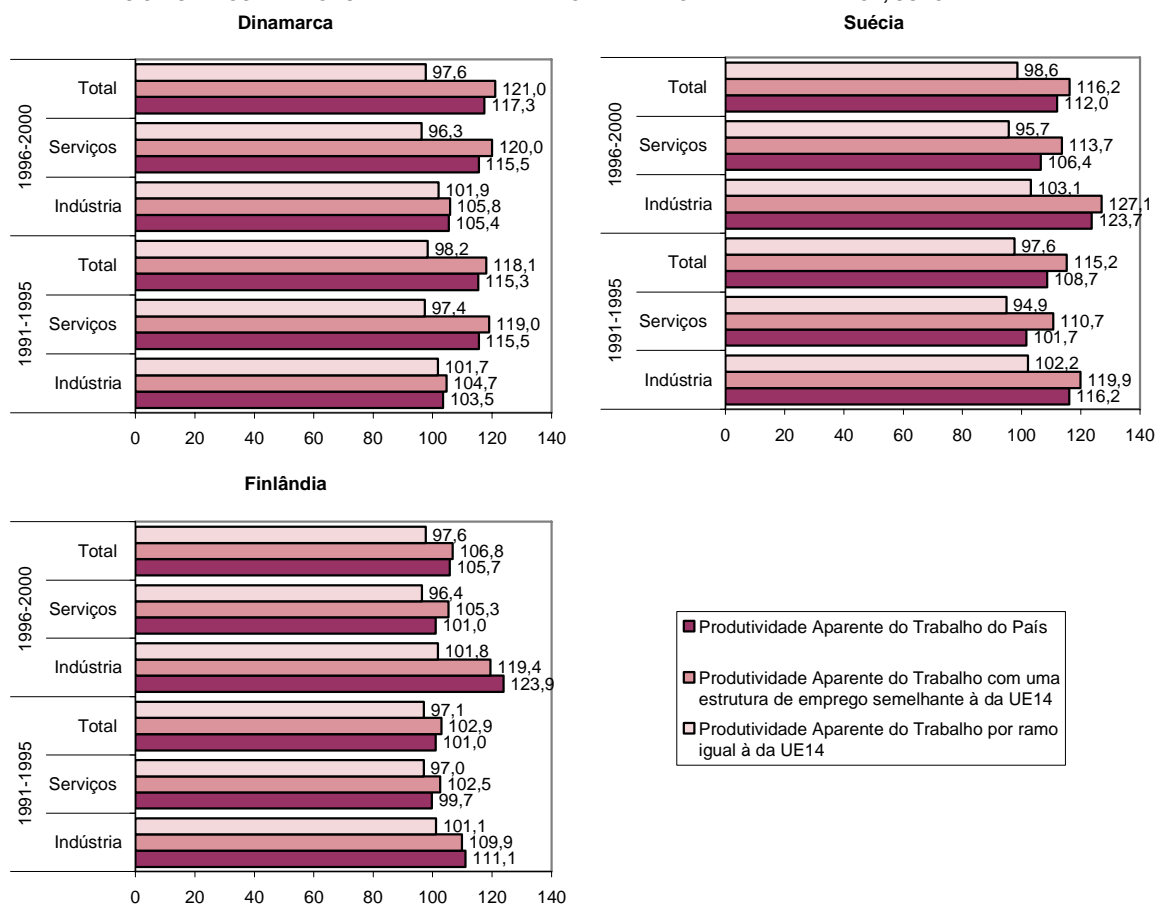
Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

Gráfico 52

NÍVEIS SIMULADOS DE PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO PARA A DINAMARCA, SUÉCIA E FINLÂNDIA



Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

indústria, a estrutura de emprego é ligeiramente desfavorável. Na Finlândia, a situação é semelhante mas, é nos serviços e não na indústria que a estrutura de emprego lhe é desfavorável.

Entre os países com produtividade superior à média, a Alemanha, a Áustria, a Bélgica a Suécia e a Dinamarca, apresentam, em menor ou maior grau, desvantagem em termos estruturais, mais do que compensada pelos bons desempenhos sectoriais da produtividade.

29. Um aspecto pertinente, que se coloca numa análise comparativa de níveis de produtividade sectorial, e cujo interesse ressalta claramente da análise anterior, é o cruzamento da evolução do

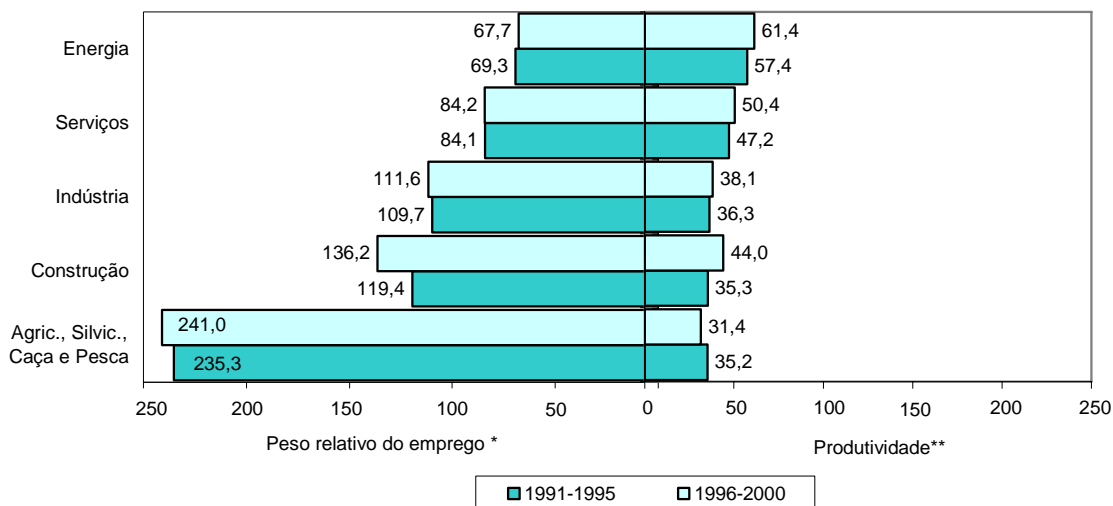
nível de produtividade e do peso relativo do emprego²³. Esta perspectiva de análise poderá sugerir o tipo de relação que se estabelece (ou não) entre a produtividade e o padrão de especialização da economia. À partida admitimos que um país se especializará nos sectores onde registe maiores

$${}_{23} \text{Produtividade}_{ij} = \frac{\frac{VAB_{ij}}{\text{emprego}_{ij}}}{\frac{VAB_{iUE12}}{\text{emprego}_{iUE12}}} \times 100 \quad e$$

$$\text{peso relativo do emprego}_{ij} = \frac{\frac{\text{emprego}_{ij}}{\text{emprego}_j}}{\frac{\text{emprego}_{iUE12}}{\text{emprego}_{UE12}}} \times 100, \text{ onde } i$$

representa o sector de actividade económica e j representa o país.

Gráfico 53
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO
Portugal



Produtividade = VAB / emprego total

Peso relativo do emprego = $(\text{emprego}_i / \text{emprego}_j) / (\text{emprego}_i \text{ UE14} / \text{emprego UE14})$ onde i = sector actividade ; j = país

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

níveis de produtividade, traduzidos em maior competitividade externa. Observando conjuntamente o nível de produtividade sectorial e peso relativo do emprego, verificaram-se situações distintas nos países comunitários.

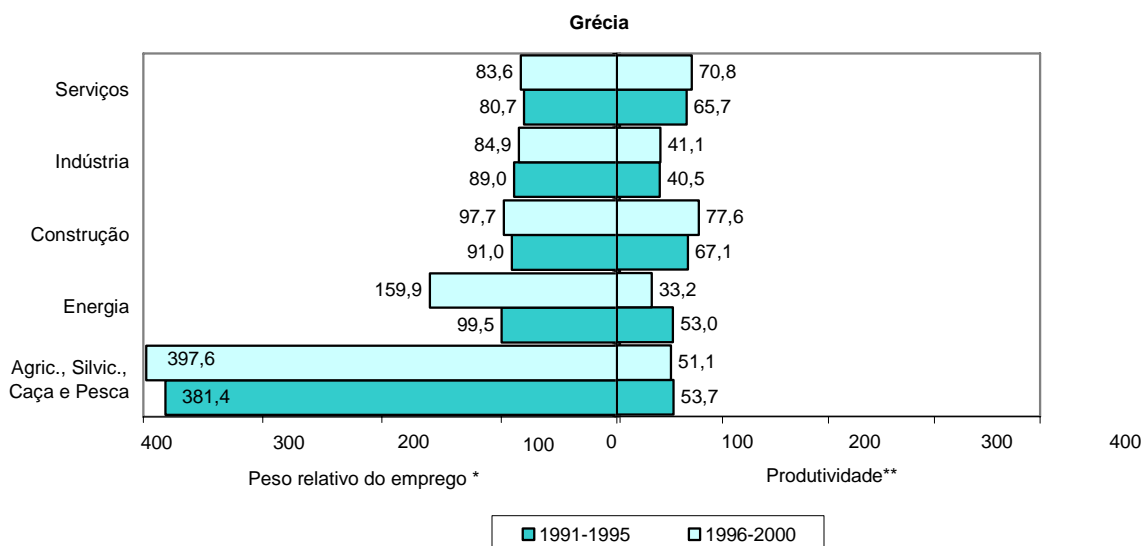
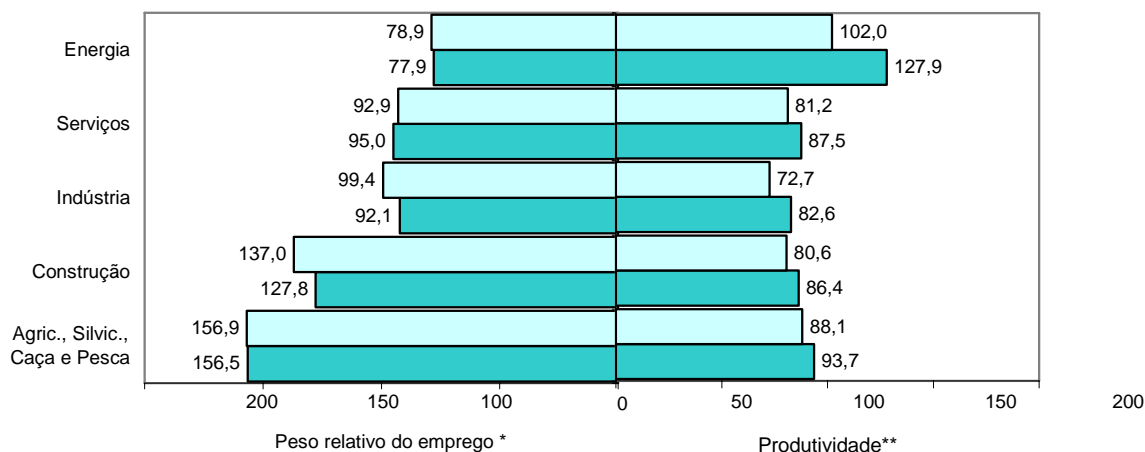
A construção do indicador “peso relativo do emprego”, segue uma metodologia semelhante à do quociente de localização. Este indicador resulta do rácio, expresso em percentagem, entre outros dois rácios: o primeiro é a estrutura de emprego sectorial de um dado país comunitário, o segundo diz respeito à estrutura do emprego sectorial da média comunitária. Quando o rácio for superior a 100 então, o peso do emprego desse sector no país em causa é superior ao peso do emprego desse mesmo sector na UE14. Como tal, esse país será relativamente “especializado” nesse sector. Note-se, contudo, que o valor do indicador poderá ser afectado pela dimensão do país: nas economias de grande dimensão, como França ou Espanha, dado o seu peso no emprego do agregado, é natural que os valores do indicador estejam relativamente mais próximos de 100. Nas pequenas economias, será

possível encontrar situações mais díspares, de acordo com a sua estrutura produtiva.

Para **Portugal**, verificou-se que os sectores onde o peso do emprego é maior do que na UE14 são aqueles onde o nível de produtividade se afasta mais da média comunitária, em ambos os subperíodos, nomeadamente, “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, “indústria” e “construção”. Verifica-se também o contrário, ou seja, sectores com “peso relativo do emprego” claramente inferiores a 100 correspondem a sectores com níveis de produtividade mais próximos da média comunitária, designadamente, os “serviços” e a “energia”. Esta análise confirma as conclusões anteriores: **embora não pareça ser esse o principal factor explicativo para o atraso relativo da produtividade portuguesa, a estrutura de emprego revela-se desfavorável.**

Este padrão não é tão claro na Grécia, quando se considera uma desagregação em cinco sectores: dos sectores com menor produtividade relativa, apenas a “agricultura, silvicultura, caça e pesca” (e a “energia” no segundo período) têm um “peso

Gráfico 54
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO
Espanha



Produtividade = VAB / emprego total

Peso relativo do emprego = $(\text{emprego}_i / \text{emprego}_j) / (\text{emprego}_i \text{ UE14} / \text{emprego}_j \text{ UE14})$ onde i = sector actividade; j = país

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

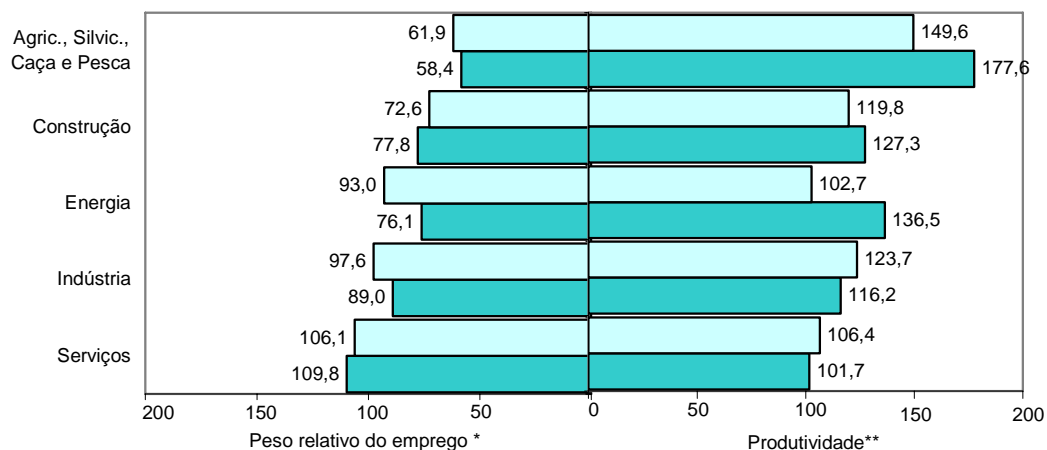
relativo do emprego” muito superior a 100. Dada a simulação anterior, será de esperar, que, a um nível de análise mais fino, a situação seja algo distinta.

Em Espanha, repete-se, de forma muito mais mitigada o padrão português, com alguns dos sectores de menor produtividade relativa a assumirem um papel de relevo na estrutura de emprego. Será, contudo, de salientar que os indicadores revelam uma situação muito menos desequilibrada, quando comparada com a portuguesa.

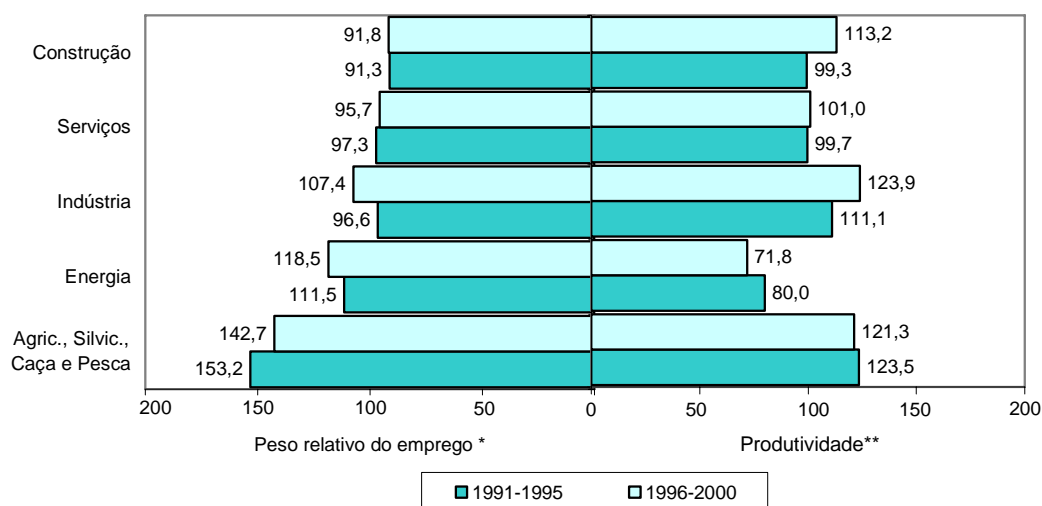
Na Suécia, França e Dinamarca, onde se verificaram níveis de produtividade acima da média comunitária para os todos os grandes sectores da actividade económica apenas o sector dos “serviços” apresentou um peso do emprego superior ao da UE14.

Na Finlândia, verifica-se uma situação distinta dos restantes países. A “agricultura, silvicultura, caça e pesca” tem um peso do emprego muito acima do verificado para a UE14 e é dos sectores com maiores níveis de produtividade comparativamente à

Gráfico 55
 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO
 Suécia



Finlândia



Produtividade = VAB / emprego total

Peso relativo do emprego = $(\text{emprego}_{i,j} / \text{emprego}_j) / (\text{emprego}_{i,UE14} / \text{emprego}_{UE14})$ onde i = sector actividade; j = país

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

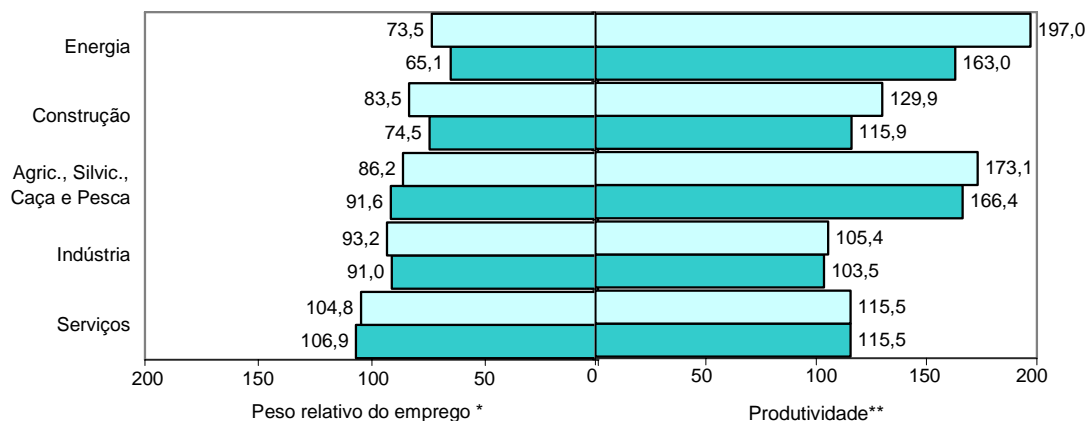
Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

média comunitária; os “serviços” apresentaram níveis de produtividade e de “peso relativo do emprego” muito próximos dos média da UE14; a “construção” e, especialmente, a “indústria”, de 1991-1995 para 1996-2000, aumentaram o nível de produtividade e de “peso relativo do emprego” passando para níveis acima da média comunitária; a “energia” é o único sector que verificou um aumento da importância do “peso relativo do emprego” e uma diminuição do nível de produtividade, afastando-se ainda mais da média.

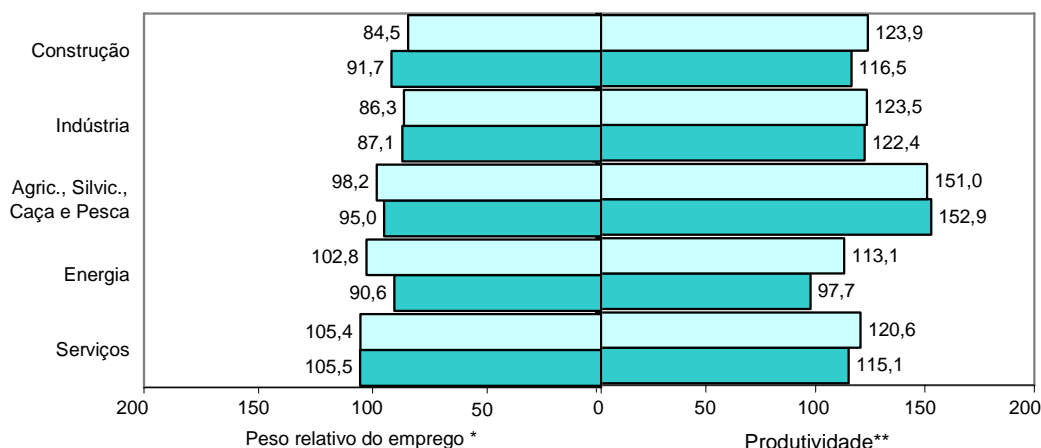
Ao nível da “**agricultura, silvicultura, caça e pesca**”, o crescimento da produtividade na maioria dos países analisados resultou de quebras do emprego e do VAB, embora estas menos acentuadas. Este sector representava, na segunda metade da década de 90, apenas 2,3% do total do VAB da UE14 (2,7% de 1991 a 1995) e ocupava 4,6% do emprego da UE14 (5,5% de 1991 a 1995).

No caso da “**indústria**”, a diminuição do ritmo de crescimento da produtividade nos países

Gráfico 56
 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO
 Dinamarca



França



■ 1991-1995 □ 1996-2000

Produtividade = VAB / emprego total

Peso relativo do emprego = $(\text{emprego}_i / \text{emprego}_j) / (\text{emprego}_i \text{ UE14} / \text{emprego}_j \text{ UE14})$ onde i = sector actividade; j = país

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

analisados, à excepção da Espanha (1,7% de 1995 a 2000 face a 0,6% de 1991 a 1995), foi motivada por uma tendência para o aumento do ritmo de crescimento do emprego. Em termos de VAB, a Dinamarca, Finlândia, França e Portugal, registaram um abrandamento do ritmo de crescimento, enquanto que na Espanha, Grécia e Suécia, se assistiu a um aumento desse ritmo. Este sector viu ligeiramente reduzida a sua importância no conjunto da economia passando de 20,9% e 20,2% do total do VAB e do emprego da UE14 para 19,7% e 18,6%, respectivamente.

Ao nível da "energia", Finlândia, França, Portugal e Suécia registaram um abrandamento do ritmo de crescimento da produtividade e nos restantes países analisados houve uma evolução positiva. A esta evolução contraditória da produtividade esteve associado, na maioria dos países analisados, um crescimento significativo do VAB e quebras no emprego. Saliente-se que, a diminuição significativa do crescimento da produtividade na Finlândia, Suécia e em Portugal se deveu a evoluções distintas do VAB e do emprego: para os dois primeiros foi motivado por quebras simultâneas no

VAB e no emprego, em Portugal deveu-se a um crescimento do emprego mais elevado do que do VAB.

No caso da “**construção**”, a generalidade dos países analisados com excepção de França e Portugal, apresentaram um aumento do ritmo de crescimento da produtividade. Esta evolução esteve associada a um aumento do ritmo de crescimento do VAB e a um crescimento menos acentuado do emprego, salientando-se o caso da Finlândia como o único país em que se verificou um ligeiro abrandamento do crescimento do VAB e um crescimento muito significativo do emprego.

Ao nível dos “**serviços**”, na maioria dos países analisados, excepto na Dinamarca e França, verificou-se um aumento do ritmo de crescimento da produtividade. Estes países apresentaram uma tendência para uma evolução positiva do VAB e do emprego, designadamente, Espanha, Finlândia, França, Portugal e Suécia, correspondendo a aumentos do ritmo de crescimento do VAB associados a crescimentos menos acentuados do emprego. Este sector, que reforçou o seu peso na economia comunitária, representava em termos médios de 1996 a 2000, 69,3% do VAB e 68,8% do emprego da UE14.

Portugal no Espaço Europeu

Quadro 13
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO VAB

(%)

	Agricultura, silvicultura caça e pesca				Indústria				Energia				Construção				Serviços				Total			
	Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000
União Europeia	2,7	2,3	0,2	0,6	20,9	19,7	1,4	3,6	3,4	3,2	0,9	4,0	6,1	5,4	1,4	3,3	66,9	69,3	4,1	5,8	100	100	3,2	5,0
Alemanha	1,3	1,3	4,7	0,0	24,4	22,3	2,0	1,0	2,8	2,6	3,6	-1,6	6,6	5,7	10,4	-4,0	64,9	68,2	8,8	2,1	100	100	6,9	1,3
Áustria	2,8	2,4	1,5	1,2	20,0	19,7	4,9	3,2	3,4	3,3	6,7	2,0	7,6	8,0	9,3	2,6	66,2	66,5	8,2	2,6	100	100	7,3	2,6
Bélgica	1,9	1,5	-0,3	-0,3	19,7	19,1	5,8	1,6	3,3	3,3	3,9	2,0	5,2	4,9	5,6	2,5	69,9	71,3	7,2	3,2	100	100	6,6	2,8
Dinamarca	3,6	3,0	3,6	-0,9	17,0	16,5	6,0	3,0	3,2	3,9	5,8	14,3	4,5	5,0	4,7	7,2	71,7	71,6	6,2	4,1	100	100	6,0	4,3
Espanha	4,6	4,1	-3,3	1,1	18,5	18,2	-1,7	5,1	4,0	3,3	-4,2	1,2	7,8	7,6	-3,7	8,1	65,0	66,8	1,2	6,3	100	100	-0,2	5,8
Finlândia	5,1	3,8	-4,7	1,7	22,2	24,8	6,5	6,1	3,0	2,6	1,6	-2,5	5,4	5,3	-12,0	9,9	64,3	63,5	-0,9	5,5	100	100	-0,1	5,5
França	3,2	3,0	4,3	-0,1	18,4	17,8	3,0	2,5	2,9	2,7	3,3	2,8	5,7	4,6	1,1	1,0	69,8	71,9	5,3	4,1	100	100	4,5	3,5
Grécia	10,3	8,2	0,5	-0,4	13,9	11,8	1,0	3,2	3,4	2,9	2,3	5,5	6,8	7,0	0,7	9,1	65,6	70,2	6,6	6,7	100	100	4,6	5,7
Holanda	3,8	3,0	1,5	-0,9	17,4	16,4	6,1	2,5	5,1	4,5	1,6	3,5	5,6	5,5	4,7	5,8	68,1	70,6	7,3	5,4	100	100	6,4	4,7
Itália	3,3	3,0	-5,0	3,2	21,6	20,7	-3,6	5,1	3,0	2,9	-0,8	3,5	5,7	4,9	-7,5	5,2	66,3	68,5	-2,5	7,3	100	100	-3,0	6,5
Luxemburgo	1,1	0,8	8,6	-1,3	15,1	11,5	4,5	2,5	1,5	1,2	8,7	2,9	6,7	5,6	7,6	4,9	75,6	80,9	12,9	8,4	100	100	11,1	7,3
Portugal	5,5	4,0	-1,5	-1,6	20,2	19,0	5,0	4,0	3,3	3,0	3,6	6,6	6,2	7,3	7,4	10,4	64,7	66,7	5,6	7,8	100	100	5,1	6,8
Reino Unido	1,7	1,2	1,3	0,3	20,5	19,0	1,3	8,5	5,3	4,6	-1,6	11,3	5,2	5,0	-3,4	12,7	67,3	70,2	1,6	13,9	100	100	1,0	12,4
Suécia	2,6	1,9	-3,9	-1,9	19,8	21,2	2,3	4,9	3,3	2,7	-3,0	-1,8	5,5	4,2	-11,6	5,0	68,7	69,9	-1,9	7,1	100	100	-1,7	6,1
Hungria (1)	6,5	5,3	24,3	-1,5	19,8	22,2	28,0	10,8	6,2	5,7	11,2	6,8	4,8	4,6	18,8	8,2	62,7	62,2	26,3	8,1	100	100	25,1	8,1
Polónia (1)	7,0	4,8	30,6	-0,7	24,2	21,6	n.d.	9,2	8,8	6,4	25,3	5,6	7,4	8,3	27,0	15,2	52,6	59,0	n.d.	15,0	100	100	31,7	12,1
Rep. Checa (2)	5,0	4,5	10,8	5,0	25,9	27,1	12,5	8,1	9,1	6,2	9,7	-1,3	7,8	7,4	17,6	2,7	52,2	54,8	18,4	7,9	100	100	15,6	6,8

(1) 1992-1995.

(2) dados não disponíveis de 1991 a 1994.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

Cap.º IV – As Tendências da Evolução da Produtividade em Portugal Face à União Europeia

Quadro 14
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO EMPREGO

(%)

	Agricultura, silvicultura caça e pesca				Indústria				Energia				Construção				Serviços				Total				
	Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		Estrutura média		TMAC		
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1995-2000	
União Europeia	5,5	4,6	-4,6	-2,2	20,2	18,6	-3,3	-0,1	1,2	0,9	-4,7	-3,3	7,3	7,0	-1,1	0,6	65,8	68,8	0,7	2,1	100	100	-0,6	1,4	
Alemanha	3,4	2,6	-8,0	-2,9	24,8	21,5	-5,5	-0,8	1,6	1,2	-6,7	-5,2	8,0	7,7	3,6	-3,1	62,2	66,9	1,4	2,0	100	100	-0,7	0,7	
Áustria	16,5	14,3	-3,0	-2,3	18,7	17,3	-2,5	-0,6	1,1	1,1	-0,9	-1,4	7,2	7,4	2,4	-0,6	56,4	60,0	1,2	1,9	100	100	-0,1	0,6	
Bélgica	2,4	2,1	-1,3	-2,1	19,1	17,2	-2,7	-0,7	0,9	0,8	-2,8	-1,1	6,0	5,9	1,4	0,5	71,6	73,9	0,4	1,7	100	100	-0,2	1,1	
Dinamarca	5,1	4,0	-4,6	-3,5	18,4	17,4	-1,1	-0,7	0,8	0,7	-0,3	-2,3	5,4	5,8	0,4	2,7	70,3	72,1	-0,1	2,0	100	100	-0,5	1,3	
Espanha	8,7	7,2	-5,1	-1,0	18,6	18,5	-2,3	3,3	0,9	0,7	-2,7	-2,9	9,3	9,6	-3,1	5,7	62,5	63,9	0,8	3,1	100	100	-0,7	3,0	
Finlândia	8,5	6,6	-5,5	-3,3	19,6	20,0	-2,6	2,1	1,3	1,1	-4,6	-1,8	6,7	6,4	-10,3	5,5	64,0	65,9	-2,2	2,7	100	100	-3,2	2,3	
França	5,3	4,5	-3,6	-1,7	17,6	16,1	-2,7	-0,3	1,1	1,0	-0,9	-1,1	6,7	5,9	-3,4	0,0	69,4	72,5	1,0	2,1	100	100	-0,2	1,4	
Grécia	21,1	18,3	-2,0	-1,8	18,0	15,8	-3,6	-0,7	1,2	1,5	10,0	-0,9	6,6	6,8	1,1	2,1	53,1	57,5	2,9	1,6	100	100	0,7	0,6	
Holanda	4,2	3,7	-0,5	-0,6	15,8	13,8	-2,0	0,4	0,9	0,7	-1,3	-2,9	6,2	6,1	0,2	3,0	72,9	75,7	2,1	3,2	100	100	1,1	2,6	
Itália	6,6	5,3	-5,2	-3,3	23,5	22,9	-1,9	0,1	1,0	0,8	-2,3	-2,1	6,8	6,5	-1,6	0,6	62,1	64,5	-0,4	1,8	100	100	-1,1	1,0	
Luxemburgo	2,4	1,8	-6,9	-0,5	16,7	13,9	-1,9	0,0	0,7	0,6	0,0	0,0	11,4	10,4	2,6	1,1	68,8	73,4	3,7	5,5	100	100	2,3	4,1	
Portugal	13,0	11,1	-5,7	-2,6	22,2	20,8	-2,8	0,5	0,8	0,6	-6,0	-1,5	8,7	9,5	-1,8	5,3	55,3	57,9	0,7	2,7	100	100	-1,2	1,9	
Reino Unido	2,2	1,9	-3,8	-1,8	16,3	15,5	-2,1	-0,6	1,2	0,8	-9,7	-5,4	6,9	6,3	-4,4	0,8	73,4	75,6	0,4	2,0	100	100	-0,6	1,4	
Suécia	3,2	2,9	-2,5	-2,1	18,0	18,2	-2,8	0,1	0,9	0,9	-2,7	0,0	5,7	5,1	-7,3	0,6	72,2	73,0	-1,8	1,1	100	100	-2,3	0,8	
Hungria (1)	8,0	5,8	-17,5	-6,9	25,9	27,0	n.d.	1,1	4,5	3,9	-6,6	-6,8	4,6	3,8	-14,1	0,9	57,1	59,5	n.d.	-0,4	100	100	-7,0	-0,6	
Polónia (1)	26,2	25,9	0,6	0,5	21,2	19,9	n.d.	-2,6	4,4	3,5	-2,1	-5,3	6,1	5,9	-6,4	0,7	42,2	44,8	n.d.	2,1	100	100	0,1	0,4	
Rep. Checa (2)	n.d.	5,3	n.d.	-7,4	n.d.	31,3	n.d.	-1,8	n.d.	3,6	n.d.	-7,3	n.d.	7,8	n.d.	-6,1	n.d.	52,0	n.d.	-0,9	n.d.	100	n.d.	n.d.	-2,2

(1) 1992-1995.

(2) dados não disponíveis de 1991 a 1994.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

Quadro 15
CRESCIMENTO NOMINAL DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA UNIÃO EUROPEIA

tmac (%)

	Agricultura, silvicultura caça e pesca		Indústria		Energia		Construção		Serviços		Total	
	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1995-2000	1991-1995	1995-2000
União Europeia	5,1	2,8	4,8	3,7	5,9	7,5	2,5	2,7	3,4	3,6	3,8	3,6
Alemanha	13,7	2,9	7,9	1,9	11	3,7	6,5	-0,9	7,3	0,1	7,7	0,6
Áustria	4,7	3,5	7,6	3,8	7,7	3,4	6,7	3,2	6,9	0,7	7,5	2
Bélgica	1,1	1,8	8,8	2,3	6,9	3,2	4,1	1,9	6,8	1,6	6,8	1,7
Dinamarca	8,6	2,7	7,2	3,7	6,1	17	4,3	4,4	6,3	2	6,5	2,9
Espanha	2	2,2	0,6	1,7	-1,5	4,3	-0,6	2,3	0,4	3,1	0,5	2,7
Finlândia	0,8	5,2	9,4	3,9	6,5	-0,8	-1,9	4,2	1,4	2,7	3,1	3,1
França	8,2	1,6	5,8	2,8	4,2	3,9	4,6	1	4,2	1,9	4,8	2,1
Grécia	2,6	1,5	4,7	3,9	-7	6,5	-0,4	6,9	3,6	5	3,9	5,1
Holanda	2	-0,4	8,3	2,1	2,9	6,6	4,4	2,8	5,1	2,1	5,2	2
Itália	0,2	6,7	-1,7	5	1,5	5,6	-6	4,5	-2,1	5,4	-1,9	5,4
Luxemburgo	16,7	-0,8	6,5	2,5	8,7	2,9	4,8	3,7	8,9	2,7	8,6	3
Portugal	4,4	1	8,1	3,4	10,2	8,2	9,4	4,8	4,8	4,9	6,4	4,8
Reino Unido	5,3	2,2	3,5	9,1	9	17,6	1,1	11,7	1,2	11,6	1,7	10,8
Suécia	-1,5	0,1	5,2	4,8	-0,3	-1,8	-4,6	4,4	-0,1	6	0,6	5,3
Hungria (1)	50,7	5,8	39,8	9,6	19,1	14,6	38,3	7,3	31,8	8,6	34,5	8,7
Polónia (1)	29,9	-1,2	27,1	12,1	27,9	11,6	35,6	14,5	34,4	12,6	31,5	11,7
República Checa (2)	n.d.	13,4	n.d.	10,1	n.d.	6,5	n.d.	9,4	n.d.	8,9	n.d.	9,2

(1) 1992-1995.

(2) dados não disponíveis de 1991 a 1994.

Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - STAN Database.

A EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA SEGUNDO NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

Ao longo deste trabalho, admitiu-se, simplificada, que a evolução da produtividade aparente do trabalho dependia da evolução das suas componentes, isto é, do VAB e do emprego. Todas as variáveis de carácter mais “imaterial” que afectam a produtividade, designadamente, o esforço em investigação e desenvolvimento (I&D), as qualificações, a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a organização das empresas, não foram consideradas de forma explícita.

A relação entre o crescimento económico, a produtividade e o esforço em I&D de uma economia são factores fundamentais para medir o grau de desenvolvimento económico. O nível de I&D e a forma como é incorporado nas actividades económicas, através da adopção da tecnologia, tem reflexos na produtividade e, conseqüentemente, no crescimento.

Tomando como *proxy* da intensidade tecnológica o rácio entre as despesas de I&D e o VAB, agregaram-se os sectores da “indústria” de acordo com o valor obtido por este rácio, recorrendo para o efeito a uma grelha da OCDE de 2001²⁴, onde são definidos vários níveis de intensidade tecnológica²⁵. Como suporte estatístico utilizaram-se os dados desagregados da base de dados da STAN – OCDE, relativos a doze países da União Europeia²⁶, Polónia, Hungria e República Checa, para a “indústria” (“transformadora e extractiva”).

À partida, espera-se que os sectores com níveis de intensidade tecnológica mais elevados, designados por “actividades de alta tecnologia”, sejam aqueles que apresentam níveis mais elevados de produtividade.

Contudo, esta análise tem limitações decorrentes da utilização da *proxy* escolhida para a medição da intensidade tecnológica. O rácio despesas de I&D no VAB, pelo facto de ser um indicador de *input*, não permite medir se o esforço despendido em despesas de I&D deu origem a uma verdadeira inovação, de produto e/ou de processo, que permita às empresas (e conseqüentemente aos sectores), tornarem-se mais eficientes e, assim, obterem ganhos de produtividade. Não obstante estas limitações de índole metodológica, é possível fazer um exercício de análise no sentido de detectar as possíveis ligações entre a incorporação de I&D na actividade produtiva e os níveis e evolução da produtividade aparente do trabalho.

O ritmo de crescimento da produtividade da “indústria” da UE12²⁷, desacelerou, em termos nominais, passando de uma t.m.a.c. de 5,0% para 2,9%, de 1991-1995 para 1995-2000, respectivamente. Com evolução distinta da média da indústria, as “actividades de alta tecnologia” aumentaram o ritmo de crescimento da produtividade nos períodos considerados (de 5,3% para 5,9%).

A análise do comportamento da produtividade em Portugal, comparativamente à média comunitária e ao comportamento individual de um conjunto de países seleccionados (França, Finlândia, Espanha e Grécia) permite detectar evoluções diferenciadas. Portugal, tal como a França e a Finlândia, regista ritmos de crescimento da produtividade na “indústria” superiores aos médios, com significativo abrandamento no segundo período. Contudo, este aparente paralelismo tem subjacentes evoluções distintas, que ultrapassam a óbvia diferença de níveis entre Portugal e os outros dois países.

²⁴ A grelha da OCDE de 2001, agrupa os sectores da “indústria” de acordo com um intervalo de variação do peso das despesas de I&D no VAB, resultando em quatro níveis distintos de intensidade tecnológica: baixa, média baixa, média alta e alta.

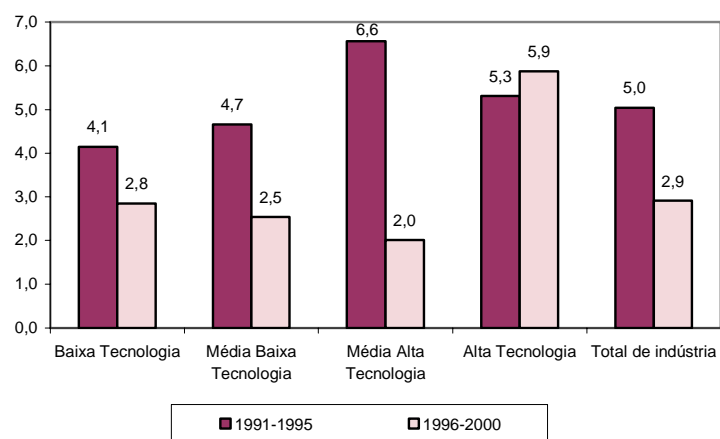
²⁵ Disponível no Anexo 6.

²⁶ Não inclui a Irlanda, Reino Unido e o Luxemburgo.

²⁷ Estes resultados não são directamente comparáveis com os obtidos na análise realizada para a “indústria transformadora” para a UE14, por dois tipos de razões: o agregado não inclui o Reino Unido e o Luxemburgo, o primeiro com um peso importante em termos de VAB e emprego na UE; o agregado “indústria” aqui descrito engloba, ao nível das “actividades de média baixa tecnologia”, a “extracção de produtos energéticos” e a “fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear”, as quais, no resto do trabalho, são consideradas no sector da “energia”.

Comparando os níveis dos dois subperíodos em França, é no conjunto das actividades de “média alta tecnologia” e “alta tecnologia” que se registam os principais ganhos de produtividade relativa. Na Finlândia, os maiores ganhos localizaram-se nas actividades de “alta tecnologia” e “baixa tecnologia”. Em Portugal, o único destes cinco países que, relativamente à UE12, registou ganhos de produtividade em todos os níveis de intensidade tecnológica, os ganhos entre os dois períodos centraram-se nas actividades de “baixa tecnologia” e “média alta tecnologia” (vide Quadro I).

Gráfico I
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA NA UE*
SEGUNDO NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

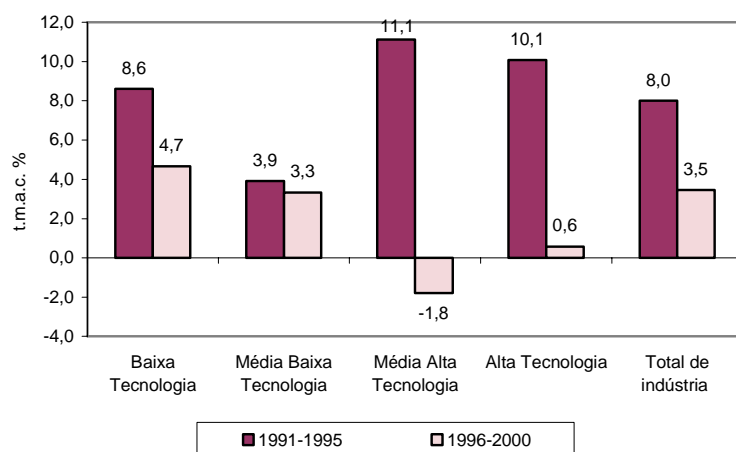


* Não inclui Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo.

A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

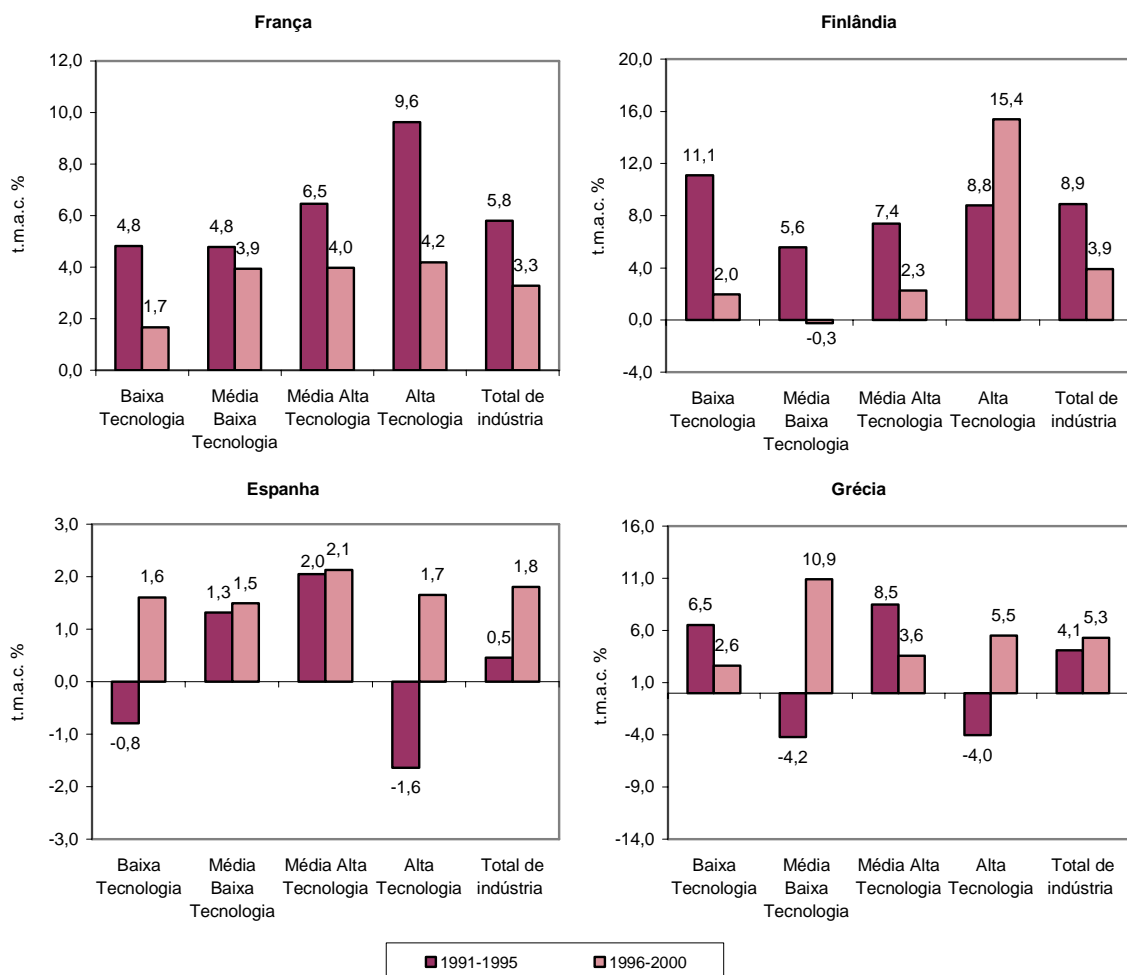
Gráfico II
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA EM
PORTUGAL SEGUNDO NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA



Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

Este comportamento, resulta de diferentes padrões de evolução da produtividade. Em Portugal e França, houve uma diminuição do ritmo de crescimento da produtividade das “actividades de alta tecnologia” ao contrário da tendência verificada na UE12. A Finlândia, embora com uma redução do crescimento da produtividade da “indústria” de 5 p.p. de 1991-1995 para 1995-2000, foi um dos países a registar crescimentos mais elevados da produtividade nas “actividades de alta tecnologia” de 8,8% para 15,4%, respectivamente.

Gráfico III
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA EM FRANÇA, FINLÂNDIA, ESPANHA E GRÉCIA SEGUNDO NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA



Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

Relativamente a Espanha e Grécia, o crescimento mais acentuado da produtividade da “indústria” no segundo período, teve origens diferentes.

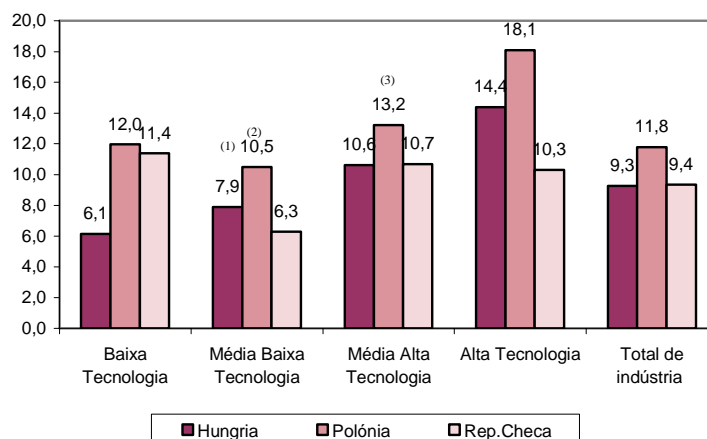
No caso de Espanha, esta evolução resultou de um crescimento mais acentuado de todos os tipos de actividades, salientando-se a passagem de quebras de 1991-1995 nas “actividades de baixa tecnologia” e nas “actividades de alta tecnologia” (-0,8% e -1,6%, respectivamente) para crescimentos de 1,6% e 1,7%, respectivamente, de 1995 a 2000.

Na Grécia, o ritmo de crescimento das actividades foi muito diferenciado. Salientam-se, as “actividades de média baixa tecnologia” e as “actividades de alta tecnologia” (-4,2% e -4,0% de 1991-1995 face a 10,9% e 5,5% em 1995-2000), cujo comportamento explica a dinâmica de evolução da produtividade da indústria no segundo período). As “actividades de baixa de tecnologia” e as “actividades de média alta tecnologia” seguiram um padrão de evolução semelhante ao da UE12.

Comparando três dos Novos Estados Membros, constatou-se que, em 1995-2000, a Polónia foi aquela que obteve o crescimento mais elevado da produtividade da “indústria”, seguido da República Checa e da Hungria (11,8%, 9,4% e 9,3%, respectivamente).

Analisando os níveis relativos de produtividade, verificou-se que, com excepção de Espanha, na generalidade dos países apresentados no quadro, uma tendência para o aumento do nível de produtividade de 1991 para 2000.

Gráfico IV
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA NA HUNGRIA, POLÓNIA E REPÚBLICA CHECA SEGUNDO NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA
 1995-2000



(1) Inclui os produtos farmacêuticos, construção aeronáutica e espacial e construção e reparação naval.

(2) Inclui construção aeronáutica e espacial e equipamento ferroviário e de transporte ferroviário.

(3) Inclui os produtos farmacêuticos.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

No caso de Portugal, o nível de produtividade relativa da “indústria” aumentou 2,7 p.p. (de 1991-1995 para 1996-2000), estando ainda a menos de 40% da média da UE12. Destacaram-se as “actividades de alta tecnologia” com a produtividade relativa mais elevada (47,4% de 1996-2000, face a 45,8% de 1991-1995), embora entre subperíodos tivesse registado o menor ganho (1,6 p.p. face a 3,6 p.p. das “actividades de baixa tecnologia”, 2,3 p.p. das “actividades de média baixa tecnologia” e 3,2 p.p. das “actividades de média alta tecnologia”).

Saliente-se o caso de Espanha, como o único dos países analisados onde se verificou uma diminuição do nível de produtividade relativa em todos os tipos de actividades. O nível da produtividade da “indústria” diminuiu 8,8 p.p. (de 1991-1995 para 1996-2000), aumentando a divergência relativamente à média comunitária (74,1% de 1996 a 2000). Saliente-se ainda a redução progressiva do nível de produtividade relativa das “actividades de alta tecnologia”, diminuindo em termos médios 22,7 p.p. entre 1991-1995 e 1996-2000.

Em Espanha, Finlândia, Portugal e Polónia, foi nas “actividades de alta tecnologia” que se registaram os maiores níveis de produtividade relativamente à UE12 (em 1996-2000, 80,3%, 152,7%, 47,4% e 54,5%, respectivamente). Contudo, quando se comparam os dois subperíodos, neste grupo de países, apenas na Finlândia e na Polónia foram estas actividades a registar os maior ganhos de produtividade relativa (44,6 p.p. e 35,8 p.p., respectivamente).

Na maioria dos países, exceptuando França e Espanha, as “actividades de baixa tecnologia” registaram ganhos de produtividade relativa entre os dois subperíodos. É de referir que estas actividades correspondem, no caso de Portugal, às actividades tradicionais do padrão de especialização da economia nacional, tais como: as “alimentares, bebidas e tabaco”, “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas” e “pasta, papel, edição e impressão”. Face à UE12, França e Espanha perderam, entre 1991-1995 e 1996-2000, 4,3 p.p. e 10,4 p.p. do nível de produtividade, nestas actividades. Entre 1996 e 2000, o VAB das “actividades de baixa tecnologia” representava 32,1% do total da “indústria” da UE12 e o emprego 40,1%, diminuindo ligeiramente de importância relativamente a 1991-1995 (em Portugal, 57,9% e 67,2% face a 60,0% e 69,1%).

Cap.º IV – As Tendências da Evolução da Produtividade em Portugal Face à União Europeia

Quadro I
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA
(UE12* = 100)

Países	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1991-95	1996-00
Espanha												
Baixa Tecnologia	92,8	90,5	82,3	77,6	76,4	75,8	74,4	73,2	72,1	71,9	83,9	73,5
Média Baixa Tecnologia	91,5	88,7	83,1	77,6	80,3	79,5	77,6	76,8	75,9	76,3	84,2	77,2
Média Alta Tecnologia	92,8	87,9	82,1	79,0	78,0	81,6	80,1	78,6	78,8	78,5	84,0	79,5
Alta Tecnologia	116,1	107,1	107,2	96,7	88,3	93,3	84,0	79,6	75,6	72,1	103,0	80,3
Total de indústria	91,5	88,1	81,9	76,9	76,5	77,1	74,9	73,6	72,6	72,5	82,9	74,1
<i>Por memória</i>												
Total	88,2	87,2	81,2	77,3	76,5	77,7	76,7	76,4	76,9	77,9	81,9	77,2
Finlândia												
Baixa Tecnologia	123,5	114,2	116,1	135,5	159,9	140,0	143,2	151,0	141,4	153,2	129,7	146,0
Média Baixa Tecnologia	109,7	94,3	93,7	102,0	113,6	106,5	103,4	106,0	96,0	99,0	103,2	102,1
Média Alta Tecnologia	95,3	86,7	85,9	92,6	98,3	99,0	98,8	99,7	96,2	99,5	92,5	98,6
Alta Tecnologia	101,7	100,0	99,6	108,0	115,9	113,4	132,0	155,5	157,4	178,3	108,1	152,7
Total de indústria	108,1	98,5	99,4	111,0	124,8	116,3	118,9	126,1	121,6	130,9	109,0	123,2
<i>Por memória</i>												
Total	108,4	91,6	84,6	94,1	104,2	99,9	102,3	105,2	104,0	108,2	96,6	104,1
França												
Baixa Tecnologia	129,5	128,7	134,8	133,4	132,9	130,0	128,3	129,1	125,4	125,4	131,9	127,6
Média Baixa Tecnologia	113,5	113,9	114,1	115,3	114,1	114,1	115,2	117,2	121,1	122,1	114,2	118,0
Média Alta Tecnologia	115,8	115,7	117,3	118,0	115,4	116,2	119,0	124,5	129,5	126,9	116,6	123,3
Alta Tecnologia	113,4	116,2	122,0	121,7	133,2	122,3	133,4	130,5	128,2	123,0	121,7	127,3
Total de indústria	119,4	119,6	123,1	123,0	122,9	120,9	122,9	124,9	126,0	125,0	121,7	124,0
<i>Por memória</i>												
Total	114,2	114,5	118,6	118,2	116,9	115,0	114,5	115,6	115,7	115,3	116,6	115,2
Grécia												
Baixa Tecnologia	42,5	41,2	44,3	43,9	46,5	49,2	48,0	47,1	48,6	45,9	43,5	47,7
Média Baixa Tecnologia	63,2	59,5	58,4	56,2	44,4	47,3	49,6	48,5	52,7	65,7	55,8	52,9
Média Alta Tecnologia	35,3	32,4	41,3	37,8	37,9	41,3	38,5	36,9	39,2	40,9	37,1	39,3
Alta Tecnologia	63,1	56,5	58,7	49,9	43,5	39,3	39,1	39,5	40,4	42,8	54,2	40,2
Total de indústria	42,2	40,1	43,3	41,5	40,7	43,1	42,5	41,6	43,6	45,6	41,6	43,3
<i>Por memória</i>												
Total	52,9	50,7	51,8	50,6	52,4	54,8	59,3	57,1	59,6	60,6	51,7	58,3
Portugal												
Baixa Tecnologia	32,9	38,6	37,9	38,4	38,9	39,1	40,3	40,8	41,5	42,4	37,3	40,9
Média Baixa Tecnologia	39,9	42,9	41,6	39,7	38,8	40,3	42,7	44,9	46,1	40,3	40,6	42,9
Média Alta Tecnologia	35,9	42,6	40,8	38,8	42,4	47,7	48,4	44,3	43,5	35,1	40,3	43,5
Alta Tecnologia	41,8	44,9	47,3	44,7	49,9	49,9	54,0	49,4	47,3	38,6	45,8	47,4
Total de indústria	32,1	36,9	36,2	35,2	35,9	37,2	38,5	38,4	38,9	36,8	35,3	38,0
<i>Por memória</i>												
Total	37,1	40,1	39,5	39,0	40,4	41,0	42,7	43,5	44,4	45,4	39,2	43,5
Hungria (1)												
Baixa Tecnologia	n.d.	9,8	20,1	22,0	20,5	20,9	23,4	22,2	21,8	24,1	17,7	22,5
Média Alta Tecnologia (2)	n.d.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	37,4	41,2	20,5	15,7
Média Baixa Tecnologia	n.d.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	24,6	47,0	17,6	14,4
Alta Tecnologia	n.d.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	36,1	40,2	15,7	15,3
Total de indústria	n.d.	9,5	20,1	21,9	21,4	22,3	26,3	25,9	26,2	28,9	18,3	25,9
<i>Por memória</i>												
Total	n.d.	11,8	24,3	27,1	25,8	27,2	31,4	31,2	32,5	34,9	22,4	30,2
Polónia (1)												
Baixa Tecnologia	n.d.	10,8	19,1	14,4	16,3	17,1	18,8	19,4	19,5	24,9	15,1	19,9
Média Baixa Tecnologia (3)	n.d.	6,9	14,5	14,1	15,3	15,2	16,4	17,0	17,1	27,5	12,7	18,6
Média Alta Tecnologia (4)	n.d.	7,3	14,8	14,6	16,9	18,8	19,5	21,1	21,5	26,0	13,4	21,4
Alta Tecnologia	n.d.	7,2	15,1	14,1	38,5	45,2	47,8	52,3	59,5	67,6	18,7	54,5
Total de indústria	n.d.	8,7	16,3	14,1	15,6	16,8	18,2	18,8	18,9	23,6	13,7	19,3
<i>Por memória</i>												
Total	n.d.	6,7	12,3	12,5	13,8	15,2	16,5	17,7	18,0	21,4	11,3	17,8
República Checa												
Baixa Tecnologia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	17,7	20,2	24,2	24,4	25,2	26,4	n.d.	24,0
Média Baixa Tecnologia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	18,6	23,1	20,9	21,2	21,1	22,3	n.d.	21,7
Média Alta Tecnologia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13,8	17,2	17,5	18,0	18,3	20,8	n.d.	18,4
Alta Tecnologia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	14,0	17,5	16,8	16,7	17,0	17,2	n.d.	17,0
Total de indústria	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	16,7	20,2	20,6	20,9	21,1	22,7	n.d.	21,1
<i>Por memória</i>												
Total	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	21,6	23,7	25,1	27,1	27,8	29,4	n.d.	25,2

* Não inclui Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo.

A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

(1) A estrutura média de 1991-1995, corresponde efectivamente a 1992-1995.

(2) Inclui os produtos farmacêuticos, construção aeronáutica e espacial e construção e reparação naval.

(3) Inclui construção aeronáutica e espacial e equipamento ferroviário e de transporte ferroviário.

(4) Inclui os produtos farmacêuticos.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

Relativamente às “actividades de média baixa tecnologia”, a generalidade dos países analisados (com a excepção da Finlândia e de Espanha) aumentou o nível de produtividade relativa entre 1991 e 2000. As actividades agrupadas nesta categoria estão relacionadas com a “energia”, “borracha e matérias plásticas”, “outros produtos minerais não metálicos”, “metalúrgicas de base”, “produtos metálicos” e “construção e reparação naval”. Entre 1996 e 2000, o VAB das “actividades de média baixa tecnologia” representava 26,4% do total da “indústria” da UE12 e o emprego 25,2%, diminuindo ligeiramente de importância o VAB e aumentando o emprego, relativamente a 1991-1995 (em Portugal, 21,2% e 17,9% face a 21,6% e 17,4%).

Ao nível das “actividades de média alta tecnologia”, exceptuando Espanha e de Portugal, houve uma tendência para o aumento do nível de produtividade relativa. Consideram-se “actividades de média alta tecnologia” a “química, excepto produtos farmacêuticos”, “máquinas e equipamento”, “máquinas eléctricas”, “fabricação de veículos automóveis” e “fabricação e reparação de material circulante para caminhos de ferro”. Saliente-se que em Portugal, a seguir às “actividades de alta tecnologia”, as “actividades de média alta tecnologia” são as que detêm nível mais elevado de produtividade (43,5% no período 1996-2000). Entre 1996 e 2000, o seu VAB 31,1% do total da “indústria” da UE12 e o emprego 26,5%, aumentando ligeiramente de importância relativamente a 1991-1995 (em Portugal, 15,1% e 11,2% em 1991-1995, face a 13,4% e 10,2% em 1996-2000).

Relativamente às “actividades de alta tecnologia”, os países analisados apresentaram evoluções contraditórias, destacando-se a Finlândia com a evolução mais positiva e atingindo o nível médio mais elevado no contexto europeu (152,7% em 1996-2000). As “actividades de alta tecnologia” correspondem aos sectores que se dedicam à “fabricação de produtos farmacêuticos”, “equipamento de escritório e informático”, “equipamento de rádio e comunicação”, “instrumentos de precisão, médicos e de óptica” e “aeronáutica e veículos espaciais”. Entre 1996 e 2000, o VAB das “actividades de alta tecnologia” representava 10,4% do total da “indústria” da UE12 e o emprego 8,2%, face a 9,7% e 8,4%, respectivamente, no período anterior (em Portugal, 5,8% e 3,7% face a 5,0% e 3,3%).

Quadro II
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO VAB E DO EMPREGO POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

	1991-1995		1996-2000	
	VAB	Emprego	VAB	Emprego
	(%)			
União Europeia*				
Baixa Tecnologia	33,4	40,6	32,1	40,1
Média Baixa Tecnologia	26,6	24,7	26,4	25,2
Média Alta Tecnologia	30,3	26,3	31,1	26,5
Alta Tecnologia	9,7	8,4	10,4	8,2
Total de indústria	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>	21,7	21,4	20,5	19,6
Indústria no Total				
Portugal				
Baixa Tecnologia	60,0	69,1	57,9	67,2
Média Baixa Tecnologia	21,6	17,4	21,2	17,9
Média Alta Tecnologia	13,4	10,2	15,1	11,2
Alta Tecnologia	5,0	3,3	5,8	3,7
Total de indústria	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>				
Indústria no Total	20,3	22,2	19,1	20,8

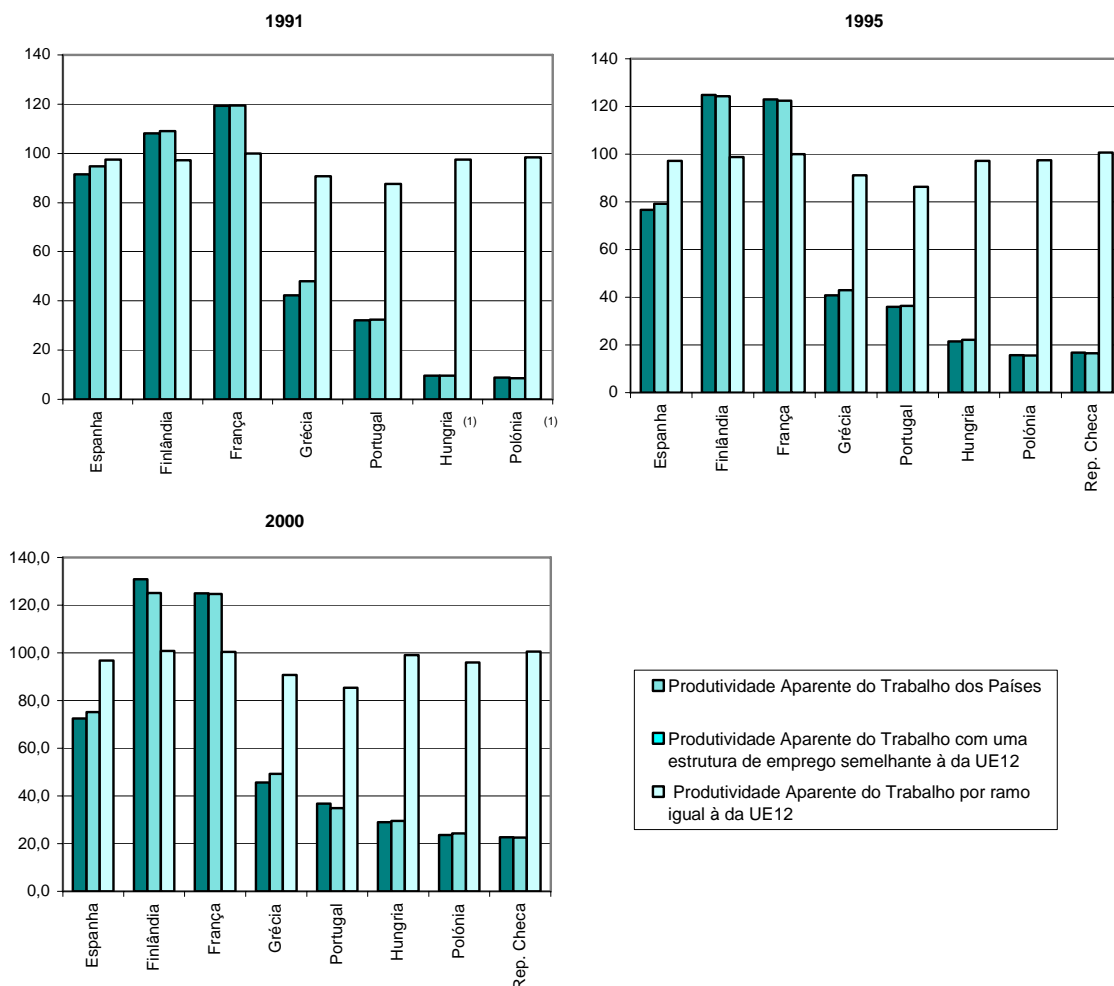
* Não inclui Reino Unido, Irlanda e Luxemburgo

A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

Partindo de uma análise dos níveis simulados de produtividade, semelhante à descrita em pontos anteriores, procedeu-se à simulação do nível de produtividade que resultaria de se admitirem produtividades sectoriais idênticas às da UE12, associadas à estrutura de emprego observada para cada país e à simulação do nível de produtividade que resultariam de se admitir uma estrutura de emprego semelhante à da UE12, associada aos níveis observados de produtividade sectorial. De seguida, fez-se a comparação destes dois níveis de produtividade com a produtividade realmente observada em cada país nos anos em análise (1991, 1995 e 2000), para a “indústria”, admitindo que esta partiria de uma desagregação sectorial por quatro níveis de intensidade tecnológica e não, como analisada anteriormente, de nove sectores de actividade.

Gráfico V
NÍVEIS SIMULADOS DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO DA INDÚSTRIA DESAGREGADA SEGUNDO NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA



(1) 1992.

* Não inclui Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo.

A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

Dados não disponíveis até 1995 para a República Checa.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

As conclusões que se retiram são semelhantes às verificadas anteriormente, isto é, para economias como Portugal, Espanha, Grécia, Polónia, Hungria e República Checa, os níveis simulados são sempre significativamente superiores aos observados. A baixa produtividade relativa da “indústria” destes países resulta, da conjugação de baixas produtividades sectoriais com uma deficiente estrutura produtiva. Além disso, quando se tomam as produtividades aparentes do trabalho, por ramo, idênticas às da UE12, verificam-se grandes diferenças entre produtividade observada e produtividade simulada (por exemplo, para 2000, de 48,5 p.p. para Portugal, 45,1 p.p. para a Grécia e 24,3 p.p. para a Espanha). Assim, mais uma vez se confirma como principal factor explicativo das baixas produtividades relativas, a existência de baixas produtividades sectoriais.

No que se refere aos países que têm níveis de produtividade acima da média comunitária, França e Finlândia, de um modo geral, as principais causas explicativas são as que se relacionam com o melhor desempenho da “indústria”. A adopção de produtividades sectoriais semelhantes às da média da UE12 seria, só por si, suficiente para induzir reduções significativas de produtividade que, no caso da Finlândia, passaria mesmo a ser igual ou inferior à média (97,3% em 1991, 98,7% em 1995 e 100,7% em 2000).



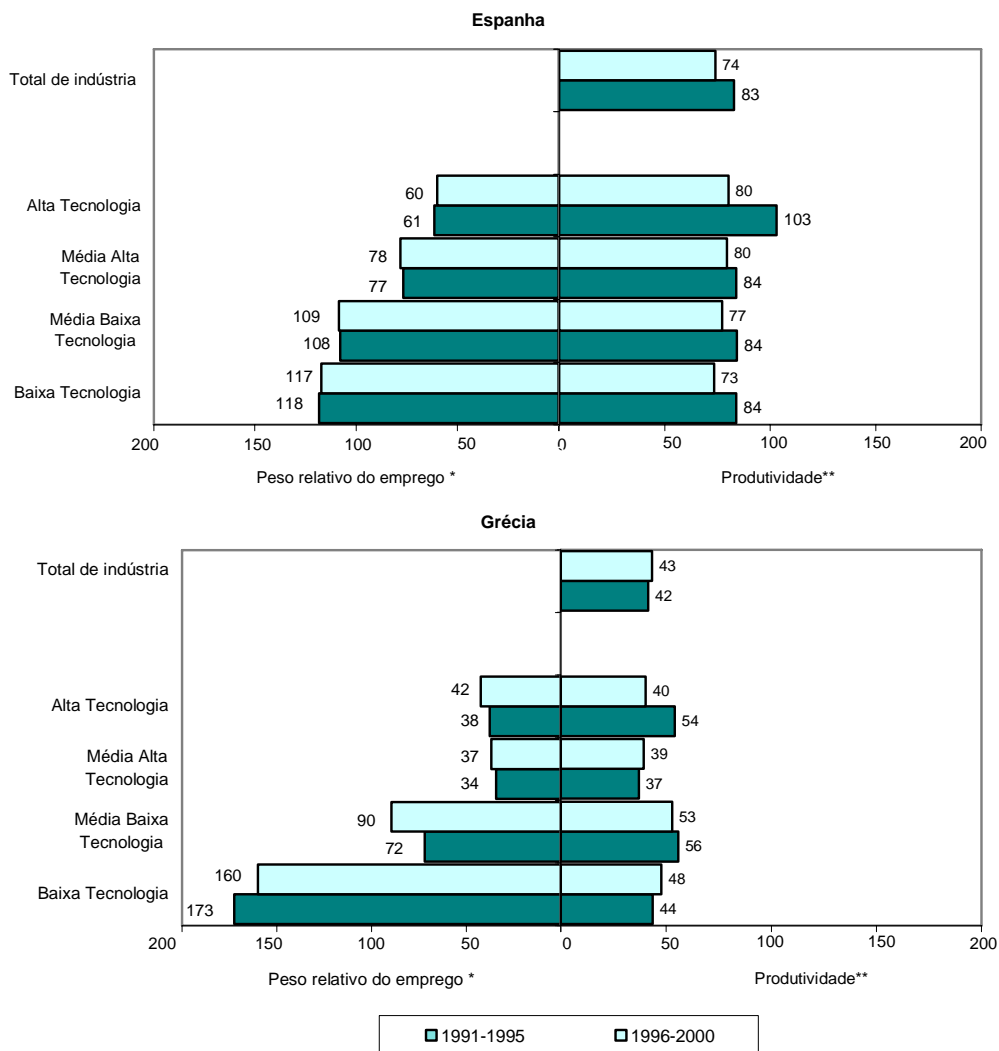
Em termos da evolução comparada da produtividade e do peso relativo do emprego²⁸, que poderá sugerir o tipo de relação que se estabelece (ou não) entre a produtividade e o padrão de especialização de uma economia, constatou-se, para a generalidade dos países com níveis de produtividade da “indústria” abaixo da média da UE12, uma “especialização” em actividades com níveis de intensidade tecnológica relativamente baixos, enquanto que nos países com níveis de produtividade da “indústria” acima da média da UE12, as “actividades de alta tecnologia” são muito importantes em termos do seu padrão de especialização.

Saliente-se em Portugal, Grécia e Hungria, o aumento do nível de produtividade acompanhado por uma “especialização” nas “actividades de baixa tecnologia”, que embora com uma ligeira diminuição de 1991-1995 para 1996-2000, apresentou um peso relativo do emprego superior a 100%. Espanha e a Polónia detiveram, em ambos os subperíodos, um peso relativo do emprego superior a 100% nas “actividades de baixa tecnologia” e nas “actividades de média baixa tecnologia”.

A Finlândia destacou-se pela “especialização” em actividades de alta tecnologia” e “actividades de baixa tecnologia” associada a aumentos do nível de produtividade, distanciando-se cada vez mais da média. A França manteve uma “especialização” em torno das “actividades de alta tecnologia” e das “actividades de média baixa tecnologia” com ganhos acrescidos de produtividade entre os subperíodos.

²⁸ Refira-se que esta análise não coincide com a que foi atrás efectuada relativamente aos contributos de cada sector para o crescimento da produtividade. Nesse contexto, analisava-se o contributo de cada sector para o crescimento da produtividade do total da actividade económica tendo em conta os aspectos que designamos por “estrutura” e “produtividade”. Neste momento, o que se está a analisar é o sentido e importância dos efeitos das alterações estruturais no emprego e das variações da produtividade considerados a nível intra-sectorial, sobre a produtividade de cada sector.

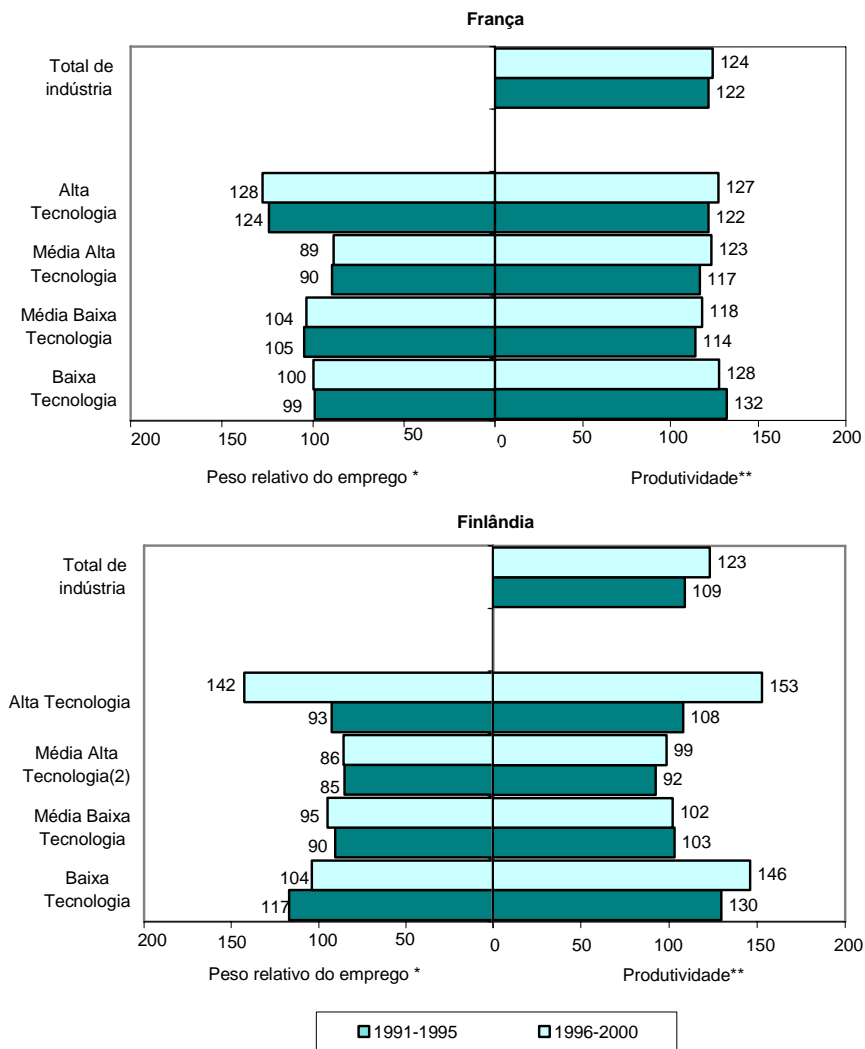
Gráfico VII
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO



A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

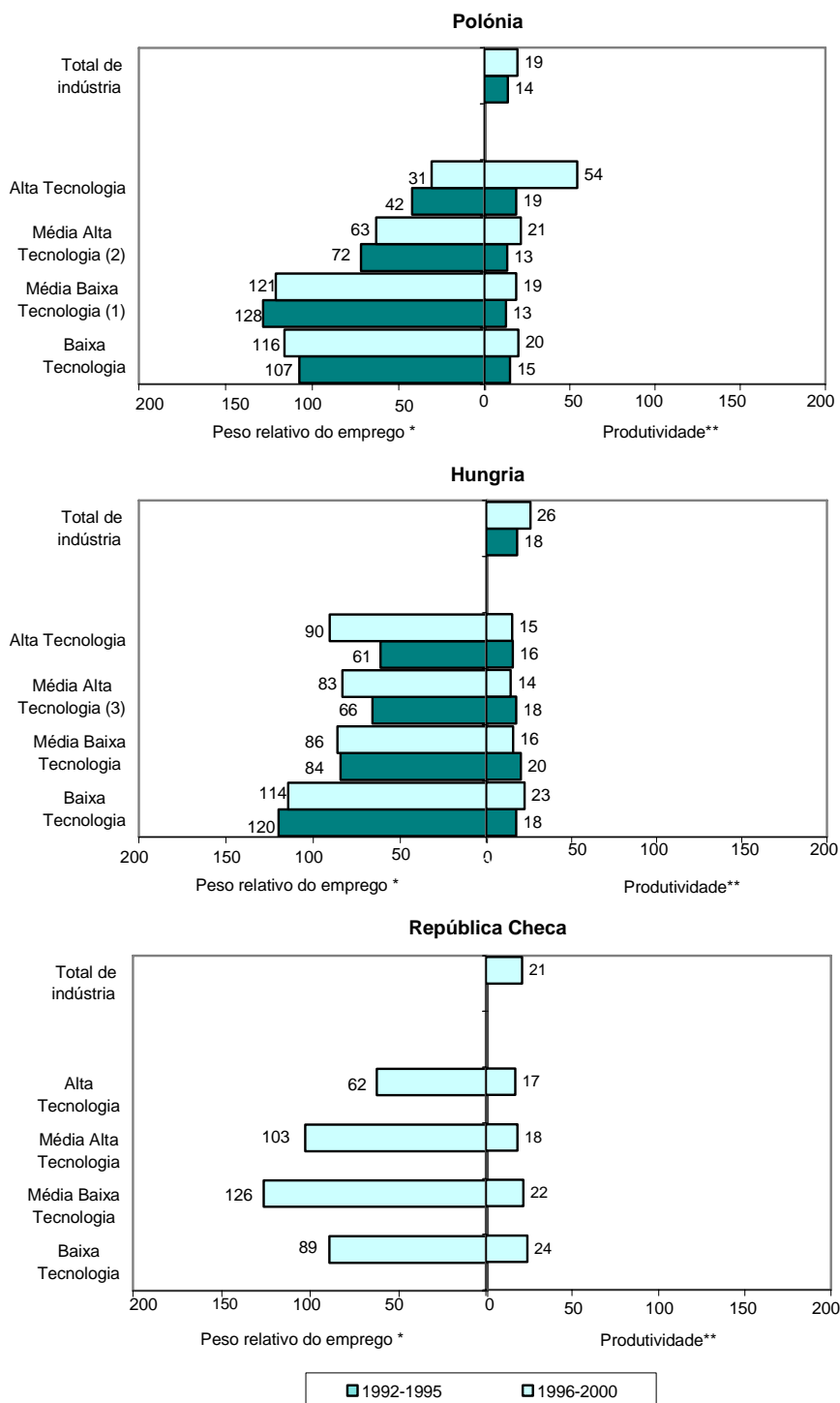
Gráfico VIII
 EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO



A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

Gráfico IX
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO



A indústria corresponde à totalidade da indústria transformadora e da indústria extractiva.

(1) Inclui construção aeronáutica e espacial e equipamento ferroviário e de transporte ferroviário.

(2) Inclui os produtos farmacêuticos.

(3) Inclui os produtos farmacêuticos, construção aeronáutica e espacial e construção e reparação naval.

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - New Cronos; DPP.

IV.2.2. Uma Análise Desagregada a 16 Sectores de Actividade

31. Analisada a evolução da produtividade dos países da União Europeia, bem como a evolução contrastada dos países em termos da produtividade dos grandes sectores da actividade económica, neste capítulo pretendeu-se desagregar um pouco mais a análise. A desagregação em 16 sectores de actividade, constituindo mais um passo na tentativa de explicação do fraco desempenho da produtividade em Portugal, permitirá ainda verificar as disparidades da produtividade sectorial relativamente a um conjunto de países tomado como termo de comparação²⁹.

Para cada um dos países seleccionados, procurar-se-á analisar o nível de produtividade sectorial, a sua evolução, bem como as relações que se estabelecem do ponto de vista dos custos de trabalho por unidade produzida e do peso relativo do emprego.

Portugal

32. Relativamente a **Portugal** verificou-se, na década de 90, para a maioria dos sectores, uma convergência, mais ou menos acentuada, para os níveis médios de produtividade na UE14. O aumento progressivo do nível de produtividade relativa (6,5 p.p. entre 1991 e 2000) traduz um

Quadro 16

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DE PORTUGAL FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sectores de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	35,2	31,4	81,8	79,1
Alimentares, bebidas e tabaco	37,7	43,5	87,8	89,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	41,0	42,9	100,5	103,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	36,4	41,0	105,1	100,0
Pasta, papel, edição e impressão	65,8	66,5	74,2	80,7
Química, borracha e matérias plásticas	48,4	43,9	83,7	99,7
Outros produtos minerais não metálicos	50,2	49,3	79,4	91,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	36,2	36,9	85,0	87,4
Máquinas e equipamento	37,5	39,2	95,1	95,2
Equipamento de transporte	35,8	56,2	121,3	79,4
Energia	57,4	61,4	72,8	75,8
Construção	35,3	44,0	94,4	91,6
Comércio, restaurantes e hotéis	51,2	54,3	96,4	89,2
Transportes, armazenagem e comunicações	62,2	72,2	88,6	84,9
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	48,4	48,6	102,0	100,6
Serviços comunitários, sociais e pessoais	49,4	55,9	102,7	102,0
Total	41,0	44,2	96,6	97,7
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	36,3	38,1	87,6	90,4
Serviços	47,2	50,4	104,1	103,3
Bens Transaccionáveis e serviços internacionalizáveis	35,4	37,1	91,5	94,2

* UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

²⁹ Do conjunto de países analisados – União Europeia (excluindo a Irlanda), Polónia, Hungria e República Checa – seleccionaram-se, além de Portugal, a Grécia, Espanha, França, Finlândia, Polónia e Hungria.

processo de convergência que, contudo, foi manifestamente insuficiente face à grande disparidade de níveis: no período de 1996 a 2000, a produtividade portuguesa era 44,2% da média comunitária, face a 41,0% no período anterior. Este lento processo de aproximação à produtividade comunitária, não foi acompanhado por um aumento da competitividade-custo, medida pelo nível de CTUP relativos os quais subiram progressivamente: entre 1996 e 2000, os custos de trabalho por unidade produzida eram, para Portugal, quase 98% dos comunitários. Este facto verifica-se para o conjunto da actividade económica mas, também, quando se considera o agregado dos bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis, para o qual é mais relevante a análise em termos de competitividade externa.

Um dos sectores que se destaca pelo seu comportamento, oposto a este quadro global, é a “**agricultura, silvicultura, caça e pesca**”: a aparente melhoria da competitividade externa, traduzida pela redução dos CTUP relativos, não é suportada por uma convergência em termos de produtividade aparente do trabalho. De facto, não obstante os progressos da produtividade deste sector, quando avaliada em termos nacionais, não se verificou uma aproximação à produtividade comunitária. Pelo contrário, apesar das oscilações e de uma ligeira recuperação nos últimos anos, manifesta-se a tendência para a redução da produtividade relativa (3,8 p.p entre 1991 e 2000). Assim, a redução dos CTUP relativos é explicada por um **crescente afastamento em termos de remunerações do trabalho**, à partida muito inferiores às comunitárias. De facto, é na “agricultura, silvicultura, caça e pesca” que os ganhos por trabalhador, em Portugal, mais se afastam dos comunitários. Ao contrário do que aconteceu em termos globais, essa divergência ampliou-se: entre 1996 e 2000 os ganhos por trabalhador, neste sector, eram cerca de 25% da média do agregado, face a 28,8% no período precedente.

Na indústria e nos serviços, tomados globalmente, a evolução registada traduziu-se num processo de

convergência similar ao que foi referido em termos globais.

Na **indústria**, destaca-se o comportamento do “equipamento de transporte” em que o aumento da produtividade relativa, particularmente marcado entre 1994 e 1997, se traduziu numa subida de quase 30 p.p., passando, em termos médios, nos subperíodos considerados, de 35,8% para 56,2%. Este último valor é claramente superior à média da indústria transformadora e do conjunto da actividade económica (44,0 e 44,2%, respectivamente).

O comportamento da produtividade suportou uma melhoria significativa em termos de competitividade externa, medida pela redução dos CTUP relativos. A indústria portuguesa de “equipamento de transporte” passou de uma situação de desvantagem no período 1991-1995 – custos de trabalho por unidade produzida cerca de 20% acima dos médios comunitários – para uma situação relativamente favorável no último período (ctup relativos de 79,4%). Em simultâneo, registou-se alguma aproximação à média da UE14 em termos de remuneração do trabalho. Registe-se que esta evolução se verificou no sector industrial com maiores níveis absolutos de ganhos por trabalhador (superiores em mais de 70% aos valores médios para o conjunto da actividade económica). Contudo, apesar da evolução positiva registada, verifica-se que a competitividade externa, medida por estas variáveis, continua a basear-se em larga medida nos diferenciais de remuneração do factor trabalho.

Na “indústria”, além do “equipamento de transporte”, registou-se comportamento positivo da produtividade nas “alimentares, bebidas e tabaco”, “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, “madeiras, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas”, e “pasta, papel e impressão”. Neste grupo, dois dos sectores tradicionais da nossa especialização – “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” e “madeiras, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas” – apesar da evolução positiva da produtividade aparente do trabalho, não apresentam vantagens em termos de CTUP relativos.

Quadro 17
 EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DE PORTUGAL
 FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	-3,8	Descida com oscilações; ligeira recuperação após 1997	-11,1	Descida com oscilações
Alimentares, bebidas e tabaco	14,5	Subida progressiva	-8,0	Descida com oscilações
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	5,6	Subida com oscilações	2,9	Subida progressiva após 1993
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	14,1	Subida progressiva	-31,8	Descida até 1994; depois, ligeira subida; quebra em 2000
Pasta, papel, edição e impressão	6,8	Subida; oscilações até 1996	5,3	Subida com oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	-7,0	Descida com oscilações	28,1	Subida progressiva
Outros produtos minerais não metálicos	-9,1	Oscilações; depois de 1995, subida progressiva; queda em 2000	36,8	Subida progressiva
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-2,0	Descida até 1994; depois, subida progressiva; queda em 2000	10,8	Subida até 1996; depois, descida progressiva; subida em 2000
Máquinas e equipamento	-1,8	Subida progressiva até 1997; depois, descida progressiva	20,9	Descida progressiva até 1997; depois, subida progressiva
Equipamento de transporte	28,6	Subida, mais significativa entre 1994 e 1997; depois, estabilidade	-63,8	Descida com oscilações; tendência de subida a partir de 1997
Energia	10,3	Subida com oscilações; subida entre 1997 e 1999; queda em 2000	5,6	Subida com oscilações
Construção	13,5	Subida progressiva	-0,5	Descida até 1995; depois, subida
Comércio, restaurantes e hotéis	4,4	Subida progressiva	-9,1	Descida até 1995; depois, estabilização
Transportes, armazenagem e comunicações	16,3	Subida progressiva	-0,7	Descida com oscilações até 1999; subida em 2000
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	-2,6	Descida até 1994; depois, subida com oscilações	-0,9	Subida até 1996; depois, descida
Serviços comunitários, sociais e pessoais	13,7	Subida progressiva	-0,4	Descida até 1997; depois, subida
Total	6,5	Subida progressiva	4,0	Subida progressiva
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	3,8	Subida progressiva	3,3	Subida progressiva após 1993
Serviços	5,8	Subida progressiva	2,1	Descida progressiva após 1992
Bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis	4,1	Subida progressiva	4,8	Subida progressiva

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

No que se refere aos “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, verificou-se mesmo uma degradação, face a uma aproximação da remuneração do trabalho à média comunitária: os ganhos por trabalhador passaram, em 1996-2000, para cerca

de 44% da média comunitária (41% no primeiro período). Todavia, em termos internos, este é o sector industrial com menor nível de ganhos por trabalhador, um dos mais baixos no conjunto da actividade económica. No último período, os

ganhos por trabalhador no sector eram cerca de 74% do nível médio no conjunto da economia (apenas na “agricultura, silvicultura, caça e pesca” se encontravam valores inferiores), registando-se mesmo um ligeiro recuo relativo. Estes factos assumem particular relevo se tivermos em conta que os nossos principais concorrentes se encontram fora da UE, e apresentam uma clara vantagem do ponto de vista do custo do factor trabalho.

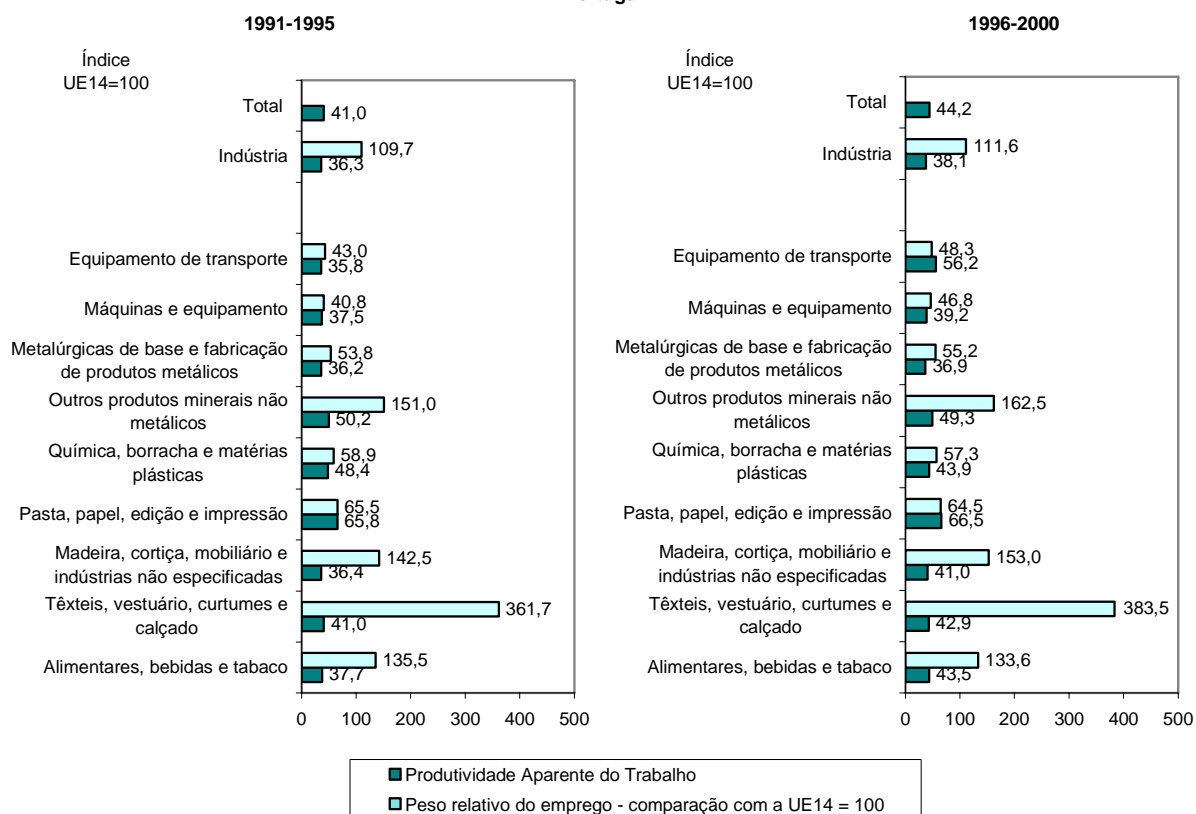
Nas “madeiras, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas”, o progresso significativo em termos de produtividade foi acompanhado por uma ligeira evolução dos ganhos por trabalhador, comparativamente à UE14, o que permitiu uma evolução favorável dos CTUP que, no último período, passaram a situar-se ao nível dos comunitários.

Nas “alimentares, bebidas e tabaco”, que absorvem cerca de 15% do emprego da indústria transformadora, verificou-se uma evolução significativa e regular da produtividade, durante o período em análise. Permanece, todavia, uma grande distância relativamente aos valores médios da UE14. A produtividade relativa, entre 1996 e 2001, atingiu o valor médio de 43,5% (37,7 no período anterior).

33. A evolução da produtividade da indústria em Portugal, no sentido de alguma convergência para os valores médios da UE14, foi acompanhada por uma redução do peso desse sector no conjunto da actividade económica (traduzido na perda de 1,4 p.p. entre os dois subperíodos em análise). Contudo, essa evolução não foi suficiente para alterar a situação de relativa especialização na “indústria transformadora” da economia Portuguesa

Gráfico 57

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA Portugal



Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

comparativamente à da UE14. De facto, o peso relativo do emprego industrial, em Portugal, entre 1991 e 1995, era 109,7% do valor da UE14, aumentando 1,9 p.p. no período seguinte.

Uma primeira análise a um maior nível de desagregação permite destacar a grande divergência nas especializações da economia portuguesa face à média da UE14, em qualquer dos períodos em análise. Em Portugal, quatro sectores detêm um peso relativo do emprego claramente superior ao registado na UE14: “alimentares bebidas e tabaco”, “têxteis, vestuário e calçado”, “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas” e “outros minerais não metálicos”. Os três primeiros representavam no último subperíodo mais de 60% do emprego e quase 50% do VAB industriais e, não obstante os progressos constatados, as produtividades sectoriais permanecem inferiores a metade dos níveis respectivos na comunidade.

Destaca-se o caso dos “têxteis, vestuário e calçado”, sector para o qual a grande especialização nacional se traduz num peso relativo do emprego que é mais do triplo do valor comunitário. A grande disparidade existente fica ainda mais evidente quando comparamos os níveis de produtividade e a sua evolução. De facto, a produtividade relativa cresceu apenas cerca de 2p.p. entre os dois períodos, para 42,9% da média do agregado em 1996-2000.

Nas “alimentares bebidas e tabaco” e “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas”, a situação é semelhante, embora a disparidade, em termos de emprego relativo, seja menor e a evolução da produtividade relativa tenha sido mais significativa.

Relativamente aos “outros minerais não metálicos”, que absorvem cerca de 7% do emprego da indústria e geram cerca de 10% do VAB respectivo, o aumento do seu peso relativo em termos de emprego, comparativamente à UE14, não foi acompanhado por uma convergência da produtividade. Pelo contrário, a produtividade relativa reduziu-se 0,9 p.p., para 49,3% em 1995-2000.

O peso do emprego do “equipamento de transporte”, sector industrial que, como foi referido, registou os maiores progressos de produtividade relativa, é menos de metade do que se regista na UE (nos sectores da indústria transformadora, apenas nas “máquinas e equipamento” se encontra um valor inferior deste indicador). Esta grande disparidade estrutural verifica-se, porém, num contexto de crescente importância do sector que, em 1996-2000, absorvia 3,9% do emprego e gerava 6,7% do VAB industriais, face a 3,4% e 3,7%, respectivamente, no período anterior.

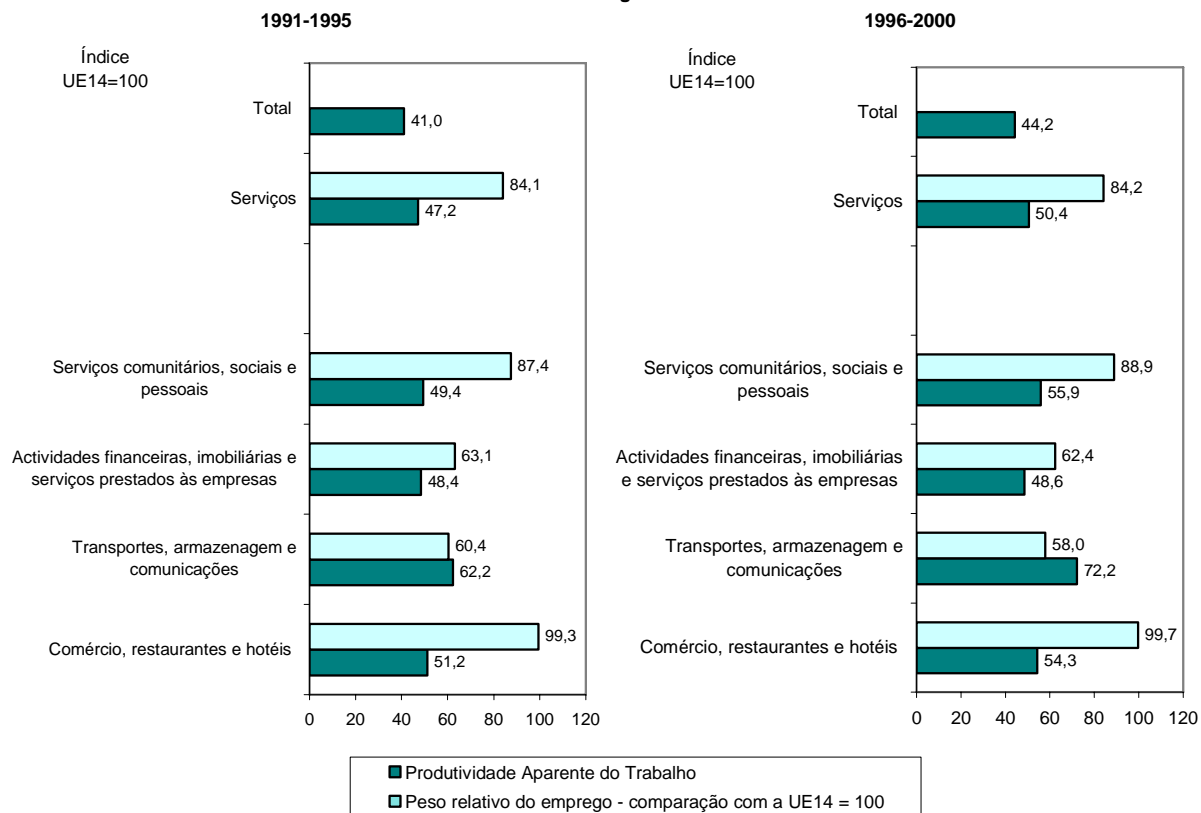
34. Nos “serviços”, o comportamento global caracterizou-se pela redução dos CTUP relativos, suportada por uma aproximação das produtividades sectoriais aos níveis comunitários.

Destacaram-se, com evolução muito positiva e níveis de produtividade mais próximos da média, os “transportes, armazenagem e comunicações”. Este sector é aquele cujos ganhos por trabalhador são mais elevados quando comparados com os valores da UE14 (cerca de 55% e 61% em 1991-1995 e 1996-2000, respectivamente).

As “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, sector que representa perto de 15% do emprego dos serviços, apesar de, em termos internos apresentarem dos mais altos níveis de produtividade (a seguir à energia), são no conjunto dos serviços os que mais divergem da média comunitária. Trata-se, simultaneamente, do único entre eles que não apresenta uma evolução de sentido claramente positivo.

Confrontando o sector dos “serviços” com a “indústria transformadora” com base nos pesos relativos do emprego comparados com os da UE14, verifica-se que naqueles são muito menores as diferenças estruturais. Com base neste critério, apesar do crescente relevo deste sector (que representava em 1996-2000 cerca de 67% e 58%, VAB e emprego), em termos globais, no último período, a economia portuguesa mantém-se relativamente pouco especializada nos “serviços”, não se verificando grandes desequilíbrios entre os

Gráfico 58
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
 Portugal



Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

diversos subsectores. Ainda assim, destacam-se dois sectores, que em conjunto representam quase 80% do emprego dos serviços e cujos pesos relativos no emprego se aproximam muito dos valores comunitários: “comércio, restaurantes e hotéis” e “serviços comunitários, sociais e pessoais”.

O sector do “comércio, restaurantes e hotéis” mantém a sua importância no conjunto dos serviços, em Portugal, com cerca de 26% do VAB e 34% do emprego, respectivos, no último período analisado. Simultaneamente, o seu peso no conjunto da actividade económica, quando medido em termos de emprego, é praticamente igual ao que detém na UE14. Registe-se, porém, que apesar de algum progresso em termos de produtividade (cerca de 3 p.p.), este é um dos subsectores dos serviços que mais se afasta da

média comunitária (com uma produtividade relativa de 54,3%, no último período).

O peso do emprego dos “transportes e comunicações”, sector com elevada produtividade no contexto nacional, em claro processo de convergência para a média comunitária, é relativamente baixo quando comparado com o contexto europeu. Nos serviços, de acordo com o critério do emprego relativo, este é mesmo o subsector que mais se afasta do padrão comunitário.

As “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” que, em Portugal, se afastam muito do papel que assumem no quadro do emprego da UE14, caracterizam-se por uma produtividade relativa muito baixa em que, além disso, não se detecta um processo marcado de convergência.

Comparando a evolução dos sectores dos serviços e da indústria, verifica-se que é nestes últimos que se verificam as maiores divergências de produtividade relativamente ao nível médio dos países comunitários. Saliente-se que os sectores onde se constataram CTUP inferiores à média foram aqueles com níveis de produtividade mais próximos da média.

Em suma, a análise dos diversos indicadores, a este nível de desagregação, parece confirmar as conclusões retiradas noutros capítulos deste documento. O atraso da economia portuguesa, do ponto de vista da produtividade, está associado a uma estrutura produtiva que se mantém desfavorável, por um lado, e a um pobre desempenho sectorial, por outro. Aliás, a análise aqui realizada sugere, mais uma vez, que este último será o factor determinante.

Espanha

35. Do conjunto dos países da Europa do sul, **Espanha** é o que apresenta níveis de produtividade mais próximos da média comunitária. No período de 1991 a 1995, o nível de produtividade aparente do trabalho, para o conjunto da actividade económica era, em Espanha, mais do dobro do português. Todavia, assistiu-se, no período em análise, a uma regressão da produtividade relativa que, atingiu entre 1996 e 2000, 78,4% da média comunitária, face a 85,6% de 1991 a 1995. Em resultado deste processo de divergência, a produtividade espanhola, embora continue mais próxima da média comunitária, era, no período 1996-2000, cerca de 80% superior à registada em Portugal.

Considerando os grandes sectores da actividade económica, a descida foi generalizada, contrariamente ao que se verificou para Portugal, onde, exceptuando a “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, os diferentes sectores convergiram, em maior ou menor grau, para o nível de produtividade da UE. No sector onde a proximidade entre os dois países é maior, os “serviços”, o nível de produtividade em Espanha era cerca de 60%

superior ao português, no período em 1996-2000. De salientar, ainda, a grande diferença entre os dois países ibéricos no que se refere à produtividade da “agricultura, silvicultura caça e pesca”, sector em que Espanha se encontra muito próxima da média comunitária.

No conjunto da “**indústria transformadora**”, a descida da produtividade relativa foi generalizada, quando se comparam as médias dos dois períodos. Contudo, essa descida resultou, em larga medida, para a quase totalidade dos sectores da indústria, do comportamento muito desfavorável verificado em 1991-1995. No período seguinte, o processo de divergência manteve-se, mas assumiu um carácter menos marcado. Exceptuam-se os sectores das “metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos” e “pasta, papel, edição e impressão”, para os quais o comportamento no segundo período foi mais desfavorável.

Em qualquer dos períodos, os sectores com cuja produtividade mais divergia face à média comunitária foram as “têxteis, vestuário e calçado”, “metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos” e “madeira cortiça e mobiliário”, os quais representam, em conjunto, cerca de 28% e 38% do VAB e emprego industriais. Os “têxteis, vestuário e calçado” e “madeira cortiça e mobiliário” foram, simultaneamente, aqueles onde, depois das “máquinas e equipamento”, a redução da produtividade relativa foi mais acentuada.

Face a este comportamento, verifica-se uma evolução claramente positiva da produtividade dos diversos sectores industriais em Portugal face a Espanha. Contudo, no segundo subperíodo, os níveis de produtividade em Portugal variaram entre cerca de 50% e 88% dos espanhóis (nas “metalúrgicas de base e produtos metálicos” e “pasta, papel, edição e impressão”, respectivamente). Por outro lado, quando se comparam as produtividades relativas dos dois países (face à UE), regista-se um padrão muito mais desequilibrado em Portugal, em qualquer dos dois períodos, com grandes diferenças sectoriais

Cap.º IV – As Tendências da Evolução da Produtividade em Portugal Face à União Europeia

Quadro 18

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DE ESPANHA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	93,7	88,1	75,2	76,9
Alimentares, bebidas e tabaco	87,6	77,6	96,2	102,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	83,3	71,8	106,7	115,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	76,2	65,0	102,5	110,0
Pasta, papel, edição e impressão	85,0	75,3	96,6	102,3
Química, borracha e matérias plásticas	87,8	76,9	103,2	103,1
Outros produtos minerais não metálicos	85,9	81,9	96,0	93,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	79,4	72,4	103,1	101,0
Máquinas e equipamento	86,9	75,0	95,6	99,1
Equipamento de transporte	84,7	78,6	93,4	88,7
Energia	127,9	102,0	70,1	78,6
Construção	86,4	80,6	102,3	109,2
Comércio, restaurantes e hotéis	103,8	97,1	66,5	68,1
Transportes, armazenagem e comunicações	94,5	88,1	84,8	82,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	95,0	86,0	110,2	111,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	83,4	79,3	105,9	104,2
Total	85,6	78,3	93,8	96,1
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	82,6	72,7	96,7	99,4
Serviços	87,5	81,2	95,6	96,0
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	81,3	73,3	97,3	100,2

* UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

(de cerca de 30 p.p. entre os níveis extremos, face a 11 e 17 p.p. em Espanha).

Também na generalidade dos sectores dos **serviços**, tal como na indústria transformadora, a comparação das produtividades relativas nos períodos revela um acentuar da divergência face à UE14. Este facto, conjugado com a evolução verificada em Portugal, resulta numa aproximação entre os dois países: em 1991-1995 os níveis de produtividade portuguesa nestes sectores variavam entre cerca de 66% e 49% da espanhola (nos “transportes, armazenagem e comunicações” e “comércio, restaurantes e hotéis”, respectivamente), face a 56% e 82% em 1996-2000. De facto, apesar da evolução negativa que se verificou, em Espanha, a produtividade dos diversos subsectores dos serviços é muito próxima da média comunitária (superiores a 80%, sendo

praticamente idênticas no sector do “comércio, restaurantes e hotéis”).

O referido processo de divergência face à UE resultou, fundamentalmente, da evolução claramente mais desfavorável verificada no primeiro subperíodo. Nos serviços, tal como se verificou na indústria transformadora, registou-se um perfil de evolução da produtividade relativa que se distancia claramente do português: em Espanha a evolução foi negativa em ambos os subperíodos, mas menos desfavorável no segundo; em Portugal, o processo foi de convergência, atenuada no segundo período (a única excepção foi o sector das “actividades financeiras e imobiliárias e serviços prestados às empresas”).

Embora se tenham vindo a reduzir, são grandes as diferenças nos ganhos por empregado em Espanha

Quadro 19

**EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DE ESPANHA
FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA**

Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	-13,8	Descida com oscilações	1,0	Descida com oscilações até 1996; depois, subida
Alimentares, bebidas e tabaco	-20,3	Descida progressiva	11,8	Subida progressiva
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	-22,8	Descida progressiva	21,7	Subida progressiva
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	-23,2	Descida progressiva	16,2	Subida progressiva
Pasta, papel, edição e impressão	-20,1	Descida progressiva	11,7	Subida com oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	-20,1	Descida progressiva	-2,1	Descida com oscilações
Outros produtos minerais não metálicos	-13,2	Descida progressiva	0,5	Oscilações com tendência de descida até após 1993
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-15,1	Descida com oscilações	0,5	Oscilações com tendência de descida até 1995; depois, subida
Máquinas e equipamento	-28,4	Descida progressiva	12,8	Subida com oscilações
Equipamento de transporte	-15,5	Descida, com oscilação entre 1994 e 1996	-3,6	Descida progressiva até 1996; depois, subida
Energia	-52,2	Descida progressiva	14,7	Subida progressiva
Construção	-12,5	Descida progressiva	10,3	Subida progressiva
Comércio, restaurantes e hotéis	-10,2	Descida progressiva	-0,2	Subida progressiva após 1993
Transportes, armazenagem e comunicações	-12,0	Descida progressiva	-1,9	Descida progressiva
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	-20,0	Descida progressiva	1,7	Subida com oscilações até 1996; depois, descida progressiva
Serviços comunitários, sociais e pessoais	-8,4	Descida com oscilações	-2,0	Descida progressiva
Total	-14,7	Descida, com oscilação entre 1994 e 1996	4,7	Subida progressiva
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	-20,8	Descida, com oscilação entre 1994 e 1996	7,5	Subida progressiva após 1995; até 1995, oscilações
Serviços	-12,6	Descida, com oscilação entre 1994 e 1996	1,0	Subida progressiva
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	-16,6	Descida, com oscilação entre 1994 e 1996	7,0	Subida progressiva após 1995; até 1995, oscilações

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

e Portugal (generalizadas, mas mais acentuadas na indústria do que nos serviços). Esse facto esbate as diferenças nos custos de trabalho originadas pelos grandes diferenciais na produtividade. Em termos de grandes sectores, apenas na “agricultura” e “serviços”, o referido diferencial nos ganhos não é suficiente para compensar, a nível dos CTUP respectivos, as diferenças de produtividade entre os dois países. Quando se comparam os custos unitários, e

apesar das grandes diferenças nas produtividades, Portugal apresenta uma ligeira vantagem competitiva face a Espanha para o conjunto dos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”.

A nível mais desagregado, na “indústria transformadora”, no primeiro período, apenas os sectores da “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias n. e.” e “equipamento de transporte”

registavam CTUP relativos entre os países ibéricos desfavoráveis a Portugal. Face à evolução da produtividade nestes sectores, a situação inverteu-se no segundo período. Apesar do recuo em termos de produtividade relativa face à UE14, a indústria espanhola de “equipamento de transporte” registou algum ganho de competitividade na comunidade. Todavia, ele foi insuficiente para compensar a redução nos CTUP que o grande progresso na produtividade induziu em Portugal.

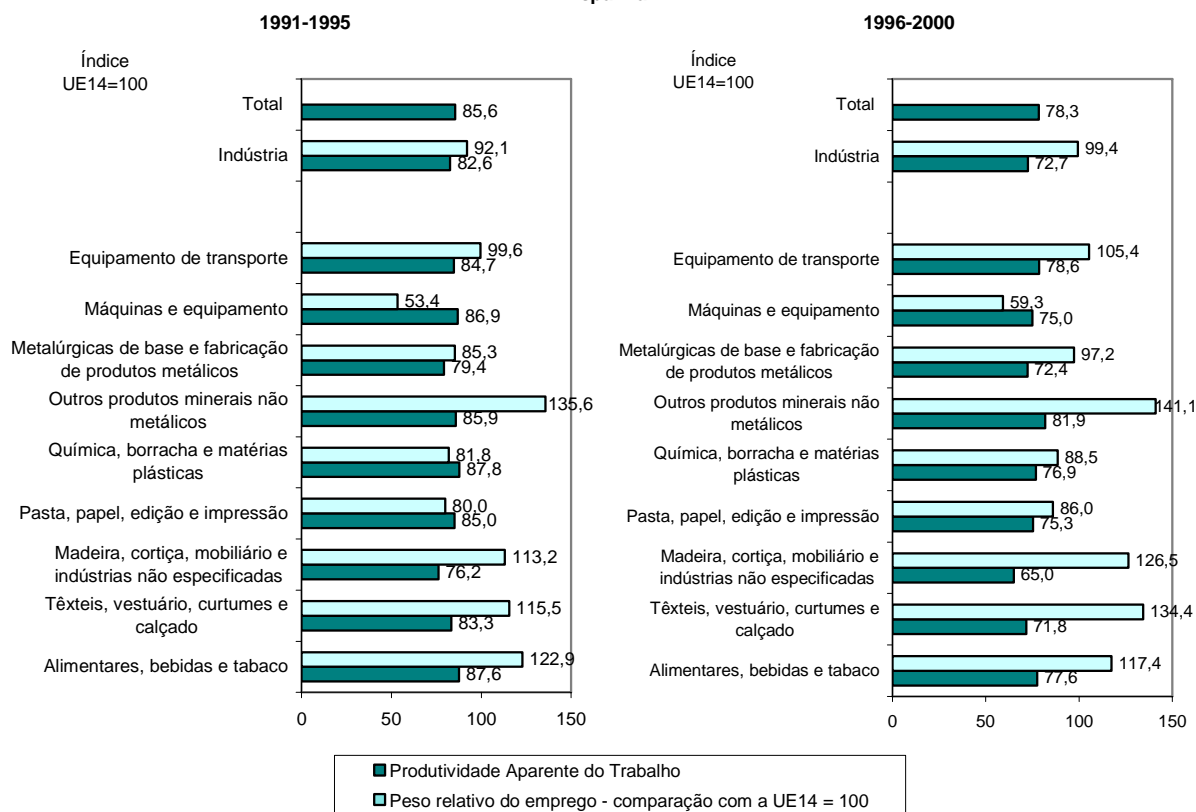
No conjunto dos sectores de serviços, tal como em Portugal, as “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, são as que apresentam CTUP mais elevados, próximos ou superiores aos da UE. Verifica-se contudo uma diferença fundamental entre as duas economias: ao contrário do que acontece em Portugal, e apesar

do recuo verificado, a produtividade e os ganhos por trabalhador, neste sector são, em Espanha, bastante próximos das médias comunitárias.

De um modo geral, apesar dos recuos de produtividade relativa verificados na generalidade dos sectores, a competitividade espanhola não se apoia em grandes diferenças na remuneração do factor trabalho.

36. Comparando a evolução do nível de produtividade sectorial com o peso relativo do emprego, nos sectores da “indústria” e dos “serviços” verificou-se que, tal como em Portugal, é naqueles que se verificam as maiores divergências face ao nível médio dos países comunitários. Contudo, em Espanha, essas divergências são muito menores: não só, de um modo geral, os pesos sectoriais do emprego estão bastante mais

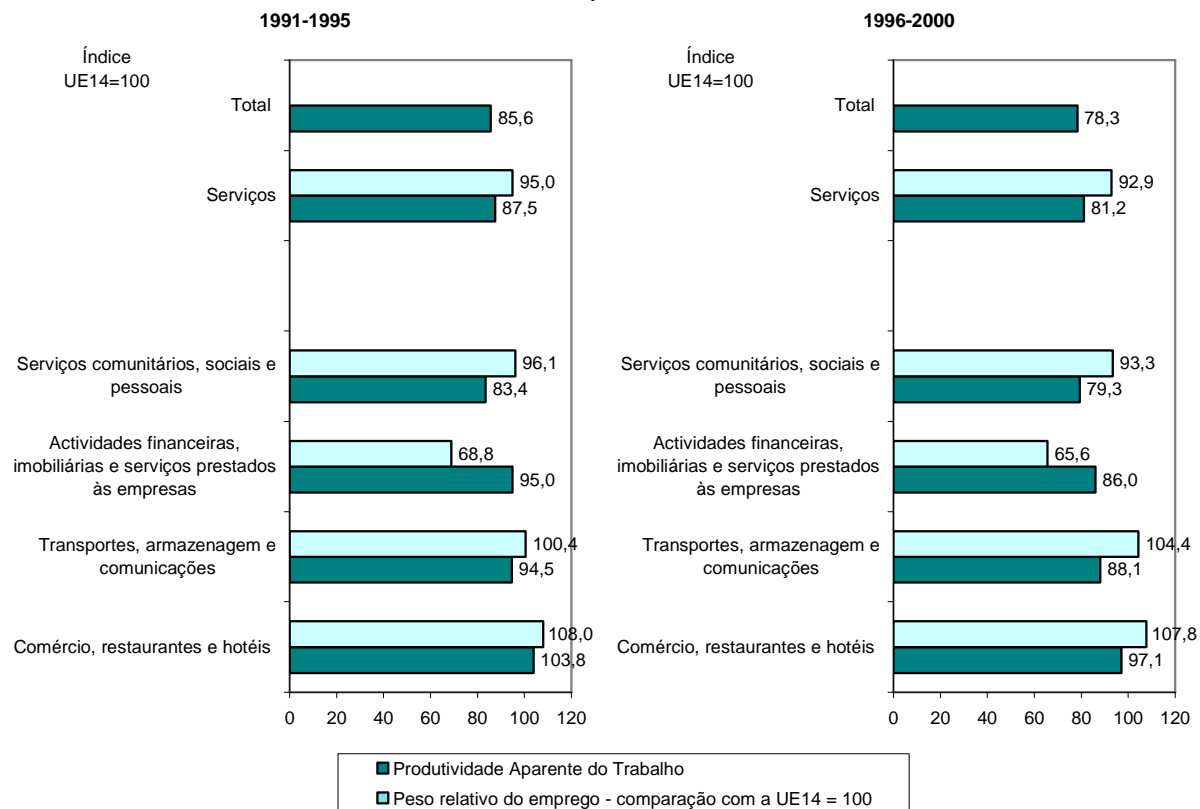
Gráfico 59
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
Espanha



Produtividade = VAB / emprego total.
VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Gráfico 60

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
Espanha



Produtividade = VAB / emprego total.
VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

próximos do padrão comunitário, como não se verificam divergências intersectoriais tão marcadas.

Em oito dos nove sectores em que a “indústria” está desagregada assistiu-se à mesma tendência de evolução: diminuição do nível de produtividade relativamente à UE14 e aumento do peso relativo do emprego. Aliás, na maioria dos sectores industriais, no último período, o indicador assume valores superiores a 100, revelando um padrão de especialização relativamente favorável à indústria. Destaca-se a evolução do “equipamento de transporte”, sector em que o valor do indicador aumentou 5,8 p.p. de 1991-1995 para 1996-2000, atingindo 105,4% no último período.

Nos “serviços”, em particular, a distribuição do emprego é muito próxima da média comunitária, destacando-se as “actividades financeiras

imobiliárias e serviços prestados às empresas” como as que mais divergem face à UE14. Em Espanha, o peso do emprego neste sector era 1996-2000 pouco mais de 65% do peso respectivo na UE14. O sector com o nível de produtividade mais elevado quando comparado com a UE14, “comércio restaurantes e hotéis” é, simultaneamente, aquele em que o emprego pesa relativamente mais (cerca de 8% acima da média comunitária).

Em termos globais, pode afirmar-se que, em Espanha, a evolução do perfil do emprego comparado com o comunitário, traduz uma relativa proximidade, com tendência para alguma especialização relativa na indústria face aos serviços. Note-se que nos “serviços” se regista o maior nível de produtividade relativa e,

simultaneamente, foi menor o recuo entre os dois períodos.

Grécia

36. A **Grécia** apresenta níveis de produtividade aparente do trabalho que se situam entre os de Portugal e de Espanha. O nível de produtividade está a convergir a um ritmo superior ao de Portugal. De 1991 para 2000, o nível de produtividade aumentou 4,2 p.p., atingindo entre 1996 e 2000 cerca de 58,5% da média comunitária, face a 54,1% entre 1991 e 1995. Na generalidade dos sectores, contrariamente ao que se verificou em Portugal, o comportamento da produtividade foi mais favorável ao longo do último período. Comparando a “indústria transformadora” com os “serviços”, verificou-se nestes um progresso muito mais marcado em termos de produtividade relativa (que passou de 65,7% em 1991-1995 para 70,8%

em 1996-2000, comparativamente a 40,5% e 41,1%, respectivamente, na “indústria”).

Na “**indústria transformadora**”, destacaram-se como sectores cujos níveis de produtividade estão menos afastados da média (acima de 50%) os “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” e “outros produtos minerais não metálicos”. Todavia, os “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” tiveram um comportamento negativo ao longo de todo o período, mais acentuado entre 1995 e 2000, o que se traduziu num recuo significativo na sua produtividade relativa. Registaram-se, também, recuos na produtividade relativa das “metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos”, “pasta, papel, edição e impressão”, “química, borracha e matérias plásticas” e “máquinas e equipamento”. Porém, neste conjunto de sectores, exceptuando as “química, borracha e matérias plásticas”, esta regressão deveu-se ao

Quadro 20

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DA GRÉCIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	53,7	51,1	25,2	36,7
Alimentares, bebidas e tabaco	44,2	48,4	76,2	82,1
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	64,4	57,2	61,1	75,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	37,5	45,0	56,2	63,5
Pasta, papel, edição e impressão	42,6	39,5	84,0	100,3
Química, borracha e matérias plásticas	40,6	38,9	90,2	104,9
Outros produtos minerais não metálicos	38,7	59,1	169,6	88,1
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	45,5	41,7	72,1	80,2
Máquinas e equipamento	37,8	35,5	81,7	90,7
Equipamento de transporte	34,8	39,1	99,0	102,4
Energia	53,0	33,2	83,2	145,8
Construção	67,1	77,6	68,1	52,0
Comércio, restaurantes e hotéis	75,9	82,7	38,9	31,8
Transportes, armazenagem e comunicações	44,8	52,1	78,9	80,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	45,1	88,7	79,2	47,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	89,2	70,2	71,2	99,6
Total	54,1	58,5	61,5	65,8
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	40,5	41,1	75,9	80,5
Serviços	65,7	70,8	64,1	68,2
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	38,2	45,7	64,3	58,9

* UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

Quadro 21
EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DA GRÉCIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	-8,8	Descida com oscilações	12,0	Subida com oscilações
Alimentares, bebidas e tabaco	5,1	Subida progressiva até 1996; depois descida	15,8	Subida progressiva
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	-12,1	Descida progressiva após 1993	28,5	Subida progressiva
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	9,7	Subida com oscilações	10,2	Subida com oscilações
Pasta, papel, edição e impressão	-4,1	Descida com oscilações	25,0	Subida com oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	-0,3	Descida com grandes oscilações	17,2	Subida progressiva até 1997; depois, descida
Outros produtos minerais não metálicos	23,9	Subida progressiva após 1994	-105,5	Descida progressiva
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-1,3	Descida até 1999	-1,4	Subida até 1998; depois descida
Máquinas e equipamento	-1,1	Descida com oscilações	1,9	Subida até 1997; depois descida
Equipamento de transporte	5,1	Subida com oscilações	12,9	Subida com oscilações
Energia	-27,1	Descida até 1996	52,6	Subida entre 1994 e 1998
Construção	6,6	Subida após 1994	-27,6	Descida progressiva
Comércio, restaurantes e hotéis	3,0	Subida com oscilações; descida após 1997	-17,4	Descida progressiva até 1996; depois, subida
Transportes, armazenagem e comunicações	16,8	Oscilações; subida após 1998	-22,6	Oscilações; subida entre 1994 e 1997
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	44,9	Oscilações; subida entre 1994 e 1997	-56,6	Descida: estabilização a partir de 1995
Serviços comunitários, sociais e pessoais	-26,3	Oscilações; descida entre 1994 e 1996	25,0	Subida após 1994
Total	4,2	Subida progressiva, com algumas oscilações	-2,6	Subida após 1994
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	0,3	Oscilações; ligeira subida	6,4	Subida progressiva
Serviços	4,8	Subida progressiva, com algumas oscilações	-7,1	Subida após 1994
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	8,4	Oscilações; subida entre 1994 e 1997	-12,7	Descida progressiva

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

comportamento no primeiro subperíodo, sendo nítido o progresso verificado nos anos mais recentes.

No seu conjunto, a “indústria transformadora” grega mantém no último período alguma vantagem de produtividade relativamente à portuguesa. Todavia, em termos sectoriais encontram-se situações distintas, sendo que nas “pasta, papel, edição e impressão”, “química, borracha e matérias plásticas”, “máquinas e equipamento” e

“equipamento de transporte” o nível de produtividade das indústrias portuguesas é superior.

No conjunto das actividades de **serviços**, com a única excepção dos “serviços comunitários, sociais e pessoais”, houve uma grande aproximação ao nível de produtividade comunitária. A evolução verificada foi globalmente mais favorável no segundo subperíodo. Contudo, o sector onde se verificou a maior aproximação ao nível de

produtividade da UE14, “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, essa evolução ficou a dever-se ao comportamento no primeiro período.

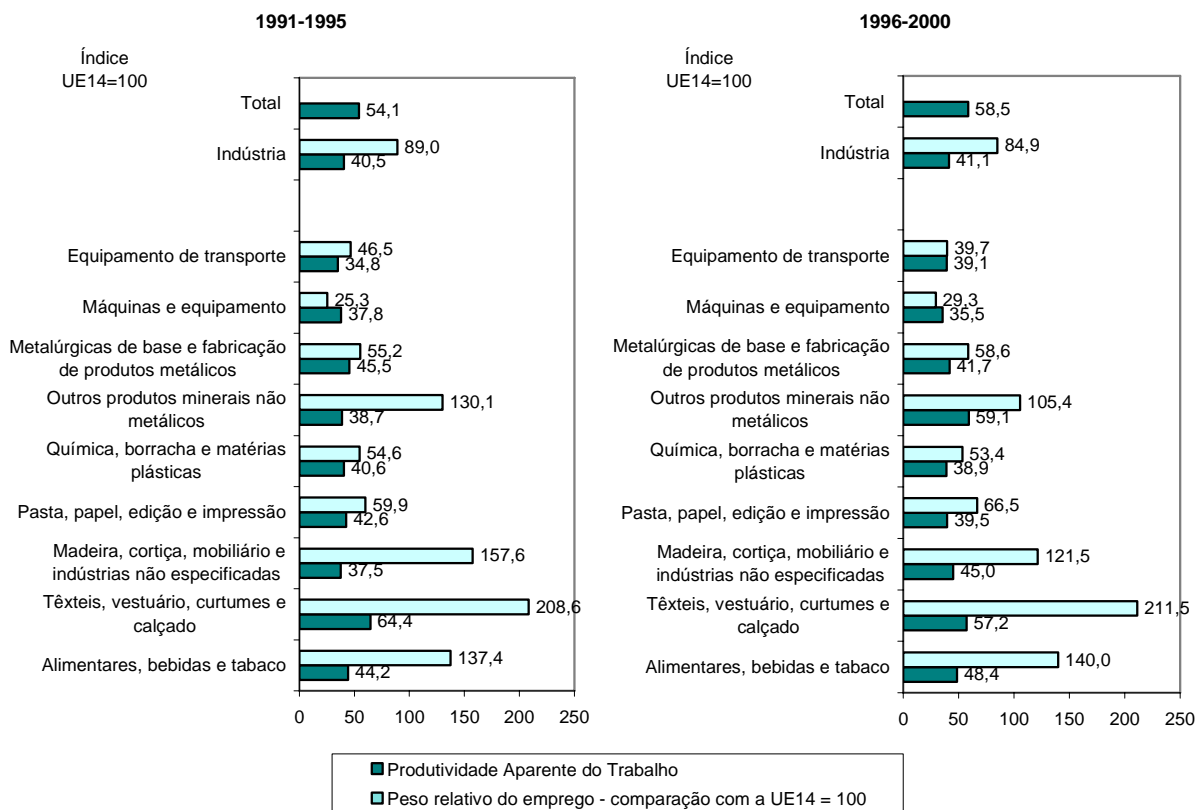
Os níveis de produtividade referidos, associados a ganhos por trabalhador relativamente baixos, traduziram-se numa evolução positiva em termos de competitividade quando medida pelos CTUP relativos à UE14, designadamente no conjunto dos bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis. Recorde-se que, em Portugal, para esse conjunto de bens, houve um aumento dos CTUP que em 1996-2000 eram cerca de 94% do nível médio comunitário, o que compara com um nível de cerca de 59% na Grécia (64% no período anterior). Este andamento ficou a dever-se em grande parte ao comportamento de dois sectores, “outros produtos minerais não metálicos” e “actividades financeiras, imobiliárias e serviços

prestados às empresas”, para os quais se verificou uma grande redução de CTUP relativos. De facto, na maioria dos sectores, os custos de trabalho por unidade produzida cresceram comparativamente à UE14 e a Portugal, mantendo-se contudo, a níveis bastante inferiores.

Nos sectores da indústria transformadora em que o nível de produtividade é inferior ao registado em Portugal, apesar dos ganhos por trabalhador serem inferiores, os CTUP gregos são superiores aos portugueses. Em 1996-2000, essa vantagem competitiva para Portugal verificava-se nos “química, borracha e matérias plásticas”, “pasta, papel, edição e impressão” e “equipamento de transporte”.

37. Em termos da comparação do nível de produtividade e do peso relativo do emprego, constatou-se que ao nível da “indústria” se assistiu

Gráfico 61
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
Grécia



Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

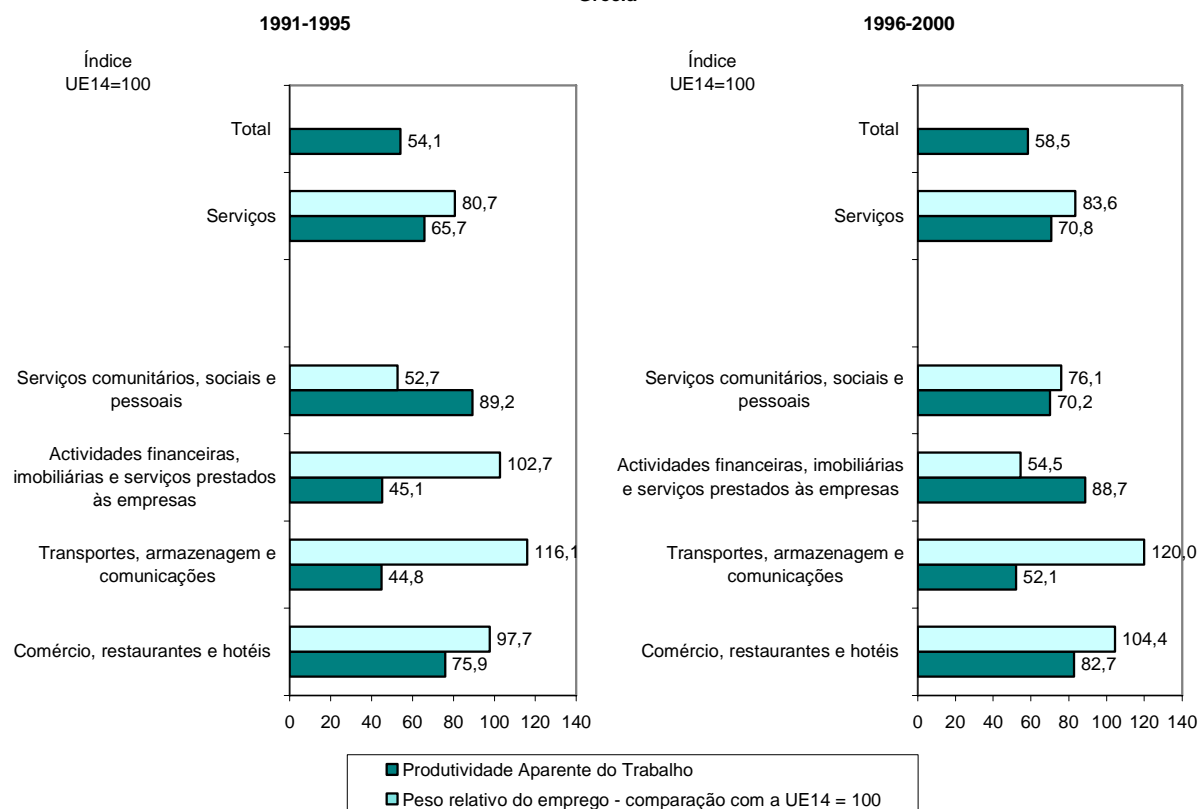
a uma quase estagnação do nível de produtividade e a uma pequena diminuição do peso relativo do emprego, ambos muito aquém da média comunitária (40,5% e 89,0% de 1991 a 1995 para 41,1% e 84,9% de 1996 a 2000).

Em termos de peso relativo do emprego, comparativamente à UE14, na Grécia, tal como em Portugal, verifica-se um padrão muito mais desequilibrado na indústria do que nos serviços. De facto, a maioria dos sectores industriais, caracteriza-se por um peso relativo do emprego muito inferior ao registado na UE14, não se verificando alterações muito significativas entre os dois períodos considerados. É nos sectores industriais em que a produtividade grega menos se afasta da comunitária (“têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, “alimentares, bebidas e tabaco”, “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias n. e.” e “outros produtos minerais não metálicos”), que se

detecta uma relativa “especialização”, traduzida por valores do indicador superiores a 100. Note-se que, nestes sectores (com excepção das “alimentares, bebidas e tabaco”), a evolução da produtividade relativa corresponde a uma evolução em sentido oposto da “especialização” em termos de emprego. Os sectores, onde se verificou uma “especialização” da Grécia, coincidem com os que se identificaram para Portugal.

Nos “serviços”, assistiu-se a um aumento do nível de produtividade relativa e do peso relativo do emprego, denotando-se uma tendência clara para a convergência na maioria dos subsectores. Entre 1996 e 2000, o nível de produtividade era 70,8% da média da UE14 e o peso relativo do emprego de 83,6%. O aumento de cerca de 5 p.p. do nível de produtividade foi acompanhado por uma aproximação ao nível comunitário no que se refere ao peso relativo do emprego.

Gráfico 62
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
Grécia



Produtividade = VAB / emprego total.
VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Saliente-se a diminuição para cerca de metade do peso relativo do emprego e um aumento para quase o dobro do nível de produtividade das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” (em 1996-2000, 54,5% e 88,7%, respectivamente) bem como o aumento simultâneo do nível de produtividade e do reforço na “especialização” dos “transportes, armazenagem e comunicações” e do “comércio, restaurantes e hotéis”.

França

38. Em **França** manteve-se a divergência positiva do nível de produtividade ao longo do período em análise. No entanto, de 1991 para 2000, o nível de produtividade relativa diminuiu 4,7 p.p., passando de 121,9% de 1991-1995 para 116,9% de 1996-2000. O elevado nível de produtividade relativa é justificado pela globalidade dos sectores produtivos, destacando-se a “agricultura,

silvicultura, caça e pesca”, “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” e “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas” como os que mais se evidenciam face à média comunitária. Comparando os sectores dos “serviços” com os da “indústria transformadora, verifica-se que nesta, de um modo geral, os níveis de produtividade relativa são mais elevados.

Na **indústria**, na quase totalidade dos sectores, registaram-se regressões mais ou menos acentuadas de produtividade relativa, quando se comparam os níveis médios dos períodos 1991-1995 e 1996-2000. Exceptuam-se os sectores “química, borracha e matérias plásticas” “equipamento de transporte”, sendo este o que obteve maiores ganhos em termos de produtividade comparada com a média comunitária. Em França, o perfil anual de evolução da produtividade caracteriza-se por um comportamento mais favorável no primeiro subperíodo. Entre 1991 e

Quadro 22

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DE FRANÇA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	151,0	152,9	78,0	82,1
Alimentares, bebidas e tabaco	123,8	115,3	91,0	94,7
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	139,1	138,0	106,1	104,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	135,3	130,2	92,0	92,1
Pasta, papel, edição e impressão	118,5	109,5	103,9	105,6
Química, borracha e matérias plásticas	117,6	123,3	94,6	91,6
Outros produtos minerais não metálicos	124,3	121,7	101,8	101,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	123,6	122,7	96,7	94,5
Máquinas e equipamento	120,4	118,7	97,7	97,3
Equipamento de transporte	111,4	123,2	92,4	82,4
Energia	113,1	97,7	103,8	117,3
Construção	123,9	116,5	102,3	108,3
Comércio, restaurantes e hotéis	130,2	123,3	113,5	114,4
Transportes, armazenagem e comunicações	112,6	101,3	99,0	107,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	119,4	115,7	114,2	115,2
Serviços comunitários, sociais e pessoais	110,8	108,5	97,5	99,1
Total	121,9	116,9	100,3	102,8
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	123,5	122,4	96,0	94,4
Serviços	120,6	115,1	103,0	106,0
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	126,7	121,2	97,6	99,8

* UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

Quadro 23
 EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DE FRANÇA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	8,4	Subida com oscilações	9,5	Subida com oscilações
Alimentares, bebidas e tabaco	-11,3	Descida progressiva após 1993	5,3	Subida progressiva
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	5,8	Subida, com descida em 1996 e 1997	-2,1	Descida progressiva
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	-0,3	Subida até 1995; depois descida com oscilações	-3,7	Descida até 1995; depois, subida até 1999
Pasta, papel, edição e impressão	-14,6	Descida progressiva após 1993	5,8	Subida com oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	7,7	Subida progressiva; descida em 2000	-9,2	Descida com oscilações
Outros produtos minerais não metálicos	-0,1	Oscilações	-7,9	Oscilações com tendência de subida até 1997 ;depois tendência de descida
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,4	Subida com descida em 1995, 1997 e 2000	-7,0	Oscilações com tendência de subida até 1996 ;depois, descida progressiva
Máquinas e equipamento	-8,2	Descida com oscilações	0,9	Ligeiras oscilações
Equipamento de transporte	27,9	Subida, com oscilações até 1996	-22,3	Descida com subida entre 1994 e 1996
Energia	-24,2	Descida com oscilações	15,9	Subida com oscilações
Construção	0,0	Tendência de descida após 1994 com ligeira recuperação nos últimos anos	3,6	Subida progressiva; ligeira descida depois de 1998
Comércio, restaurantes e hotéis	-6,2	Descida progressiva após 1993	-1,6	Oscilações; tendência de descida após 1996
Transportes, armazenagem e comunicações	-16,3	Descida progressiva	13,6	Subida progressiva
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	-3,9	Descida com oscilações	0,4	Subida com algumas oscilações até 1998; depois, descida.
Serviços comunitários, sociais e pessoais	-0,9	Subida até 1995; depois, descida progressiva	3,4	Subida progressiva
Total	-4,7	Descida, progressiva após 1993	2,6	Subida progressiva com ligeira tendência de descida após 1997
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	-0,3	Subida até 1995; depois, com oscilações	4,1	Oscilações até 1996; depois, tendência de descida
Serviços	-5,9	Descida, progressiva após 1993	-4,6	Subida progressiva com ligeira tendência de descida após 1998
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	-7,0	Descida, progressiva após 1993	2,2	Subida progressiva com ligeira tendência de descida após 1997

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

1995, a produtividade da quase totalidade dos sectores industriais evoluiu a um ritmo superior ao registado na UE14; a partir de 1995, a situação inverteu-se. Comparando com Portugal, verificou-se uma aproximação acentuada. Contudo, dados

os níveis iniciais, mantém-se uma enorme disparidade nas produtividades sectoriais dos dois países. No “equipamento de transporte”, sector onde a proximidade é maior e onde se tem verificado uma evolução muito positiva nos dois

países, a produtividade portuguesa é, ainda assim, pouco superior a 60% da francesa.

Nos **serviços**, onde o afastamento da média comunitária é inferior ao registado na indústria, verificou-se, simultaneamente, uma maior regressão. Essa regressão, mais uma vez, é sustentada no comportamento do segundo subperíodo, já que entre 1991 e 1995 se verificou uma evolução da produtividade francesa a um ritmo superior aos valores médios do agregado UE14. Apenas nos “transportes, armazenagem e comunicações” se observou uma evolução desfavorável da produtividade relativa ao longo de todo o período em análise.

Dados os elevados níveis das produtividades relativas, e apesar dos ganhos por trabalhador relativamente altos, os custos de trabalho por

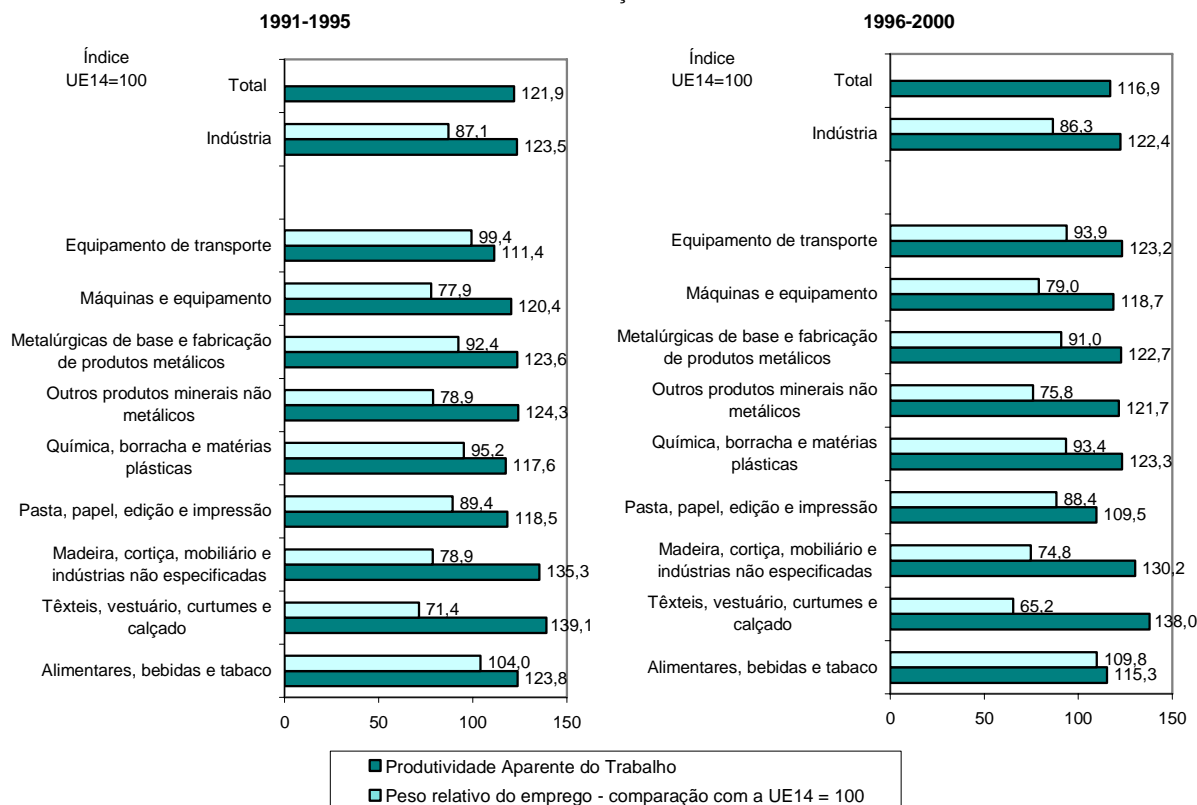
unidade produzida, para o conjunto dos bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis, são ligeiramente inferiores ao nível registado na UE14. Saliente-se que o sector “equipamento de transporte”, que obteve maiores ganhos em termos de produtividade, entre 1991 e 2000 foi também aquele que registou das maiores diminuições dos CTUP, entre 1991 e 2000 (-22,3 p.p., atingindo 82,4% da média de 1996 a 2000).

Na maioria dos sectores industriais, a comparação entre os níveis médios dos dois subperíodos revela estabilidade ou uma melhoria competitiva. Nos serviços, a situação inverte-se.

Comparando com Portugal, verifica-se que, apesar do grande desnível nas remunerações do trabalho, os CTUP franceses não são significativamente superiores.

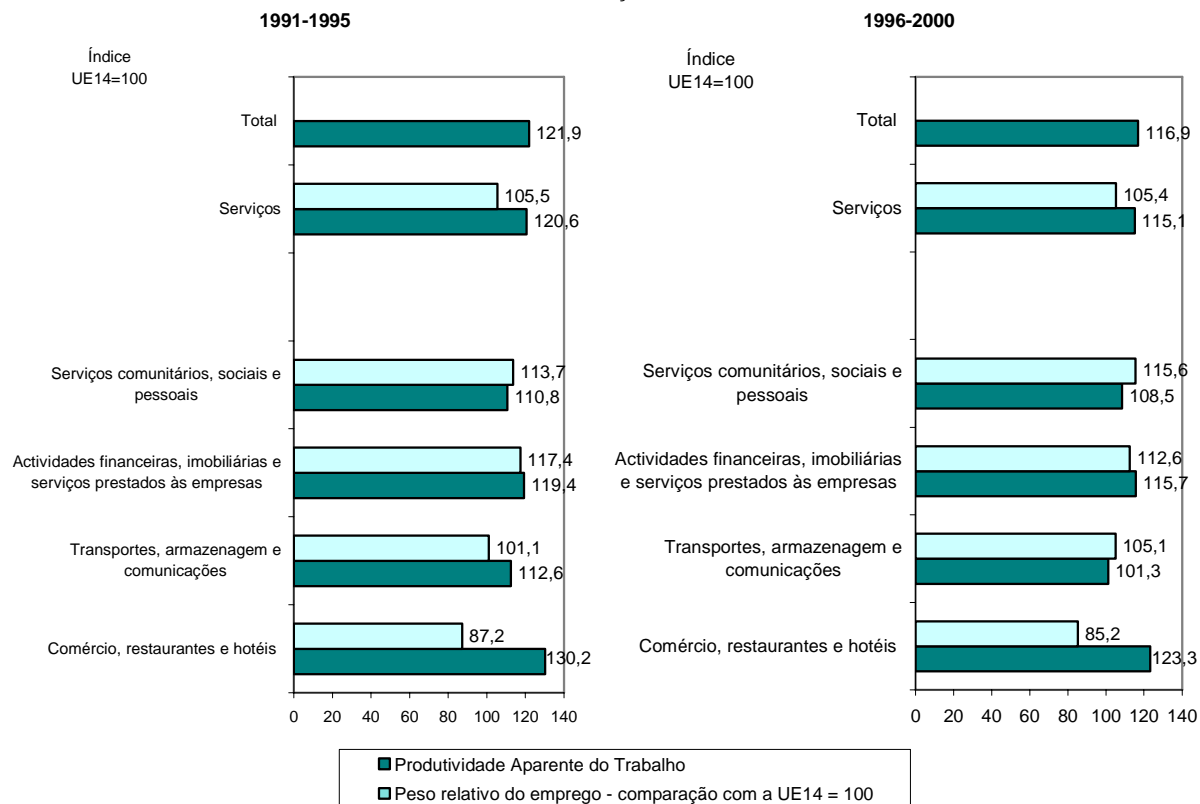
Gráfico 63

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
França



Produtividade = VAB / emprego total.
VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Gráfico 64
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
França



Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

39. Comparando os níveis de produtividade e os pesos relativos do emprego com os níveis respectivos na UE14, para a indústria e serviços, conclui-se que a economia francesa se encontra relativamente mais “especializada” no sector dos “serviços”, no qual o nível de produtividade diverge menos da média comunitária. Verifica-se, porém, que o subsector “comércio, restaurante e hotéis”, sendo, no conjunto dos serviços, o que menos pesa no emprego comparativamente ao que se verifica na UE14, é, simultaneamente, o que regista maiores níveis de produtividade relativa (123,3%).

Os sectores da “indústria transformadora” (que, à excepção da “química, borracha e matérias plásticas”, diminuíram ligeiramente o nível de produtividade, mas continuam todos com níveis claramente acima da média da UE14), apresentaram, na quase totalidade, peso relativos

do emprego inferiores aos registados a nível comunitário. Apenas nas “alimentares, bebidas e tabaco”, sector cujo diferencial de produtividade face à média comunitária, é comparativamente baixo, se observa uma relativa especialização em termos de emprego (com valores do indicador de 104,0% e 109,8% em 1991-1995 e 1996-2000, respectivamente).

Observando-se globalmente o padrão de distribuição relativa do emprego e produtividade, na indústria e nos serviços, não se encontram grandes desequilíbrios, contrariamente ao que se observa na Grécia e em Portugal. Pelo menos em parte, esse facto será explicado pela dimensão da economia, que aproxima os valores de grandes economias como Espanha e França, das médias comunitárias tomadas como termo de referência.

Finlândia

40. Relativamente à **Finlândia**³⁰, o aumento de produtividade relativamente à média da UE14 teve por base evoluções sectoriais distintas. Em termos médios o nível de produtividade passou de 101,0% de 1991-1995 para 105,7% de 1996-2000.

A análise do perfil anual de evolução sectorial da produtividade, não permite detectar um padrão predominante: de um modo geral, verificam-se bastantes oscilações, com sectores a aumentar e outros a diminuir a produtividade comparativamente à média comunitária. O mesmo tipo de observação pode ser feita relativamente aos custos de trabalho por unidade produzida. Em termos dos bens mais expostos à concorrência internacional, a evolução

positiva da produtividade relativa, teve correspondência num aumento de competitividade, traduzido na redução dos CTUP para o conjunto dos “bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis”.

Os sectores onde se verificam níveis mais elevados de produtividade relativa, afastando-se cada vez mais da média, foram, designadamente, “pasta, papel, edição e impressão” e “máquinas e equipamento”. No primeiro sector a economia finlandesa detém vantagens associadas à dotação em recursos naturais; nas “máquinas e equipamento” esta evolução estará associada à especialização em determinadas tecnologias de ponta. Estes sectores foram também aqueles que

Quadro 24

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DA FINLÂNDIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1991-1995	1996-2000	1991-1995	1996-2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	123,5	121,3	76,8	75,7
Alimentares, bebidas e tabaco	112,3	102,1	105,3	116,6
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	97,7	107,3	114,3	103,5
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	113,4	114,1	100,5	103,3
Pasta, papel, edição e impressão	128,9	153,6	87,0	75,4
Química, borracha e matérias plásticas	101,9	101,9	79,9	82,5
Outros produtos minerais não metálicos	98,2	103,6	100,0	97,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	121,6	114,9	81,5	88,1
Máquinas e equipamento	103,1	134,3	87,6	70,9
Equipamento de transporte	77,1	74,7	104,3	104,3
Energia	80,0	71,8	93,1	99,9
Construção	99,3	113,2	125,6	112,9
Comércio, restaurantes e hotéis	105,6	111,9	125,3	110,7
Transportes, armazenagem e comunicações	108,6	114,4	79,6	73,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	100,0	107,2	109,6	97,5
Serviços comunitários, sociais e pessoais	101,5	95,7	111,2	110,2
Total	101,0	105,7	106,3	99,8
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	111,1	123,9	90,1	83,3
Serviços	99,7	101,0	114,5	106,3
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	99,6	107,4	94,5	89,8

* UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

³⁰ À semelhança dos restantes Países Nórdicos, Suécia e Dinamarca, que apresentaram em termos globais uma evolução semelhante.

Quadro 25

EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DA FINLÂNDIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000	Diferença 2000 face 1991*	Sentido da evolução de 1991 para 2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	-7,1	Oscilações; subida nos últimos anos	-8,9	Oscilações
Alimentares, bebidas e tabaco	-31,2	Oscilações; descida progressiva após 1995	17,8	Subida progressiva
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	0,6	Oscilações; tendência de descida após 1994	-19,5	Descida progressiva até 1996; depois, subida progressiva
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	4,9	Subida até 1995; depois descida com oscilações	-12,5	Oscilações. Descida até 1994; subida após 1997
Pasta, papel, edição e impressão	49,4	Subida até 1995; depois, descida com oscilações	-45,3	Descida até 1995; depois, oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	-6,7	Oscilações com tendência de subida depois de 1993; descida em 2000.	-5,8	Oscilações com tendência de subida a partir de 1994
Outros produtos minerais não metálicos	-15,1	Oscilações com tendência de subida depois de 1992	-2,4	Oscilações com tendência de descida-
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,0	Descida progressiva desde 1995; antes, subida progressiva	-11,9	Tendência de subida a partir de 1993; descida até 1993 e em 2000.
Máquinas e equipamento	51,3	Subida progressiva	-41,5	Descida progressiva
Equipamento de transporte	-19,5	Tendência de descida; estabilidade entre 1995 e 1998; depois, descida	3,1	Oscilações, com subida a partir de 1997
Energia	-27,9	Oscilações com tendência de descida a partir 1995	10,7	Oscilações com tendência de subida a partir 1995
Construção	-12,3	Descida até 1993; depois, tendência de subida.	-10,9	Descida progressiva
Comércio, restaurantes e hotéis	-9,8	Oscilações com tendência de descida a partir 1995	-25,8	Descida progressiva, com ligeira tendência de subida a partir de 1997
Transportes, armazenagem e comunicações	-0,5	Oscilações; subida nos últimos anos	-15,8	Descida progressiva
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	-1,8	Tendência de subida a partir de 1993.	-24,2	Descida progressiva-
Serviços comunitários, sociais e pessoais	-28,8	Oscilações; descida até 1993 e tendência de descida desde 1995.	-1,5	Relativa estabilidade com ligeira tendência de descida
Total	-4,7	Oscilações; descida até 1993 e tendência de descida com oscilações desde 1995.	-16,8	Descida progressiva.
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	21,6	Tendência de subida. Oscilações a partir de 1995.	-27,7	Oscilações; tendência de descida até 1993 e a partir de 1996.
Serviços	-13,5	Oscilações; descida até 1993 e tendência de descida desde 1995.	-16,2	Descida progressiva-
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	5,0	Oscilações; descida até 1993 e tendência de subida com oscilações desde 1996.	-17,4	Oscilações; tendência de descida até 1993 e a partir de 1996.

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

registaram a maior diminuição do nível dos CTUP, situando-se a níveis inferiores à média comunitária.

O “equipamento de transporte” e a “energia” apresentam os níveis de produtividade mais baixos

face à UE14, com tendência para se afastar ainda mais da média. Aliás, exceptuando estes dois, todos os sectores analisados apresentam níveis de produtividade próximos ou claramente superiores à média comunitária. Os sectores com os níveis de produtividade mais baixos e com tendência para se afastar ainda mais da média, como o “equipamento de transporte” e a “energia”, aumentaram o nível de CTUP de 1991 para 2000, convergindo em torno da média.

41. A comparação dos padrões relativos do emprego da Finlândia e da UE14 na indústria e nos serviços permite constatar uma relativa proximidade, apesar de, dada a sua reduzida dimensão, não se encontrar aqui o efeito nivelador referido nos casos de França e Espanha.

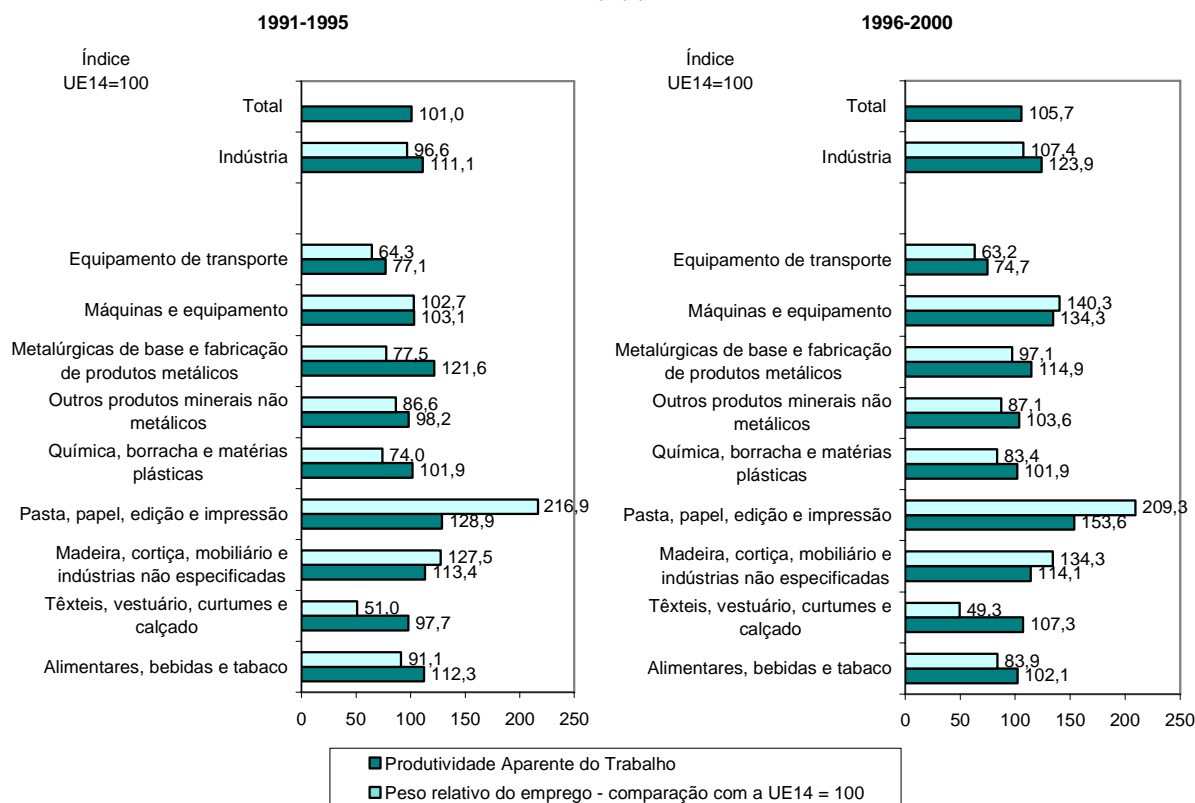
Ao nível da “indústria”, constatou-se um aumento do nível de produtividade e do peso relativo do

emprego na Finlândia. Entre 1996 e 2000, o nível de produtividade era de 123,9% e o peso relativo do emprego face à média da UE14, de 107,4% (111,1% e 96,6% de 1991 a 1995, respectivamente).

No conjunto da “**indústria transformadora**”, é nos sectores com maiores níveis de produtividade que a economia finlandesa revela maior especialização, traduzida num peso relativo do emprego superior ao que se verifica em termos médios comunitários. Destacam-se os já referidos “pasta, papel, edição e impressão” e “máquinas e equipamento” e “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas”. Especificamente, no caso das “máquinas e equipamento”, o aumento de mais de 30p.p. no nível de produtividade relativa, foi acompanhado por um progresso semelhante na estrutura de emprego.

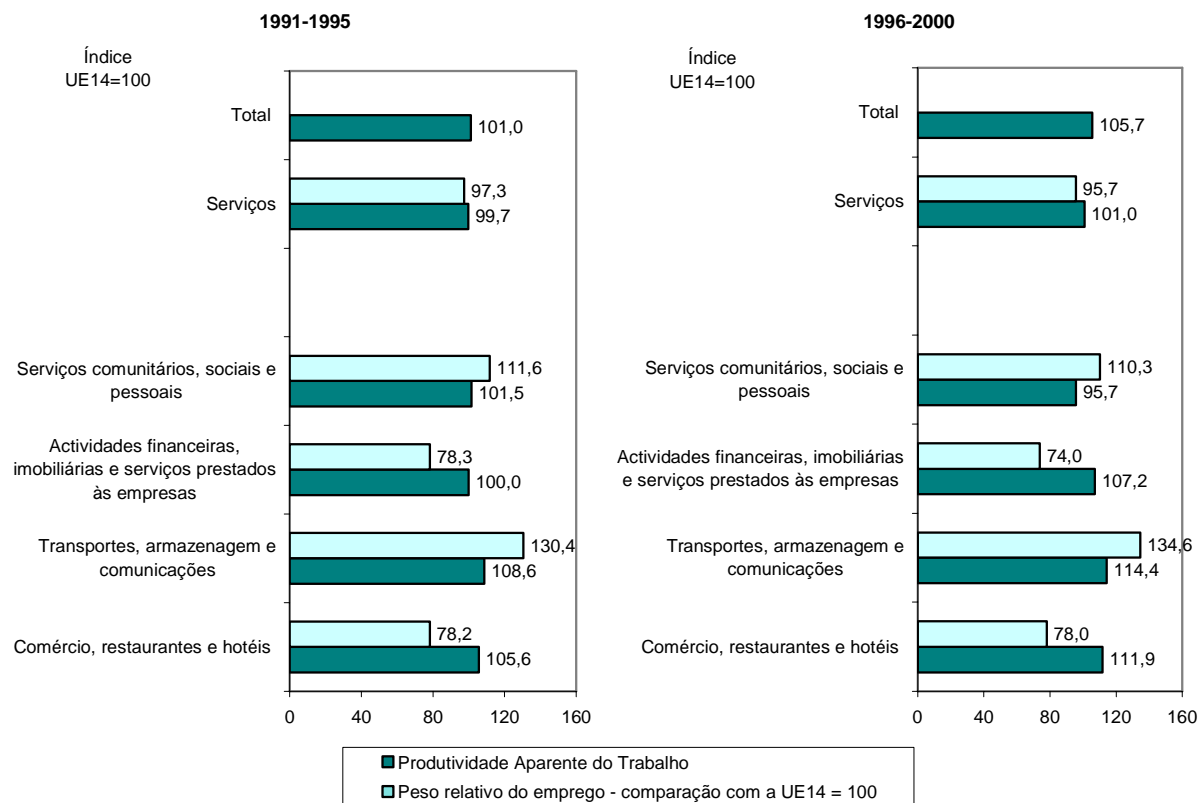
Gráfico 65

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
Finlândia



Produtividade = VAB / emprego total.
VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Gráfico 66
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
Finlândia



Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Nos “serviços”, o nível de produtividade aumentou ligeiramente de 1991-1995 para 1996-2000, diminuindo ligeiramente o peso relativo do emprego (95,7% face a 97,3%). Esta evolução não traduz alterações significativas para o sector, em termos globais: mantêm-se o nível de produtividade muito próximo da média comunitária e uma importância ligeiramente inferior na estrutura do emprego. Os “transportes, armazenagem e comunicações” são o sector que mais diverge positivamente relativamente à média comunitária. Simultaneamente, o seu peso na estrutura de emprego diverge em cerca de 30p.p. do valor correspondente na UE14, face a uma divergência de cerca de 15 p.p. na produtividade relativa.

Hungria

42. Dos três países do alargamento com informação estatística disponível na base de dados

STAN da OCDE (Polónia, Hungria e República Checa), a **Hungria** é o que regista o maior progresso em termos de aumento do nível de produtividade, situando-se a pouco mais de um terço da média comunitária (tendo passado de 22,9% da média em 1991-1995 para 32,0% em 1996-2000).

Os sectores com níveis de produtividade mais próximos da média comunitária, acima dos 40%, foram a “agricultura, silvicultura, caça e pesca” (1996-2000 de 57,3%), “equipamento de transporte”, “construção”, “comércio, restaurantes e hotéis” e “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” (de 1996-2000 de 45,5%, 49,9%, 47,2% e 48,0%, respectivamente).

De um modo geral, os níveis de produtividade relativa são bastante baixos, mesmo quando comparados com os de Portugal e a Grécia. A este

Quadro 26

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DA HUNGRIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sectorios de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1992-1995	1996-2000	1992-1995	1996-2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	38,0	57,3	189,6	157,9
Alimentares, bebidas e tabaco	18,1	23,4	116,1	110,4
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	16,0	19,1	122,8	117,2
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	20,2	24,9	99,3	102,6
Pasta, papel, edição e impressão	18,5	27,4	119,3	94,2
Química, borracha e matérias plásticas	19,9	26,8	85,8	79,7
Outros produtos minerais não metálicos	17,3	25,8	133,8	96,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	16,0	24,5	110,4	94,9
Máquinas e equipamento	16,0	25,7	104,2	80,3
Equipamento de transporte	18,9	45,5	79,8	42,6
Energia	10,6	13,8	136,4	128,0
Construção	29,2	49,9	116,7	84,4
Comércio, restaurantes e hotéis	32,0	47,2	105,7	102,2
Transportes, armazenagem e comunicações	18,6	29,4	102,9	84,5
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	36,3	48,0	94,4	91,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	22,6	26,7	96,7	91,8
Total	22,9	32,0	104,3	92,7
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	17,0	24,9	103,7	86,3
Serviços	24,8	33,2	102,7	94,9
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	20,1	29,1	106,6	93,4

* UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

facto, juntam-se níveis de ganhos por trabalhador que, apesar de baixos, são, no período de 1996-2000, quase 80% dos portugueses e praticamente iguais aos gregos, para o conjunto dos bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis.

Estes níveis são, em parte, justificados pelas remunerações do factor trabalho na “agricultura, silvicultura, caça e pesca”, (sector em que, simultaneamente, o nível de produtividade da Hungria é bastante superior ao português e ao grego). Contudo, de um modo geral, os ganhos por trabalhador eram, nesse período, cerca de 60 a 65% dos registados em Portugal e na Grécia, na “indústria” e nos “serviços”. Note-se que, no mesmo período, a produtividade na indústria e serviços era, na Hungria, cerca de 65% da portuguesa.

A conjugação destes dois factores resulta em custos de trabalho por unidade produzida relativamente elevados, porém decrescentes e, no

último período, globalmente inferiores aos médios comunitários e aos portugueses. Destaca-se o “equipamento de transporte”, sector em que a Hungria apresenta claras vantagens competitivas traduzidas em custos de trabalho por unidade produzida os quais, no último período, são cerca de 54% dos portugueses. Apesar de nesse período os ganhos por trabalhador, neste sector, traduzirem um grande progresso face a 1992-1995, o comportamento da produtividade permitiu registar ganhos de competitividade, quando se comparam os valores médios dos dois períodos.

Analisando o perfil anual do comportamento dos CTUP relativos, conclui-se que para a maioria dos sectores ele é claramente decrescente nos primeiros anos, passando depois, nalguns sectores, a registar mais oscilações. Todavia, em termos globais e dos grandes agregados considerados (“serviços”, “indústria transformadora” e “bens transaccionáveis e serviços

Quadro 27
EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DA HUNGRIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1992*	Sentido da evolução de 1992 para 2000	Diferença 2000 face 1992*	Sentido da evolução de 1992 para 2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	42,7	Subida progressiva	-63,2	Descida, com oscilações a partir de 1996
Alimentares, bebidas e tabaco	16,9	Oscilações com tendência para subida	-8,1	Descida, com oscilações
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	10,8	Oscilações com tendência para subida	-8,9	Descida, com oscilações
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	13,0	Subida até 1994; depois relativa estabilidade	-2,6	Grandes oscilações
Pasta, papel, edição e impressão	17,8	Subida com oscilações	-40,9	Descida, com oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	21,0	Subida com oscilações	-22,3	Descida, com oscilações
Outros produtos minerais não metálicos	23,5	Subida com oscilações	-93,0	Descida progressiva
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	19,6	Subida progressiva, com oscilações nos dois últimos anos	-31,2	Descida progressiva
Máquinas e equipamento	19,5	Tendência de subida, com algumas oscilações	-29,3	Descida, com oscilações
Equipamento de transporte	48,6	Subida progressiva	-83,8	Descida progressiva
Energia	7,0	Subida com oscilações	30,7	Subida com grandes oscilações; tendência de descida entre 1994 e 1999
Construção	33,3	Subida até 1997	-29,8	Descida, com oscilações
Comércio, restaurantes e hotéis	30,1	Subida até 1997	-15,0	Descida até 1995; depois, grandes oscilações.
Transportes, armazenagem e comunicações	21,0	Subida progressiva	-19,7	Descida, com oscilações
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	34,2	Subida com oscilações	-14,2	Descida até 1996; depois, grandes oscilações.
Serviços comunitários, sociais e pessoais	16,3	Descida até 1996; depois, subida	-2,8	Descida, com oscilações
Total	22,3	Subida com algumas oscilações	-16,3	Descida progressiva, com algumas oscilações nos últimos anos
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	19,0	Subida com algumas oscilações	-29,6	Descida progressiva
Serviços	22,4	Subida com algumas oscilações	-13,0	Descida progressiva, com algumas oscilações nos últimos anos
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	21,7	Subida com algumas oscilações	-24,9	Descida progressiva, com algumas oscilações nos últimos anos

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

internacionalizáveis”) registou-se uma descida progressiva.

O comportamento da produtividade traduziu-se, para a maioria dos sectores da “indústria” e “serviços”, numa aproximação à UE ao longo de todo o período. Apesar de, nos últimos anos,

parecer detectar-se uma inversão da tendência em alguns deles, em termos globais e dos agregados considerados, observou-se uma aproximação progressiva aos níveis comunitários.

Comparando os sectores da “indústria” com os dos “serviços”, verifica-se que, de um modo geral, é

nestes últimos que os níveis de produtividade da Hungria mais se aproximam dos comunitários. Todavia, em 2000, é num sector industrial, o “equipamento de transporte”, que, em resultado de um processo de convergência continuado e regular, a produtividade relativa atingiu o nível mais elevado (55,3%, face a 57,6%, em Portugal).

43. Analisando o padrão de distribuição do emprego em comparação com o da média da UE14, verifica-se que a Hungria é claramente mais especializada na “indústria”, cujo emprego tem um peso relativo cerca de 44 p.p. acima do peso médio na comunidade, em 1996-2000. O peso relativo do emprego nos serviços, pelo contrário, é inferior (cerca de 86%).

Relativamente à indústria, a Hungria é “especializada” na generalidade dos sectores, ao contrário do que se verifica em Portugal onde se

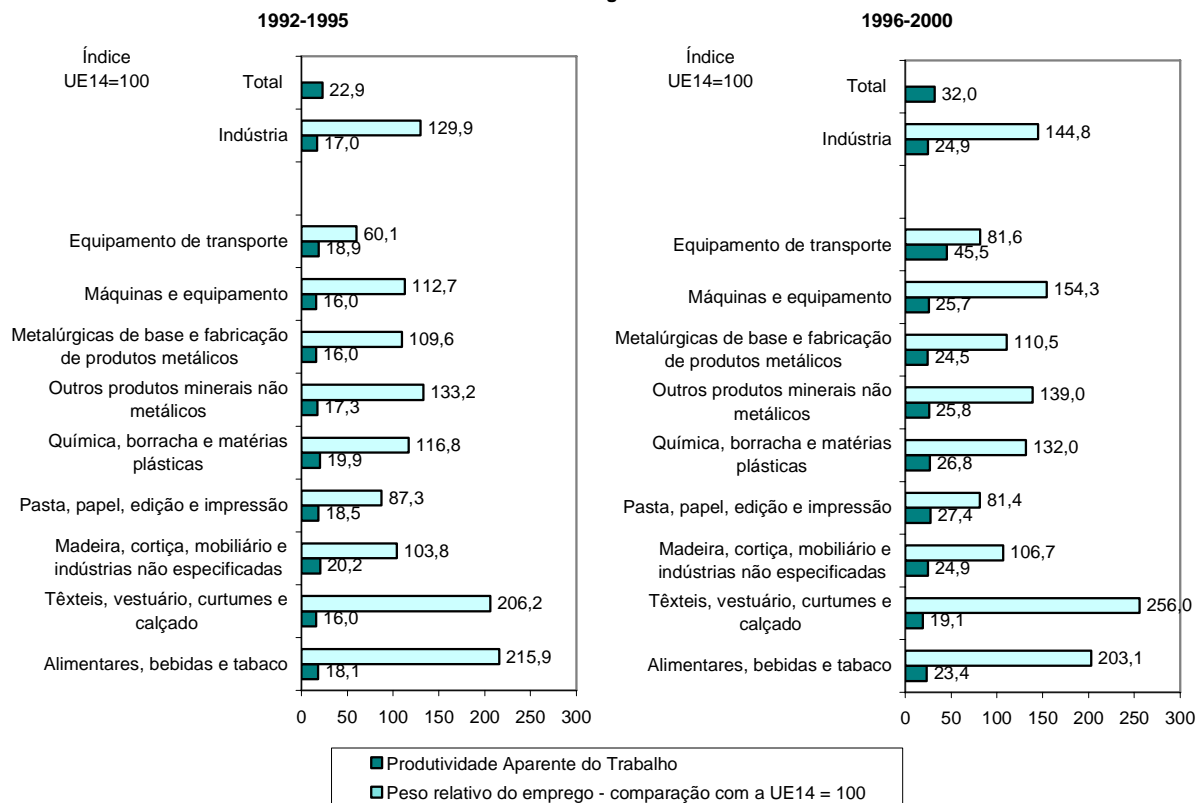
encontra um grande desequilíbrio com uma hiper-especialização num número reduzido de sectores. De 1991-1995 para 1996-2000, acompanhando o aumento do nível de produtividade, foi reforçado o peso relativo do emprego da maioria dos sectores industriais, face ao que se verifica na UE14.

De salientar a grande especialização em dois sectores, “alimentares, bebidas e tabaco” e “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, cujos níveis de produtividade relativa, bastante baixos, progrediram pouco entre os dois períodos.

Por outro lado, a Hungria é relativamente pouco especializada no “equipamento de transporte”, sector com produtividade relativa comparativamente elevada, em resultado dos progressos registados ao longo de todo o período. Consta-se, todavia, uma tendência para uma maior especialização neste sector, em que, como já

Gráfico 67

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
Hungria

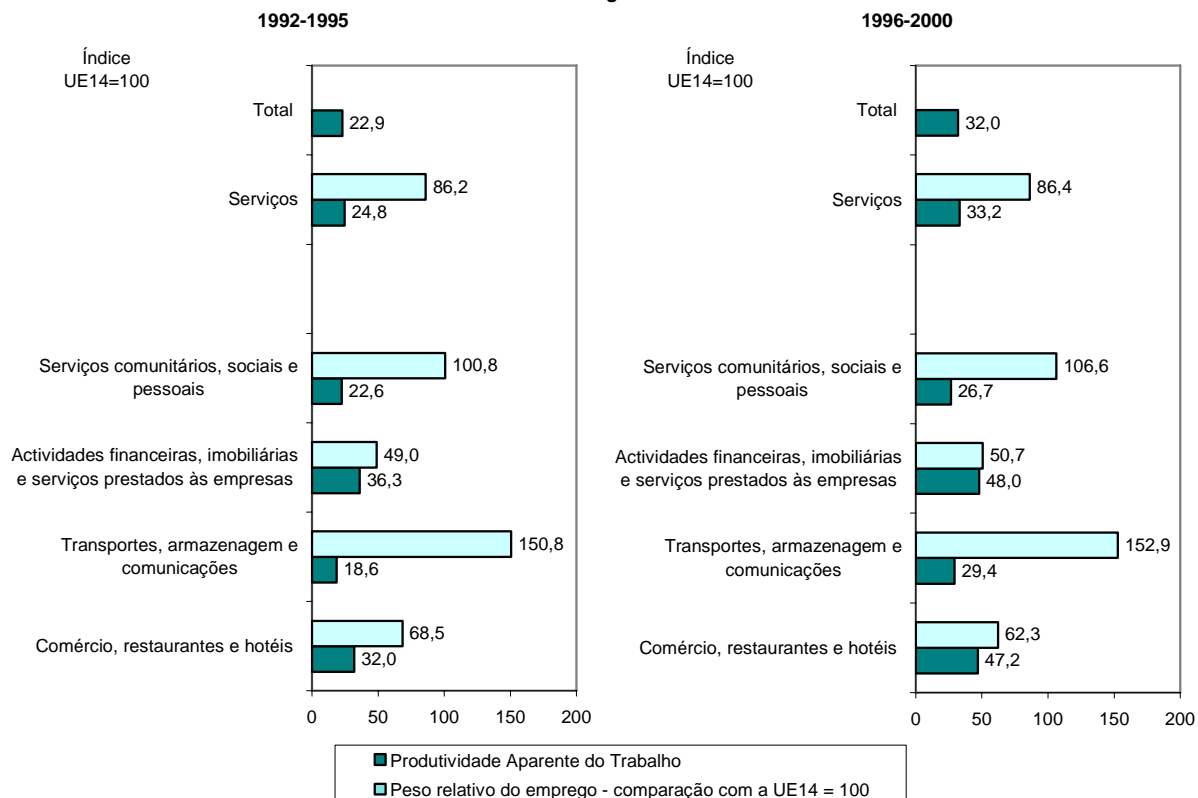


Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Gráfico 68
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
 Hungria



Produtividade = VAB / emprego total.
 VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.
 Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

foi referido, a economia húngara apresenta vantagens em termos de CTUP.

Ao nível dos “serviços”, verificaram-se ganhos de produtividade e manutenção do peso relativo do emprego, de 1991-1995 para 1996-2000 (24,8% e 86,2% para 33,3% e 86,4%, respectivamente). Saliente-se o reforço da “especialização” nos “transportes, armazenagem e comunicações” e nos “serviços comunitários, sociais e pessoais”, acompanhado por fracos aumentos do nível de produtividade. No subsector “comércio, restaurantes e hotéis”, em que se verificou um progresso significativo da produtividade para valores que se podem considerar elevados no quadro da economia húngara (cerca de 47% do nível da UE14, em 1996-2000), a evolução entre os dois subperíodos foi no sentido de uma ainda menor especialização.

Polónia

A Polónia, apesar do aumento progressivo e significativo do seu nível da produtividade ao longo da década, manteve-se muito aquém da média comunitária. Entre 1992 e 2000, o nível de produtividade da economia polaca aproximou-se 14,2 p.p. da média da UE (12,0% em 1991-1995 face a 18,1% em 1996-2000).

Os sectores com níveis de produtividade mais elevados e que tiveram os maiores aumentos de 1992 para 2000 foram a “pasta, papel, edição e impressão”, “construção”, “comércio, restaurantes e hotéis”.

Em termos de CTUP, a Polónia situou-se muito mais próximo da média da UE14. Para o conjunto dos bens transaccionáveis e serviços

Quadro 28

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS DA POLÓNIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

Sector de Actividade	Produtividade*		CTUP*	
	1992-1995	1996-2000	1992-1995	1996-2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	6,5	6,5	57,0	79,9
Alimentares, bebidas e tabaco	17,9	20,3	49,1	89,7
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	12,9	17,5	72,0	98,4
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	14,7	21,1	54,3	85,2
Pasta, papel, edição e impressão	18,1	25,2	43,1	65,4
Química, borracha e matérias plásticas	13,7	19,8	47,6	73,9
Outros produtos minerais não metálicos	12,4	20,3	77,3	95,4
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	14,9	20,4	56,1	81,8
Máquinas e equipamento	11,0	18,6	62,1	77,5
Equipamento de transporte	10,4	15,6	63,8	91,0
Energia	8,2	9,8	99,3	161,9
Construção	17,5	33,0	56,6	62,3
Comércio, restaurantes e hotéis	22,3	37,2	35,9	44,2
Transportes, armazenagem e comunicações	11,6	17,4	65,2	89,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	9,8	18,1	101,4	106,5
Serviços comunitários, sociais e pessoais	17,0	24,4	71,6	93,5
Total	12,0	18,1	62,8	81,5
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	13,2	18,5	55,7	81,8
Serviços	14,7	23,6	67,6	81,5
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	7,5	11,0	68,7	94,1

*UE14=100

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

comercializáveis, registou-se um aumento de 23,2 p.p., passando de 68,7% da média comunitária em 1992-1995, para 94,1% em 1996-2000.

Na generalidade dos sectores, o crescimento da produtividade relativa não impediu a perda de competitividade traduzida na evolução dos CTUP. Apesar dos progressos registados, o sector industrial com produtividade mais próxima da média comunitária, “pasta, papel, edição e impressão”, atinge em 2000 um nível relativo de 27,5%. As vantagens em termos de CTUP, que se mantêm, são sustentadas por níveis de remuneração do trabalho que continuam muito baixos.

45. Na “indústria”, sector em que a Polónia é “especializada” (o peso relativo do emprego representava 106,9% do nível comunitário), a produtividade relativa aumentou 5,3 p.p. entre os

subperíodos. Do ponto de vista do padrão de distribuição do emprego industrial, não se encontram alterações significativas entre os dois subperíodos: a Polónia continua especializada em quatro sectores, os “outros produtos minerais não metálicos”, “madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas”, “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, e as “alimentares, bebidas e tabaco”, revelando uma estrutura produtiva com aspectos semelhantes à da economia portuguesa, embora com níveis de produtividade muito inferiores.

Ao nível dos “serviços”, embora se tenha registado um ganho significativo em termos de nível de produtividade relativa (8,9 p.p., situando-se em 1996-2000 em 23,6% da média da UE14), apresentaram um ligeiro aumento do peso relativo do emprego, situando-se no período de 1996 a 2000 em 65,1%. O subsector em que se encontra

Portugal no Espaço Europeu

maior especialização da economia polaca, “transportes, armazenagem e comunicações”, viu regredir a sua importância relativa em termos do emprego (o indicador passou de 102,6% para

99,2%, em termos médios nos dois períodos). Simultaneamente, apresenta o mais baixo nível de produtividade relativa em 1996-2000 (17,4%), tendo sido o que menos progrediu entre os dois períodos.

Quadro 29

EVOLUÇÃO COMPARADA DA PRODUTIVIDADE E DOS CTUP SECTORIAIS RELATIVOS DA POLÓNIA FACE AOS DA UNIÃO EUROPEIA

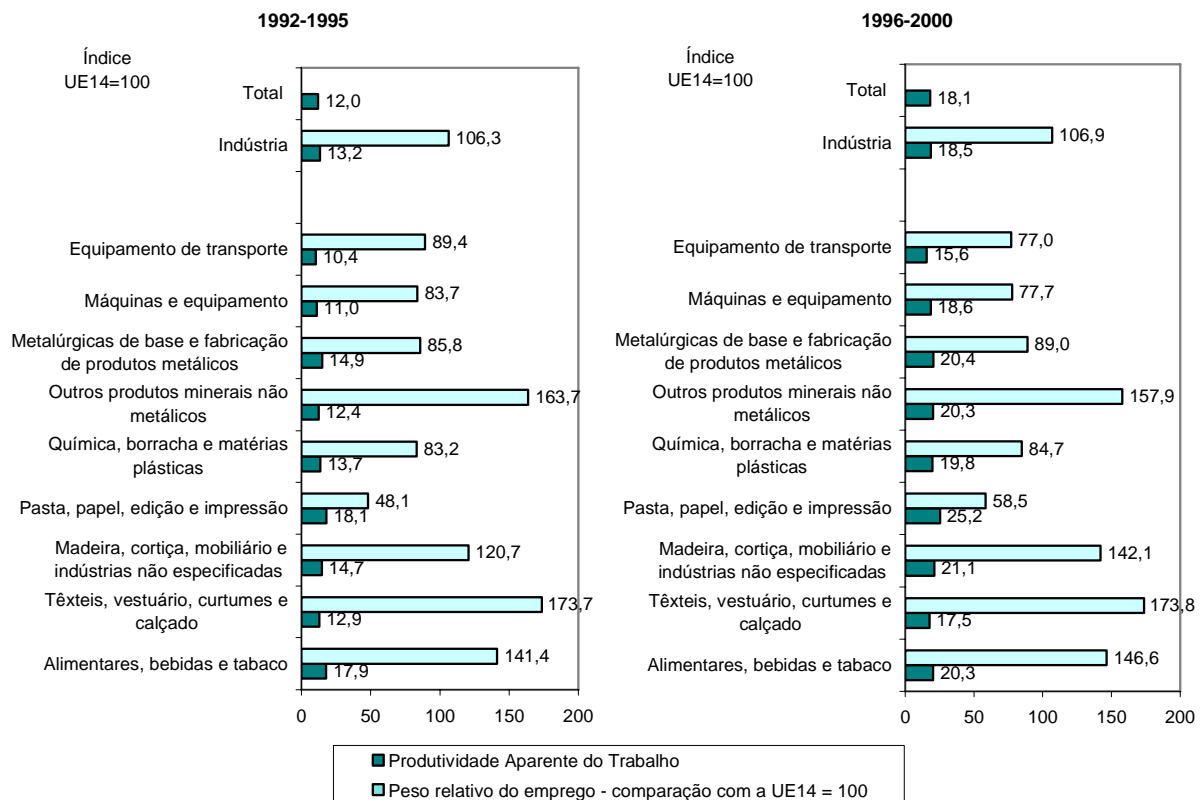
Sector de Actividade	Produtividade		CTUP	
	Diferença 2000 face 1992*	Sentido da evolução de 1992 para 2000	Diferença 2000 face 1992*	Sentido da evolução de 1992 para 2000
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	2,1	A partir de 1993, tendência decrescente	12,4	Subida com oscilações
Alimentares, bebidas e tabaco	9,4	Subida com oscilações	51,2	Subida com oscilações
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	15,3	Subida progressiva	21,2	Subida progressiva, com oscilações a partir de 1997
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	17,2	Subida progressiva	43,8	Subida com oscilações
Pasta, papel, edição e impressão	19,3	Subida até 1995; depois, tendência de descida até 1999.	15,4	Subida com oscilações
Química, borracha e matérias plásticas	15,7	Subida progressiva	26,9	Subida com oscilações
Outros produtos minerais não metálicos	18,1	Subida progressiva	7,2	Subida com oscilações
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	15,3	Subida progressiva	26,5	Subida com oscilações
Máquinas e equipamento	16,8	Subida progressiva	10,3	Subida com oscilações
Equipamento de transporte	12,6	Subida com oscilações	22,0	Subida com oscilações
Energia	5,7	Subida progressiva	71,4	Tendência de subida
Construção	30,1	Subida progressiva	-8,0	Descida com oscilações
Comércio, restaurantes e hotéis	32,4	Subida progressiva	-1,7	Descida até 1995; depois, subida
Transportes, armazenagem e comunicações	15,4	Subida progressiva	18,1	Subida progressiva após 1994
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	17,8	Subida progressiva	-15,7	Grandes oscilações
Serviços comunitários, sociais e pessoais	16,0	Subida progressiva	25,0	Subida com oscilações
Total	14,2	Subida progressiva	14,0	Subida com oscilações
<i>Por memória</i>				
Indústria transformadora	14,1	Subida progressiva	28,9	Subida com oscilações
Serviços	19,6	Subida progressiva	5,2	Subida com oscilações
Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis	8,5	Subida progressiva	23,2	Subida com oscilações

* em p.p.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database

Gráfico 69

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA
Polónia

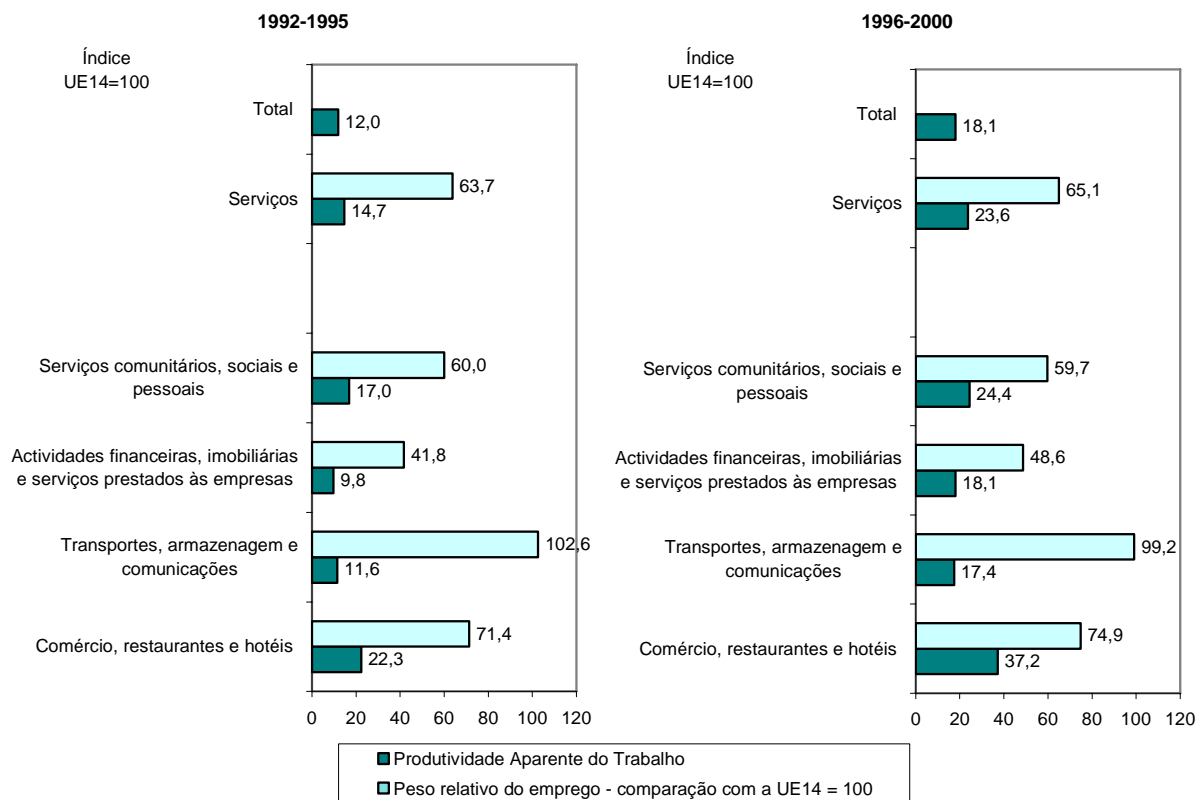


Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

Gráfico 70
EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO E DO PESO RELATIVO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS
 Polónia



Produtividade = VAB / emprego total.

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual.

Fonte: DPP; OCDE - Stan Database.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

46. A avaliação da melhoria dos padrões de vida das populações, enquanto objectivo último do progresso económico e social, pressupõe a consideração de um conjunto de variáveis de natureza muito distinta. O próprio conceito de bem-estar admite diversas definições e interpretações que vêm sendo objecto de um debate intenso. Uma visão do bem-estar, mesmo que pouco aprofundada e passando ao lado do referido debate em torno do conceito, terá que colocar como elemento central a questão da sustentabilidade, entendida como conceito múltiplo que, numa perspectiva de longo prazo, integre as vertentes económica, social e ambiental.

Assim entendida, a ideia de sustentabilidade, estará na base de uma economia que, através de melhores níveis competitivos e eficiência na utilização dos recursos, suporte maior prosperidade económica no quadro de elevados níveis de protecção ambiental, sanitária e social.

Contudo, se bem que redutora quando considerada isoladamente, a associação ao crescimento económico e a maiores níveis de PIB *per capita*, continua a ser elemento fundamental quando se trata de analisar o progresso dos países e o bem estar das populações. Neste quadro, o crescimento da produtividade surge como principal factor que sustenta a elevação do padrão de vida, traduzido no crescimento do PIB *per capita*. Simultaneamente, na medida em que supõe uma mais eficiente utilização dos factores produtivos e em que gera recursos adicionais e maior competitividade, estará associado à promoção da sustentabilidade dos pontos de vista social e ambiental.

Em Portugal, o **comportamento da produtividade do trabalho explica boa parte do diferencial de PIB per capita face à UE**. Em 2002, o PIB *per*

capita português, medido em paridade de poder de compra, era pouco superior a 70% do nível da UE15, face a uma produtividade que, segundo o mesmo critério, era de cerca de 47% da europeia. Por seu turno, do ponto de vista da utilização do trabalho, em Portugal, registou-se no mesmo ano uma taxa de emprego cerca de 4 p.p. superior à média europeia e uma taxa de desemprego de 5% face a mais de 7% na UE15.

Apesar de relativamente desfavorável no contexto europeu, esta situação reflecte já um progresso significativo, associado ao processo de integração europeia e condicionado pela adesão à UEM e pelas consequências do processo de reunificação da Alemanha. A desaceleração no crescimento económico verificada nos últimos anos foi mais acentuada em Portugal, interrompendo-se em 2000 o processo de convergência que se vinha verificando.

Ao referido dinamismo da economia, correspondeu um rápido crescimento do consumo privado cujo peso no PIB, embora decrescente, se manteve relativamente alto em comparação com a média europeia. Aliás, o crescimento económico registado foi largamente justificado pelo comportamento da procura interna. Em termos reais, a FBCF registou taxas crescimento que são das mais elevadas no contexto europeu. Contudo, essas taxas de crescimento estão associadas a realidades distintas, com uma FBCF *per capita* relativamente modesta e um peso no PIB que é superior à média europeia. Quanto às exportações, o seu comportamento, embora positivo, revelou-se menos dinâmico do que na média dos países comunitários. Este insuficiente dinamismo justificou o acentuar do desequilíbrio externo induzido pelo crescimento das importações que esteve associado ao rápido crescimento

económico registado na segunda metade da década de 90.

O quadro macroeconómico traduz uma evolução semelhante (embora menos favorável) à dos outros países da Coesão, mas onde a Irlanda regista um comportamento distinto. Em simultâneo com um crescimento económico acelerado, a evolução da produtividade da economia irlandesa alterou radicalmente a sua posição, passando de um atraso relativo para níveis que são dos mais elevados no quadro europeu.

Apesar de condicionada pelo comportamento cíclico da economia, a **evolução da produtividade portuguesa foi globalmente positiva mas manifestamente insuficiente para suportar de forma sustentada o crescimento do padrão de vida**. Assim, entre 1991 e 2002 o nível de produtividade da economia portuguesa manteve a última posição no conjunto dos países da União Europeia.

De reduzida dimensão relativa e fortemente integrada na economia europeia na qual concentra perto de 80% do seu comércio internacional, a economia portuguesa é fortemente condicionada pela evolução económica dos principais Estados-membros, sendo muito marginal o seu contributo para a evolução da produtividade europeia.

Note-se, todavia, que este comportamento da produtividade não pode ser dissociado do comportamento do emprego. Na primeira metade da década, na União Europeia, os ganhos de produtividade estiveram associados a um ajustamento do nível de emprego. Com o acelerar do crescimento na segunda metade da década, verificou-se alguma criação de emprego mas a evolução da produtividade abrandou de forma acentuada. Em Portugal, embora se reproduza parcialmente este padrão, o ajustamento do emprego é muito mais mitigado, facto que se reflecte na evolução da produtividade do trabalho.

47. Tomando para a análise um período mais alargado (1977-2001) e tendo como base estatística as Contas Nacionais Portuguesas, é possível detectar os principais aspectos que caracterizam a

evolução da produtividade do trabalho em Portugal, considerada global e sectorialmente. **A decomposição do crescimento do PIB *per capita* permite concluir que a variação produtividade tem sido o principal factor explicativo dessa evolução**. O seu impacto no crescimento do PIB *per capita* foi sempre superior ao do conjunto das outras componentes (crescimento da taxa de actividade e da taxa de emprego). De facto, apesar das flutuações do ciclo económico e de os indicadores sugerirem uma tendência pró-cíclica na evolução da produtividade, o aumento progressivo desta variável (embora em desaceleração) entre 1977 e 2001, foi o responsável principal pelo progresso de bem-estar económico traduzido no crescimento do PIB *per capita*.

A referida evolução corresponde a um padrão de comportamento comum a todo o período de análise mas onde são detectáveis algumas gradações nos três subperíodos que foram considerados na análise. Assim:

- entre 1977 e 1986 o crescimento do PIB *per capita* foi inferior ao crescimento da produtividade, caracterizando-se globalmente por um contributo negativo do emprego;
- o período entre 1986 e 1995, corresponde a uma fase determinante em termos de integração europeia da economia portuguesa (adesão em 1986 e Tratado de Maastricht em 1993). Apesar do papel determinante da produtividade, este período caracteriza-se por contributos positivos de todas as componentes. Nos primeiros anos, o PIB e a produtividade comportaram-se de modo particularmente dinâmico. Nos últimos anos retomaram o dinamismo, após uma fase intermédia de algum abrandamento;
- após 1995, registou-se um rápido crescimento do PIB *per capita* até 1998, seguido de um abrandamento progressivo. Globalmente, todas as componentes registaram um contributo positivo, mantendo-se, todavia, o papel determinante da produtividade.

Ao longo de todo o período, é de salientar a importância da acumulação de capital, traduzida na evolução dos rácios FBCF/VAB e FBCF/Volume de emprego. Contudo, será de destacar o facto de, após 1995, a taxa média de crescimento da Produtividade (VAB/Volume de Emprego) ser inferior à do rácio FBCF/Volume de Emprego, (num subperíodo em que se regista uma desaceleração marcada dos dois indicadores).

Esta caracterização global da evolução da produtividade da evolução da produtividade aparente do trabalho em Portugal aponta para a confirmação da tendência de aproximação aos níveis de produtividade e bem-estar da União Europeia, anteriormente detectados. A evolução das remunerações médias do trabalho será, naturalmente, um dos elementos desse processo de convergência. Porém, a análise do seu comportamento permite levantar algumas questões quanto à sustentabilidade do processo dado que a partir do segundo subperíodo, as remunerações médias cresceram a um ritmo superior ao da produtividade.

48. Uma das perspectivas em que se coloca a questão da sustentabilidade relaciona-se com a maior ou menor capacidade de a actividade produtiva nacional melhorar a sua competitividade externa. Essa melhoria da competitividade não deverá ser colocada exclusivamente em termos de custo, particularmente de custo salarial. Ao grau de eficiência dos processos produtivos, resultante de factores tecnológicos, organizacionais, infra-estruturais, etc., juntam-se as características da especialização da economia portuguesa, traduzida em determinadas estruturas sectoriais de VAB e emprego. A melhoria da produtividade passa também por um *upgrading* da estrutura produtiva que poderá passar pela diversificação para novas actividades e pela subida na cadeia de valor das actividades tradicionais. Este é um processo em que, sendo fundamentais as condições internas de capacidade e ambiente empresarial e institucional, a capacidade de atracção do investimento internacional pode desempenhar um papel decisivo.

A desagregação da actividade económica em cinco grandes sectores (“agricultura, silvicultura, caça e pesca”, “indústria transformadora”, “energia”, “construção” e “serviços”), revela que a tendência para o aumento do nível da produtividade foi generalizada, e, excluindo a “energia”, um padrão comum de aproximação dos níveis de produtividade sectorial em relação à média.

Destaca-se a evolução da “agricultura, silvicultura, caça e pesca” que se caracterizou por grandes alterações estruturais traduzidas, designadamente, numa grande redução do seu peso no emprego (em particular nos dois primeiros subperíodos). Assim, apesar de se manter como o sector de mais baixo nível de produtividade, registou uma evolução significativa, para cerca de 40% do nível médio no último subperíodo (face a menos de 20% em 1977-86).

Por seu lado, o ajustamento na “indústria transformadora”, que nos dois primeiros subperíodos registou taxas de crescimento da produtividade um pouco inferiores à média, foi mais intenso a partir da segunda metade dos anos 90.

Da análise efectuada, ressalta ainda que, em termos destes grandes sectores da actividade económica, o crescimento da produtividade global da economia portuguesa se tornou cada vez mais dependente da variação da produtividade dos “serviços”, sector que apresenta contributos mais significativos, além de tendencialmente crescentes. Assim, nos últimos dois subperíodos, o contributo dos “serviços” representou mais de três quartos do crescimento total da produtividade do trabalho. A “indústria transformadora”, tal como os serviços, tem contribuído sempre positivamente para o crescimento da produtividade (com o segundo maior contributo), mas perdeu influência na determinação da evolução da produtividade em Portugal.

De um modo geral, os contributos positivos da “indústria” foram explicados por aumentos da produtividade sectorial. Aliás, a este nível de desagregação, tanto a nível global como quando se consideram os conjuntos de sectores da “indústria” e dos “serviços”, verifica-se que **o comportamento da produtividade, e consequentemente da**

competitividade, resultou fundamentalmente da evolução das produtividades sectoriais e não da estrutura produtiva, traduzida no padrão intersectorial do emprego.

No que se refere aos **serviços**, relativamente ao emprego, destacam-se como tendências estruturais na sua evolução intersectorial: o reforço das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, o recuo dos “transportes, armazenagem e comunicações”, a redução progressiva do peso do “comércio, restaurantes e hotéis” e estabilização dos “serviços comunitários, sociais e pessoais”. Em termos de VAB, salientam-se o recuo significativo do “comércio, restaurantes e hotéis” e dos “transportes, armazenagem e comunicações” e o reforço das “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” e dos “serviços comunitários, sociais e pessoais”.

Contudo, o subsector “serviços comunitários, sociais e pessoais” que, entre 1977 e 1986, era o que mais contribuía para a variação da produtividade dos serviços, reduziu substancialmente o seu contributo a partir do segundo subperíodo. Por outro lado, as “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas”, que no período inicial em análise contribuíram relativamente pouco para o crescimento da produtividade nos “serviços”, passaram a assumir um papel determinante nos períodos seguintes. No último período, este facto é justificado quase totalmente pelas melhorias de produtividade sectorial relativa.

O subsector “transportes, armazenagem e comunicações” que, entre os que constituem os “serviços”, foi aquele que registou maiores taxas de crescimento da produtividade, com um comportamento que indicia alterações significativas nas características e processos de produção.

Relativamente à **“indústria transformadora”**, quando desagregada em nove sectores, não se verificaram grandes alterações de estrutura. Manteve-se a predominância das indústrias tradicionalmente associadas à estrutura produtiva portuguesa, os “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” e as “alimentares, bebidas e tabaco” que,

em conjunto, geraram mais de 40% do VAB e absorveram mais de 40% do emprego do sector. Contudo, foi significativa a alteração registada nos contributos de cada subsector para a variação global da produtividade da “indústria transformadora”. Pese embora a melhoria das suas produtividades sectoriais, as indústrias de “têxteis, vestuário, curtumes e calçado” e as “alimentares, bebidas e tabaco” viram substancialmente reduzido o seu contributo para o crescimento da produtividade da indústria transformadora. Este facto relaciona-se com a redução do seu peso na estrutura de emprego. Simultaneamente, registou-se um forte acréscimo do contributo das indústrias de “máquinas e equipamento” e do subsector de “equipamento de transporte”, evolução justificada principalmente pelo comportamento das respectivas produtividades sectoriais.

Em síntese, as “alimentares bebidas e tabaco” e “têxteis, vestuário, bebidas e calçado”, que no primeiro período analisado explicavam mais de 75% da variação da produtividade na indústria transformadora, mantiveram-se como muito importantes no emprego mas perderam peso na explicação do crescimento da produtividade a favor de subsectores como as “máquinas e equipamento” e do “equipamento de transporte” (os quais, em conjunto no, último período passaram a explicar mais de 50% dessa evolução).

49. A consideração da produtividade enquanto factor fulcral na promoção da competitividade externa justifica uma análise em que o termo de referência é a economia europeia, tomada globalmente ou salientando alguns países seleccionados. De facto, a economia portuguesa foi fortemente marcada pelo processo de integração europeia, traduzido num processo de forte concentração do seu comércio externo. A essa concentração tem que corresponder um percurso ascendente no quadro da especialização internacional que sustente o crescimento das exportações e a geração de emprego, apoiado em novos factores de competitividade que passam pela reconfiguração da carteira de actividades e dos processos produtivos.

A análise efectuada a partir dos dados da base STAN da OCDE, no período 1991-2000, relativamente à evolução da produtividade aparente do trabalho confirma, para a generalidade dos países europeus, um percurso em desaceleração, em simultâneo com a redução dos custos de trabalho por unidade produzida. No entanto, este comportamento global corresponde a situações muito diferenciadas quando se tomam os comportamentos das economias face à média comunitária (UE14=100)³¹.

Embora uma análise dos diversos países considerados isoladamente nem sempre permita detectar umnexo claro entre níveis de produtividade relativa e CTUP relativos, verifica-se que nas economias onde os níveis de produtividade são claramente inferiores à média, em regra, remunerações de trabalho relativamente baixas possibilitam que o mesmo se verifique ao níveis de CTUP. Por outro lado, a maioria dos países com produtividade superior à média apresenta, simultaneamente, CTUP superiores ou próximos da média. Apesar do processo de convergência, **Portugal é o país da UE14 que apresenta mais baixos níveis de produtividade, sendo os custos de trabalho por unidade produzida bastante próximos da média, embora inferiores.** Face a tais níveis de produtividade, as baixas remunerações relativas do trabalho não parecem suficientes para assegurar a competitividade externa. Este facto verifica-se para o conjunto da actividade económica mas, também, quando se considera o conjunto dos bens transaccionáveis e serviços internacionalizáveis, para o qual é mais relevante a análise em termos de competitividade externa.

Com efeito, de um modo geral, a convergência dos CTUP superou a da produtividade, sendo que a Suécia apresenta os maiores níveis de CTUP e a Grécia os mais baixos. Quanto à produtividade, em França encontra-se o nível global mais elevado e na Polónia o menor.

Em Portugal, tal como nos Novos Estados Membros analisados, a produtividade cresceu em ambos os

subperíodos considerados (1991-1995 e 1995-2000), a um ritmo superior ao da média comunitária. No caso dos Novos Estados Membros, os elevados crescimentos da produtividade tiveram por base fortes crescimentos do VAB e a manutenção ou destruição de emprego.

No subperíodo 1991-1995, em Portugal, tal como em França e na Dinamarca, o ritmo de crescimento da produtividade foi sustentado no elevado crescimento do VAB, com ligeiras quebras no emprego. Após 1995, nos países da UE14, o crescimento da produtividade esteve associado a uma tendência para crescimentos significativos do VAB e, em menor grau, do emprego. Os países do alargamento continuaram a registar os maiores ritmos de crescimento da produtividade (no caso da República Checa e da Hungria, associados a reduções do emprego). Portugal, Espanha e Grécia apresentaram comportamentos distintos, sendo que, deste grupo, Portugal foi o único que associou crescimento da produtividade superior à média com um comportamento relativamente dinâmico do emprego.

A fim de tentar identificar qual a principal origem dos diferenciais de produtividade, realizou-se um exercício de simulação que tenta isolar a influência das estruturas produtivas (aferidas pela repartição sectorial do emprego) e da maior ou menos eficiência produtiva do sector (avaliada pela produtividade sectorial face ao correspondente nível médio na UE).

A aplicação do exercício a três anos (1991, 1995 e 2000), permitiu concluir que, em Portugal, a baixa produtividade da economia resulta da conjugação de baixas produtividades sectoriais com uma estrutura produtiva desfavorável, já que nela predominam actividades associadas a baixos níveis de produtividade. Contudo, dada a dimensão relativa dos resultados, parece legítimo inferir que **a principal causa para o desnível da produtividade portuguesa residirá nos factores que determinam o desempenho produtivo dos sectores**, e não tanto na desadequação da estrutura produtiva. Esta situação repete-se no caso da Grécia e de Espanha, embora a simulação

³¹ Como foi referido, a utilização desta base de dados não permitiu a inclusão da República da Irlanda.

aponte para uma repartição menos desequilibrada entre desadequação de estrutura produtiva e diferenças nas produtividades sectoriais. Pelo contrário, nos países do alargamento, é ainda maior a predominância dos factores associados ao desempenho produtivo dos sectores.

Estes resultados poderão ser condicionados pelo facto de o nível de agregação conduzir a uma definição de estruturas produtivas que tome como idênticos sectores que, na realidade, são muito distintos. Contudo, a repetição do exercício de simulação para a “indústria” e os “serviços” a partir de um maior nível de desagregação traduziu-se em resultados semelhantes. Quer para a “indústria”, quer para os “serviços”, o principal factor de divergência reside nas diferenças nas produtividades sectoriais, facto que, no caso português, é particularmente visível para o sector industrial.

50. Na “**indústria**”, registam-se as maiores divergências nos níveis nacionais, sendo que, também neste sector, Portugal apresenta o menor nível de produtividade entre os países da UE. Globalmente, a de convergência de produtividade foi semelhante à que se verificou no conjunto da economia. Destaca-se o comportamento do “equipamento de transporte” em que o aumento da produtividade relativa, particularmente marcado, suportou uma melhoria significativa da competitividade externa. Num sector com níveis absolutos de ganhos por trabalhador muito superiores à média nacional, e num período em que houve alguma aproximação à média comunitária, a indústria portuguesa de equipamento de transporte reduziu substancialmente os custos de trabalho por unidade produzida, os quais passaram a ser bastantes inferiores à média comunitária. Trata-se de uma evolução importante que coincide com a entrada em funcionamento da Autoeuropa.

Dois sectores tradicionais da nossa especialização “têxteis vestuário, curtumes e calçado” e “madeiras, mobiliário, cortiça e indústrias n. e.”, não obstante a aproximação das respectivas produtividades aos níveis comunitários, não apresentam vantagens em termos de CTUP relativos. No primeiro destes sectores verificou-se mesmo uma degradação face

a uma ligeira aproximação das remunerações à média comunitária.

A evolução da produtividade da indústria em Portugal, foi acompanhada pela redução do peso no emprego, permanecendo, ainda assim, a situação de relativa especialização na “indústria transformadora”, comparativamente à UE. No conjunto dos subsectores industriais, quatro detêm um peso relativo do emprego muito superior ao registado na UE: “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”, “madeiras, mobiliário, cortiça e indústrias n. e.”, “alimentares, bebidas e tabaco” e “outros minerais não metálicos”. O “equipamento de transporte”, onde se registaram grandes progressos na produtividade e competitividade, continua a pesar relativamente pouco no emprego industrial (menos de metade do peso registado na UE).

51. Globalmente nos “**serviços**”, a aproximação das produtividades sectoriais aos níveis comunitários permitiu a redução dos CTUP relativos. Porém, apesar de este sector ser o segundo cuja produtividade em Portugal menos diverge relativamente à média comunitária, ele é, simultaneamente, o único cujos CTUP se situam acima da média da UE. O desnível nas remunerações do trabalho não é suficiente para compensar o grande diferencial da produtividade.

Os “transportes, armazenagem e comunicações” destacaram-se pelos níveis e evolução positiva da produtividade relativa. Simultaneamente, são o subsector com remuneração do trabalho mais próxima da média da UE.

As “actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas” são, no âmbito dos serviços, o subsector que mais se afasta da média comunitária. Caracterizam-se por uma produtividade relativa muito baixa e, além disso, não se detectou um processo marcado de convergência.

A comparação dos pesos relativos do emprego permite concluir que a economia portuguesa é relativamente pouco especializada nos “serviços”, não se verificando o mesmo tipo de desequilíbrios que se encontram na indústria. Embora dois sectores, “comércio, restaurantes e hotéis” e “serviços comunitários sociais e pessoais”, representem cerca de 80% do emprego nos

serviços, os respectivos pesos relativos são muito próximos dos comunitários. Note-se que o subsector “comércio, restaurantes e hotéis” é um dos que mais se distancia da média comunitária no que se refere à produtividade, face aos “transportes, armazenagem e comunicações” em claro processo de convergência (porém, com um peso relativamente baixo no emprego).

52. Uma análise comparativa com **Espanha** permite concluir que, tal como em Portugal, é na indústria que se encontram as maiores divergências de produtividade face ao nível médio comunitário. Contudo, os desequilíbrios são muito menores, sendo os pesos relativos do emprego próximos do padrão comunitário, com tendência para alguma especialização relativa da indústria face aos serviços e com uma competitividade externa que não se apoia de forma marcada em grandes diferenças nas remunerações do trabalho.

A **Grécia** apresenta níveis de produtividade do trabalho que se situam entre os de Portugal e de Espanha, caracterizando-se por um ritmo de convergência superior ao português. Em termos de peso relativo do emprego, tal como em Portugal, o padrão é mais desequilibrado na indústria do que nos serviços. Contudo, apesar de na maioria dos sectores industriais o peso do emprego ser muito inferior ao registado na UE, é naqueles em que a produtividade grega menos se afasta da comunitária que se detecta uma relativa especialização.

No que se refere a **França**, a economia caracteriza-se por elevados níveis de produtividade relativa e encontra-se especializada nos “serviços”. Contudo, o elevado nível de produtividade tem justificação na generalidade dos sectores produtivos, desde a “agricultura, silvicultura, caça e pesca” a sectores industriais como os “têxteis, vestuário, curtumes e calçado”. Comparando os sectores de serviços com os da indústria transformadora, conclui-se que é nesta que os níveis de produtividade mais se distanciam da média comunitária.

Relativamente à **Finlândia**, verificou-se que a evolução da produtividade relativa dos bens mais expostos à concorrência internacional se reflectiu num aumento da competitividade, traduzido na redução dos CTUP. Os maiores níveis de

produtividade relativa encontram-se em sectores industriais caracterizados pela existência de vantagens associadas à dotação em recursos naturais ou à especialização em determinadas tecnologias de ponta. No conjunto da indústria transformadora, a estrutura de emprego revela uma especialização precisamente nos sectores onde a sua produtividade relativa é mais elevada (nomeadamente, “máquinas e equipamento” e “pasta, papel, edição e impressão”).

Dos três países do Alargamento que foram considerados, a **Hungria** é o que regista uma evolução mais positiva no que se refere à produtividade do trabalho, situando-se, porém, a pouco mais de um terço do nível comunitário. De um modo geral, os níveis de produtividade são bastante baixos, o que se reflecte em custos unitários que se podem considerar relativamente elevados (embora decrescentes e inferiores aos portugueses). Destaca-se o “equipamento de transporte”, sector que apresenta claras vantagens em termos de CTUP e onde a evolução da produtividade (para níveis próximos dos observados em Portugal) suportou ganhos de competitividade. Embora a Hungria se encontre relativamente pouco especializada neste sector, constata-se uma tendência para o aumento do seu peso relativo. A Hungria está claramente especializada na indústria, em comparação com a UE, mas, ao contrário do que se verifica em Portugal, essa especialização distribui-se de forma relativamente equilibrada pelos diversos sectores industriais.

53. O comportamento da produtividade em Portugal revela que a **economia portuguesa foi a única que registou ganhos de produtividade em todos os níveis de intensidade tecnológica, com destaque para as actividades de “baixa tecnologia” e “média alta tecnologia”**. Tal como na generalidade dos países com produtividade abaixo da média comunitária, **verifica-se uma especialização em actividades com níveis relativamente baixos de intensidade tecnológica**. Por seu turno, as actividades de “alta tecnologia” são, como seria de esperar, de um modo geral muito importantes na especialização dos países com níveis de produtividade industrial acima da média.

VI. REFERÊNCIAS

Comissão Europeia (2000) *European Competitiveness Report*, Commission Staff Working Paper, Bruxelas

Comissão Europeia(2002) *European Competitiveness Report*, Commission Staff Working Document, Bruxelas

Comissão Europeia (2003) *European Competitiveness Report*, Commission Staff Working Document, Bruxelas

Comissão Europeia,(2004) "*The Portuguese economy after the boom*", *European Economy Occasional Papers*,n.º 8, Bruxelas

Gilles, F.; L'Horty, Y. (2003)"*Le paradoxe de la productivité en France et aux États-Unies: une réévaluation*", *Économie et Prévision*, n.º 159, La Documentation Française, Paris.

Godinho, M.; Mamede, P. (2000))"*Factores de convergência da economia portuguesa: mudança estrutural e eficiência sectorial*", documento publicado no âmbito do Workshop "Mudança Socio-económica - 10 anos do DINÂMIA - Uma Experiência Interdisciplinar", DINÂMIA/ISCTE, Lisboa, Novembro 2000

Gretton, P. K.; Fisher, B. (1997)" *Productivity growth and Australian manufacturing industry*", Industry Commission Staff Research Paper, AGPS, Canberra

Nicoletti, G.; Scarpetta, S. (2003)" *Regulation, productivity and growth: OECD evidence*", Economics Department Working Papers n.º347, OCDE, Paris

OCDE (2001)" *OECD Productivity manual: a guide to the measurement of industry-level and aggregate productivity growth*" OCDE, Paris

Pinho, M. (Coord.) (2002))" *Produtividade e crescimento em Portugal*", Economia Pura, Lisboa

Rao, P.; Timmer, M. (2000)" *Multilateralisation of manufacturing sector comparisons: issues, methods and empirical results* ", Research Memorandum GD-47, Groningen Growth and Development Centre

Schreyer, P.; Pilat, D. (2001)"*Mesurer la productivité* ", *Revue Économique de l'OCDE*, n.º 33, OCDE, Paris.

Wu, H. (2001)" *Comparative labour productivity performance in Chinese manufacturing,1952-1997: an ICOP, PPP approach* ", Research Memorandum GD-49, Groningen Growth and Development Centre

Bases de Dados:

INE, Contas Nacionais Portuguesas

OCDE, Stan Database

Eurostat, New Cronos

PARTE II

A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2004

A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2004

1. INTRODUÇÃO

Em 2004, intensificou-se o crescimento económico mundial, prosseguindo a trajectória iniciada em 2002. O PIB mundial aumentou 5,3%, que compara com 4,1% em 2003 e um valor médio de 3,9% no período 1996-2000. O crescimento da economia mundial consubstancia a consolidação do processo da crescente globalização económica, muito em particular o dinamismo das novas economias industrializadas da Ásia (crescimento real do PIB de 5,8%). Também a economia norte-americana (crescimento real de 4,2%) e a economia europeia acompanharam esta tendência. O PIB da área do euro, tomada em conjunto, cresceu 2,1 por cento, que compara com 0,8% em 2003 e 2,7% no período 1996-2000.

O comércio mundial intensificou a dinâmica dos dois anos anteriores, apresentando um crescimento de 10,7% (6,0% em 2003). Contudo, a crescente procura de produtos básicos levou a um acentuado aumento dos preços das matérias-primas, muito em particular do preço do petróleo. Com efeito, em 2004, prosseguiu a tendência altista do preço do petróleo (aumento anual de 32,1%), tendo o preço do barril do petróleo Brent praticamente duplicado face ao valor médio do período 1996-2000.

Apesar disso, os preços no consumidor permaneceram relativamente estáveis, enquanto que as taxas de juro se mantiveram em patamares historicamente baixos. Apesar da intensificação do crescimento económico, os níveis do desemprego permaneceram, na generalidade, elevados. A taxa de desemprego da área do euro agravou-se 0,2 pontos

percentuais, atingindo o valor mais elevado dos últimos cinco anos.

O dólar norte americano prosseguiu a tendência de depreciação verificada nos dois anos anteriores, situando-se cerca de 12% abaixo da cotação média do período 1996-2000, quando comparada com o euro.

Neste contexto, a economia portuguesa registou um crescimento económico moderado, tendo o PIB aumentado, em volume, 1,1%, após uma redução do nível de actividade da mesma amplitude no ano anterior.

Comparativamente a idêntica fase do ciclo anterior, verifica-se que o início da retoma da actividade económica se afigura bastante menos pujante que a verificada no ano de 1994 (crescimento real do PIB de 2,5%). Da mesma forma, o padrão de crescimento em 2004 assentou basicamente na recuperação das despesas de consumo final, tanto das famílias, como das Administrações Públicas, e na manutenção da procura externa relativamente sustentada. O investimento reagiu de uma forma bastante hesitante, tendo a FBCF crescido menos que o PIB. No episódio recessivo de 1993, o investimento apresentou-se bastante mais dinâmico que em 2004, tendo apresentado um crescimento real de 3,5% da FBCF durante o primeiro ano da retoma.

Da mesma forma, se compararmos a evolução da economia portuguesa com a economia da área do euro, tomada em conjunto, apura-se um diferencial negativo de 1,2 pontos percentuais, em termos de crescimento real do PIB, prosseguindo a tendência

de divergência real face ao padrão médio da economia da UE.

2. PADRÃO DE CRESCIMENTO

Emprego e produtividade

A evolução moderada da actividade económica reflectiu-se numa quase estagnação do nível do emprego. Com efeito, o nível de emprego¹ terá registado um aumento marginal da ordem dos 0,1%.

Ainda assim, a manutenção do nível do emprego ficou a dever-se exclusivamente ao crescimento do emprego no sector terciário (aumento anual de 3,0%), uma vez que o nos sectores primário e secundário se verificaram reduções no nível do emprego (taxas de variação de -4,3% e -3,4%, respectivamente).

A taxa de actividade líquida² manteve-se também praticamente inalterada face ao ano anterior, situando-se em 72,9%. A redução verificada na taxa de actividade masculina foi compensada por um aumento da taxa de actividade feminina sensivelmente da mesma ordem de grandeza.

Uma vez que o crescimento do emprego não absorveu o crescimento da população em idade activa, a taxa de desemprego voltou a agravar-se, situando-se em 6,7% da população activa, (6,3% em 2003), correspondendo ao valor mais elevado dos últimos sete anos.

Tendo em conta que o crescimento económico ocorrido em 2004, ainda que moderado, foi significativamente superior ao verificado pelo nível do emprego, verificou-se um aumento da produtividade aparente da economia da ordem de 1%, que compara com uma redução de 0,7% em 2003.

Oferta

A actividade produtiva nacional, em 2004, registou uma melhoria significativa, comparativamente ao

ano anterior, invertendo-se o andamento verificado nos últimos dois anos.

A actividade produtiva, medida pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB), registou, em termos reais³, um crescimento homólogo de 1,2% (-0,7% em 2003), mas que não foi suficiente para compensar o fraco crescimento verificado entre 2001 e 2004 (0,4%), enquanto de 1996 a 2000, o VAB tinha registado em termos médios anuais, um crescimento de 3,7%. A evolução da actividade produtiva foi progressivamente melhorando ao longo do ano, invertendo-se a tendência no segundo trimestre do ano (0,4% face a -0,5% do primeiro trimestre), verificando-se um crescimento do VAB mais impostos acima de 1 p.p. a partir do terceiro trimestre.

O aumento do dinamismo da actividade produtiva deveu-se, sobretudo, ao contributo para o crescimento do VAB⁴ dos “serviços” (1,0 p.p.), face a uma contribuição nula do VAB da “indústria” e negativa da “construção” (-0,1 p.p.). O motor de crescimento continua a ser o sector dos “serviços”, reforçando a sua importância em termos do total do VAB (71,7%), já que os restantes sectores mantêm ou diminuem ligeiramente de importância. O VAB dos “serviços” registou uma variação homóloga de 1,5%, comparativamente ao fraco crescimento do VAB da “indústria” e da “agricultura, silvicultura e pescas” (0,2% e 0,8%, respectivamente) e a uma quebra do VAB da “construção” (-2,2%). O sector da “energia” continuou a ser o mais dinâmico, com a VAB a registar uma variação homóloga de 5,5%, aumentando ligeiramente o peso para 2,6% no total do VAB.

Relativamente ao sector da “indústria”, a evolução dos vários indicadores disponíveis confirmam o fraco desempenho em 2004. Apesar disso, comparativamente aos dois anos anteriores, assistiu-se a uma inversão da tendência de evolução da actividade, verificando-se uma variação

¹ INE – Inquérito ao Emprego.

² População activa dos 15-64 anos/população total dos 15-64 anos.

³ A preços de 2000.

⁴ o contributo para o crescimento do VAB foi obtido tendo em consideração o VAB que inclui os Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

Quadro 1

INDICADORES DO PRODUTO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

	Estrutura (%)			Taxas de variação em volume (%)							
	Milhões de euros	preços correntes		preços constantes de 2000							
		2000	2001	2004	1996-00	2001-04	1999	2000	2001	2002	2003
Agricultura, Silvicultura e Pescas	4026,2	3,6	3,3	-1,4	0,0	4,6	-4,2	-3,2	2,4	-3,1	0,8
Electricidade, Gás e Água	2604,4	2,4	2,6	6,0	4,1	3,4	9,5	3,6	0,3	6,5	5,5
Indústria	18676,4	17,1	16,0	4,0	-0,4	-0,2	2,1	1,5	-0,7	-0,7	0,2
Construção	8102,4	7,8	6,5	4,9	-6,1	1,9	6,3	2,8	-4,0	-12,7	-1,3
Serviços	73135,6	69,1	71,7	3,8	1,1	4,4	4,4	2,9	1,6	0,4	1,5
Comércio, Restaurantes e Hotéis	18611,2	17,6	17,5	3,8	-0,7	2,1	4,4	0,8	-1,1	-2,6	1,7
Transportes e Comunicações	7037	6,8	7,0	4,6	2,6	7,0	9,7	8,5	2,8	0,3	4,7
Actividades Financeiras e Imobiliárias	14685,4	13,8	14,1	5,9	1,8	7,7	4,0	5,5	2,7	3,2	-0,4
Outros Serviços	32802	30,8	33,0	2,8	1,5	3,7	3,5	1,7	2,3	0,7	1,5
VAB	106545			3,7	0,4	3,3	3,9	2,4	0,8	-0,7	1,2
Impostos	15725,1			6,4	-0,8	8,3	4,1	-0,8	0,8	-3,9	0,9
PIB *	122270			4,1	0,2	3,9	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,1

* Inclui o impacto da sectorização dos Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos
 Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (Março 2006)

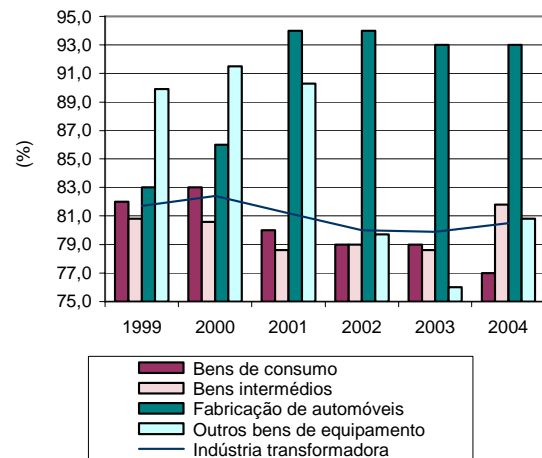
positiva do VAB de 0,2% face a -0,7% em 2003 e 2002 (-0,4% em termos médios anuais entre 2001 e 2004). São as indústrias produtoras de “bens intermédios” aquelas que registaram o andamento mais favorável, denotando-se uma tendência para o desagravamento das indústrias produtoras de “bens de investimento” e a manutenção do andamento desfavorável das indústrias produtoras de “bens de consumo”.

A taxa de utilização da capacidade produtiva aumentou 0,6 p.p. (80,5% face a 79,9% em 2003), motivada pelo aumento da taxa das indústrias produtoras de “bens intermédios” e dos “outros bens de equipamento” (3,2% e 4,8%, respectivamente) e pela manutenção da capacidade produtiva da “fabricação de automóveis” (93,0%), já que as indústrias produtoras de “bens de consumo” diminuíram em 2 p.p. a sua taxa de utilização da capacidade produtiva, situando-se em 77%.

O Índice de Produção Industrial e o Índice de Volume de Negócios na Indústria, também confirmaram esta tendência de evolução em termos de grandes agrupamentos industriais, verificando-se para a totalidade da indústria transformadora, uma variação, em termos médios anuais, de 2002 a 2004 de -0,3% e -1,0%, respectivamente.

Gráfico 1

TAXA DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA



Fonte: INE

Em termos de padrão de especialização, a economia portuguesa manteve ao longo da década terminada em 2003, uma especialização diferente do verificado nos seus principais concorrentes, embora a partir de 2000, se tenha começado a verificar alterações no padrão de especialização. Isto é, à manutenção de vantagens comparativas reveladas nas fileiras “têxtil” e “florestal”, associou-se a emergência das fileiras “material de transporte” e “material eléctrico”.

Portugal no Espaço Europeu

Quadro 2

VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS 1*

POSIÇÃO DE MERCADO*

Fileiras	Portugal			UE25			Portugal			UE25		
	1993-03	1995-00	2001-03	1993-03	1995-00	2001-03	1993-03	1995-00	2001-03	1993-03	1995-00	2001-03
Energética	-13,2	-12,8	-16,8	-12,4	-12,3	-13,8	-0,4	-0,4	-0,4	-17,5	-17,2	-17,9
Agroalimentar	-13,0	-13,0	-14,5	-1,3	-1,4	-1,2	-0,6	-0,6	-0,7	-2,2	-2,4	-1,3
Têxtil	43,8	44,7	35,9	-1,9	-1,8	-2,4	0,8	0,8	0,6	-3,9	-3,4	-4,8
Florestal	12,7	12,4	13,2	1,0	1,0	1,2	0,2	0,2	0,1	3,4	3,4	3,9
Química	-7,6	-8,6	-6,4	5,8	5,6	6,6	-0,3	-0,4	-0,3	8,4	8,0	9,1
Siderúrgica	-4,2	-4,5	-3,9	0,6	0,5	0,3	-0,5	-0,6	-0,5	4,7	4,1	2,5
Não Ferrosos	-1,0	-1,2	-1,4	-1,5	-1,6	-1,6	-0,2	-0,2	-0,3	-9,8	-10,4	-9,3
Mecânica	-11,7	-13,2	-8,3	8,1	8,2	8,0	-0,4	-0,4	-0,3	10,7	10,9	9,2
Material de Transporte	-2,6	-1,2	5,4	3,2	3,0	4,3	-0,4	-0,4	-0,2	6,4	6,1	7,7
Material Eléctrico	6,2	6,8	5,9	1,4	1,4	1,3	0,0	0,0	-0,1	4,7	4,8	4,0
Electrónica	-9,6	-9,5	-9,2	-2,9	-2,6	-2,7	-0,2	-0,2	-0,2	-2,5	-2,3	-1,7

* VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS 1 = f ik = [yik - gik*yi]*ekn

yik = 1000* (xik-mik)/yi

yi - PIB em dólares correntes

gik = (xik+ mik)/(xi+mi)

xik - exportações do produto k feitas pelo país i

yi = 1000*(xi-mi)/yi

mik - importações do produto k feitas pela região i

ekn = wkr/wr:wkn/wn

xi - exportações totais do país i

mi - importações totais do país i

wk(0) - comércio mundial do produto k no ano o

wk(n) - comércio mundial do produto k no ano n

POSIÇÃO DE MERCADO = 100*(xik-mik)/wk

xik - exportações do produto k pelo país i

mjk - importações do produto k pelo país j

wk - comércio mundial do produto k

Fonte: CHELEM (versão Dezembro de 2005)

As alterações no padrão de especialização são também visíveis pelas exportações desagregadas por níveis de intensidade tecnológica, com uma ligeira diminuição do peso das exportações de produtos com baixos conteúdos tecnológicos (43,1% de 2001-2003 face a 48,3% de 1995 a 2000) e um ligeiro aumento do peso das exportações de produtos com conteúdos de média alta e alta tecnologia (31,2% e 10,8% de 2001-2003 face a 30,2% e 8,1% de 1995 a 2000, respectivamente), tendência esta verificada, também, ao nível da UE25, embora com dimensão relativa distinta.

O sector da “**construção**”, foi o sector com o andamento mais desfavorável, registando-se quebras no VAB desde 2002, embora em 2004 se tenha verificado uma diminuição da quebra, especialmente em relação a 2003 (-1,3% face a -12,7%, em 2003, e -4,0% em 2002). De 2001 a 2004, este sector registou, em termos médios anuais, quebras do VAB de 6,1%, o que levou a uma redução do peso no total do VAB (6,5% em 2004 face a 7,8% em 2001).

Esta evolução é confirmada pela evolução dos indicadores qualitativos e quantitativos relativos ao

Quadro 3

EXPORTAÇÕES POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

	Portugal						UE25		
	Portugal			UE25					
	1993-2003	1995-2000	2001-2003	1993-2003	1995-2000	2001-2003	1993-2003	1995-2000	2001-2003
Alta Tecnologia	8,7	8,1	10,8	18,0	17,5	20,4			
Média Alta Tecnologia	29,4	30,2	31,2	42,1	42,2	42,3			
Média Baixa Tecnologia	14,0	13,3	14,9	16,9	17,0	16,2			
Baixa Tecnologia	47,9	48,3	43,1	22,9	23,3	21,1			

Fonte: CHELEM (versão Dezembro de 2005)

Quadro 4

INDICADORES DE EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Indicador de confiança (SRE)	-12	-10	-6	-34	-47	-41
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	73	75	75	72	69	71
Vendas para o mercado interno:						
Cimento (VH)	3,1	3,3	0,0	-6,6	-16,8	-1,7
Varão para betão (VH)	-29,3	29,2	8,1	-8,4	-6,1	-1,1
Chapa de vidro plano (VH)	71,4	12,8	-2,2	4,6	-3,9	3,8
Actividade na construção civil e obras públicas (1)						
Construção de edifícios						
Total (SRE)	3	-4	-5	-19	-39	-33
Para habitação (SRE)	0	-7	-10	-22	-42	-34
Não residenciais (SRE)	13	5	6	-7	-28	-27
Obras públicas (SRE)	-12	3	3	-26	-27	-22

(1) Opinião dos empresários sobre a actividade no período; média dos valores mensais

Fonte: AECOPS, CE, Cimentearas, INE; Saint-Gobain Glass Portugal e Siderurgia Nacional

sector da “construção”. Os empresários continuaram a ser pessimistas quanto à actividade em todos os segmentos da construção de edifícios; o indicador de confiança manteve-se negativo; a taxa de utilização da capacidade produtiva aumentou ligeiramente relativamente a 2003, situando-se em 71% e continuou-se a assistir a quebras nas vendas para o mercado interno de varão para betão e de cimento, o mesmo não acontecendo com as vendas de chapa de vidro plano, que cresceram, em termos homólogos, 3,8%.

O sector dos “serviços”, apesar da desaceleração, nos últimos três anos, continuou a crescer, em termos médios anuais, acima do crescimento da actividade produtiva, (1,1% de 2001 a 2004 face a

0,4% para a totalidade do VAB). Em 2004 o crescimento do VAB foi de 1,5% face a 0,4% no ano anterior (1,6% em 2002). Em termos infra-anuais, verificou-se que este crescimento foi progressivo, atingindo 1,5% no último trimestre do ano.

Para esta evolução favorável do sector dos “serviços” contribuíram o andamento da actividade da maioria dos subsectores, exceptuando-se o contributo negativo do VAB das “actividades financeiras e imobiliárias” (-0,1%), o qual pela primeira vez desde 1995, registou uma quebra no crescimento do VAB de -0,4%.

O crescimento do VAB do subsector “outros serviços” contribuiu em 0,7 p.p. para o crescimento do VAB dos “serviços”, passando a representar

Quadro 5

INDICADORES DO PRODUTO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

	Milhões de euros	Estrutura (%)			Taxas de variação em volume (%)							
		de preços correntes (total da economia)			preços constantes de 2000							
		2000	2001	2004	1996-00	2001-04	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Serviços	73135,7	69,1	71,7	3,8	1,1	4,4	4,4	2,9	1,6	0,4	1,5	
Comércio, Restaurantes e Hotéis	18611,1	17,6	17,5	3,8	-0,7	2,1	4,4	0,8	-1,1	-2,6	1,7	
Transportes e Comunicações	7037,1	6,8	7,0	4,6	2,6	7,0	9,7	8,5	2,8	0,3	4,7	
Actividades Financeiras e Imobiliárias	14685,4	13,8	14,1	5,9	1,8	7,7	4,0	5,5	2,7	3,2	-0,4	
Outros Serviços	32802,1	30,8	33,0	2,8	1,5	3,7	3,5	1,7	2,3	0,7	1,5	

Nota: Cálculos para o VAB o incluem o impacto da sectorização dos Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM)

Fonte: INE - Contas Trimestrais (Março 2006)

Quadro 6
CONTRIBUTOS PARA O CRESCIMENTO DO VAB DOS SERVIÇOS

	2000	2001	2002	2003	2004
Serviços	4,4	2,9	1,6	0,4	1,5
Comércio, restaurantes e hotéis	1,1	0,2	-0,3	-0,6	0,4
Transportes e comunicações	0,9	0,8	0,3	0,0	0,5
Actividades financeiras e imobiliárias	0,8	1,1	0,6	0,7	-0,1
Outros serviços	1,6	0,8	1,0	0,3	0,7

Nota: Cálculos para o VAB inclui-se o impacto da sectorização dos Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM)

Fonte: INE - Contas Trimestrais (Março 2006)

33,0% do VAB gerado nesse ano na economia (30,8% em 2001). Saliente-se, ainda, o comportamento dos subsectores dos “serviços” “comércio, restaurantes e hotéis” e “transportes e comunicações”, cujo crescimento do VAB aumentou substancialmente comparativamente aos dois anos anteriores, contribuindo para o crescimento do VAB dos “serviços”, em 2004, respectivamente, em 0,4 p.p. e 0,5 p.p..

Esta evolução é confirmada pelos indicadores qualitativos do andamento da actividade, com os empresários a revelarem-se optimistas comparativamente ao verificado no ano anterior.

Relativamente ao “turismo”, a taxa de ocupação hoteleira-cama situou-se em 38,3%, menos 0,9 p.p.

e 2,4 p.p. do que em 2003 e 2002, respectivamente. O crescimento das dormidas na hotelaria foi nulo, motivado pela quebra de 2,5% das dormidas de residentes no estrangeiro que não compensou o crescimento de 5,6% das dormidas de residentes em Portugal. As receitas de turismo registaram um crescimento apreciável de 7,8% (-4,0% em 2003 e 1,0% de 2001 a 2004), atingindo um valor semelhante ao registado em 2001 (7,1%). Para esta evolução poderá ter contribuído a realização do EURO 2004 no segundo trimestre do ano, embora não se tenha reflectido ao nível das dormidas na hotelaria (15,9% para as receitas de turismo e -1,7% para o total das dormidas na hotelaria (-3,0% para as dormidas em hotelaria dos residentes no estrangeiro).

Quadro 7
EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE SERVIÇOS EXCLUINDO VIAGENS E TURISMO

	Milhões de euros		Estrutura			Saldo em % do PIB			
	2004	Crédito 2001	Débito		2001	2002	2003	2004	
			2004	2001					
Balança de serviços excluindo viagens e turismo	89	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,70	-0,37	-0,10	0,06
Transportes	-17	40,4	41,1	44,3	42,0	-0,44	-0,22	-0,06	-0,01
Marítimos	-572	4,3	4,6	16,8	14,9	-0,54	-0,44	-0,37	-0,40
Aéreos	442	27,4	24,3	16,8	16,7	0,24	0,26	0,26	0,31
Rodoviários	166	8,2	11,9	8,7	9,1	-0,08	0,02	0,09	0,12
Outros	-53	0,5	0,4	2,1	1,3	-0,07	-0,06	-0,05	-0,04
Serviços de comunicação	83	5,1	6,9	3,8	5,5	0,02	0,03	0,06	0,06
Serviços de construção	220	4,9	6,2	1,7	2,3	0,10	0,07	0,10	0,15
Seguros	-86	1,5	1,9	2,0	3,5	-0,03	-0,05	-0,05	-0,06
Serviços financeiros	45	2,7	3,3	3,0	2,6	-0,03	-0,03	-0,01	0,03
Serviços de informação e informática	-60	1,5	2,1	3,2	3,2	-0,08	-0,09	-0,08	-0,04
Direitos de utilização	-253	0,6	0,6	5,3	5,1	-0,19	-0,22	-0,17	-0,18
Outros serviços fornecidos por empresas	274	36,2	32,5	27,4	28,1	0,10	0,25	0,21	0,19
Serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa	-134	3,6	2,8	5,4	5,2	-0,10	-0,09	-0,08	-0,09
Operações governamentais	17	3,3	2,8	3,8	2,5	-0,05	-0,01	-0,01	0,01

Fonte: BP - Balança de Pagamentos, INE - Contas trimestrais (base 2000) (Março 2006)

Ao nível dos “serviços” foi visível o saldo positivo da “balança de serviços excluindo viagens e turismo”, que se situou em 2004 em € 89 milhões. Pela primeira vez, desde 1996, os créditos foram superiores aos débitos representando o saldo desta balança 0,06% do PIB.

O crescente dinamismo dos “serviços transaccionáveis” para o exterior, denota-se pela importância do saldo positivo das rubricas “transportes aéreos” (€ 442 milhões), “outros serviços fornecidos por empresas” (€ 274 milhões), “transportes rodoviários” (€ 166 milhões), “serviços da construção” (€ 220 milhões) e “serviços da comunicação” (€ 83 milhões), que compensaram significativamente o saldo negativo das rubricas “transportes marítimos” (€ -572 milhões), “direitos de utilização” (€ -253 milhões) e “serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa” (€ -134 milhões).

De facto, as rubricas com saldo positivo na balança ou diminuíram ligeiramente o peso dos créditos no total ou reforçaram a sua importância na estrutura de 2001 para 2004. No primeiro caso, temos as rubricas “transportes aéreos” e “outros serviços fornecidos por empresas”, que representavam, em 2004, 24,3% e 32,5% do total dos créditos, respectivamente (27,4% e 36,2% em 2001) e, no segundo caso, temos as rubricas “serviços da construção” e “serviços da comunicação”, que

aumentaram o peso no total dos créditos (6,2% e 6,9% em 2004 face a 4,9% e 5,1% em 2001, respectivamente).

Procura

Contrariando a tendência verificada nos últimos dois anos, em 2004, a procura interna contribuiu mais para o crescimento do produto do que a procura externa (2,2 p.p. e 1,4 p.p., respectivamente).

O crescimento real do produto (1,1%), após a quebra verificada no ano anterior (-1,1%), só foi possível porque o crescimento da procura global contribuiu mais 1,1 p.p. do que o crescimento das importações (-1,3% e -0,2% em 2003, respectivamente).

Em termos infra-anuais, detectou-se uma trajectória ascendente do produto até ao segundo trimestre do ano (1,8%), que já vinha do quarto trimestre de 2003, diminuindo progressivamente o seu ritmo de crescimento a partir daí (0,9% e 0,7%, no terceiro e quarto trimestres, respectivamente). Esta tendência de um ritmo de crescimento mais forte no primeiro semestre do que no segundo, foi visível tanto na procura interna como na procura externa.

A relativa estagnação do investimento, em 2004, não favoreceu o crescimento mais acentuado do produto, continuando o consumo privado a ser o

Quadro 8
CONTRIBUIÇÃO DAS COMPONENTES DA PROCURA
PARA A VARIACÃO DO PIB EM VOLUME (a)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Consumo Famílias Residentes	2,3	3,3	3,3	2,4	0,8	0,8	0,1	1,5
Consumo Administrações Públicas	0,4	0,8	1,1	0,7	0,6	0,5	0,1	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	3,2	2,9	1,6	0,9	0,3	-0,9	-2,6	0,2
Procura Interna (b)	5,9	7,1	6,0	4,0	1,8	0,4	-2,4	2,2
Comércio Externo	-1,6	-2,6	-2,5	0,3	0,2	0,7	1,3	-1,3
PIB	4,2	4,8	3,9	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,1
<i>Por memória</i>								
Exportações	1,7	2,4	0,9	2,4	0,5	0,4	1,1	1,4
Importações	3,3	5,0	3,3	2,1	0,4	-0,3	-0,2	2,7

(a) Expressas em percentagem do PIB do ano precedente a preços constantes de 2000.

(b) Excluindo VE e ACOV.

Fonte: DPP.

Quadro 9
EVOLUÇÃO DA DESPESA FINAL

	2000	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Milhões de euros				Taxas de variação em volume (%) ^(a)				
Despesas de Consumo Final	101724,0	3,3	5,0	5,3	3,7	1,8	1,6	0,2	2,3
Famílias Residentes ^(b)	78100,2	3,6	5,3	5,2	3,7	1,3	1,3	0,1	2,4
Administrações Públicas	23623,8	2,2	4,3	5,6	3,5	3,3	2,6	0,3	2,0
Formação Bruta de Capital Fixo	33103,2	14,3	11,7	6,2	3,5	1,0	-3,5	-10,0	0,9
Procura Interna ^(c)	135584,6	5,5	6,9	5,8	3,3	1,7	0,0	-2,2	2,2
Exportações FOB	36386,7	6,1	8,5	3,0	8,4	1,8	1,5	3,7	4,5
Procura Global	171971,3	5,6	7,3	5,2	4,3	1,7	0,3	-0,9	2,7
Importações FOB	49701,2	9,8	14,2	8,6	5,3	0,9	-0,7	-0,4	6,8
PIB	122270,1	4,2	4,8	3,9	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,1

(a) Preços constantes de 2000.

(b) Incluindo Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF).

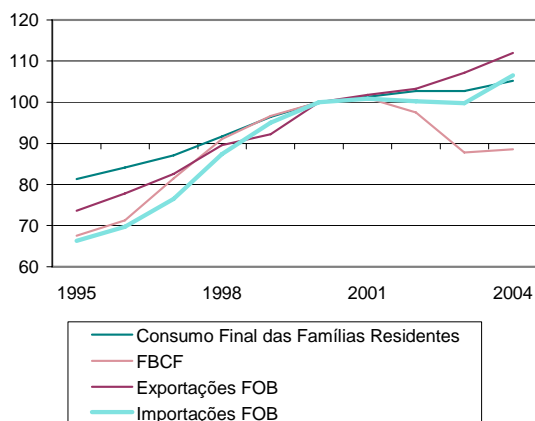
(c) Incluindo Variação de Existências (VE) e Aquisições Líquidas de Cessões de Objectos de Valor (ACOV).

Fonte: INE (Março 2006)

motor do crescimento da economia. O “comércio externo” também não favoreceu o crescimento do produto em 2004, já que contribuiu em -1,3 p.p. face a 1,5 p.p. do “consumo privado” e 0,2 p.p. do “investimento”.

Gráfico 2

PRINCIPAIS COMPONENTES DA PROCURA
Evolução em volume
2000=100



Fonte: INE

Em termos de médio prazo, a variação média anual da procura interna, entre 2001 e 2004, foi nula comparativamente a 5,0% de 1995 a 2000, enquanto a procura externa, embora com um abrandamento do ritmo de crescimento registou, entre 2001 e 2004, uma variação positiva de 3,2% (6,3% entre 1995 e 2000). A economia portuguesa esteve praticamente estagnada entre 2001 e 2004

(aumento de 0,2% do PIB em termos médios anuais), contrastando com o dinamismo que se tinha observado entre 1995 e 2000 (4,1%).

Ao nível da **procura interna** saliente-se a expansão do “**consumo privado**” como o principal responsável pelo crescimento da economia. O crescimento das “despesas de consumo final das famílias residentes” contribuiu em 1,5 p.p. para o crescimento do PIB (0,1 p.p. em 2003), crescendo em termos homólogos, 2,4% (0,1% em 2003).

Da desagregação das “despesas de consumo final das famílias residentes” por grandes categorias económicas”, verificou-se uma aceleração do ritmo de crescimento das despesas em todas as categorias, comparativamente a 2003, salientando-se após três anos de quebras consecutivas, um crescimento real acima da média das “despesas de consumo final das famílias em bens duradouros (3,1%).

Em termos qualitativos e quantitativos, saliente-se a ligeira diminuição do pessimismo, retratada pelo “indicador de confiança do consumo”, designadamente nas componentes “situação financeira das famílias” e “situação económica global”. O “crédito a particulares para outros fins” registou uma variação homóloga positiva significativa (10,8%) e menos acentuada no “crédito a particulares para consumo” (4,2%). As “vendas de

Quadro 10
INDICADORES DE EVOLUÇÃO DO CONSUMO PRIVADO

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Vendas de veículos (VH)	11,4	-2,6	-12,0	-11,4	-16,1	4,1
Matrículas de veículos (VH)	7,6	-3,1	-11,3	-11,5	-16,0	4,2
Gasolina (VH)	3,1	0,9	-6,4	3,6	-3,0	-4,0
Indicador de Confiança (SER/CVS)						
Total	-14	-18	-24	-34	-42	-34
Perspectivas para os próximos 12 meses						
Situação Financeira das Famílias		-8	-13	-17	-21	-16
Situação Económica Global		-19	-29	-34	-37	-27
Desemprego		10	16	42	61	48
Poupança		-34	-37	-42	-46	-47
Crédito a Particulares						
Consumo (VH)	9,4	20,8	-1,3	-2,5	10,4	4,2
Outros Fins (VH)	33,0	26,9	6,2	0,2	-9,9	10,8

Fonte: ACAP, DGE, CE, APED; BP

veículos” e a “emissão de livretes pela Direcção-Geral de Viação,” após quatro anos de quebras consecutivas, registaram crescimentos superiores a 4%, em 2004. Apenas a “gasolina”, registou nova quebra em 2004 (-4,0%), resultado, em parte, do impacto dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Para esta evolução favorável do consumo privado, saliente-se a manutenção das taxas de juro a níveis baixos, quer para “empréstimos”, quer para “depósitos a um ano”, tanto para “sociedades não financeiras”, como “particulares”, verificando-se uma diminuição generalizada das taxas face ao ano anterior.

Por seu turno, as “**despesas de consumo final das administrações públicas**”, que têm vindo a aumentar de importância (em termos nominais) no total da procura interna, progressivamente desde 1998, atingindo 18,9% do total, em 2004, mantiveram um ritmo de crescimento real abaixo ao das “despesas de consumo final das famílias residentes” (2,0%, 0,3% em 2003), contribuindo para o crescimento do PIB em 0,4 p.p. (0,1 p.p. em 2003).

A “**Formação Bruta de Capital Fixo**”, após dois anos de quebras reais significativas (-10,0% e -3,5%, em 2003 e 2002, respectivamente), cresceu timidamente em 2004 (0,9%), contribuindo em 0,2 p.p. para o crescimento do PIB.

A taxa de investimento, medida pelo rácio FBCF/PIB, a preços correntes, atingiu 21,6% em 2004, o valor mais baixo desde 1995 (22,8%). A parte da FBCF detida pela Administração Pública manteve-se acima dos 14%, embora com uma ligeira diminuição relativamente aos dois anos anteriores (15,1% e 14,5% do total da FBCF em 2003 e 2002, respectivamente).

Em termos qualitativos e quantitativos, a opinião dos empresários aponta no sentido de uma ligeira quebra do investimento realizado em 2004 (-0,1% face a -11,1% e 5,9% em 2003 e 2002, respectivamente), aumentando a tendência para o reforço do investimento realizado em “equipamento” (48,0%) e em “construção” (30,2%), comparativamente ao verificado nos dois anos anteriores, em detrimento do investimento em “material de transporte” (9,4%).

Relativamente ao investimento no sector da “construção”, a opinião dos empresários aponta para uma melhoria significativa do total de “empréstimos contratados”, quer em número, quer em termos de montante e do “crédito à habitação” (9,8%, 10,6% e 6,7%, respectivamente). No entanto, mantêm-se pessimistas relativamente às “obras concluídas” e às “licenças de construção” (-22,4% e -7,1%, respectivamente). As “obras adjudicadas”

Quadro 11
INDICADORES DE EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa Média Anual de Variação do Investimento	1,6	-0,1	-0,6	-5,9	-11,1	-0,1
Afectação do Investimento (estrutura)						
Construção	21,1	22,1	22,3	30,3	29,4	30,2
Equipamento	55	51,3	56,2	44,6	46,5	48,0
Material de Transporte	11,2	13,9	10,8	11,3	10,7	9,4
Empréstimos Contratados - Total						
Número (VH)	6,6	-22,3	-11,9	9,1	-20,5	9,8
Montante (VH)	17,4	-12,5	-5,4	18,5	-7,7	10,6
Licenças de Construção (VH)	10,6	-4,1	-12,8	6,6	-9,6	-7,1
Obras Concluídas (VH)	17,4	2,9	-2,0	4,5	-22,8	-22,4
Crédito à Habitação (VH)	29,7	20,3	13,1	13,0	2,4	6,7
Obras Adjudicadas						
Número (VH)	24,9	20,3	16,1	-36,7	-13,3	51,7
Montante (VH)	11,5	37,9	23,7	-25,9	-23,0	54,5

Fonte: ACAP, INE, AECOPS, MF, BP

registaram um crescimento muito significativo em 2004, contrariando a tendência verificada nos dois anos anteriores.

Ao nível da procura externa, as exportações mantiveram um ritmo de crescimento significativo, em 2004, sendo visível a manutenção (em termos nominais) do peso no total da procura global e do produto (20,8% e 28,6%, respectivamente).

As “exportações de serviços” cresceram, em termos reais, a um ritmo ligeiramente superior ao das “exportações de bens” (4,8% face a 4,5%), invertendo-se a tendência verificada nos dois anos anteriores.

Relativamente às “exportações de bens”, e de acordo com os dados das Estatísticas do Comércio Internacional (F.I.R.)⁵, verificou-se um aumento progressivo do ritmo de crescimento, desde 2002, quer para os países comunitários (UE25), quer para os países extracomunitários (UE25), sendo que para estes últimos o ritmo de crescimento das exportações foi especialmente elevado em 2004 (7,4%).

Dos dados disponíveis para as “exportações de bens por grupos de produtos”, salientam-se a quase estagnação das exportações dos produtos produzidos pela fileira florestal (0,7%) e quebras significativas nas exportações de produtos de “vestuário e calçado”, “máquinas” e “material de transporte”, acentuando a tendência de regressão verificada desde 2002. No que diz respeito à informação sobre exportações por grandes categorias económicas, destacam-se o ritmo de crescimento elevado, mantendo a tendência de evolução dos dois anos anteriores, das exportações de “combustíveis”, “bens intermédios” e “bens de equipamento” e uma quebra de 6,1% das exportações relativas a “bens de consumo”. Relativamente aos “bens intermédios”, esta evolução está de acordo com a informação disponibilizada pelo Índice de Produção Industrial e pelo Índice de Volume de Negócios na Indústria.

De acordo com a informação fornecida pela base de dados CHELEM, entre 2001 e 2003, 43,1% do total das exportações portuguesas eram de produtos com baixos conteúdos tecnológicos e 31,2% de produtos produzidos com “média alta tecnologia”. Em termos de evolução, entre 1996 e 2003, saliente-se a tendência para as exportações de produtos com conteúdos de baixa tecnologia perderem

⁵ (F.I.R.) Folhas de Informação Rápida.

Quadro 12
INDICADORES DE EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de Variação (a preços de 2000)	5,7	6,1	8,5	3,0	8,4	1,8	1,5	3,7	4,5
Bens	9,1	5,9	7,5	2,9	8,3	1,5	1,5	5,7	4,5
Serviços	-5,4	7,0	12,3	3,4	8,6	2,9	1,3	-3,3	4,8
F.I.R. (VH)							1,9	2,5	5,3
Exportações de Bens Intracomunitárias (UE25)							2,0	2,1	4,9
Exportações de Bens extracomunitárias (UE25)					33,9	4,1	1,5	4,5	7,4
Por Grupos de Produtos									
Madeira, Cortiça e Papel				3,2	24,9	-3,9	-0,7	4,4	0,7
Vestuário e Calçado				-1,4	0,1	2,2	-4,0	-3,5	-5,5
Máquinas				11,5	20,1	-0,8	-4,6	-4,4	-36,0
Material de Transporte				0,2	10,1	19,1	-7,8	-9,0	-16,9
Por Grandes Categorias Económicas									
Bens de Consumo				19,5	2,8	4,9	-7,6	0,6	-6,1
Bens de Equipamento				-47,5	11	17,2	11,9	4,7	4,2
Combustíveis				-81	70,3	-24,1	4,8	31,3	22,4
Bens Intermédios				1,2	24,3	-1,6	-1,8	0,5	18,9
Por Níveis de Intensidade Tecnológica									
Alta Tecnologia	7,3	7,1	7,3	8,9	10,2	11,0	10,2	11,2	n.d.
Média Alta Tecnologia	29,6	30,7	32,0	31,7	31,1	30,7	31,3	31,5	n.d.
Média Baixa Tecnologia	12,7	13,0	12,8	13,2	14,6	13,9	14,8	15,7	n.d.
Baixa Tecnologia	50,5	49,3	47,9	46,2	44,0	44,4	43,7	41,6	n.d.

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais e Contas Nacionais Anuais (base 2000) (versão Março 2006) e Estatísticas do Comércio Internacional (FIR);
CEPII - CHELEM

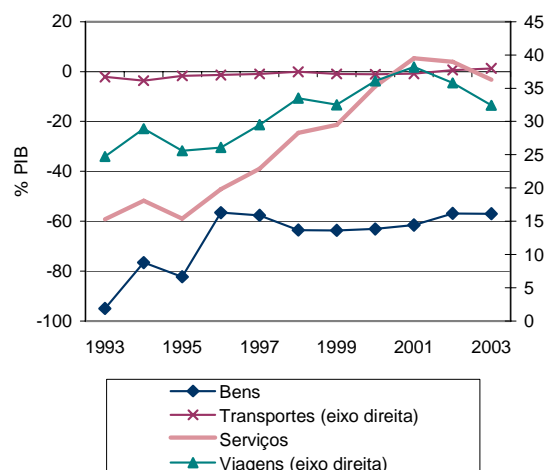
importância para as exportações com conteúdos com níveis de tecnologia mais elevados.

Segundo os dados da Balança de Pagamentos, as “**exportações de serviços**” cresceram, em termos nominais, 11,7% em 2004, recuperando da desaceleração ocorrida no ano anterior (5,1%, e as exportações cresceram em termos médios anuais 9,0% de 2001 a 2004 face a 14% entre 1996 e 2000). Saliente-se o crescimento acima da média das exportações da maioria das rubricas, verificando-se os crescimentos mais elevados para as “exportações de seguros” e “exportações de serviços financeiros” (32,9% e 32,6%, respectivamente) e o menor para as “exportações de direitos de utilização” (3,2%).

Em termos de contribuição para o saldo da balança corrente, saliente-se o aumento do contributo da “balança de serviços” a partir, especialmente, de 2000, atingindo 36,3% do PIB em 2003 face a uma contribuição de -57,0% do PIB para a “balança de bens”.

Gráfico 3

CONTRIBUTO PARA O SALDO DA BALANÇA CORRENTE



Fonte: CHELEM (versão Dezembro 2005).

Apesar da quase estagnação da actividade económica nos últimos três anos, o aprofundamento da abertura ao exterior intensificou-se, como o comprova o andamento de diversos indicadores.

Os indicadores “grau de abertura da economia ao exterior” e “coeficiente de penetração das

Quadro 13

EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS EXCLUINDO VIAGENS E TURISMO

	Milhões de euros			Taxas de variação anual (%)				
	2004	1996-2000	2001-2004	2000	2001	2002	2003	2004
Balança de serviços excluindo viagens e turismo	5657	14,0	9,0	9,1	6,6	10,2	5,1	11,7
Transportes	2323	9,5	9,5	15,6	11,5	9,7	9,0	9,8
Marítimos	258	3,7	10,7	19,6	-6,1	17,2	8,2	7,0
Aéreos	1372	8,9	4,7	13,3	11,9	1,5	4,6	8,1
Rodoviários	673	16,4	23,4	25,1	24,0	34,4	22,2	14,5
Outros	20	22,0	-4,5	-9,2	-6,3	-4,8	-23,6	20,0
Serviços de comunicação	389	-3,5	20,1	10,2	19,7	18,0	20,0	22,2
Serviços de construção	349	-5,9	17,6	-1,0	31,1	1,4	25,8	27,4
Seguros	110	11,7	18,0	-1,7	4,7	17,8	4,9	32,9
Serviços financeiros	188	9,5	16,4	7,6	-54,5	34,1	-11,3	32,6
Serviços de informação e informática	117	27,1	19,8	19,6	-17,9	20,7	17,7	21,2
Direitos de utilização	33	19,5	5,0	34,2	-9,7	8,2	3,5	3,2
Outros serviços fornecidos por empresas	1838	30,6	5,1	0,3	9,5	12,2	-2,0	5,6
Serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa	156	20,0	-0,3	43,9	6,2	-22,2	-3,0	31,1
Operações governamentais	156	22,9	2,8	21,7	9,0	1,8	0,1	6,8
<i>Por memória</i>								
<i>viagens e turismo</i>	6307	11,6	1,0	15,4	7,1	-0,5	-4,0	7,8

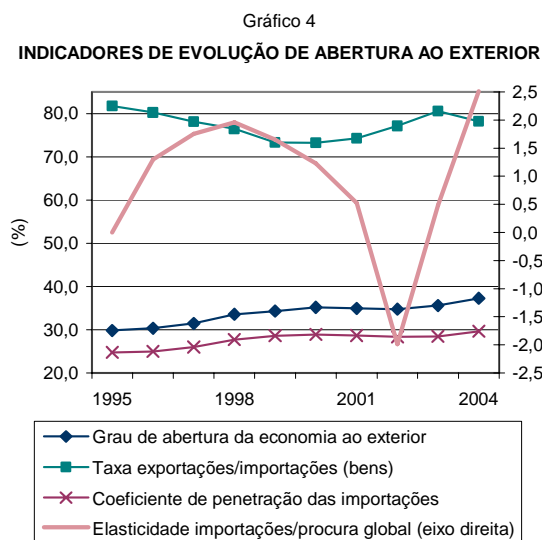
Fonte: DPP com base na informação do BP - Balança de Pagamentos.

importações” apresentaram uma trajectória ascendente entre 1995 e 2004. O rácio das “exportações de bens/importações de bens”, embora com oscilações, manteve-se acima dos 73%, atingindo o seu máximo em 1995 (81,7%) e 78,2% em 2004. As importações, apresentaram uma elasticidade muito significativa relativamente à

procura global (em 2004, por cada unidade de procura global as importações aumentaram 2,5 unidades, sendo este dos valores mais elevados observados neste período).

Em 2004, as importações voltaram a crescer, em termos reais, a um ritmo significativo (6,8%), nomeadamente, as “importações de bens” (7,2%) comparativamente às “importações de serviços” (3,9%). Neste âmbito, é de destacar que, entre 1993 e 2003, mais de metade das importações de bens apresentavam um elevado conteúdo em tecnologia (15,7% para os produtos de alta tecnologia e 39,4% para os produtos de média alta tecnologia).

A crescente internacionalização da economia portuguesa, materializada na evolução das exportações e das importações, foi condicionada, naturalmente, pela evolução do preço da moeda, verificando-se uma apreciação do euro face ao dólar americano de 9,9%, bem como pelo crescimento do comércio internacional⁶. A posição de mercado,



Fonte: DPP com base nas Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (base 2000) do INE (Março 2006)

⁶ Segundo dados calculados pelo DPP com base no CHELEM (versão Dezembro 2005), o comércio mundial teve, em termos nominais, uma variação homóloga de 17,7% em 2003, e em termos médios anuais de 10,5%

Quadro 14
INDICADORES DE EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de Variação (a preços de 2000)	5,2	9,8	14,2	8,6	5,3	0,9	-0,7	-0,4	6,8
Bens	6,1	10,6	14,4	9,4	5,2	1,2	-0,4	0,4	7,2
Serviços	-0,1	5,3	13	3,6	5,8	-1	-2,7	-6	3,9
F.I.R. (VH)							-3,6	-1,7	9,8
Importações de Bens Intracomunitárias (UE25)							0,2	-2,2	7,9
Importações de Bens extracomunitárias (UE25)					28,6	0,7	-16,4	0,4	17,4
Por Grupos de Produtos									
Agro-alimentares				8,2	3,4	10,2	-1,2	0,2	5,6
Energéticos				38,1	72,4	-4	-6,8	6,1	19,4
Máquinas				7,8	11,1	3,5	-4,5	-4,3	8,4
Material de Transporte				17,7	9,4	-9,8	-7,9	-9,0	16,7
Por Grandes Categorias Económicas									
Bens de Consumo				12,9	6,5	7,5	2,2	0,4	4,0
Bens de Equipamento				12,1	9,8	-0,8	-7,2	-3,2	12,9
Combustíveis				38,2	72,4	-4,6	-4,4	3,4	19,6
Bens Intermédios				-0,8	13,0	4,6	-3,3	-3,5	8,5
Por Níveis de Intensidade Tecnológica									
Alta Tecnologia	13,1	13,7	14,8	16,2	16,5	17,7	17,8	18,5	n.d.
Média Alta Tecnologia	41,3	40,3	41,0	40,8	39,5	37,8	36,8	35,9	n.d.
Média Baixa Tecnologia	16,2	16,6	15,9	15,8	17,2	16,9	17,4	17,1	n.d.
Baixa Tecnologia	29,4	29,4	28,3	27,3	26,8	27,6	28,0	28,5	n.d.

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais e Contas Nacionais Anuais (base 2000) (versão Março 2006) e Estatísticas do Comércio Internacional (FIR); CEPII - CHELEM

entre 1993 e 2003, manteve-se em torno de -0,2% em Portugal e para a UE25 apresentou oscilações mais significativas, sendo em média de 1,5%, neste período.

3. CONTAS EXTERNAS

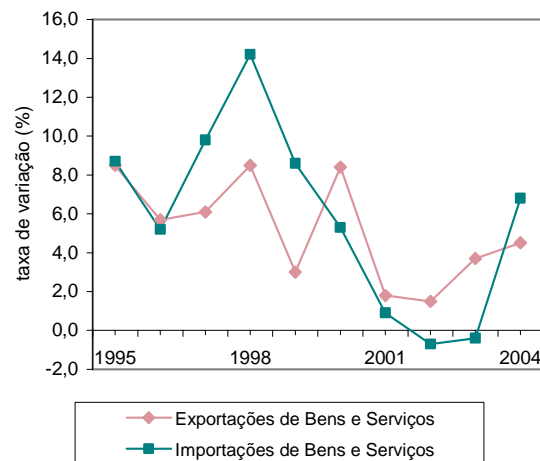
Em 2004 Portugal apresentou uma deterioração das Contas Externas, interrompendo a tendência de desagravamento que se vinha verificando desde 1999. O aumento do défice comercial deveu-se ao forte crescimento das importações (6,8%), superior ao das exportações (4,5%), registando estas uma perda de quota no mercado internacional. Por seu lado, o aumento da taxa de penetração das importações no mercado interno reflectiu esse crescimento significativo das importações.

A evolução das importações também foi ainda consequência da importante alteração de sinal positivo das expectativas dos agentes privados em termos de rendimento permanente e de capacidade

entre 2001 e 2003 e de 7,1% entre 1993 e 2003 (4,4% de 1995 a 2000).

Gráfico 5

COMÉRCIO INTERNACIONAL

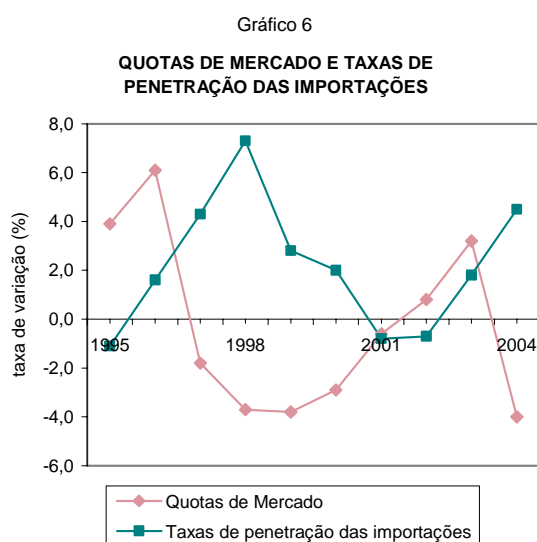


Fonte: Eurostat

de financiamento, que se registou na economia portuguesa a partir da adesão de Portugal ao euro. Tanto as empresas como as famílias aumentaram as suas despesas através de um recurso crescente ao endividamento. Saliente-se que entre 1999 e 2004 o endividamento do sector das famílias e do

sector das empresas não-financeiras mais que duplicou em percentagem do PIB.

A trajetória de aumento da taxa de penetração das importações e de perdas de quota de mercado das exportações portuguesas, tal como noutros países da área do euro, resultaram em parte, dos fenómenos de globalização e de apreciação do euro. No entanto no caso de Portugal outra das explicações é a deterioração da competitividade que a economia portuguesa tem sofrido nos últimos anos. Desde final da década de 90 que não se operaram significativas alterações estruturais no que diz respeito à dotação dos factores produtivos na economia, nomeadamente no que diz respeito aos baixos níveis de capital humano.



Fonte: Eurostat

A adesão à União Económica e Monetária enfatizou em Portugal o estreitamento das opções de política na resposta a choques exógenos, ao mesmo tempo que a economia se confrontava com uma apreciação da taxa de câmbio real, evolução pouco consentânea com as condições competitivas das empresas a operar em Portugal, conduzindo a um agravamento da redução das quotas de mercado. As perdas de quota de mercado que se têm verificado nas exportações portuguesas devem-se em parte à estrutura das actividades que estão orientadas para o mercado externo, onde os bens ditos tradicionais intensivos em mão-de-obra pouco qualificada e com um reduzido conteúdo

tecnológico, como os têxteis, o vestuário e o calçado, continuaram a manter um elevado peso.

De facto, a partir de 2000, a insuficiente transformação estrutural conjugada com a alteração de regime económico e com a intensificação da concorrência no comércio internacional, deixou o país mais vulnerável à competição com economias com muito baixos custos.

A menor capacidade de atracção de investimento estrangeiro, enquanto foco dinamizador de actividades orientadas para o comércio externo, prejudicou também o desempenho das exportações. Recorde-se que após a recessão de 1993, particularmente a partir de 1995, as vendas ao exterior beneficiaram do significativo impulso proporcionado pelo projecto de investimento estrangeiro mais importante da última década, o projecto Auto-Europa. No entanto, em 2004 o crescimento do montante de investimento directo estrangeiro em Portugal foi inferior ao do ano anterior em 10,5 pontos percentuais.

Em 2004 as exportações de bens e serviços apresentaram um crescimento um pouco superior ao de 2003 (0,8 p.p.), devido exclusivamente ao forte crescimento das exportações de serviços (4,8%), uma vez que as exportações de bens reduziram o seu crescimento em relação a 2003 (5,7% em 2003 para 4,5% em 2004).

As exportações portuguesas continuaram muito especializadas em produtos ditos tradicionais, como os têxteis, vestuário e calçado, que em 2003 ainda detinham um peso de 21,6% no total. Desde 2002 que as exportações deste tipo de produtos apresentam um comportamento desfavorável, tendo atingido em 2004 uma redução de 2,8%. Estes bens têm sofrido concorrência acrescida de países que exportam os mesmo tipo de bens a preços muito inferiores.

Ao nível dos outros produtos que também detêm um peso importante nas exportações portuguesas, "Máquinas e equipamentos e Equipamento eléctrico e de óptica" e "Material de Transporte", o crescimento das exportações também foi em ambos os casos inferior ao verificado em 2003. Desses dois grupos de bens salientem-se o "Equipamento

eléctrico e de óptica” e os “Veículos Automóveis, Reboques e semi-reboques” onde se verificou uma desaceleração da taxa de crescimento de, respectivamente, 17,1 e 2,5 pontos percentuais.

Em 2004 as importações de bens e serviços cresceram 6,8% em termos reais, após a redução verificada no ano anterior de 0,4%. Para esse crescimento contribuíram as importações de bens, mas sobretudo as importações de serviços que passaram de uma redução de 6% em 2003 para um crescimento de 3,9% nesse ano.

O elevado crescimento das importações em 2004 foi extensivo à generalidade dos produtos. No que se refere às compras ao exterior de “Máquinas e equipamentos e Equipamento eléctrico e de óptica” e de “Produtos Químicos, Fibras Sintéticas ou Artificiais e Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas” a aceleração do crescimento foi significativa, passando em 2004 para 10,7% e 7,1%, face a 6,2% e 1,4% no ano anterior, respectivamente.

Ao nível das importações de “Material de Transporte” observou-se uma inversão da tendência de diminuição verificada desde 2001, sobretudo no que se refere aos “Veículos Automóveis, Reboques e semi-reboques” que registaram um crescimento muito significativo em 2004 (10,4%) face à redução de 12,4% verificada no ano anterior. Quanto às compras ao exterior de “Vestuário”, a taxa de crescimento manteve-se elevada (18,7%) tal como se tem verificado nos anos anteriores.

Em 2004 as razões de troca deterioraram-se. Os preços de exportação de mercadorias aumentaram 1,4% e os preços de importação cresceram 2,3%, o que resultou numa perda de razões de troca de 0,9%, em 2004.

Dos quatro países com maior representatividade nas exportações portuguesas de mercadorias, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, foram os dois últimos que apresentaram em 2004 uma redução do seu peso em relação ao ano anterior. A concorrência por parte de novos Estados-membros da União Europeia, particularmente da Europa central e de leste no caso das exportações portuguesas com destino ao mercado alemão, e de

diversos países asiáticos em desenvolvimento no caso das direccionadas ao Reino Unido, poderá ser a explicação para essa alteração. Pelo contrário, a Espanha e a França reforçaram a sua importância como economias de destino das exportações portuguesas, aumentando o seu peso em relação a 2003, em 1,7 e 0,6 pontos percentuais respectivamente. Em 2004 a Espanha representou 25,5% do total exportado, continuando a ser a economia com maior importância em termos de mercado de exportação.

Quadro 15

PESO DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS

	2003	2004	(%) Diferencial em p.p.
Espanha	23,8	25,5	1,7
França	13,2	13,8	0,6
Alemanha	14,8	13,4	-1,4
Reino Unido	10,3	9,5	-0,8
Total dos países	62,0	62,2	0,1

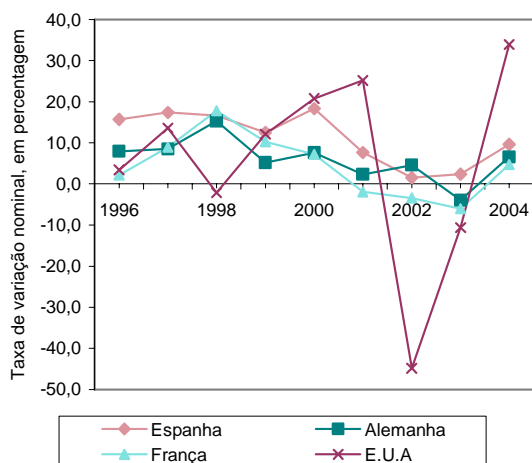
Fonte: INE

Apesar do peso relativo desses quatro países de destino, tomados em conjunto, ter permanecido praticamente inalterado, Espanha, Alemanha, França e Itália, apresentaram em 2004 fortes crescimentos. No caso de França e de Itália os crescimentos das mercadorias importadas neste ano (4,7% e 3,2%) contrariaram as evoluções negativas que se vinham verificando desde 2001. As importações da economia Alemã também apresentaram uma evolução positiva em relação ao ano anterior, passando de uma diminuição de 3,9% para um crescimento de 6,5% em 2004. No que se refere ao mercado espanhol, que continuou a ser o mercado com maior importância em termos de mercadorias importadas, o crescimento também foi significativo (9,6%) aumentando em relação ao ano anterior 7,2 pontos percentuais.

Saliente-se também o facto de que a significativa apreciação do euro propiciou o aumento das compras aos mercados extra-comunitários. Destaque-se, em 2004, o forte crescimento das importações dos EUA que passaram de uma redução de 10,6% no ano anterior para um crescimento de 34%.

Gráfico 7

IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS POR PAÍSES DE ORIGEM



Fonte: INE

Em 2004 observou-se um agravamento face ao ano anterior do défice conjunto da balança corrente e de capital, equivalente a -5,8% do PIB.

O défice da balança corrente atingiu nesse ano 7,3% do PIB, contrariando a evolução de redução do seu peso que se vinha verificando desde o ano 2000.

O défice externo português deteriorou-se nesse ano sobretudo devido ao agravamento da balança de mercadorias (-10,5% do PIB), cujo diferencial face ao ano anterior foi de 1,4 pontos percentuais.

A balança de serviços continuou a apresentar-se excedentária, representando 2,9% do PIB, tendo aumentado face ao ano anterior 0,3 pontos percentuais do PIB. A sua evolução positiva deveu-se principalmente aos bons resultados da balança de viagens e turismo, que passou de 2,6% para 2,9% do PIB.

No que diz respeito à balança de rendimentos, o seu défice agravou-se em 2004 face ao ano anterior, interrompendo a tendência de desagravamento verificada desde 2001.

A balança de transferências correntes prosseguiu, em 2004, a tendência de diminuição verificada nestes últimos anos, passando de 3,2% do PIB em 1999 para 2% do PIB. As transferências correntes privadas também continuaram o processo de redução iniciado em 2000, atingindo neste ano 1,6% do PIB.

O saldo da balança de capital, registou uma redução em 0,4 pontos percentuais do PIB face a 2003, interrompendo a evolução positiva observada desde 2001.

O saldo da balança financeira em 2004, apresentou um aumento face ao ano anterior (1,9 p.p.), representando 6,4% do PIB, contrariando a tendência de diminuição verificada desde 2000.

Quadro 16

BALANÇA CORRENTE E BALANÇA DE CAPITAL

	Saldos em % do PIB					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Balança corrente	-8,6	-10,4	-10,1	-7,8	-5,9	-7,3
Mercadorias	-11,9	-12,9	-12,3	-10,3	-9,1	-10,5
Serviços	1,6	1,8	2,2	2,5	2,6	2,9
dos quais:						
Viagens e Turismo	2,5	2,7	2,9	2,8	2,7	2,9
Rendimentos	-1,5	-2,2	-2,9	-2,1	-1,5	-1,7
Transferências correntes	3,2	3,0	2,9	2,2	2,1	2,0
das quais:						
Privadas	2,7	2,9	2,8	2,0	1,7	1,6
Balança de capital	2,0	1,4	0,9	1,5	1,9	1,6
<i>Por memória:</i>						
Balança corrente + balança de capital	-6,5	-9,0	-9,2	-6,3	-4,0	-5,8

Fonte: BP; INE

Quadro 17
BALANÇA FINANCEIRA

	Em % do PIB					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Balança Financeira	7,4	9,0	8,5	5,7	4,5	6,4
Investimento Directo	-1,7	-1,3	0,0	1,5	0,4	-3,2
de Portugal no exterior	-2,6	-7,2	-5,4	0,1	-5,2	-4,5
do exterior em Portugal	1,0	5,9	5,4	1,4	5,5	1,3
Investimento de Carteira	3,0	-1,7	2,4	2,3	-3,7	0,3
Activos	-5,3	-4,1	-6,8	-5,6	-13,8	-7,8
Passivos	8,3	2,4	9,2	7,9	10,1	8,1
Outro Investimento	6,2	12,1	6,6	2,7	3,6	8,2
Activos	0,1	-9,6	-6,3	-5,6	-5,9	0,2
Passivos	6,0	21,7	12,9	8,3	9,5	8,0
Derivados financeiros	0,2	0,3	0,3	0,0	0,0	-0,1
Activos de reserva	-0,3	-0,3	-0,7	-0,8	4,2	1,1
Erros e omissões	-0,9	0,0	0,7	0,6	-0,5	-0,7

Fonte: BP; INE

Ao nível do investimento directo manteve-se a tendência de redução do seu peso no PIB, verificada desde 2001. O investimento directo do exterior em Portugal registou, em relação ao ano anterior, uma diminuição significativa, de 4,2 pontos percentuais do PIB. Em relação ao investimento directo de Portugal no exterior, em 2004, verificou-se um desagramento de 0,7 pontos percentuais do PIB.

O investimento de carteira registou uma evolução positiva atingindo 0,3% do PIB. Esta evolução deveu-se sobretudo ao significativo desagramento dos Activos em 6 pontos percentuais do PIB.

No que diz respeito ao Outro investimento a tendência de aumento verificada desde 2002 manteve-se, registando um forte aumento face ao ano anterior em 4,6 pontos percentuais do PIB. Este aumento deveu-se essencialmente à evolução positiva dos Activos que passaram a representar 0,2% do PIB.

Os Derivados Financeiros que têm diminuído o seu peso face ao PIB desde 2000, atingiram em 2004 o valor negativo de -0,1% do PIB.

Os Activos de Reserva diminuíram face ao ano anterior em 3,1 pontos percentuais do PIB.

4. AGREGADOS MONETÁRIOS E DE CRÉDITO E MERCADO DE CAPITAIS

O crédito às administrações públicas apresentou, em 2004, um aumento de 7,1% face ao ano anterior, devido ao aumento significativo do crédito à administração central (9,2%).

O crédito interno do sector privado apresentou um aumento face ao ano anterior de 2,8 pontos percentuais. Essa evolução deveu-se fundamentalmente ao aumento do crédito às instituições financeiras não monetárias, que registaram um diferencial de crescimento face ao ano anterior de +15 pontos percentuais. O crédito a particulares também aumentou 6,9%, enquanto que o crédito a sociedades não financeiras registou uma desaceleração no crescimento de 2,6%.

Ao nível do mercado de capitais saliente-se que:

- a EURIBOR a 3 meses registou o crescimento mais baixo dos últimos cinco anos: 2,1%;
- no mercado obrigacionista, desde 2000 que as taxas de rendibilidade a longo prazo das obrigações do Tesouro têm apresentado sucessivas diminuições, atingindo em 2004 o crescimento mais baixo destes últimos anos: 4,1%;

Quadro 18
AGREGADOS MONETÁRIOS E DE CRÉDITO
Saldos em fim de período

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	(10 ⁶ euros)					
Crédito às Administrações Públicas	8764	8496	9082	8069	7923	8489
Crédito à Administração Central	6456	6028	5906	4433	3988	4355
Crédito às Administrações Públicas excepto Administração Central	2308	2469	3175	3635	3935	4133
Crédito interno (excepto Administrações Públicas)	129577	160783	179401	191038	194228	202973
Particulares (incluindo emigrantes)	56859	68921	76063	83363	84675	90539
Sociedades não financeiras	56500	70667	80085	86352	90865	93262
Instituições financeiras não monetárias	16217	21194	23253	21324	18688	19172
Outros intermediários financeiros e auxiliares financeiros	15575	20450	22748	20857	18351	18787
Sociedades de seguros e fundos de pensões	642	744	505	467	337	385

Fonte: BP

- no mercado de acções, o índice PSI Geral apresentou uma evolução positiva, crescendo 27,5%, (34,5 pontos percentuais acima do verificado em 2003).

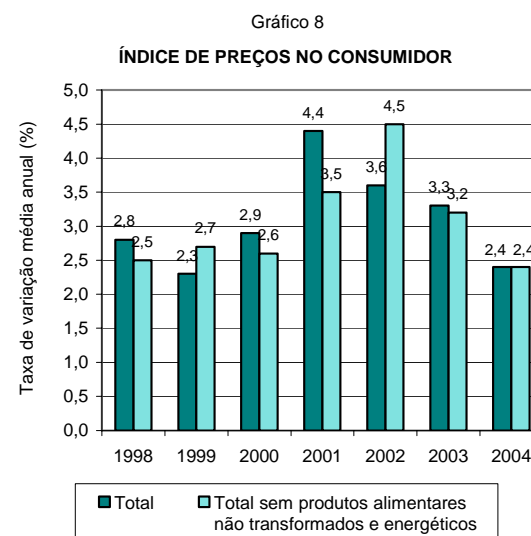
bens alimentares não transformados estabelecendo-se em 0% (2,6% em 2003) e dos bens industriais energéticos em 5,4% (4,9% em 2003), cujas

5. ESTABILIDADE MACROECONÓMICA

Preços e Rendimentos

A inflação, medida pelo índice de preços no consumidor (IPC), situou-se em 2,4% em 2004 (3,3% em 2003), prosseguindo a tendência de redução observada em 2003. Excluindo as componentes mais voláteis, o IPC sem produtos alimentares não transformados e energéticos aumentou igualmente 2,4% (3,2% em 2003).

A taxa de variação média anual dos preços dos bens situou-se em 1,6% (2,7% em 2003) com comportamentos diferenciados nas suas componentes. Destaca-se a evolução do preço dos



Fonte: INE; BP

Quadro 19
ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR
Taxa de variação média anual

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	2,8	2,3	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4
Total sem produtos alimentares não transformados e energéticos	2,5	2,7	2,6	3,5	4,5	3,2	2,4
Bens	1,9	1,7	2,2	4,2	2,4	2,7	1,6
Serviços	4,9	3,0	4,2	4,8	6,0	4,5	3,8

Nota: Até 2002, IPC base 1997. A partir de 2003, IPC base 2002.

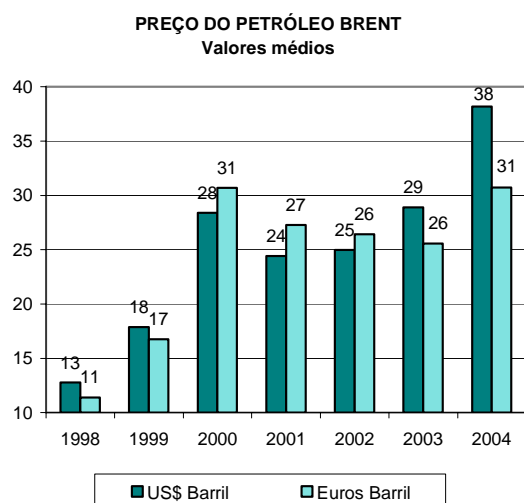
Fonte: INE; BP

evoluções se compensaram no conjunto do ano. Os preços dos serviços mantiveram um crescimento significativo de 3,8% (4,5% em 2003), para o que contribuiu a realização do Campeonato Europeu de Futebol que afectou especialmente os preços dos serviços de alojamento.

A subida dos preços do petróleo e de outras matérias-primas não energéticas exerceu uma pressão sobre os preços contrariada pelo fortalecimento da taxa de câmbio do euro, por um crescimento moderado da procura interna e pela estabilização dos preços dos produtos alimentares não transformados.

Os preços do petróleo registaram um forte aumento, apresentando-se o preço do barril de petróleo Brent em euros 20,2% acima do valor médio registado em 2003, influenciado designadamente pela forte procura a nível mundial e por razões de segurança no seu fornecimento. O preço das matérias-primas não petrolíferas nos mercados internacionais em euros aumentou 7,3% em 2004, destacando-se o forte crescimento do preço dos metais. O índice de taxa de câmbio efectiva nominal do euro apresentou em 2004 uma valorização de 4%, mantendo a tendência de apreciação observada desde 2001.

Gráfico 9



Fonte: OPEC, BCE, DPP

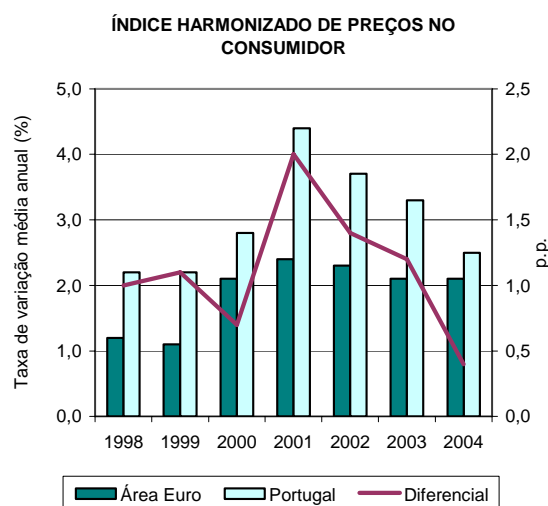
Ao nível das condições internas da economia portuguesa, a procura interna observou um crescimento moderado de 2,2% em 2004, após a

evolução negativa registada no ano anterior, não criando pressões inflacionistas. Num contexto de evolução menos favorável do mercado de trabalho com a taxa de desemprego a atingir 6,7%, os aumentos salariais apresentaram-se moderados embora em aceleração real face ao ano anterior.

A variação média intertabelas anualizada para o total dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva (IRC) assumiu o valor de 2,9% em termos nominais e de 0,5% em termos reais em 2004 (2,9% e -0,4%, respectivamente, em 2003). Os aumentos reais anualizados das convenções consideradas oscilaram entre 0,5% na “indústria transformadora” e “comércio” e 0,8% nos “serviços prestados à colectividade, serviços sociais e pessoais”. Por sua vez, a variação da remuneração nominal na indústria por trabalhador manteve-se em 2,9% em 2004.

Dada a evolução positiva da produtividade global da economia, o custo de trabalho por unidade produzida (CTUP) registou um aumento nominal médio inferior a 2003, mas acima do custo observado na área do euro.

Gráfico 10



Fonte: Eurostat

Em termos médios anuais, o diferencial de inflação de Portugal face à área do euro medido pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) reduziu-se para 0,4 p.p. (1,2 p.p. em 2003), mantendo a trajectória de diminuição após o

Quadro 20
ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR
 Taxa de variação média anual (%)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Portugal							
Total	2,2	2,2	2,8	4,4	3,7	3,3	2,5
Bens	1,7	1,7	2,2	4,2	2,4	2,4	1,6
Serviços	3,6	3,3	4,0	4,7	5,9	4,6	3,9
Área do Euro							
Total	1,2	1,1	2,1	2,4	2,3	2,1	2,1
Bens	0,7	0,9	2,5	2,3	1,7	1,8	1,8
Serviços	2,0	1,6	1,5	2,5	3,1	2,5	2,6

Fonte: Eurostat

diferencial elevado observado em 2001 (2 p.p.). Esta redução do diferencial deveu-se à descida da taxa de variação do IHPC de Portugal de 3,3% para 2,5%, já que a taxa de variação do IHPC na área euro se manteve em 2,1%.

No que respeita às classes do IHPC, a redução verificou-se quer ao nível dos bens como dos serviços, embora a taxa de variação do IHPC na área dos serviços se mantenha em Portugal a um nível significativamente superior ao observado na área do euro (3,9% contra 2,6%), o que se explica designadamente pelos custos salariais superiores.

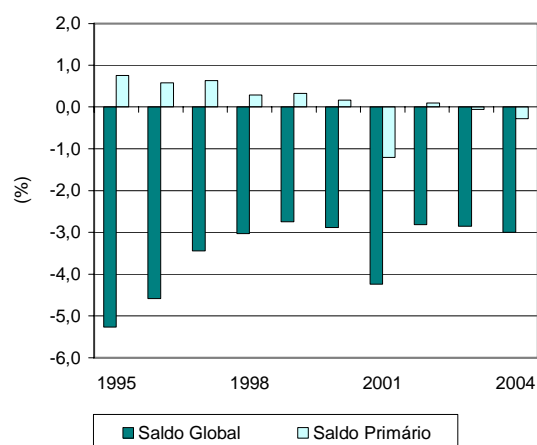
Finanças Públicas⁷

Em 2004, verificou-se um ligeiro agravamento do défice das contas públicas. O saldo global das Administrações Públicas (APs), na óptica da Contabilidade Nacional, atingiu € -4228,6 milhões, representando -3,0% do PIB (contra -2,9% do PIB em 2003) e a dívida bruta das Aps atingiu € 83757,1 milhões, ou seja, 59,4% do PIB (57,7% do PIB em 2003).

Após Portugal ter incorrido em situação de défice excessivo em 2001 (o saldo global atingiu -4,2% do PIB, ultrapassando o limite máximo de -3,0% do PIB), o Governo a par de medidas de carácter estrutural adoptou, simultaneamente, um conjunto

de medidas temporárias de forma a corrigir o défice excessivo. Os efeitos directos das medidas temporárias adoptadas em 2004 no valor de € 3052 milhões, corresponderam a 2,2% do PIB, tendo sido registados como receitas de capital extraordinárias. Assim, o saldo global das APs excluindo os efeitos directos das medidas temporárias atingiu 5,2% do PIB.

Gráfico 11
SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
 Em % do PIB



Fonte: INE; MFAP

Estas medidas temporárias consistiram, no ano em análise, em transferências de fundos de pensões de empresas de capitais públicos para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), designadamente: Caixa Geral de Depósitos (€ 2054 milhões), Navegação Aérea de Portugal (€ 236 milhões), Aeroportos de Portugal

⁷ Contas das Administrações Públicas e PIB de acordo com os valores do Procedimento dos Défices Excessivos de Agosto de 2005.

Quadro 21
CONTAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS⁽¹⁾

SEC95	2003	2004	2003	2004	2003	2004	
	Milhões de euros		Taxa de variação (%)		Em % do PIB		
Receitas Correntes	55102,5	56245,3	2,7	2,1	40,6	39,9	
Impostos s/ Produção e Importação	D2	20402,2	20344,5	6,1	-0,3	15,0	14,4
Impostos correntes s/ Rendimento e Património	D5	12041,5	12394,8	-4,2	2,9	8,9	8,8
Contribuições Sociais	D6.1	16749,7	17576,1	5,5	4,9	12,3	12,5
Vendas	P.11+P.12+P.13	3532,1	3200,0	7,3	-9,4	2,6	2,3
Outras Receitas Correntes	D39+D4R+D7R	2377,0	2729,8	-11,3	14,8	1,8	1,9
Despesas Correntes		56570,6	59367,7	4,8	4,9	41,7	42,1
Consumo Intermédio	P.2	4929,4	5447,9	-12,3	10,5	3,6	3,9
Despesas com pessoal	D.1	19697,1	20432,0	-1,1	3,7	14,5	14,5
Prestações Sociais	D62P+D6311P+ +D63121P+D63131	22678,1	24169,5	14,7	6,6	16,7	17,1
Juros	EDP D41	3807,6	3831,9	-2,2	0,6	2,8	2,7
Subsídios	D.3	2110,3	2160,8	5,3	2,4	1,6	1,5
Outras Despesas Correntes	D29P+D45P +D5P+D7P	3348,0	3325,7	20,8	-0,7	2,5	2,4
Poupança Bruta	B.8g	-1468,1	-3122,4	345,4	112,7	-1,1	-2,2
Receitas de Capital	D.9	3672,1	5119,7	57,0	39,4	2,7	3,6
Despesas de capital		6087,7	6225,9	5,5	2,3	4,5	4,4
FBCF	P51	4588,8	4397,0	-4,3	-4,2	3,4	3,1
Outras	D9+P52+P53+K2	1498,9	1828,8	53,4	22,0	1,1	1,3
Saldo Primário		-76,0	-396,7	-157,4	421,7	-0,1	-0,3
Saldo Global	EDP B9	-3883,6	-4228,6	3,2	8,9	-2,9	-3,0

(1) Procedimento dos Défices Excessivos de Agosto de 2005. Estimativas.

Fonte: INE; Ministério das Finanças e da Administração Pública

(€ 174 milhões) e Imprensa Nacional Casa da Moeda (€ 138 milhões)⁸.

As vendas líquidas de activos pelas APs, registadas com sinal negativo em despesas de capital, atingiram € 198 milhões em 2004 (€ 384 milhões em 2003), correspondendo a 0,1% do PIB (0,3% do PIB em 2003).

O saldo global e o saldo primário ajustados de efeitos cíclicos, de medidas temporárias e das receitas provenientes da venda de activos melhoraram, respectivamente, em 0,5 p.p. e 0,4 p.p. do PIB⁹, indicando um carácter ligeiramente restritivo da política orçamental em 2004.

Entre as medidas de carácter estrutural adoptadas em 2004 na Administração Pública destacam-se a

aprovação da operacionalização da reforma da Administração Pública, a aprovação da lei quadro dos institutos públicos, a alteração do estatuto da aposentação, a aprovação do estatuto do pessoal dirigente, a criação do sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública (SIADAP) e a aprovação do regime jurídico do contrato individual de trabalho na Administração Pública.

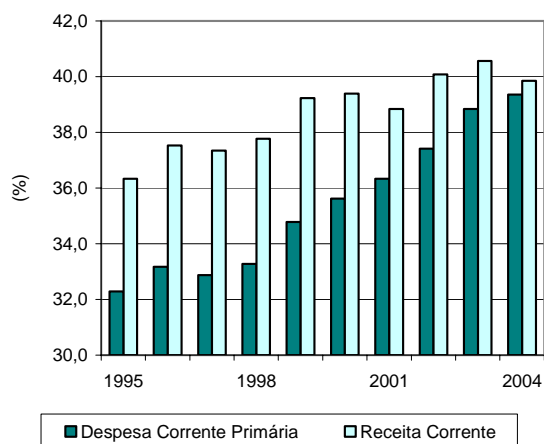
A despesa total das APs atingiu € 65593,6 milhões, observando um ritmo de crescimento apenas ligeiramente inferior ao do ano transacto (4,7%, contra 4,9% em 2003). Esta evolução reflecte a evolução das despesas correntes primárias (5,3%, contra 5,4% em 2003) e das despesas de capital (2,3%, contra 5,5% em 2003). As despesas correntes primárias continuaram deste modo a reforçar o seu peso no PIB (39,4%, contra 38,8% em 2003), o que se tem verificado de forma ininterrupta desde 1998.

⁸ As medidas temporárias em 2003 incluíram a cessão de créditos tributários, a transferência de fundos de pensões para a CGA e a regularização extraordinária de dívidas fiscais correspondendo a cerca de 2,5% do PIB.

⁹ Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 (Junho de 2005).

Gráfico 12

DESPESAS E RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
Em % do PIB

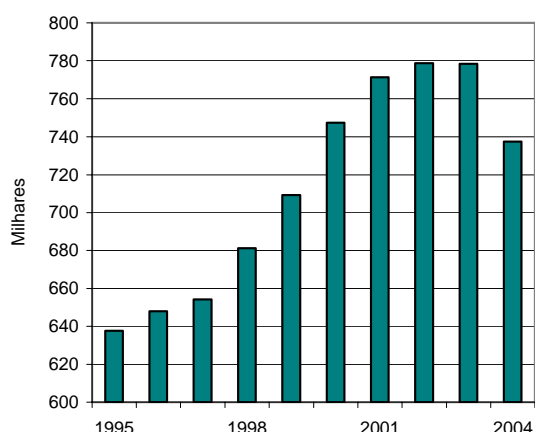


Fonte: INE; MFAP

O aumento das despesas correntes primárias continua a estar muito influenciado pelas prestações sociais (6,6%, contra 14,7% em 2003)¹⁰ reflectindo, sobretudo, o aumento da despesa com o pagamento de pensões e com a saúde. O consumo intermédio observou um crescimento assinalável (10,5%, contra -12,3% em 2003) e as despesas com pessoal um crescimento relativamente moderado (3,7%, contra -1,1% em 2003).

Gráfico 13

NÚMERO DE SUBSCRITORES DA CGA



Fonte: CGA

¹⁰ As prestações sociais em espécie observaram um forte aumento em 2003 devido à alteração da contabilização resultante da passagem de 31 hospitais públicos a sociedades anónimas (hospitais-empresa).

As despesas com pessoal reflectem, por um lado, a reduzida actualização da tabela salarial, tendo sido actualizadas em 2% apenas as remunerações de montante inferior a € 1024,09, e, por outro lado, a política restritiva de emprego público, com o número de subscritores da CGA a observar um decréscimo pelo segundo ano consecutivo (-5,3% em 2004 e -0,1% em 2003). Em sentido contrário, evoluiu o subsídio do Estado à CGA, o qual constitui também despesas com pessoal, com um crescimento de 22,2% (contra 8% em 2003).

As despesas de capital verificaram um crescimento inferior ao do ano transacto, tendo a formação bruta de capital fixo (FBCF) observado um decréscimo pelo terceiro ano consecutivo (-4,2% em 2004, contra -4,3% em 2003). As transferências de capital para outros sectores da economia observaram por sua vez uma aceleração em 2004 (5,8%, contra 4,4% em 2003).

A receita total das APs atingiu € 61365 milhões, apresentando uma taxa de crescimento inferior à do ano transacto (4,4%, contra 5,0% em 2003), em resultado do menor ritmo de crescimento verificado quer nas receitas correntes (2,1%, contra 2,7% em 2004) quer nas receitas de capital (39,4%, contra 57,0% em 2003).

Os impostos correntes sobre o rendimento e o património aumentaram 2,9% (contra -4,2% em 2003), mantendo o seu peso praticamente constante no PIB, não se tendo reflectido deste modo a redução da taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) através dos pagamentos por conta em 2004¹¹. Em 2004, beneficiando da actualização progressiva dos valores matriciais dos edifícios e terrenos no âmbito da reforma da tributação do património, as receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) evoluíram favoravelmente (9,8%)¹².

¹¹ O Orçamento do Estado para 2004 introduziu a descida da taxa do IRC de 30% para 25%. Note-se, adicionalmente, que em 2003 o IRC inclui receitas extraordinárias relativas à cessão de créditos fiscais e tributários para efeitos de titularização.

¹² Em 2003, foram aprovados os novos Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (CIMT) os quais substituíram, respectivamente, a Contribuição

Quadro 22
DÍVIDA BRUTA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS⁽¹⁾

	2002	2003	2004	2003	2004
	Milhões de euros			Variação (milhões de euros)	
Numerário e depósitos	10650,4	10795,8	10802,5	145,4	6,7
Títulos, excepto acções, excluindo derivados financeiros	58263,4	61271,3	65558,3	3007,9	4287,0
Curto prazo	286,1	3803,1	9583,8	3517,0	5780,7
Longo prazo	57977,3	57468,2	55974,5	-509,1	-1493,7
Empréstimos	6227,7	6253,9	7396,3	26,2	1142,4
Curto prazo	396,6	553,6	1466,3	157,0	912,7
Longo prazo	5831,1	5700,3	5930,0	-130,8	229,7
Total	75141,5	78321,0	83757,1	3179,5	5436,1
(Em % do PIB)	56,1	57,7	59,4	-	-

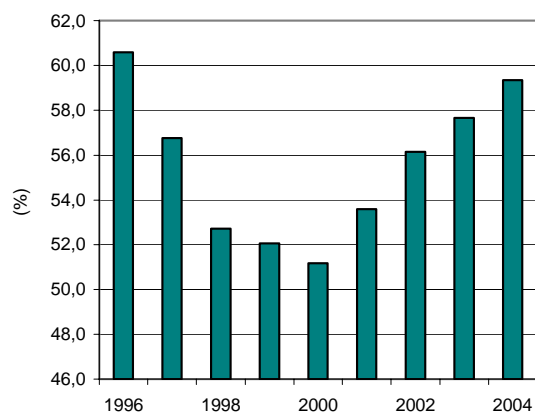
(1) Procedimento dos Défices Excessivos de Agosto de 2005. 2003 e 2004: estimativas.

Fonte: INE; MFAP

Os impostos sobre a produção e a importação observaram uma quebra de -0,3% (contra um crescimento de 6,1% em 2003). Por último, as contribuições sociais aumentaram 4,9% (contra 5,5% em 2003), reflectindo, como referido anteriormente, o aumento do subsídio do Estado à CGA.

Gráfico 14

DÍVIDA BRUTA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
Em % do PIB



Fonte: INE; MFAP

A variação da dívida bruta em 2004 (€ 5436,1 milhões), numa análise por categorias, concentrou-se em títulos de curto prazo, designadamente, Bilhetes do Tesouro. O stock da dívida bruta das APs atingiu € 83757,1 milhões, representando

Autárquica e a Sisa, procedendo à reforma da tributação do património a qual visou, designadamente, uma maior justiça fiscal e o combate à fraude e evasão fiscal.

59,4% do PIB (57,7% em 2003), e manteve a trajectória de agravamento observada desde 2001. Deste modo, este rácio aumentou face ao ano anterior, o que se deveu à deterioração do saldo primário, aos ajustamentos de sinal positivo às necessidades de financiamento (derivados, em particular, da regularização de dívidas de anos anteriores) e ao facto da taxa de juro implícita na dívida pública (5,3%) ter-se situado acima do crescimento nominal do PIB.

Quadro 23
OPERAÇÕES DE PRIVATIZAÇÃO

	2002	2003	2004
Receitas Totais			
Milhões de euros	260,4	43,0	785,9
Em % do PIB	0,2	0,0	0,6
Receitas do Estado			
Milhões de euros	406,3	43,0	658,2
Em % do PIB	0,3	0,0	0,5
Amortização da Dívida Pública (1)			
Milhões de euros	327,6	8,6	710,0
Em % do PIB	0,2	0,0	0,5
Em % do Stock da Dívida Pública	0,4	0,0	0,8

(1) Em 2004, o montante de amortização da dívida é superior à receita do Estado devido a operações de recomposição da carteira dentro das APs.

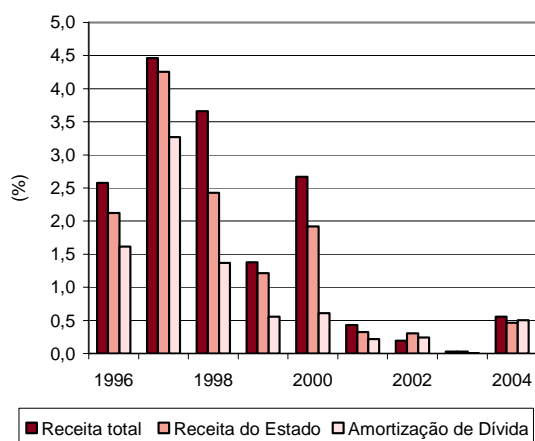
Fonte: MFAP

Em 2004, a receita total de privatizações alcançou € 785,9 milhões (0,6% do PIB), enquanto as receitas do Estado registaram € 658,2 milhões (0,5% do PIB). Foram aplicados € 710,0 milhões em

amortização da dívida, correspondendo a 0,5% do PIB e a 0,8% do stock da dívida pública, rácios superiores aos verificados em 2003.

Gráfico 15

OPERAÇÕES DE PRIVATIZAÇÃO Em % do PIB



Fonte: MFAP

As receitas das privatizações por sectores estiveram concentradas nos sectores da pasta de papel e da electricidade. Deste modo, realizou-se a 2ª fase de reprivatização da Portucel – Empresa Produtora de Pasta de Papel, por concurso público (€ 159,7 milhões), correspondendo a 24,3% do total das receitas. Foi ainda realizada a 5ª fase da reprivatização da EDP – Energias de Portugal, por venda directa (€ 498,5 milhões).

Quadro 24

RECEITAS DE PRIVATIZAÇÃO POR EMPRESAS

	2004	
	Milhões euros	Estrutura
Portucel – Emp. Prod. Pasta de Papel	159,7	24,3
EDP – Energias de Portugal	498,5	75,7
Total	658,2	100,0

Fonte: MFAP

ANEXOS

ANEXO 1

A1.1. DESAGREGAÇÃO SECTORIAL SEGUNDO O SEC 79

Designação	NCN
Produtos da agricultura e da caça	01
Produtos da silvicultura e exploração florestal	02
Produtos da pesca	03
Extracção e fabricação de derivados do carvão	04
Extracção e refinação do petróleo	05
Electricidade, gás e água	06
Extracção e transformação de minerais ferrosos e não ferrosos	07
Extracção e transformação de minerais metálicos e não metálicos	08
Fabricação de porcelana, faiança, grés fino e olaria de barro	09
Fabricação de vidro e de artigos de vidro	10
Fabricação de outros materiais de construção	11
Fabricação de produtos químicos	12
Fabricação de produtos metálicos	13
Fabricação de máquinas não eléctricas	14
Fabricação de máquinas e aparelhos, utensílios e outro material eléctrico	15
Construção de material de transporte	16
Abate e conservas de carne	17
Lacticínios	18
Conservação de peixe e de outros produtos da pesca	19
Óleos e gorduras alimentares	20
Fabricação de produtos de cereais e legumes	21
Fabricação de outros produtos alimentares	22
Indústria das bebidas	23
Indústria do tabaco	24
Indústria dos têxteis e do vestuário	25
Indústria dos curtumes e de artigos de couro e dos seus substitutos e de pele	26
Indústria do papel, artes gráficas e edição de publicações	27
Indústria da madeira e da cortiça	28
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	29
Outras indústrias transformadoras	30
Construção	31
Recuperação e reparação	32
Comércio por grosso e a retalho	33
Restaurantes e hotéis	34
Transportes terrestres e de navegação interna	35
Transportes marítimos, cabotagem e aéreos	36
Serviços anexos aos transportes	37
Comunicações	38
Serviços de bancos e de instituições financeiras	39
Serviços de seguros	40
Aluguer de casas de habitação	41
Serviços prestados principalmente às empresas	42
Serviços mercantis de educação e investigação	43
Serviços mercantis de saúde e veterinários	44
Outros serviços mercantis	45
Serviços não mercantis das administrações públicas	46
Serviços não mercantis de educação e de investigação	47
Serviços não mercantis de saúde e veterinários	48
Outros serviços não mercantis	49

A1.2. DESAGREGAÇÃO SECTORIAL SEGUNDO O SEC 95

Designação	A60
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	01
Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços associados	02
Pesca, aquacultura e actividades dos serviços relacionados	05
Extracção de hulha, linhite e turfa	10
Extracção de petróleo bruto, gás natural e actividades dos serviços relacionados excepto a prospecção	11
Extracção de minérios de urânio e de tório	12
Extracção e preparação de minérios metálicos	13
Outras indústrias extractivas	14
Indústrias alimentares e das bebidas	15
Indústria do tabaco	16
Fabricação de têxteis	17
Indústria do vestuário, preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo	18
Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem e de correio, seleiro e calçado	19
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria	20
Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	21
Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	22
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	23
Fabricação de produtos químicos	24
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	25
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	26
Indústrias metalúrgicas de base	27
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	28
Fabricação de máquinas e equipamento não especificado	29
Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação	30
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricas não especificados	31
Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, de televisão e de comunicação	32
Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria	33
Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	34
Fabricação de outro material de transporte	35
Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras não especificadas	36
Reciclagem	37
Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	40
Captação, tratamento e distribuição de água	41
Construção	45
Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho de combustíveis	50
Comércio por grosso e agentes do comércio, excepto de veículos automóveis e de motociclos	51
Comércio a retalho; reparação de bens pessoais e domésticos	52
Alojamento e Restauração	55
Transportes terrestres; transportes por oleodutos ou gasodutos	60
Transportes por água	61
Transportes aéreos	62
Actividades anexas e auxiliares dos transportes; actividades de viagem e turismo	63
Correios e telecomunicações	64
Intermediação Financeira excepto seguros e fundos de pensões	65
Seguros e fundos de pensões e outras actividades complementares de segurança social	66
Actividades auxiliares de intermediação financeira	67
Actividades imobiliárias	70
Alugueres de máquinas e equipamento sem pessoal e de bens pessoais e domésticos	71
Actividades informáticas e conexas	72
Investigação e Desenvolvimento	73
Outras actividades de serviços prestados às empresas	74

A1.3. DESAGREGAÇÃO SECTORIAL – CONTAS NACIONAIS

Designação	SEC 79 NCN 49	SEC 95 A60
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	01 a 03	01 a 05
Alimentares, bebidas e tabaco	17 a 24	15 a 16
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	25 a 26	17 a 19
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	27 e 30	20, 33 e 36
Pasta, papel, edição e impressão	28	21 a 22
Química, borracha e matérias plásticas	12 e 29	24 a 25
Outros produtos minerais não metálicos	8 a 11	26
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	7 e 13	27 a 28
Máquinas e equipamento	14 a 15	29 a 32
Equipamento de transporte	16	34 a 35
Energia (b)	4 a 6	(10 a 14) + 23 + (40 a 41)
Construção	31	45
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	32 a 34	37 + (50 a 55)
Transportes, armazenagem e comunicações	35 a 38	60 a 64
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	39 a 42	65 a 74
Serviços comunitários, sociais e pessoais	43 a 49	75 a 99
<i>Por memória:</i>		
Serviços (d)	32 a 49	37 + (50 a 99)
Indústria Transformadora	17 a 30	15 a 36 excepto 23

- a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do “mobiliário” e das “indústrias não especificadas” no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do “mobiliário” no ramo de actividade 27 (“madeira e cortiça”) de acordo com o SEC 79. No entanto, é objecto de correcção posterior o conteúdo das “indústrias não especificadas”, dado que no SEC 79 inclui a “fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria”, passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.
- b) Incluem-se as “indústrias extractivas”, “fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados”, “produção e distribuição de electricidade e gás” e a “captação, tratamento e distribuição de água”.
- c) Neste agrupamento estão incluídos a “reparação e reciclagem”, agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 (“reciclagem”) e 50 (“reparação”) de acordo com o SEC 95.
- d) Pelo descrito em (c) inclui a “reparação e reciclagem”.

A1.4. DESAGREGAÇÃO SECTORIAL – COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Designação	STAN OCDE ISIC Rev.3
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	01 a 05
Alimentares, bebidas e tabaco	15 a 16
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	17 a 19
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	20 + 36 + 37
Pasta, papel, edição e impressão	21 a 22
Química, borracha e matérias plásticas	24 a 25
Outros produtos minerais não metálicos	13 + 14+ 26
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	27 a 28
Máquinas e equipamento	29 a 33
Equipamento de transporte	34 a 35
Energia	(10 a 12) + 23 + (40 a 41)
Construção	45
Comércio, restaurantes e hotéis	50 a 55
Transportes, armazenagem e comunicações	60 a 64
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	65 a 74
Serviços comunitários, sociais e pessoais	75 a 99
<i>Por memória</i>	
Serviços	50 a 99
Indústria	13 a 37 excepto 23

Anexo 1– Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.5. DESAGREGAÇÃO SECTORIAL DA INDÚSTRIA POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

Designação OCDE – 2001	Nomenclatura e Designação - STAN OCDE ISIC Rev.3 (adaptada)	
Actividades de baixa tecnologia (15 a 16) + (17 a 19) + (20 + 36 + 37) + (21 a 22)	Produtos alimentares e bebidas	15
	Indústria do Tabaco	16
	Têxteis	17
	Indústria do vestuário, preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo	18
	Couro, Produtos do couro e Calçado	19
	Madeira, Produtos da Madeira e Cortiça	20
	Pasta, Papel, artigos de papel	21
	Edição e publicação	22
	Indústrias não especificadas	36
	Reciclagem	37
Actividades de média baixa tecnologia 23 + 25 + 26 + 27 + 28 + 351	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	23
	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	25
	Outros produtos minerais não metálicos	26
	Metalúrgica de base	27
	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	28
	Construção e reparação naval (inclui extractivas)	351 10 a 14
Actividades de média alta tecnologia 24 (menos 2423) + 29 + 31 + 34 + 352 + 359	Fabricação de produtos químicos excepto produtos farmacêuticos	24-2423
	Máquinas e equipamento não especificado	29
	Máquinas eléctricas não especificadas	31
	Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	34
	Fabricação e reparação de material circulante para caminhos de ferro	352 + 359
Actividades de alta tecnologia 2423 + 30 + 32 + 33 + 353	Fabricação de produtos farmacêuticos	2423
	Equipamento de escritório, contabilidade e de informática	30
	Equipamento de rádio, televisão e de comunicação	32
	Instrumentos de precisão, médicos e de óptica	33
	Aeronáutica e veículos espaciais	353

A1.6. DESIGNAÇÃO DOS SECTORES DE ACTIVIDADE DE ACORDO COM STAN – OCDE-ISIC REV.3

Total Actividade Económica	01 a 99
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	01 a 05
Agricultura, Silvicultura e Caça	01 + 02
Pesca	05
Extractivas	10 a 14
Extracção de produtos energéticos	10 a 12
Indústrias extractivas excepto extracção de produtos energéticos	13 + 14
Indústria transformadora	15 a 37
Produtos alimentares, bebidas e tabaco	15 + 16
Produtos alimentares e bebidas	15
Indústria do tabaco	16
Têxteis, Produtos têxteis, Couro e Calçado	17 a 19
Têxteis e Produtos têxteis	17 + 18
Têxteis	17
Indústria do vestuário, preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo	18
Couro, Produtos do couro e Calçado	19
Madeira, Produtos da Madeira e Cortiça	20
Pasta, Papel, artigos de papel, edição e publicação	21 + 2
Pasta, Papel, artigos de papel	21
Edição e publicação	22
Química, Borracha, Plásticos e Combustíveis	23 a 25
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	23
Fabricação de produtos químicos	24
Fabricação de produtos químicos excepto produtos farmacêuticos	24-2423
Fabricação de produtos farmacêuticos	2423
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	25
Outros produtos minerais não metálicos	26
Metalúrgica de base e fabricação de produtos metálicos	27 + 28
Metalúrgica de base	27
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	28
Máquinas e equipamento	29 a 33
Máquinas e equipamento não especificado	29
Equipamento óptico e eléctrico	30 a 33
Equipamento de escritório, contabilidade e de informática	30
Máquinas eléctricas não especificadas	31
Equipamento de rádio, televisão e de comunicação	32
Instrumentos de precisão, médicos e de óptica	33
Equipamento de transporte	34 + 35
Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	34
Fabricação de outro material de transporte	35
Construção e reparação naval	351
Aeronáutica e veículos espaciais	353
Fabricação e reparação de material circulante para caminhos de ferro	352 + 359
Indústrias não especificadas; Reciclagem	36 + 37
Indústrias não especificadas	36

Anexo 1– Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

Reciclagem	37
Fornecimento de Electricidade, Gás e Água	40 + 41
Construção	45
Comércio por Grosso e a Retalho; Alojamento e Restauração	50 a 55
Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação	50 a 52
Alojamento e Restauração	55
Transportes, Armazenagem e Comunicações	60 a 64
Transportes e armazenagem	60 a 63
Correios e telecomunicações	64
Actividades Financeiras, Seguros, Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas	65 a 74
Intermediação Financeira	65 a 67
Intermediação Financeira excepto seguros e fundos de pensões	65
Seguros e fundos de pensões e outras actividades complementares de segurança social	66
Actividades auxiliares de intermediação financeira	67
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	70 a 74
Actividades imobiliárias	70
Alugueres de máquinas e equipamento e outras actividades de serviços prestados às empresas	71 a 74
Alugueres de máquinas e equipamento	71
Actividades informáticas e conexas	72
Investigação e Desenvolvimento	73
Outras actividades de serviços prestados às empresas	74
Serviços comunitários, sociais e pessoais	75 a 99
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	75
Educação	80
Saúde e acção social	85
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	90 a 93
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	95
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	99

A1.7. MÉTODO DE CÁLCULO E DECOMPOSIÇÃO DOS CONTRIBUTOS SECTORIAIS PARA O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE

O cálculo do contributo de cada sector para o crescimento da produtividade permite a sua decomposição em três parcelas, segundo uma abordagem do tipo *shift-share*.

Se P , V e E representarem, respectivamente a produtividade, o VAB e o emprego da economia, temos:

$$P = \frac{V}{E} = \frac{\sum_i^n V_i}{E} = \sum_i^n \gamma_i P_i$$

onde:

$$P_i = \frac{V_i}{E_i} \quad \text{representa a produtividade do sector } i$$

V_i e E_i são, respectivamente, o VAB e o emprego do sector i

$$\gamma_i = \frac{E_i}{E} \quad \text{representa o peso do emprego sector } i \text{ no emprego total}$$

Se, no ano 0

$$P = \sum_i^n \gamma_i P_i$$

no ano 1 teremos

$$P + \Delta P = \sum_i^n (\gamma_i + \Delta \gamma_i)(P_i + \Delta P_i)$$

$$P + \Delta P = \sum_i^n (\gamma_i P_i) + \sum_i^n (\gamma_i \Delta P_i) + \sum_i^n (P_i \Delta \gamma_i) + \sum_i^n (\Delta P_i \Delta \gamma_i)$$

$$\Delta P = \sum_i^n (\gamma_i \Delta P_i) + \sum_i^n (P_i \Delta \gamma_i) + \sum_i^n (\Delta P_i \Delta \gamma_i)$$

rearranjando os termos

$$\Delta P = \sum_i^n [(P_i \Delta \gamma_i) + (\gamma_i \Delta P_i) + (\Delta \gamma_i \Delta P_i)]$$

nesse período, a taxa de crescimento da produtividade é

$$\frac{\Delta P}{P} = \sum_i^n \left[\left(\frac{P_i}{P} \Delta \gamma_i \right) + \left(\gamma_i \frac{\Delta P_i}{P} \right) + \left(\Delta \gamma_i \frac{\Delta P_i}{P} \right) \right]$$

A expressão entre os parêntesis rectos representa, para cada sector i , o seu contributo para o crescimento total da produtividade. Em cada contributo distinguem-se três parcelas:

$\frac{P_i}{P} \Delta \gamma_i$ a parte do contributo sectorial que resulta da variação do seu peso na estrutura do emprego, no texto referido como efeito estrutura

$\gamma_i \frac{\Delta P_i}{P}$ a parte do contributo sectorial que resulta da variação da produtividade sectorial face à produtividade total, no texto referido como efeito produtividade

$\Delta \gamma_i \frac{\Delta P_i}{P}$ este efeito residual, traduz a parcela do contributo sectorial que resulta da interacção dos factores atrás referidos

Os cálculos foram efectuados para variações anuais. A passagem para o crescimento médio anual num período fez-se por média dos contributos anuais. Este processo poderá conduzir a pequenas distorções que, contudo, se revelaram pouco significativas.

Os contributos sectoriais calculados são expressos em p.p. cujo somatório corresponde a à taxa média anual de variação da produtividade. Frequentemente, para maior facilidade de interpretação, são traduzidos em percentagem nessa taxa.

O cálculo dos contributos dos diversos países que constituem um agregado para o crescimento da produtividade desse agregado obedece à mesma metodologia.

A1.8. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DO VAB (PREÇOS DE 95)

Designação	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	6,3	20,7	3,4	-10,6	6,0	-1,4	9,1	8,1	3,1
Alimentares, bebidas e tabaco	9,0	-1,1	-0,4	3,0	2,7	3,3	-9,3	-1,1	7,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	7,4	11,8	7,5	2,6	0,1	3,8	3,8	4,8	7,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	3,7	12,3	-11,3	-13,5	-10,2	3,1	-7,4	0,3	6,5
Pasta, papel, edição e impressão	3,2	4,3	4,4	1,5	0,5	-1,0	-2,5	11,2	11,6
Química, borracha e matérias plásticas	-8,3	6,7	0,9	-1,0	2,4	6,3	-2,6	0,7	5,5
Outros produtos minerais não metálicos	9,5	2,5	10,1	7,0	1,8	-0,1	-1,3	2,3	6,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	13,2	6,3	4,7	-1,2	-1,1	-8,2	-11,8	5,1	8,2
Máquinas e equipamento	14,2	0,9	7,1	3,6	5,4	3,0	0,2	-9,3	-7,5
Equipamento de transporte	-7,6	14,6	11,1	3,5	-11,4	-26,4	-5,2	15,3	4,7
Energia (b)	1,3	14,5	-13,7	-5,9	20,6	1,1	5,4	12,4	-6,3
Construção	12,7	-0,3	7,1	4,7	1,9	0,7	-9,4	-5,6	2,3
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	-0,5	3,0	4,5	2,4	1,0	-2,7	-4,9	0,8	5,5
Transportes, armazenagem e comunicações	0,6	7,2	10,6	1,8	6,7	5,2	0,1	3,4	5,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	18,6	-10,6	6,0	4,8	5,6	0,5	-9,1	4,8	2,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	4,3	5,6	7,8	4,8	3,2	4,1	1,4	3,6	2,7
Total	4,9	4,2	4,8	1,9	2,3	0,4	-2,7	2,6	4,2
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	4,0	1,8	6,3	3,5	2,9	0,8	-2,9	2,7	3,9
Indústria Transformadora	5,0	6,4	3,2	1,1	-0,8	-0,3	-3,4	2,7	6,4

A1.8. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DO VAB (PREÇOS DE 95) (Continuação)

Designação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	8,5	-21,7	10,4	9,0	-4,0	5,5	-8,0	3,8	0,8
Alimentares, bebidas e tabaco	5,0	13,9	2,6	-7,2	-0,3	-3,9	1,3	1,7	-2,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	-4,1	8,3	7,3	2,1	0,8	-1,7	-4,3	-0,7	-1,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	3,6	2,9	3,6	6,9	2,1	-1,0	-5,4	0,8	2,2
Pasta, papel, edição e impressão	6,7	18,4	-6,5	4,4	17,4	-0,2	-2,6	3,7	0,9
Química, borracha e matérias plásticas	6,0	-7,9	19,6	-7,1	-11,2	-2,3	-4,8	-2,0	0,1
Outros produtos minerais não metálicos	7,4	1,4	1,3	10,3	3,6	0,7	3,6	2,5	6,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-2,7	2,5	15,0	11,3	-1,8	-0,5	-4,6	0,0	-3,6
Máquinas e equipamento	3,3	25,2	12,1	3,2	-2,7	1,6	-7,3	9,3	21,6
Equipamento de transporte	7,6	1,8	0,4	21,6	1,3	-11,9	-13,2	-0,4	60,9
Energia (b)	-3,3	17,0	0,0	5,3	6,2	0,4	7,4	5,1	3,0
Construção	11,8	12,4	0,5	0,5	0,3	2,7	-1,5	1,4	5,9
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	8,0	5,0	2,4	6,7	3,6	2,8	-0,3	0,4	2,5
Transportes, armazenagem e comunicações	10,2	4,9	5,5	9,1	6,0	3,0	2,4	3,0	5,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	4,8	10,5	26,3	6,0	16,5	5,6	2,6	-9,1	9,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	3,2	8,1	6,3	5,0	6,0	6,0	-0,4	0,6	1,8
Total	5,1	6,5	7,2	4,4	4,5	2,7	-0,5	-0,3	3,9
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	5,8	7,1	8,7	6,1	7,5	4,6	0,6	-1,6	4,0
Indústria Transformadora	2,4	8,5	6,4	0,7	-0,1	-2,1	-3,1	1,5	3,8

A1.8. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DO VAB (PREÇOS DE 95) (Continuação)

Designação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	6,1	-8,1	-3,3	7,0	-3,9	-0,4
Alimentares, bebidas e tabaco	3,0	2,2	3,3	2,1	4,3	1,6
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,4	1,4	-0,2	-3,3	-0,5	1,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	3,7	11,9	6,0	-4,4	4,5	2,5
Pasta, papel, edição e impressão	-0,2	3,7	-0,5	-0,5	4,0	1,3
Química, borracha e matérias plásticas	2,3	5,2	1,0	4,5	3,0	-3,4
Outros produtos minerais não metálicos	16,5	8,1	0,5	4,0	4,0	0,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-4,9	13,2	6,3	-1,2	-2,9	5,9
Máquinas e equipamento	11,1	11,9	1,0	17,3	7,3	4,9
Equipamento de transporte	101,9	5,8	9,0	-9,9	1,7	-7,7
Energia (b)	2,0	4,5	5,9	4,0	2,8	5,2
Construção	3,3	8,0	5,4	2,9	4,9	2,6
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	2,2	5,5	4,2	2,8	3,0	2,4
Transportes, armazenagem e comunicações	0,9	2,7	9,2	4,6	6,8	6,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	0,7	9,0	9,0	8,9	5,6	3,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	2,1	1,6	2,9	3,3	3,5	1,9
Total	3,3	4,5	4,5	4,0	3,6	2,6
<i>Por memória</i>						
Total de serviços (d)	1,6	4,8	5,6	5,0	4,3	3,1
Indústria Transformadora	8,3	5,6	2,4	0,5	2,8	1,0

(a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do "mobiliário" e das "indústrias não especificadas" no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do "mobiliário" no ramo de actividade 27 ("madeira e cortiça") de acordo com o SEC 79. No entanto, terá de ser objecto de correcção posterior o conteúdo das "indústrias não especificadas", dado que no SEC 79 inclui a "fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria", passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.

(b) Incluem-se as "indústrias extractivas", "fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados", "produção e distribuição de electricidade e gás" e a "captação, tratamento e distribuição de água".

(c) Neste agrupamento estão incluídos a "reparação e reciclagem", agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 ("reciclagem") e 50 ("reparação") de acordo com o SEC 95.

(d) Pelo descrito em (c) inclui a "reparação e reciclagem".

Nota: O total é obtido a partir da soma dos sectores de actividade.

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.9. PORTUGAL – ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB

Designação	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	11,6	11,4	11,1	10,0	8,7	8,5	7,7	8,0	7,7
Alimentares, bebidas e tabaco	5,6	5,6	5,7	5,5	5,6	5,5	5,9	5,9	5,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	5,3	5,4	6,4	6,8	6,4	6,0	6,3	7,2	7,6
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	2,1	2,0	2,3	2,3	2,0	1,7	1,7	1,6	1,5
Pasta, papel, edição e impressão	1,7	1,5	1,6	1,7	1,8	1,6	1,6	2,0	1,8
Química, borracha e matérias plásticas	2,7	2,4	2,5	2,5	2,5	2,2	2,5	2,8	2,8
Outros produtos minerais não metálicos	2,4	2,5	2,5	2,5	2,7	2,5	2,4	2,2	2,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,6	2,9	3,1	3,0	3,0	2,9	2,8	2,5	2,5
Máquinas e equipamento	1,5	1,7	1,7	2,0	2,0	2,0	2,2	2,3	2,1
Equipamento de transporte	2,2	2,0	2,4	2,5	2,6	2,2	1,6	1,4	1,7
Energia (b)	2,1	2,3	2,3	2,3	1,3	2,1	2,7	3,4	3,7
Construção	7,5	7,4	6,4	6,9	7,3	7,8	7,3	5,7	5,5
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	22,3	21,9	22,6	22,2	22,3	22,9	22,9	22,4	22,7
Transportes, armazenagem e comunicações	5,5	5,3	5,4	5,4	6,0	6,3	7,0	7,3	7,5
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	10,5	11,7	10,0	10,1	10,7	11,0	10,7	10,0	9,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	14,4	14,1	13,9	14,5	15,1	14,9	15,0	15,1	15,3
Total	11,6	11,4	11,1	10,0	8,7	8,5	7,7	8,0	7,7
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	52,7	52,9	52,0	52,2	54,1	55,1	55,6	54,8	55,2
Indústria Transformadora	26,1	26,1	28,2	28,6	28,6	26,7	26,8	28,0	27,9

A1.9. PORTUGAL – ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB (Continuação)

Designação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	7,6	7,8	6,0	6,4	6,4	5,3	4,4	3,8	4,1
Alimentares, bebidas e tabaco	5,8	5,7	5,9	6,0	6,0	6,0	6,1	6,2	6,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	6,4	6,3	6,3	6,0	5,8	5,8	5,9	5,8	5,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	1,3	1,4	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4
Pasta, papel, edição e impressão	1,7	1,9	2,1	2,0	1,6	1,4	1,4	1,2	1,4
Química, borracha e matérias plásticas	3,6	3,4	3,2	3,4	2,8	2,4	2,3	2,0	2,0
Outros produtos minerais não metálicos	2,0	2,1	2,1	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,5	2,2	2,0	2,4	2,2	1,8	1,5	1,4	1,4
Máquinas e equipamento	2,6	2,5	2,8	2,7	2,8	2,7	2,6	2,5	2,6
Equipamento de transporte	0,8	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,1	1,0	0,9
Energia (b)	5,2	4,3	4,9	3,9	3,5	3,9	3,9	4,2	4,1
Construção	5,8	6,2	6,4	6,0	6,0	5,8	6,0	6,0	6,0
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	19,6	19,5	19,6	19,1	19,1	19,3	19,6	19,6	19,6
Transportes, armazenagem e comunicações	6,7	6,5	6,3	6,0	5,8	6,1	5,8	5,8	5,9
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	12,5	13,5	13,3	14,7	15,7	15,8	15,0	15,7	15,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	15,8	15,8	16,7	17,4	17,9	19,4	21,1	21,7	21,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	54,6	55,2	55,9	57,2	58,5	60,6	61,5	62,8	62,3
Indústria Transformadora	26,8	26,4	26,7	26,5	25,6	24,4	24,2	23,2	23,5

A1.9. PORTUGAL – ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB (Continuação)

Designação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	4,9	4,2	3,9	3,7	3,4	3,7
Alimentares, bebidas e tabaco	3,5	3,3	3,3	3,4	3,2	3,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	4,9	4,6	4,3	4,2	3,9	3,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	1,8	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8
Pasta, papel, edição e impressão	1,8	1,8	1,7	1,6	1,8	1,6
Química, borracha e matérias plásticas	1,9	1,8	1,6	1,4	1,4	1,3
Outros produtos minerais não metálicos	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,1	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0
Máquinas e equipamento	1,8	1,9	1,6	1,7	1,5	1,6
Equipamento de transporte	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	1,3
Energia (b)	3,7	3,5	3,6	3,3	3,1	3,0
Construção	6,7	7,2	7,4	7,5	7,7	7,8
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	17,2	17,4	17,5	17,2	17,1	17,4
Transportes, armazenagem e comunicações	6,3	6,4	6,6	6,5	6,6	6,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	17,8	18,6	18,8	19,2	18,9	18,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	23,5	23,5	23,7	24,6	25,5	25,6
Total	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>						
Total de serviços (d)	64,9	65,9	66,6	67,4	68,1	68,5
Indústria Transformadora	19,8	19,3	18,5	18,1	17,6	17,1

(a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do "mobiliário" e das "indústrias não especificadas" no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do "mobiliário" no ramo de actividade 27 ("madeira e cortiça") de acordo com o SEC 79. No entanto, terá de ser objecto de correcção posterior o conteúdo das "indústrias não especificadas", dado que no SEC 79 inclui a "fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria", passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.

(b) Incluem-se as "indústrias extractivas", "fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados", "produção e distribuição de electricidade e gás" e a "captação, tratamento e distribuição de água".

(c) Neste agrupamento estão incluídos a "reparação e reciclagem", agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 ("reciclagem") e 50 ("reparação") de acordo com o SEC 95.

(d) Pelo descrito em (c) inclui a "reparação e reciclagem".

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.10. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO

Designação	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	-7,2	-0,4	-6,7	-1,1	-7,6	-5,2	0,7	3,3	-7,6
Alimentares, bebidas e tabaco	-2,8	-1,5	-1,3	-0,1	-2,2	1,4	-3,6	-0,6	-2,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	0,4	4,1	2,1	-0,2	0,2	-0,2	-4,0	3,8	-2,0
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	5,0	-0,7	-8,6	-2,4	-7,9	-1,3	-3,2	-3,7	-3,4
Pasta, papel, edição e impressão	-0,3	3,4	0,3	2,0	1,7	3,4	-4,4	-4,4	-1,3
Química, borracha e matérias plásticas	4,4	1,7	1,0	2,3	1,0	-3,0	-4,8	-3,0	1,4
Outros produtos minerais não metálicos	4,6	0,0	1,3	1,2	-0,8	-3,7	-6,0	-5,0	-4,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	3,8	5,9	4,5	3,8	-2,0	-3,9	-3,7	-6,7	-3,1
Máquinas e equipamento	6,8	4,2	8,2	4,9	-0,2	2,2	-2,1	-3,5	-4,2
Equipamento de transporte	3,5	0,7	-1,1	-2,4	-3,8	-4,8	-7,5	-7,0	-3,9
Energia (b)	8,8	2,6	6,3	4,7	3,4	-0,3	-1,6	1,7	-1,1
Construção	0,0	3,2	3,3	0,5	0,9	0,5	-6,3	-4,7	-8,8
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	0,1	2,8	2,2	2,1	-2,6	-0,6	-1,6	0,3	4,3
Transportes, armazenagem e comunicações	-1,7	-3,1	1,6	1,3	1,1	-1,9	-2,8	-2,1	-1,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	5,8	5,3	4,6	5,4	3,4	3,7	0,9	0,6	-2,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	1,3	6,8	3,8	4,1	3,5	2,2	1,7	-0,4	0,6
Total	-1,5	2,1	-0,4	1,1	-1,9	-1,1	-1,5	0,0	-2,7
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	0,7	3,9	3,0	3,1	0,9	0,8	-0,1	-0,3	1,5
Indústria Transformadora	1,8	2,1	0,5	0,5	-1,5	-0,9	-4,1	-1,2	-2,4

A1.10. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO (Continuação)

Designação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	3,9	-1,0	-2,3	-9,1	11,0	-18,7	-5,4	-1,3	-3,2
Alimentares, bebidas e tabaco	0,4	0,8	0,3	-2,3	-5,3	-1,1	-1,1	0,6	-1,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,0	1,9	2,4	1,2	-4,9	-3,0	-2,3	0,4	-3,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	3,1	3,9	-0,9	1,8	-2,5	0,5	-0,5	-2,7	1,2
Pasta, papel, edição e impressão	3,3	6,5	5,6	0,5	0,9	-0,9	-4,0	3,1	-1,2
Química, borracha e matérias plásticas	1,7	-0,4	2,1	-2,4	-9,9	0,0	-4,7	-4,1	-2,7
Outros produtos minerais não metálicos	2,6	2,3	0,8	5,2	-1,5	1,0	-1,3	1,3	0,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	0,8	4,1	0,8	0,2	-2,6	0,1	-4,2	-1,0	-1,9
Máquinas e equipamento	0,3	2,1	2,7	-3,1	-6,0	-0,8	-4,3	0,1	4,8
Equipamento de transporte	2,7	1,9	0,8	0,1	-6,4	-4,2	-6,6	-0,5	14,3
Energia (b)	2,7	1,8	-1,0	3,3	-8,8	-5,2	-5,2	-1,7	-4,4
Construção	6,7	2,5	0,3	0,6	-2,3	-0,1	-1,5	1,0	1,4
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	-0,8	4,2	4,2	6,9	0,0	5,1	-2,3	3,9	-2,4
Transportes, armazenagem e comunicações	2,2	1,6	1,0	2,5	-7,3	-0,7	-1,9	-2,4	-1,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	4,1	-0,4	1,0	29,7	29,0	7,4	1,6	0,3	-0,2
Serviços comunitários, sociais e pessoais	2,7	4,7	4,2	4,4	6,7	4,6	1,9	-2,2	1,4
Total	2,4	2,3	1,6	1,6	2,9	-1,5	-1,6	-0,1	-0,7
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	1,4	3,8	3,7	7,1	5,1	4,7	0,1	0,2	-0,4
Indústria Transformadora	1,4	2,3	1,6	0,3	-4,4	-1,3	-2,7	-0,2	-0,6

A1.10. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO (Continuação)

Designação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	1,3	-0,6	-4,1	-3,8	-5,6	-0,1
Alimentares, bebidas e tabaco	2,3	-3,8	2,8	0,1	2,6	1,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	-2,2	-0,8	0,2	-1,1	-1,5	-0,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	1,9	2,1	2,5	-1,8	2,2	-3,8
Pasta, papel, edição e impressão	7,3	-0,8	0,4	-3,3	1,8	1,4
Química, borracha e matérias plásticas	0,8	-1,7	-0,2	1,2	3,4	1,2
Outros produtos minerais não metálicos	2,6	1,2	-0,2	2,6	-0,1	-0,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	0,5	3,6	3,7	1,3	-1,8	3,2
Máquinas e equipamento	6,8	6,3	-2,1	4,2	3,6	10,6
Equipamento de transporte	7,7	2,3	3,5	-0,5	4,6	-4,5
Energia (b)	-1,7	3,0	-2,9	1,9	-1,7	-2,1
Construção	2,2	4,8	11,4	3,7	4,8	-1,0
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	1,0	1,7	6,5	1,5	4,4	3,8
Transportes, armazenagem e comunicações	-1,1	1,7	3,0	3,0	1,6	1,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	1,5	4,0	2,8	5,0	1,1	3,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	2,7	2,1	2,3	3,2	2,9	2,3
Total	1,5	1,6	2,9	1,6	1,8	1,7
<i>Por memória</i>						
Total de serviços (d)	1,7	2,2	3,8	2,8	3,1	3,0
Indústria Transformadora	1,2	0,1	1,0	-0,1	0,8	0,5

(a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do "mobiliário" e das "indústrias não especificadas" no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do "mobiliário" no ramo de actividade 27 ("madeira e cortiça") de acordo com o SEC 79. No entanto, terá de ser objecto de correcção posterior o conteúdo das "indústrias não especificadas", dado que no SEC 79 inclui a "fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria", passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.

(b) Incluem-se as "indústrias extractivas", "fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados", "produção e distribuição de electricidade e gás" e a "captação, tratamento e distribuição de água".

(c) Neste agrupamento estão incluídos a "reparação e reciclagem", agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 ("reciclagem") e 50 ("reparação") de acordo com o SEC 95.

(d) Pelo descrito em (c) inclui a "reparação e reciclagem".

Notas: O total é obtido a partir da soma dos sectores de actividade

Volume de emprego / Equivalente a tempo completo

Ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em adiante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.11. PORTUGAL – ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO

Designação	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	31,6	29,7	29,0	27,2	26,6	25,0	24,0	24,6	25,4
Alimentares, bebidas e tabaco	3,5	3,5	3,3	3,3	3,3	3,2	3,3	3,3	3,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	7,6	7,8	7,9	8,1	8,0	8,2	8,3	8,0	8,4
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	2,8	3,0	2,9	2,7	2,6	2,4	2,4	2,4	2,3
Pasta, papel, edição e impressão	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0
Química, borracha e matérias plásticas	1,5	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5
Outros produtos minerais não metálicos	1,8	1,9	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,0	2,1	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,2	2,1
Máquinas e equipamento	1,2	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,5
Equipamento de transporte	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,1
Energia (b)	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0
Construção	9,5	9,7	9,8	10,1	10,1	10,4	10,5	10,0	9,5
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	14,1	14,4	14,5	14,8	15,0	14,9	14,9	14,9	15,0
Transportes, armazenagem e comunicações	4,6	4,6	4,4	4,5	4,5	4,6	4,6	4,5	4,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	2,2	2,4	2,4	2,5	2,7	2,8	2,9	3,0	3,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	14,6	15,0	15,7	16,3	16,8	17,7	18,3	18,9	18,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	35,5	36,3	36,9	38,2	38,9	40,0	40,8	41,4	41,3
Indústria Transformadora	22,7	23,5	23,5	23,7	23,5	23,6	23,7	23,1	22,8

A1.11. PORTUGAL – ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (Continuação)

Designação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	20,3	20,6	19,9	19,1	17,1	18,4	15,2	14,6	14,5
Alimentares, bebidas e tabaco	3,3	3,3	3,2	3,2	3,0	2,8	2,8	2,8	2,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	9,0	8,8	8,8	8,9	8,8	8,2	8,0	8,0	8,0
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	2,2	2,2	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,2	2,1
Pasta, papel, edição e impressão	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,2
Química, borracha e matérias plásticas	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8	1,6	1,6	1,5	1,5
Outros produtos minerais não metálicos	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1	2,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,8	2,7	2,8	2,8	2,7	2,6	2,6	2,5	2,5
Máquinas e equipamento	2,3	2,2	2,2	2,2	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9
Equipamento de transporte	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0
Energia (b)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8
Construção	8,4	8,7	8,7	8,6	8,5	8,1	8,2	8,2	8,3
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	17,0	16,5	16,8	17,2	18,1	17,6	18,8	18,7	19,4
Transportes, armazenagem e comunicações	4,0	4,0	3,9	3,9	4,0	3,6	3,6	3,6	3,5
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	3,5	3,5	3,4	3,4	4,4	5,5	6,0	6,2	6,2
Serviços comunitários, sociais e pessoais	20,0	20,1	20,6	21,1	21,7	22,5	23,8	24,7	24,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	44,5	44,1	44,8	45,7	48,1	49,1	52,2	53,1	53,2
Indústria Transformadora	25,9	25,6	25,6	25,6	25,3	23,5	23,5	23,2	23,2

A1.11. PORTUGAL – ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (Continuação)

Designação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	12,4	12,4	12,1	11,3	10,7	9,9
Alimentares, bebidas e tabaco	3,4	3,4	3,2	3,2	3,2	3,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	7,9	7,6	7,4	7,3	7,1	6,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6
Pasta, papel, edição e impressão	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0
Química, borracha e matérias plásticas	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1
Outros produtos minerais não metálicos	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,4
Máquinas e equipamento	1,7	1,8	1,9	1,8	1,8	1,9
Equipamento de transporte	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Energia (b)	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0
Construção	8,8	8,9	9,2	9,9	10,1	10,4
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	19,4	19,3	19,3	20,0	19,9	20,5
Transportes, armazenagem e comunicações	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	8,4	8,4	8,6	8,6	8,9	8,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	25,0	25,3	25,4	25,2	25,7	25,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>						
Total de serviços (d)	56,2	56,3	56,6	57,1	57,8	58,5
Indústria Transformadora	21,5	21,4	21,1	20,7	20,4	20,2

(a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do "mobiliário" e das "indústrias não especificadas" no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do "mobiliário" no ramo de actividade 27 ("madeira e cortiça") de acordo com o SEC 79. No entanto, terá de ser objecto de correcção posterior o conteúdo das "indústrias não especificadas", dado que no SEC 79 inclui a "fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria", passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.

(b) Incluem-se as "indústrias extractivas", "fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados", "produção e distribuição de electricidade e gás" e a "captação, tratamento e distribuição de água".

(c) Neste agrupamento estão incluídos a "reparação e reciclagem", agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 ("reciclagem") e 50 ("reparação") de acordo com o SEC 95.

(d) Pelo descrito em (c) inclui a "reparação e reciclagem".

Notas: O total é obtido a partir da soma dos sectores de actividade

Volume de emprego / Equivalente a tempo completo

Ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em adiante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.12. PORTUGAL – PRODUTIVIDADE SECTORIAL RELATIVA

Designação	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	14,6	15,7	18,6	19,6	17,6	19,4	19,8	21,7	22,2	23,1
Alimentares, bebidas e tabaco	222,1	233,8	230,0	220,9	225,7	227,4	228,0	217,2	210,4	216,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	91,8	92,1	96,9	97,0	98,9	94,8	97,2	106,4	104,7	106,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	103,2	95,6	105,9	97,9	86,1	80,5	82,9	80,2	81,4	83,9
Pasta, papel, edição e impressão	150,2	145,7	144,1	142,7	140,9	133,5	125,9	130,1	147,5	155,7
Química, borracha e matérias plásticas	186,5	153,6	157,9	150,0	144,0	140,1	151,3	156,7	158,4	153,9
Outros produtos minerais não metálicos	81,6	80,1	80,5	83,3	87,2	85,9	87,8	93,4	98,0	102,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	85,2	87,2	85,8	81,7	77,2	74,7	70,3	65,2	71,5	74,6
Máquinas e equipamento	124,4	124,8	118,5	111,7	109,4	110,8	110,1	114,1	104,5	94,2
Equipamento de transporte	227,7	190,7	212,5	227,1	238,9	211,1	160,7	166,8	201,4	205,0
Energia (b)	332,9	290,9	318,2	245,7	219,0	245,0	244,7	265,4	285,8	253,0
Construção	71,7	75,8	71,8	70,8	73,1	70,8	69,9	68,4	66,0	69,2
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	179,8	167,6	164,6	160,2	159,3	158,4	152,8	149,5	146,3	138,2
Transportes, armazenagem e comunicações	97,6	93,7	101,6	105,3	104,9	106,1	112,1	116,9	120,2	119,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	389,3	409,6	340,9	328,8	324,3	317,8	303,1	276,5	280,6	275,3
Serviços comunitários, sociais e pessoais	124,2	120,1	116,4	115,0	114,8	109,8	110,2	111,3	112,7	107,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>										
Total de serviços (d)	159,2	154,3	148,3	145,7	145,1	142,0	139,9	137,7	138,0	132,0
Indústria Transformadora	130,4	126,1	128,7	125,8	125,5	121,3	120,1	122,6	124,1	126,3

A1.12. PORTUGAL – PRODUTIVIDADE SECTORIAL RELATIVA (Continuação)

Designação	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	27,9	28,4	21,6	23,1	27,0	23,0	28,6	27,5	29,0	28,9
Alimentares, bebidas e tabaco	221,3	225,4	244,7	237,2	219,4	227,6	212,0	214,9	217,9	206,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	79,0	73,0	74,6	74,1	72,8	76,0	73,8	71,6	71,0	68,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	73,2	71,6	68,1	67,5	69,0	71,1	67,2	63,1	65,6	63,3
Pasta, papel, edição e impressão	130,3	131,1	140,0	117,4	118,8	136,0	131,4	132,0	133,0	129,8
Química, borracha e matérias plásticas	164,5	167,0	148,4	164,8	152,7	148,1	138,7	137,0	140,3	138,0
Outros produtos minerais não metálicos	76,3	77,8	74,1	70,6	72,0	74,6	71,4	74,1	75,2	76,1
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	59,0	55,4	52,4	56,7	61,3	60,8	58,0	57,1	57,8	54,2
Máquinas e equipamento	95,0	95,3	112,2	116,1	120,4	122,7	120,5	115,5	126,4	140,2
Equipamento de transporte	93,7	95,7	91,7	86,6	102,3	109,0	96,1	88,3	88,6	119,3
Energia (b)	365,2	335,1	370,0	354,3	351,8	403,5	409,4	459,3	492,1	506,4
Construção	76,3	77,9	82,1	77,9	75,8	76,7	75,6	74,8	75,3	75,1
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	117,0	124,0	120,0	111,7	108,6	110,7	103,8	104,9	101,5	101,8
Transportes, armazenagem e comunicações	132,6	139,3	138,1	136,7	141,6	159,4	158,7	163,9	173,3	177,2
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	305,7	299,9	319,8	379,2	301,6	268,0	252,8	252,5	229,4	239,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	106,5	104,2	103,4	99,9	97,8	95,7	93,0	90,0	92,8	89,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>										
Total de serviços (d)	128,4	130,5	129,3	128,5	124,0	124,9	119,7	119,1	117,1	116,8
Indústria Transformadora	105,0	103,3	105,3	104,4	102,1	105,1	99,9	98,5	100,4	100,2

A1.12. PORTUGAL – PRODUTIVIDADE SECTORIAL RELATIVA (Continuação)

Designação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	41,6	42,8	38,5	38,2	41,6	41,6	41,1
Alimentares, bebidas e tabaco	98,3	97,3	100,5	99,5	99,2	99,1	98,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	61,6	62,8	62,5	61,2	58,5	58,1	59,2
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	70,1	70,1	74,8	76,2	72,4	72,8	76,9
Pasta, papel, edição e impressão	206,7	189,1	192,3	187,7	188,7	189,4	187,7
Química, borracha e matérias plásticas	161,5	161,3	167,9	167,3	168,9	165,3	156,4
Outros produtos minerais não metálicos	119,4	133,3	138,6	137,4	136,0	139,0	139,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	81,6	75,9	80,6	81,5	77,6	75,4	76,7
Máquinas e equipamento	99,3	101,6	104,0	105,7	116,3	118,4	111,3
Equipamento de transporte	111,4	205,5	206,8	214,4	189,6	181,1	173,5
Energia (b)	348,9	355,8	351,1	376,9	375,7	385,8	411,1
Construção	74,4	74,0	74,2	69,1	66,9	65,8	67,6
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	90,2	89,8	90,6	87,2	86,4	83,7	81,9
Transportes, armazenagem e comunicações	187,1	187,8	184,5	192,5	191,0	197,3	205,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	216,4	211,1	215,3	224,6	227,8	233,7	231,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	91,8	89,7	86,9	86,1	84,2	83,2	82,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Por memória</i>							
Total de serviços (d)	115,6	113,6	113,3	113,5	113,2	112,5	111,7
Indústria Transformadora	90,7	95,4	97,9	97,7	96,0	96,2	95,9

(a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do "mobiliário" e das "indústrias não especificadas" no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do "mobiliário" no ramo de actividade 27 ("madeira e cortiça") de acordo com o SEC 79. No entanto, terá de ser objecto de correcção posterior o conteúdo das "indústrias não especificadas", dado que no SEC 79 inclui a "fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria", passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.

(b) Incluem-se as "indústrias extractivas", "fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados", "produção e distribuição de electricidade e gás" e a "captação, tratamento e distribuição de água".

(c) Neste agrupamento estão incluídos a "reparação e reciclagem", agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 ("reciclagem") e 50 ("reparação") de acordo com o SEC 95.

(d) Pelo descrito em (c) inclui a "reparação e reciclagem".

Notas: O total é obtido a partir da soma dos sectores de actividade

Volume de emprego / Equivalente a tempo completo

Ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em adiante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.13. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO (PREÇOS DE 95)

Designação	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	14,6	21,1	10,7	-9,6	14,7	4,0	8,3	4,7	11,6
Alimentares, bebidas e tabaco	12,2	0,4	0,9	3,0	5,0	1,8	-5,9	-0,6	10,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	7,0	7,3	5,3	2,8	0,0	4,1	8,2	1,0	9,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	-1,2	13,1	-2,9	-11,3	-2,5	4,5	-4,4	4,2	10,3
Pasta, papel, edição e impressão	3,4	0,9	4,1	-0,5	-1,2	-4,2	2,1	16,4	13,0
Química, borracha e matérias plásticas	-12,2	4,9	-0,1	-3,2	1,4	9,7	2,3	3,8	4,0
Outros produtos minerais não metálicos	4,7	2,5	8,8	5,6	2,7	3,7	5,1	7,8	11,6
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	9,1	0,3	0,2	-4,8	0,9	-4,4	-8,4	12,6	11,6
Máquinas e equipamento	6,9	-3,1	-0,9	-1,2	5,6	0,8	2,4	-6,0	-3,5
Equipamento de transporte	-10,7	13,7	12,4	6,1	-7,9	-22,7	2,5	24,0	9,0
Energia (b)	-6,9	11,6	-18,8	-10,1	16,6	1,4	7,2	10,5	-5,2
Construção	12,7	-3,4	3,6	4,2	1,0	0,2	-3,3	-1,0	12,2
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	-0,6	0,2	2,3	0,3	3,7	-2,1	-3,3	0,5	1,1
Transportes, armazenagem e comunicações	2,4	10,7	8,9	0,5	5,5	7,3	2,9	5,6	6,5
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	12,1	-15,1	1,4	-0,6	2,1	-3,2	-9,9	4,2	5,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	3,0	-1,1	3,8	0,7	-0,3	1,9	-0,3	4,0	2,1
Total	6,6	2,0	5,1	0,8	4,2	1,5	-1,2	2,7	7,1
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	3,3	-1,9	3,3	0,4	2,0	0,1	-2,8	2,9	2,4
Indústria Transformadora	3,1	4,1	2,7	0,6	0,7	0,6	0,8	3,9	9,0

A1.13. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO (PREÇOS DE 95) (Continuação)

Designação	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	4,5	-20,9	13,1	19,9	-13,5	29,7	-2,8	5,2	4,1
Alimentares, bebidas e tabaco	4,6	13,0	2,3	-5,0	5,4	-2,8	2,4	1,2	-1,0
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	-5,0	6,2	4,8	0,9	6,0	1,4	-2,0	-1,1	1,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	0,5	-1,0	4,5	5,0	4,7	-1,4	-5,0	3,7	1,0
Pasta, papel, edição e impressão	3,2	11,2	-11,5	3,9	16,3	0,8	1,5	0,6	2,1
Química, borracha e matérias plásticas	4,2	-7,5	17,2	-4,8	-1,5	-2,4	-0,2	2,2	2,9
Outros produtos minerais não metálicos	4,7	-0,8	0,5	4,8	5,2	-0,3	5,0	1,3	6,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-3,5	-1,6	14,1	11,1	0,8	-0,5	-0,5	1,0	-1,8
Máquinas e equipamento	3,0	22,6	9,2	6,5	3,5	2,4	-3,1	9,2	16,0
Equipamento de transporte	4,8	-0,2	-0,4	21,4	8,2	-8,0	-7,1	0,1	40,8
Energia (b)	-5,8	15,0	1,0	2,0	16,5	5,8	13,4	6,9	7,7
Construção	4,8	9,7	0,2	-0,1	2,8	2,8	0,0	0,4	4,5
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	8,9	0,7	-1,7	-0,2	3,6	-2,2	2,1	-3,4	4,9
Transportes, armazenagem e comunicações	7,9	3,2	4,4	6,4	14,3	3,8	4,4	5,5	7,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	0,7	11,0	25,1	-18,3	-9,7	-1,6	1,0	-9,3	9,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	0,5	3,3	2,0	0,6	-0,6	1,4	-2,2	2,9	0,4
Total	2,7	4,1	5,5	2,7	1,6	4,3	1,1	-0,2	4,6
<i>Por memória</i>									
Total de serviços (d)	4,3	3,2	4,8	-0,9	2,3	-0,1	0,5	-1,8	4,4
Indústria Transformadora	1,0	6,0	4,7	0,4	4,6	-0,8	-0,4	1,6	4,5

A1.13. PORTUGAL – TAXA DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO (PREÇOS DE 95) (Continuação)

Designação	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	4,8	-7,5	0,8	11,2	1,9	-0,3
Alimentares, bebidas e tabaco	0,7	6,2	0,5	2,0	1,7	0,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	3,7	2,2	-0,5	-2,2	1,0	2,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	1,7	9,6	3,5	-2,7	2,3	6,5
Pasta, papel, edição e impressão	-7,0	4,5	-0,9	2,9	2,2	-0,1
Química, borracha e matérias plásticas	1,6	7,0	1,2	3,3	-0,3	-4,6
Outros produtos minerais não metálicos	13,6	6,9	0,7	1,3	4,1	0,9
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	-5,3	9,2	2,6	-2,5	-1,1	2,6
Máquinas e equipamento	4,0	5,3	3,2	12,6	3,6	-5,2
Equipamento de transporte	87,5	3,5	5,3	-9,5	-2,8	-3,4
Energia (b)	3,7	1,4	9,0	2,0	4,5	7,4
Construção	1,1	3,1	-5,4	-0,8	0,1	3,6
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	1,2	3,7	-2,2	1,3	-1,4	-1,3
Transportes, armazenagem e comunicações	2,0	1,0	6,0	1,6	5,1	4,9
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	-0,8	4,9	6,0	3,8	4,4	0,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	-0,6	-0,4	0,6	0,1	0,5	-0,4
Total	1,7	2,8	1,6	2,4	1,8	0,8
<i>Por memória</i>						
Total de serviços (d)	-0,1	2,6	1,7	2,1	1,2	0,1
Indústria Transformadora	7,0	5,4	1,3	0,6	2,0	0,5

(a) Esta agregação justifica-se pela inclusão do "mobiliário" e das "indústrias não especificadas" no ramo de actividade 36 de acordo com o SEC 95, e pela inclusão do "mobiliário" no ramo de actividade 27 ("madeira e cortiça") de acordo com o SEC 79. No entanto, terá de ser objecto de correcção posterior o conteúdo das "indústrias não especificadas", dado que no SEC 79 inclui a "fabricação de aparelhos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e relojoaria", passando no SEC 95 a estar autonomizado no ramo de actividade 33.

(b) Incluem-se as "indústrias extractivas", "fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados", "produção e distribuição de electricidade e gás" e a "captação, tratamento e distribuição de água".

(c) Neste agrupamento estão incluídos a "reparação e reciclagem", agregadas no ramo de actividade 32 de acordo com o SEC 79 e desagregadas pelos ramos de actividade 37 ("reciclagem") e 50 ("reparação") de acordo com o SEC 95.

(d) Pelo descrito em (c) inclui a "reparação e reciclagem".

Notas: O total é obtido a partir da soma dos sectores de actividade

Volume de emprego / Equivalente a tempo completo

Ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em diante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.14. PORTUGAL – CONTRIBUTOS SECTORIAIS PARA A VARIAÇÃO ANUAL DA PRODUTIVIDADE

	Contributo para a variação anual da produtividade			Taxa de variação média anual da produtividade		
	1977-1986	1986-1995	1995-2001	1977-1986	1986-1995	1995-2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,3	0,0	-0,1	8,6	3,3	1,7
Alimentares, bebidas e tabaco	0,2	0,0	0,0	2,9	2,1	1,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	0,5	0,0	-0,1	4,9	1,4	1,2
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,8	1,3	3,4
Pasta, papel, edição e impressão	0,1	0,1	0,0	3,6	2,9	0,2
Química, borracha e matérias plásticas	0,0	-0,1	0,0	1,0	0,9	1,3
Outros produtos minerais não metálicos	0,1	0,1	0,1	5,8	2,9	4,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	0,0	0,0	0,0	1,7	2,0	0,8
Máquinas e equipamento	0,0	0,1	0,1	0,0	7,5	3,8
Equipamento de transporte	0,0	0,1	0,1	2,0	5,7	9,6
Energia	0,1	0,1	0,1	0,1	6,7	4,7
Construção	0,2	0,2	0,2	2,8	2,7	0,2
Comércio, restaurantes e hotéis	0,4	0,5	0,2	0,2	1,3	0,2
Transportes, armazenagem e comunicações	0,3	0,3	0,2	5,5	6,3	3,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	0,3	0,9	0,8	-0,7	0,2	3,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	0,9	0,7	0,1	1,5	0,9	0,0
Total (t.m.a.c.)	3,2	2,9	1,8	3,2	2,9	1,8
<i>Por memória</i>				1,5	0,9	0,0
Total de serviços	1,8	2,3	1,4	1,5	0,9	0,0
Indústria Transformadora	0,9	0,3	0,3	8,6	3,3	1,7

Notas:

Ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em adiante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95

Fonte: INE - Contas Nacionais; DPP

A1.15. PORTUGAL – DECOMPOSIÇÃO DOS CONTRIBUTOS SECTORIAIS PARA A VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE

Designação	Contributo sectorial			Efeito estrutura			Efeito Produtividade		
	1977-1986	1986-1995	1995-2001	1977-1986	1986-1995	1995-2001	1977-1986	1986-1995	1995-2001
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,3	0,0	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2	0,4	0,2	0,1
Alimentares, bebidas e tabaco	0,2	0,0	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,1
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	0,5	0,0	-0,1	0,1	-0,1	-0,1	0,4	0,1	0,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas (a)	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Pasta, papel, edição e impressão	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Química, borracha e matérias plásticas	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros produtos minerais não metálicos	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Máquinas e equipamento	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1
Equipamento de transporte	0,0	0,1	0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Energia (b)	0,1	0,1	0,1	0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,2	0,2
Construção	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0
Comércio, restaurantes e hotéis (c)	0,4	0,5	0,2	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,0
Transportes, armazenagem e comunicações	0,3	0,3	0,2	0,0	-0,1	0,0	0,3	0,4	0,2
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	0,3	0,9	0,8	0,3	1,0	0,2	-0,1	0,0	0,6
Serviços comunitários, sociais e pessoais	0,9	0,7	0,1	0,6	0,5	0,2	0,3	0,2	0,0
Total (t.m.a.c.)	3,2	2,9	1,8						
<i>Por memória</i>									
Total de serviços	1,8	2,3	1,4	1,2	1,2	0,6	0,6	1,1	0,8
Indústria Transformadora	0,9	0,3	0,3	0,0	-0,3	-0,3	0,8	0,6	0,6

Notas:

Omitem-se os efeitos combinados, dada a sua dimensão muito reduzida; os valores dos períodos são calculados com base nas médias dos anos

Ruptura em 1986 - base 77 emprego total/ base 86 em adiante volume emprego/etc; 1986-1995 SEC 79; 1995 a 2000 SEC 95

A1.16. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
UE14										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	6,0	5,7	5,5	5,3	5,1	4,9	4,8	4,6	4,5	4,3
Alimentares, bebidas e tabaco	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1	2,0	2,0	1,9	1,8	1,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6
Pasta, papel, edição e impressão	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5
Química, borracha e matérias plásticas	2,1	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9
Outros produtos minerais não metálicos	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5
Máquinas e equipamento	4,8	4,5	4,2	4,1	4,1	4,0	4,0	4,0	3,9	3,9
Equipamento de transporte	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Energia	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9
Construção	7,4	7,3	7,2	7,2	7,3	7,1	7,0	6,9	7,0	7,0
Comércio, restaurantes e hotéis	19,0	19,3	19,5	19,6	19,7	19,7	19,9	19,9	20,0	20,1
Transportes, armazenagem e comunicações	5,9	5,9	5,9	5,8	5,7	5,7	5,6	5,6	5,6	5,7
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	11,4	11,8	12,1	12,4	12,5	12,9	13,3	13,7	14,1	14,6
Serviços comunitários, sociais e pessoais	27,5	28,1	28,7	29,0	29,4	29,6	29,5	29,5	29,6	29,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	63,8	65,0	66,1	66,8	67,2	67,9	68,3	68,6	69,3	69,9
Total de indústria	21,5	20,7	20,0	19,5	19,4	19,1	18,9	18,8	18,4	18,0
Espanha										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	9,4	8,9	8,7	8,4	7,9	7,9	7,7	7,4	6,9	6,4
Alimentares, bebidas e tabaco	3,1	3,1	3,2	3,1	3,0	3,0	2,9	2,8	2,8	2,6
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	2,9	2,7	2,6	2,6	2,5	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1
Pasta, papel, edição e impressão	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,3	1,4
Química, borracha e matérias plásticas	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Outros produtos minerais não metálicos	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,4	2,4	2,3	2,3	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6
Máquinas e equipamento	2,5	2,4	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4
Equipamento de transporte	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8
Energia	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7
Construção	10,1	9,6	9,0	8,8	9,1	9,0	9,1	9,3	9,9	10,4
Comércio, restaurantes e hotéis	20,5	20,7	20,9	21,3	21,3	21,2	21,4	21,5	21,5	21,7
Transportes, armazenagem e comunicações	5,7	5,8	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	5,9	5,8	5,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	7,9	8,1	8,4	8,5	8,5	8,6	8,8	9,0	9,1	9,3
Serviços comunitários, sociais e pessoais	26,1	27,0	27,8	28,0	28,2	28,0	27,6	27,5	27,5	27,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	60,2	61,6	62,9	63,7	64,0	63,9	63,8	63,9	63,9	64,2
Total de indústria	19,3	19,0	18,5	18,2	18,2	18,4	18,6	18,6	18,6	18,4

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.16. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Finlândia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	8,7	8,7	8,6	8,5	7,9	7,4	7,0	6,4	6,2	6,0
Alimentares, bebidas e tabaco	2,4	2,4	2,3	2,2	2,2	2,2	2,1	2,0	2,0	1,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,4	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	2,3	2,2	2,2	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Pasta, papel, edição e impressão	3,7	3,7	3,8	3,7	3,6	3,4	3,3	3,3	3,2	3,2
Química, borracha e matérias plásticas	1,5	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Outros produtos minerais não metálicos	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,1	2,0	2,1	2,2	2,2	2,3	2,5	2,5	2,5	2,6
Máquinas e equipamento	4,2	4,1	4,3	4,6	5,2	5,4	5,4	5,6	5,7	5,7
Equipamento de transporte	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,1
Energia	1,3	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0
Construção	7,8	7,2	6,5	5,8	5,7	5,9	6,3	6,5	6,6	6,7
Comércio, restaurantes e hotéis	15,7	15,0	15,2	15,0	14,9	15,2	15,4	15,6	15,7	15,7
Transportes, armazenagem e comunicações	7,4	7,6	7,7	7,7	7,7	7,7	7,7	7,8	7,6	7,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	9,3	9,2	9,3	9,5	9,8	9,7	9,7	10,0	10,4	10,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	30,2	31,8	32,2	32,6	32,6	32,9	32,7	32,6	32,4	32,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	62,5	63,6	64,4	64,8	65,0	65,5	65,5	65,9	66,0	66,3
Total de indústria	19,7	19,1	19,2	19,6	20,1	20,0	19,9	20,1	20,0	20,0
França										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	5,6	5,4	5,3	5,1	4,9	4,8	4,7	4,6	4,4	4,2
Alimentares, bebidas e tabaco	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2
Pasta, papel, edição e impressão	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3
Química, borracha e matérias plásticas	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8
Outros produtos minerais não metálicos	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2,3
Máquinas e equipamento	3,6	3,5	3,3	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,0
Equipamento de transporte	1,9	1,8	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Energia	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9
Construção	7,2	6,9	6,6	6,4	6,3	6,1	5,9	5,8	5,8	5,9
Comércio, restaurantes e hotéis	17,1	16,9	16,9	16,9	16,8	16,9	16,9	17,0	17,0	17,1
Transportes, armazenagem e comunicações	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	5,9	6,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	13,8	13,9	14,1	14,4	14,4	14,5	14,9	15,4	15,9	16,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	30,8	31,6	32,7	33,3	33,7	34,2	34,3	34,3	34,3	33,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	67,5	68,4	69,6	70,5	70,9	71,5	72,0	72,5	73,1	73,5
Total de indústria	18,6	18,1	17,5	17,0	16,9	16,6	16,4	16,2	15,8	15,5

Portugal no Espaço Europeu

A1.16. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Grécia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	21,8	22,4	21,0	20,7	19,6	19,4	18,8	18,0	18,1	17,3
Alimentares, bebidas e tabaco	3,6	3,5	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	5,4	5,2	4,6	4,3	4,4	4,3	4,0	3,9	3,9	3,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	3,1	3,0	2,9	2,8	2,0	2,1	2,0	2,0	2,0	1,9
Pasta, papel, edição e impressão	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0
Química, borracha e matérias plásticas	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0
Outros produtos minerais não metálicos	1,5	1,4	1,5	1,5	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Máquinas e equipamento	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	1,1	1,1
Equipamento de transporte	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6
Energia	1,1	1,1	1,1	1,1	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4
Construção	6,5	6,4	6,9	6,7	6,6	6,6	6,6	7,0	6,9	7,1
Comércio, restaurantes e hotéis	17,8	17,9	19,2	19,5	20,3	20,1	20,8	20,9	20,9	21,3
Transportes, armazenagem e comunicações	6,8	6,6	6,8	6,8	6,9	6,9	6,8	6,8	6,7	6,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	13,3	13,5	13,8	14,2	7,0	6,7	7,1	7,7	7,8	8,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	13,4	13,2	13,3	13,5	21,7	22,3	22,4	22,4	22,6	22,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	51,2	51,1	53,1	54,0	55,9	56,0	57,0	57,7	58,0	58,8
Total de indústria	19,4	18,9	17,9	17,5	16,4	16,4	16,0	15,8	15,6	15,3
Portugal										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	14,7	13,3	12,4	12,3	12,2	12,1	11,7	11,1	11,0	9,8
Alimentares, bebidas e tabaco	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,3	3,1	3,2	3,2	3,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	8,9	8,2	8,2	8,3	8,0	7,7	7,5	7,2	7,1	6,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6
Pasta, papel, edição e impressão	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
Química, borracha e matérias plásticas	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Outros produtos minerais não metálicos	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,6
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Máquinas e equipamento	1,9	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,8
Equipamento de transporte	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,7	0,9
Energia	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,5	0,6
Construção	8,9	8,7	8,7	8,5	8,7	8,7	9,1	9,7	9,8	10,3
Comércio, restaurantes e hotéis	18,8	19,4	19,3	19,5	19,3	19,5	19,7	19,9	19,8	20,2
Transportes, armazenagem e comunicações	3,7	3,5	3,5	3,5	3,4	3,2	3,2	3,3	3,3	3,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	6,6	7,6	7,9	7,9	8,0	8,2	8,4	8,5	8,8	8,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	23,1	24,6	25,5	25,5	25,9	26,0	26,2	26,0	26,5	26,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória:</i>										
Total de serviços	52,3	55,1	56,2	56,4	56,6	57,0	57,5	57,7	58,4	59,0
Total de indústria	23,3	22,1	21,8	21,9	21,8	21,5	21,0	20,8	20,4	20,4

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.16. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Hungria										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	9,7	7,9	7,1	6,8	6,6	6,4	6,0	5,4	4,9
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	5,8	5,4	5,4	5,2	5,1	5,0	5,0	4,8	4,6
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	4,6	4,7	4,6	4,5	4,7	4,9	5,1	4,9	4,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,8	1,9
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	1,4	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,2	1,2	1,3
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	2,3	2,3	2,4	2,5	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	3,0	3,0	2,9	3,0	2,9	2,9	2,6	2,8	2,9
Máquinas e equipamento	n.d.	5,2	4,6	4,5	4,7	5,0	5,7	6,0	6,5	7,2
Equipamento de transporte	n.d.	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,3	1,6	1,5	1,5
Energia	n.d.	4,5	4,4	4,6	4,5	4,5	4,2	3,9	3,6	3,3
Construção	n.d.	5,0	4,8	4,3	4,0	3,6	3,3	3,7	4,0	4,3
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	14,7	13,6	12,5	12,3	12,0	12,0	11,8	12,8	13,4
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	8,2	8,9	9,0	9,1	9,1	8,8	8,5	8,5	8,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	5,7	5,9	6,1	6,3	6,5	6,7	6,9	7,2	7,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	25,4	28,9	31,0	31,5	31,8	31,8	32,0	31,3	30,6
Total		100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	54,1	57,2	58,6	59,2	59,4	59,3	59,2	59,7	59,8
Total de indústria	n.d.	26,7	25,7	25,4	25,5	26,0	26,8	27,1	27,3	27,8
Polónia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	25,8	25,8	27,0	26,1	26,8	25,9	25,2	25,5	26,3
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	3,6	3,5	3,5	3,6	3,6	3,6	3,5	3,6	3,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	3,9	3,9	3,8	3,9	3,7	3,6	3,3	3,2	2,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	2,1	2,1	2,0	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5	2,3
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,1
Máquinas e equipamento	n.d.	3,6	3,5	3,5	3,5	3,3	3,2	3,1	3,0	2,8
Equipamento de transporte	n.d.	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2	1,2
Energia	n.d.	4,4	4,5	4,3	4,1	4,0	3,8	3,5	3,2	3,1
Construção	n.d.	7,0	6,0	5,7	5,7	5,6	5,9	6,1	5,9	5,8
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	13,4	14,2	14,2	13,9	14,0	14,6	15,4	15,1	15,4
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	6,2	6,1	5,9	5,7	5,7	5,7	5,7	5,5	5,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	4,9	5,0	4,9	5,6	5,7	6,3	6,9	7,0	7,3
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	17,1	17,3	17,3	17,5	17,4	17,4	17,3	17,8	18,3
Total		100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	41,5	42,6	42,2	42,7	42,8	44,0	45,3	45,5	46,5
Total de indústria	n.d.	21,4	21,1	20,8	21,4	20,9	20,5	20,0	19,9	18,4

Portugal no Espaço Europeu

A1.16. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
República Checa										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	n.d.	n.d.	6,1	5,8	5,8	5,2	5,0	4,6	6,1
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	n.d.	n.d.	3,4	3,6	3,9	3,8	3,7	3,5	3,4
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	n.d.	n.d.	4,2	4,0	3,9	3,7	3,7	3,5	4,2
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	n.d.	n.d.	3,2	3,0	2,9	3,1	3,0	3,1	3,2
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	n.d.	n.d.	1,3	1,3	1,3	1,4	1,3	1,3	1,3
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	n.d.	n.d.	1,9	2,2	2,3	2,4	2,4	2,5	1,9
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	n.d.	n.d.	2,0	2,0	2,2	2,2	2,3	2,2	2,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	n.d.	n.d.	5,4	5,5	5,4	5,6	5,4	5,2	5,4
Máquinas e equipamento	n.d.	n.d.	n.d.	7,0	7,0	7,1	7,2	7,3	7,4	7,0
Equipamento de transporte	n.d.	n.d.	n.d.	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4	2,6	2,1
Energia	n.d.	n.d.	n.d.	4,2	3,9	3,7	3,5	3,4	3,2	4,2
Construção	n.d.	n.d.	n.d.	8,6	8,3	8,2	8,0	7,4	7,0	8,6
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	n.d.	n.d.	15,4	16,0	15,1	14,9	15,3	15,8	15,4
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	n.d.	n.d.	7,5	7,6	7,5	7,5	7,7	7,7	7,5
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	n.d.	n.d.	8,3	8,0	8,4	8,8	8,9	9,2	8,3
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	n.d.	n.d.	19,3	19,6	20,0	20,3	20,8	21,1	19,3
Total				100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	n.d.	n.d.	50,4	51,2	51,0	51,5	52,7	53,8	50,4
Total de indústria	n.d.	n.d.	n.d.	30,7	30,8	31,3	31,7	31,5	31,4	30,7

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - Newcronos; INE - Contas Nacionais; DPP

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.17. ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
UE14										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	2,9	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4	2,2	2,1
Alimentares, bebidas e tabaco	2,7	2,7	2,7	2,6	2,5	2,5	2,5	2,4	2,3	2,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,6	1,6	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2
Pasta, papel, edição e impressão	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,8	1,9
Química, borracha e matérias plásticas	3,0	2,9	2,8	2,9	3,1	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8
Outros produtos minerais não metálicos	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,9	2,7	2,5	2,6	2,7	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4
Máquinas e equipamento	5,1	4,8	4,6	4,6	4,5	4,5	4,5	4,5	4,4	4,5
Equipamento de transporte	2,1	2,1	1,9	2,0	2,0	1,9	2,1	2,2	2,1	2,0
Energia	3,6	3,5	3,5	3,4	3,3	3,4	3,3	3,2	3,0	3,2
Construção	6,3	6,3	6,0	6,0	5,9	5,6	5,4	5,3	5,4	5,4
Comércio, restaurantes e hotéis	14,4	14,3	14,2	14,2	14,2	14,1	14,2	14,3	14,3	14,4
Transportes, armazenagem e comunicações	6,9	6,9	6,9	6,8	6,8	6,7	6,8	7,0	7,0	7,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	22,8	23,6	24,6	24,8	25,0	25,6	25,9	26,3	26,8	27,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	21,1	21,5	22,0	21,8	21,8	21,9	21,8	21,7	21,8	21,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	65,2	66,2	67,6	67,7	67,7	68,3	68,8	69,3	70,0	70,2
Total de indústria	22,0	21,3	20,3	20,4	20,5	20,0	20,1	19,9	19,5	19,2
Espanha										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	5,0	4,4	4,7	4,7	4,4	4,8	4,5	4,2	3,8	3,5
Alimentares, bebidas e tabaco	3,4	3,4	3,4	3,3	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,9	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,4	1,4	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Pasta, papel, edição e impressão	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,6
Química, borracha e matérias plásticas	2,5	2,5	2,3	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Outros produtos minerais não metálicos	1,7	1,6	1,5	1,6	1,7	1,6	1,6	1,6	1,7	1,6
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,2	2,0	1,9	2,0	2,3	2,3	2,3	2,3	2,2	2,3
Máquinas e equipamento	2,8	2,5	2,5	2,5	2,4	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5
Equipamento de transporte	2,0	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1	2,3	2,3	2,2	2,1
Energia	4,3	4,2	4,1	3,8	3,7	3,7	3,6	3,3	3,0	2,9
Construção	8,7	8,0	7,5	7,3	7,5	7,2	7,1	7,4	7,9	8,4
Comércio, restaurantes e hotéis	18,0	18,5	18,9	19,1	18,8	18,6	18,8	18,9	19,4	19,4
Transportes, armazenagem e comunicações	7,2	7,4	7,5	7,9	7,9	7,9	8,1	8,3	8,2	8,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	18,1	18,3	18,7	18,5	18,6	18,6	18,9	19,1	19,0	19,3
Serviços comunitários, sociais e pessoais	19,1	20,4	20,7	20,6	20,7	20,8	20,4	20,5	20,7	20,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	62,4	64,6	65,8	66,2	66,0	65,9	66,2	66,7	67,3	67,4
Total de indústria	19,5	18,7	18,0	18,0	18,4	18,3	18,5	18,3	18,0	17,7

Portugal no Espaço Europeu

A1.17. ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Finlândia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	5,5	5,1	5,2	5,2	4,5	4,1	4,2	3,6	3,6	3,8
Alimentares, bebidas e tabaco	2,7	2,8	2,9	2,6	2,5	2,3	2,1	2,0	1,8	1,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,6	1,7	1,9	2,1	1,9	1,6	2,0	1,9	1,8	1,7
Pasta, papel, edição e impressão	4,1	4,6	5,2	5,6	6,6	5,6	5,3	5,7	5,5	6,1
Química, borracha e matérias plásticas	1,9	2,1	2,2	2,4	2,4	2,3	2,3	2,4	2,4	2,2
Outros produtos minerais não metálicos	1,2	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,1	2,3	2,5	2,7	2,9	2,8	2,7	2,7	2,4	2,7
Máquinas e equipamento	4,0	4,3	4,9	5,3	6,1	6,7	7,2	8,0	8,3	9,4
Equipamento de transporte	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8
Energia	2,9	3,0	3,0	3,2	3,1	2,9	2,8	2,8	2,3	2,1
Construção	7,5	5,8	4,7	4,5	4,5	4,9	4,9	5,4	5,8	5,5
Comércio, restaurantes e hotéis	12,3	11,6	11,2	11,5	11,5	11,7	12,1	12,1	11,9	11,2
Transportes, armazenagem e comunicações	9,4	9,8	9,7	9,7	9,5	9,8	9,8	10,0	10,3	10,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	18,0	18,1	19,5	19,1	19,1	19,4	19,7	19,5	19,9	20,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	25,1	26,1	24,4	23,4	22,7	23,2	22,2	21,4	21,6	20,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	64,8	65,5	64,8	63,7	62,8	64,2	63,9	63,0	63,7	62,8
Total de indústria	19,3	20,7	22,3	23,4	25,0	23,9	24,2	25,2	24,6	25,8
França										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	3,3	3,2	3,0	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,0	2,7
Alimentares, bebidas e tabaco	2,9	2,8	2,9	2,8	2,7	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	0,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
Pasta, papel, edição e impressão	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5
Química, borracha e matérias plásticas	2,7	2,7	2,6	2,7	2,8	2,8	2,9	2,9	2,8	2,8
Outros produtos minerais não metálicos	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,7	2,6	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,5	2,4	2,4
Máquinas e equipamento	3,9	3,8	3,5	3,5	3,6	3,6	3,7	3,7	3,6	3,5
Equipamento de transporte	1,9	1,9	1,6	1,9	1,9	1,7	2,0	2,1	2,2	2,1
Energia	3,0	3,0	3,0	2,8	2,8	3,0	2,7	2,8	2,6	2,7
Construção	6,0	6,1	5,6	5,4	5,2	5,0	4,5	4,3	4,4	4,6
Comércio, restaurantes e hotéis	13,7	13,1	13,3	13,2	13,1	12,6	12,8	13,0	12,9	12,8
Transportes, armazenagem e comunicações	6,4	6,5	6,7	6,3	6,2	6,1	6,2	6,4	6,4	6,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	27,1	27,6	27,9	28,2	28,0	28,9	29,1	28,9	29,6	30,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	21,2	21,6	22,7	23,0	23,1	23,6	23,5	23,4	23,3	23,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	68,4	68,8	70,6	70,7	70,5	71,2	71,6	71,7	72,3	72,5
Total de indústria	19,3	18,9	17,8	17,9	18,2	17,7	18,1	18,1	17,8	17,4

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.17. ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Grécia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	11,5	10,2	9,5	10,4	9,9	9,1	8,5	8,2	7,9	7,3
Alimentares, bebidas e tabaco	2,8	3,0	3,1	3,1	2,9	3,0	2,8	2,8	2,7	2,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	4,1	3,8	3,8	3,5	3,0	2,9	2,4	2,4	2,3	2,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,5	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3	1,1	1,1	1,2	1,1
Pasta, papel, edição e impressão	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8
Química, borracha e matérias plásticas	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0
Outros produtos minerais não metálicos	1,3	1,1	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,4	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2
Máquinas e equipamento	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,9
Equipamento de transporte	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5
Energia	3,5	3,5	3,3	3,3	3,2	2,9	2,8	2,8	2,8	3,2
Construção	7,5	7,0	6,8	6,6	6,4	6,5	6,6	7,1	7,3	7,5
Comércio, restaurantes e hotéis	18,5	19,2	19,9	19,8	20,1	21,4	22,2	21,3	20,3	20,2
Transportes, armazenagem e comunicações	6,6	6,6	6,4	6,6	6,7	6,2	6,4	6,7	8,5	8,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	19,5	20,7	21,3	20,6	21,2	21,9	22,0	22,3	21,4	21,5
Serviços comunitários, sociais e pessoais	18,2	18,4	18,6	19,0	19,7	19,1	19,9	20,0	20,3	20,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	62,8	64,9	66,2	65,9	67,7	68,6	70,5	70,2	70,5	70,7
Total de indústria	14,7	14,3	14,1	13,8	12,8	13,0	11,5	11,7	11,5	11,3
Portugal										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	6,7	5,6	4,8	5,2	5,2	4,9	4,2	3,9	3,9	3,4
Alimentares, bebidas e tabaco	3,2	3,3	3,4	3,4	3,2	3,2	3,0	3,1	3,1	3,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	5,3	5,4	5,4	5,3	4,9	4,9	4,6	4,3	4,2	3,9
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,4	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8
Pasta, papel, edição e impressão	2,0	2,0	1,7	2,0	2,2	1,9	1,8	1,8	1,7	1,8
Química, borracha e matérias plásticas	2,2	2,1	2,0	2,0	2,0	1,9	1,8	1,6	1,5	1,4
Outros produtos minerais não metálicos	2,3	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	1,6
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	1,5	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,1
Máquinas e equipamento	1,7	1,7	1,7	1,8	1,9	2,0	2,1	2,0	1,9	1,5
Equipamento de transporte	0,7	0,8	0,7	0,6	0,9	1,3	1,3	1,4	1,1	1,3
Energia	3,4	3,4	3,5	3,4	3,2	3,1	2,9	2,9	2,9	3,1
Construção	6,0	6,2	6,2	6,2	6,6	6,7	7,2	7,4	7,5	7,7
Comércio, restaurantes e hotéis	18,0	17,8	17,6	17,5	17,3	17,5	17,6	17,7	17,7	17,1
Transportes, armazenagem e comunicações	6,4	6,2	6,1	6,2	6,5	6,4	6,4	6,7	6,7	6,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	18,6	17,7	18,5	17,8	17,6	17,4	18,1	18,1	17,9	18,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	20,8	22,7	23,3	23,3	23,6	23,9	23,9	24,1	24,9	25,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	63,7	64,4	65,6	64,9	64,9	65,1	66,0	66,5	67,1	68,1
Total de indústria	20,2	20,5	20,0	20,3	20,2	20,1	19,7	19,2	18,6	17,6

A1.17. ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Hungria										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	8,1	6,9	6,2	6,4	6,7	6,6	5,9	5,5	4,8	4,2
Alimentares, bebidas e tabaco	5,2	4,9	4,7	4,4	4,2	4,0	3,7	3,6	3,2	3,4
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	1,9	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,6
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	1,0	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
Pasta, papel, edição e impressão	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,3	1,4	1,3	1,2	1,3
Química, borracha e matérias plásticas	3,0	2,5	2,7	3,0	3,5	3,1	3,3	3,3	3,0	3,2
Outros produtos minerais não metálicos	1,1	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	2,2	1,8	1,8	1,9	2,4	2,3	2,1	2,1	1,9	2,2
Máquinas e equipamento	3,8	3,7	3,5	3,6	3,8	4,5	5,3	5,4	5,6	6,7
Equipamento de transporte	0,7	0,7	0,9	1,0	1,3	1,5	2,0	2,6	2,8	2,8
Energia	8,8	7,8	6,8	5,5	5,5	5,5	6,1	5,9	6,0	5,1
Construção	4,9	5,4	4,9	4,7	4,6	4,3	4,6	4,6	4,7	4,6
Comércio, restaurantes e hotéis	16,4	13,8	14,1	13,3	13,3	13,3	13,5	13,4	12,8	12,7
Transportes, armazenagem e comunicações	8,5	8,7	8,2	7,9	9,0	9,2	9,7	9,9	10,2	9,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	15,1	16,8	18,3	20,3	19,6	21,1	19,1	19,2	20,0	20,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	18,2	21,3	22,3	22,3	20,5	19,3	19,1	19,3	19,8	19,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	58,1	60,5	62,8	63,8	62,3	62,8	61,4	61,7	62,8	62,4
Total de indústria	20,0	19,4	19,2	19,7	20,8	20,8	22,0	22,3	21,7	23,6
Polónia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	7,1	7,2	6,9	6,9	6,4	5,5	4,8	4,0	3,8
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	8,2	7,7	3,6	4,3	3,9	4,2	3,9	3,9	3,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	2,9	2,7	2,6	2,5	2,3	2,1	1,9	1,9	1,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	1,8	1,8	2,1	2,0	2,0	2,1	2,0	2,1	2,1
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	1,0	1,1	1,4	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6	1,5
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	2,5	2,6	2,8	3,1	2,8	2,8	2,6	2,6	2,6
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	1,9	1,9	2,2	2,1	2,1	2,0	1,9	1,9	1,9
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	2,9	2,6	2,7	3,0	2,8	2,7	2,6	2,4	2,3
Máquinas e equipamento	n.d.	3,6	3,6	3,4	3,7	3,8	3,6	3,5	3,6	3,5
Equipamento de transporte	n.d.	1,4	1,6	1,7	1,5	1,6	1,4	1,5	1,2	1,2
Energia	n.d.	9,3	10,0	8,5	8,0	7,3	6,9	6,2	6,0	5,9
Construção	n.d.	8,1	7,1	7,4	7,3	7,4	7,9	8,7	8,8	8,3
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	14,2	16,8	21,2	20,9	21,9	22,1	21,8	21,9	22,1
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	6,4	6,6	7,4	6,6	6,5	6,5	6,4	6,8	6,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	7,3	6,9	9,2	9,2	9,7	11,1	13,3	14,0	14,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	21,5	19,7	17,1	17,6	17,9	17,6	17,5	17,5	17,5
Total		100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	49,3	50,0	54,9	54,1	56,1	57,2	59,0	60,1	61,3
Total de indústria	n.d.	26,2	25,7	22,4	23,7	22,8	22,4	21,4	21,1	20,7

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.17. ESTRUTURA SECTORIAL DO VAB (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
República Checa										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	5,5	4,6	5,3	4,9	4,7	4,8	4,4	4,6	4,2	4,3
Alimentares, bebidas e tabaco	4,0	4,7	3,5	4,5	3,8	4,0	4,6	4,2	4,2	3,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	3,6	3,6	2,1	1,9	1,8	1,7	1,8	1,7	1,7	1,6
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	2,0	2,0	1,6	1,7	1,9	1,9	2,2	2,1	2,2	2,2
Pasta, papel, edição e impressão	1,8	1,3	1,5	1,4	1,5	1,3	1,6	1,4	1,4	1,7
Química, borracha e matérias plásticas	2,5	2,4	2,0	2,1	2,2	2,8	2,8	2,8	2,7	2,6
Outros produtos minerais não metálicos	3,0	2,2	1,9	1,9	1,9	2,2	2,4	2,3	2,3	2,1
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	4,6	4,4	5,0	5,2	5,3	5,8	4,8	4,6	4,0	4,4
Máquinas e equipamento	4,6	5,4	4,5	4,3	5,3	5,6	5,5	5,3	5,3	5,7
Equipamento de transporte	2,0	2,7	1,8	1,8	1,6	2,1	2,4	2,3	2,5	2,9
Energia	9,8	10,5	9,5	8,8	8,0	8,8	6,0	5,8	5,4	5,4
Construção	8,1	6,9	7,8	7,4	8,7	7,7	8,0	7,2	7,2	7,1
Comércio, restaurantes e hotéis	13,5	14,2	13,6	13,9	15,0	13,3	15,3	15,8	16,3	16,5
Transportes, armazenagem e comunicações	4,1	6,1	8,6	8,4	8,1	7,7	8,2	8,4	8,0	8,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	18,5	17,2	18,4	18,1	16,3	15,6	15,1	17,3	17,0	16,6
Serviços comunitários, sociais e pessoais	12,3	11,6	13,0	13,7	13,9	14,6	14,9	14,2	15,5	15,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	48,5	49,1	53,6	54,1	53,4	51,1	53,4	55,7	56,8	56,3
Total de indústria	28,1	28,9	23,9	24,7	25,3	27,5	28,1	26,7	26,4	26,9

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - Newcronos; DPP

A1.18. PRODUTIVIDADES SECTORIAIS (UE=100)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Espanha										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	99,0	94,1	96,6	91,1	87,9	94,1	89,9	86,9	84,1	85,1
Alimentares, bebidas e tabaco	96,9	95,4	85,2	81,3	80,0	79,5	77,2	76,9	77,8	76,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	91,1	88,2	81,8	75,8	78,5	76,3	71,9	71,9	70,5	68,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	86,6	84,7	75,8	67,3	67,4	67,9	65,0	64,3	63,9	63,4
Pasta, papel, edição e impressão	91,1	86,5	82,6	82,8	82,9	82,0	77,4	75,9	71,0	71,0
Química, borracha e matérias plásticas	95,6	95,7	86,0	82,9	80,0	80,3	77,2	75,8	75,7	75,5
Outros produtos minerais não metálicos	94,4	86,9	83,6	81,4	83,8	83,5	81,9	82,1	80,4	81,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	86,3	81,2	77,7	73,0	78,0	76,8	73,9	70,1	70,5	71,2
Máquinas e equipamento	98,3	88,9	87,1	81,2	79,0	83,0	76,3	74,3	72,6	69,9
Equipamento de transporte	91,3	90,6	84,6	77,8	79,2	86,7	78,9	77,5	75,7	75,8
Energia	145,5	147,0	127,1	112,8	108,9	106,4	104,3	104,1	103,1	93,2
Construção	93,5	88,7	85,3	81,5	82,7	82,3	79,1	80,0	79,4	81,1
Comércio, restaurantes e hotéis	106,6	109,6	105,3	99,6	98,7	100,4	96,6	94,7	97,2	96,4
Transportes, armazenagem e comunicações	99,1	100,9	92,3	90,6	90,2	90,9	87,7	87,1	87,9	87,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	105,6	102,3	93,0	88,2	88,1	88,2	85,8	85,2	85,4	85,6
Serviços comunitários, sociais e pessoais	87,4	89,6	82,6	78,8	79,6	82,0	78,5	78,1	79,0	79,1
Total	91,7	91,0	84,9	80,6	80,6	81,6	78,4	77,3	77,4	77,1
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	93,1	93,7	86,8	82,6	82,6	83,7	80,9	80,0	80,8	80,6
Total de indústria	90,9	87,5	81,4	76,7	76,9	77,5	73,5	71,9	70,9	70,1
Finlândia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	144,3	115,7	113,5	120,8	122,4	110,0	121,7	117,0	121,1	137,2
Alimentares, bebidas e tabaco	123,0	108,5	103,3	109,2	117,7	109,1	106,2	104,9	98,9	91,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	95,1	89,2	89,0	104,7	114,5	116,4	112,1	109,9	103,0	95,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	107,0	100,8	106,7	127,7	124,5	105,3	123,2	117,8	110,9	111,9
Pasta, papel, edição e impressão	114,6	107,5	111,5	133,9	175,4	149,7	144,0	161,6	145,6	164,0
Química, borracha e matérias plásticas	102,4	99,1	92,9	104,4	107,9	101,3	100,9	105,9	105,3	95,7
Outros produtos minerais não metálicos	118,9	89,4	88,4	92,0	103,0	98,6	102,9	109,2	101,3	103,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	114,1	112,7	114,4	122,3	139,5	130,5	113,8	113,0	103,9	115,1
Máquinas e equipamento	100,8	94,3	94,6	101,5	116,0	115,8	123,3	135,2	136,2	152,1
Equipamento de transporte	83,6	76,3	71,0	72,6	79,9	81,0	80,8	78,4	71,7	64,1
Energia	88,5	72,5	67,2	81,0	90,6	77,0	74,6	79,8	68,3	60,6
Construção	127,3	89,4	76,8	92,5	106,7	108,7	105,3	115,8	118,1	115,1
Comércio, restaurantes e hotéis	116,9	99,3	89,9	104,0	117,0	113,1	115,0	114,7	110,4	107,1
Transportes, armazenagem e comunicações	122,5	105,9	95,1	104,6	115,0	113,9	110,5	110,4	114,4	122,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	109,6	93,8	90,7	98,6	107,4	105,5	108,6	108,0	105,8	107,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	122,1	102,4	87,4	93,7	103,0	100,1	96,1	95,0	94,7	93,4
Total	112,7	95,7	88,5	98,2	109,8	105,0	104,5	106,4	104,7	107,1
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	114,3	96,7	87,0	95,3	105,4	102,2	101,2	100,9	100,0	100,8
Total de indústria	108,6	101,0	101,6	112,4	128,7	119,7	119,4	126,2	121,4	130,2

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.18. PRODUTIVIDADES SECTORIAIS (UE=100) (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
França										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	140,7	148,0	149,8	157,4	158,0	150,1	151,9	157,7	155,6	149,2
Alimentares, bebidas e tabaco	121,6	119,9	127,9	124,4	124,4	120,0	115,8	117,6	113,1	110,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	132,9	135,1	141,2	141,8	146,0	141,0	135,7	137,8	137,7	138,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	130,7	130,7	137,0	137,1	141,7	136,2	128,5	130,3	126,0	130,4
Pasta, papel, edição e impressão	117,5	118,4	120,5	118,5	117,5	116,7	112,6	110,7	106,1	102,8
Química, borracha e matérias plásticas	113,8	113,8	118,8	118,6	121,7	121,7	122,2	125,0	125,8	121,6
Outros produtos minerais não metálicos	124,0	125,7	124,1	128,0	119,5	118,2	118,0	123,8	124,8	123,9
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	121,0	123,4	124,4	124,8	124,7	122,1	120,5	122,6	124,7	123,3
Máquinas e equipamento	121,0	120,1	120,6	118,0	121,1	120,6	119,4	120,7	121,0	112,9
Equipamento de transporte	104,2	111,3	108,7	116,1	115,8	106,9	117,5	124,2	133,5	132,1
Energia	115,3	116,3	117,5	107,0	108,1	105,4	94,7	100,0	97,1	91,1
Construção	116,7	122,6	127,1	127,6	126,6	123,3	113,8	114,5	114,1	116,6
Comércio, restaurantes e hotéis	125,6	124,9	134,3	132,8	133,4	126,8	123,8	124,3	123,1	119,3
Transportes, armazenagem e comunicações	111,7	112,2	118,1	111,5	108,9	106,5	102,4	102,2	101,4	95,4
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	117,2	118,4	120,9	120,7	119,8	120,8	116,8	114,1	114,7	113,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	106,7	106,4	112,7	112,9	113,8	112,5	108,8	108,6	107,6	105,8
Total	118,8	119,6	124,1	123,3	123,1	120,8	117,0	116,9	116,5	114,1
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	117,9	118,0	123,0	122,0	121,6	119,7	115,7	114,6	114,2	112,1
Total de indústria	120,8	121,7	124,7	124,5	125,4	122,6	121,5	123,8	123,9	120,5
Grécia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	59,3	50,2	51,5	53,3	53,8	50,5	53,1	51,5	50,0	50,5
Alimentares, bebidas e tabaco	40,2	42,9	45,0	45,9	46,6	50,0	49,4	49,8	48,0	45,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	64,2	59,2	69,5	68,3	61,3	61,7	58,1	57,8	56,2	52,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	36,6	34,1	36,6	35,8	47,9	49,3	43,7	41,9	44,4	46,3
Pasta, papel, edição e impressão	44,8	44,2	43,0	43,1	38,0	42,7	39,1	37,4	38,1	40,7
Química, borracha e matérias plásticas	39,0	37,8	43,2	41,9	41,0	43,1	38,4	37,0	37,6	38,7
Outros produtos minerais não metálicos	43,3	37,9	34,8	33,3	47,5	52,7	58,2	60,0	57,3	67,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	50,0	47,8	48,2	42,2	40,0	41,8	40,4	38,5	39,0	48,8
Máquinas e equipamento	39,5	36,0	41,9	35,7	36,0	36,8	34,1	34,4	33,7	38,4
Equipamento de transporte	37,6	30,4	38,7	34,7	33,4	40,2	38,0	38,5	37,1	42,7
Energia	62,4	60,9	56,8	54,4	37,1	32,0	32,7	32,0	33,1	35,4
Construção	74,7	67,3	64,9	62,6	66,6	70,9	78,9	77,0	78,6	81,4
Comércio, restaurantes e hotéis	75,6	76,9	77,3	73,7	75,7	86,1	90,7	82,0	77,7	78,5
Transportes, armazenagem e comunicações	46,2	45,3	43,7	43,3	45,4	43,9	47,3	46,1	58,3	63,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	40,3	40,6	41,1	38,2	84,4	94,9	96,1	86,8	83,0	85,2
Serviços comunitários, sociais e pessoais	97,8	96,8	98,6	98,8	67,3	66,5	72,9	69,9	70,1	71,4
Total	55,0	53,0	54,2	52,8	55,2	57,6	60,6	57,7	57,4	59,2
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	66,1	66,1	66,0	63,6	66,4	70,2	74,4	69,6	69,2	70,9
Total de indústria	40,9	38,9	42,2	40,1	40,7	43,2	41,2	40,5	39,9	41,2

Portugal no Espaço Europeu

A1.18. PRODUTIVIDADES SECTORIAIS (UE=100) (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	36,0	36,3	33,8	34,5	35,1	33,1	30,0	30,4	31,5	32,2
Alimentares, bebidas e tabaco	32,8	39,0	38,7	39,1	39,0	40,3	42,2	42,7	44,4	47,3
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	35,5	41,5	43,0	41,9	43,5	43,9	42,8	43,3	43,6	41,0
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	28,8	36,5	38,2	39,0	39,1	39,5	39,4	40,2	42,2	42,9
Pasta, papel, edição e impressão	61,9	69,2	59,0	65,4	72,4	65,2	65,2	66,5	66,3	68,7
Química, borracha e matérias plásticas	46,3	50,6	49,4	47,2	49,1	47,6	48,2	43,6	41,5	39,3
Outros produtos minerais não metálicos	49,3	55,0	51,6	47,5	47,5	50,1	51,2	52,1	53,9	40,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	37,0	38,1	36,7	35,3	34,3	35,5	36,8	37,6	39,1	35,0
Máquinas e equipamento	33,7	37,5	37,0	37,3	41,1	41,7	44,0	40,8	38,7	31,9
Equipamento de transporte	29,0	38,1	38,5	31,5	40,8	56,9	55,6	56,2	54,6	57,6
Energia	49,8	60,0	61,0	58,6	58,3	56,9	53,0	58,5	83,7	60,1
Construção	30,7	34,6	35,2	36,2	39,9	41,8	45,1	43,8	44,1	44,2
Comércio, restaurantes e hotéis	48,8	52,1	51,8	50,1	53,1	54,1	54,4	54,4	55,5	53,2
Transportes, armazenagem e comunicações	56,9	62,8	61,2	62,1	68,4	72,0	71,5	71,5	72,4	73,2
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	54,1	48,7	47,8	45,7	46,9	46,0	48,2	48,6	48,0	51,5
Serviços comunitários, sociais e pessoais	45,2	50,3	49,2	49,3	52,4	53,4	53,9	55,3	57,0	58,9
Total	38,6	41,9	41,3	40,7	42,6	43,1	43,6	44,0	44,7	45,1
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	46,1	48,0	47,1	46,1	48,6	49,0	49,7	50,2	51,0	51,8
Total de indústria	32,9	38,0	37,3	36,1	37,2	38,4	38,6	38,4	38,5	36,7
Hungria										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	18,0	41,9	51,0	52,5	54,0	57,0	57,4	58,9	60,7
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	9,9	20,7	22,3	21,5	21,9	23,8	23,0	22,0	26,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	8,6	17,7	19,4	19,6	18,8	19,5	18,4	19,3	19,4
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	11,4	22,7	25,2	23,6	24,1	26,5	24,6	24,8	24,4
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	9,5	20,5	23,9	20,8	22,7	29,1	30,3	28,1	27,3
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	9,9	21,0	24,2	24,6	22,7	27,5	26,9	26,1	30,9
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	8,5	18,5	21,7	22,0	21,7	24,4	25,1	26,2	32,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	7,9	16,3	19,1	21,6	22,2	23,3	25,6	23,4	27,5
Máquinas e equipamento	n.d.	8,1	17,9	20,4	19,7	22,6	26,5	25,0	24,7	27,6
Equipamento de transporte	n.d.	6,7	19,4	22,8	29,0	33,6	40,6	42,0	49,1	55,3
Energia	n.d.	7,5	13,3	11,3	10,6	10,6	14,1	14,2	16,2	14,6
Construção	n.d.	15,3	31,4	37,3	39,1	43,4	57,6	51,0	49,2	48,6
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	15,6	36,2	41,5	40,7	44,1	50,5	49,9	45,7	45,7
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	11,1	19,9	20,9	22,6	24,5	29,4	29,5	31,7	32,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	18,1	38,9	47,1	42,3	46,2	46,7	45,5	48,2	52,3
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	13,4	25,6	27,0	23,8	23,5	26,1	25,8	28,1	29,7
Total		12,3	25,4	28,3	27,2	28,6	32,1	31,6	32,7	34,6
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	13,5	27,3	30,4	28,4	30,0	33,1	32,6	34,2	35,9
Total de indústria	n.d.	8,7	18,7	21,0	21,0	21,8	24,9	24,6	24,5	27,7

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.18. PRODUTIVIDADES SECTORIAIS (UE=100) (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Polónia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	4,0	7,6	6,7	7,5	7,2	7,0	6,6	5,6	6,2
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	15,4	26,5	12,9	16,9	17,2	19,8	20,0	19,6	24,8
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	7,9	14,3	14,4	15,1	15,7	15,7	17,2	17,1	23,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	8,0	15,2	17,9	16,9	18,6	20,4	20,0	20,9	25,2
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	8,2	16,0	20,6	25,8	25,6	23,8	24,3	24,2	27,5
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	7,4	14,0	14,7	17,6	18,0	18,7	19,7	19,7	23,1
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	6,7	12,9	14,3	15,2	17,7	19,0	20,1	19,9	24,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	9,1	15,8	15,9	18,0	18,5	20,0	20,3	19,3	24,4
Máquinas e equipamento	n.d.	6,5	12,1	11,3	13,7	16,1	16,8	17,8	19,4	23,3
Equipamento de transporte	n.d.	5,6	12,0	11,9	11,9	15,4	14,3	16,0	14,5	18,2
Energia	n.d.	5,2	9,7	8,5	9,1	8,9	9,4	9,5	10,2	10,9
Construção	n.d.	9,5	18,5	20,6	23,0	26,6	29,5	33,4	34,8	39,7
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	10,1	20,9	26,7	30,3	35,1	35,8	35,3	36,5	42,5
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	6,3	11,9	13,8	14,0	15,4	15,8	16,1	17,8	21,7
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	5,2	8,8	12,2	12,0	13,6	15,1	17,8	19,0	23,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	11,6	19,2	17,1	19,7	22,3	23,2	24,6	24,2	27,5
Total		7,0	12,9	13,0	14,6	16,0	16,9	17,9	18,1	21,2
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	8,2	14,8	16,7	18,4	20,8	21,8	23,1	23,7	27,8
Total de indústria	n.d.	8,4	15,4	13,4	15,2	16,6	17,4	18,2	18,1	22,5
República Checa										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	36,5	35,6	45,3	44,1	52,5
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	26,0	28,5	29,2	30,4	30,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	16,3	17,6	19,4	20,2	20,3
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	20,0	24,2	24,0	25,3	25,8
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	20,4	26,9	23,5	23,4	28,3
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	19,7	19,4	20,6	20,0	19,6
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	22,9	22,8	23,8	24,3	24,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25,0	21,4	21,2	20,0	23,9
Máquinas e equipamento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	16,7	16,5	17,0	17,2	18,4
Equipamento de transporte	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	20,1	21,3	20,7	22,2	26,2
Energia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	16,0	11,9	12,7	12,8	12,4
Construção	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	27,6	30,6	30,5	33,3	36,7
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	27,3	34,3	38,4	39,5	40,4
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	20,3	21,6	23,4	22,2	23,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	22,9	22,2	26,6	26,8	26,9
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	23,5	24,4	24,7	26,8	27,0
Total	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	23,5	24,2	26,0	26,6	27,8
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	23,3	25,2	27,9	28,4	28,9
Total de indústria	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	20,0	20,5	20,7	21,0	22,4

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - Newcronos; INE - Contas Nacionais; DPP

A1.19. CTUP SECTORIAIS (UE=100)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Espanha										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	79,2	81,6	69,6	72,6	71,2	66,7	75,8	80,5	81,8	80,2
Alimentares, bebidas e tabaco	92,6	93,9	98,1	98,5	98,3	100,1	101,8	104,8	102,8	104,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	98,8	105,3	109,2	112,2	110,3	113,3	114,7	114,2	116,4	120,5
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	96,5	100,5	103,0	107,9	105,9	106,6	109,4	110,0	111,0	112,7
Pasta, papel, edição e impressão	93,1	96,6	100,1	98,6	94,5	98,0	99,1	101,6	107,5	104,8
Química, borracha e matérias plásticas	103,4	103,9	106,8	101,0	100,3	102,0	103,0	105,0	104,1	101,2
Outros produtos minerais não metálicos	92,7	99,2	100,7	96,2	91,2	93,6	92,7	93,6	94,3	93,2
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	101,8	106,0	107,8	106,3	94,9	98,4	97,9	102,6	102,9	102,3
Máquinas e equipamento	90,4	96,5	98,8	97,3	95,6	92,8	97,5	100,1	100,7	103,3
Equipamento de transporte	94,8	95,7	94,2	93,0	88,7	82,9	87,5	89,6	91,3	91,2
Energia	66,0	64,6	69,9	74,7	76,9	79,9	77,5	77,0	77,3	80,7
Construção	99,8	104,7	104,0	102,7	101,3	106,7	107,9	109,5	111,6	110,1
Comércio, restaurantes e hotéis	69,2	66,8	65,1	66,4	65,3	66,3	68,0	69,1	67,9	69,0
Transportes, armazenagem e comunicações	85,9	85,1	86,3	84,1	82,4	81,8	82,4	82,2	82,1	84,0
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	105,4	106,7	113,1	112,9	112,2	114,3	112,7	111,5	110,8	107,1
Serviços comunitários, sociais e pessoais	105,8	106,7	106,0	106,1	104,9	104,3	103,9	104,9	104,2	103,8
Total	92,2	93,9	94,5	94,6	93,6	94,5	95,2	96,6	96,8	96,9
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	94,6	95,4	96,0	96,2	95,4	96,2	95,9	96,5	95,8	95,6
Total de indústria	93,8	97,0	99,3	98,3	95,1	96,1	98,1	100,2	100,9	101,3
Finlândia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	79,2	83,7	73,7	68,9	76,3	80,8	71,2	78,5	78,6	70,3
Alimentares, bebidas e tabaco	110,4	105,8	98,2	103,1	107,4	110,8	112,3	114,3	119,3	128,2
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	130,3	116,1	108,2	106,3	106,0	101,3	101,3	101,5	103,3	110,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	119,2	104,9	91,3	88,1	99,8	112,9	93,9	100,6	104,7	106,7
Pasta, papel, edição e impressão	113,5	100,5	85,5	80,0	68,3	79,2	80,4	73,2	78,7	68,2
Química, borracha e matérias plásticas	92,3	78,0	75,7	74,0	80,6	83,2	83,8	79,7	79,6	86,4
Outros produtos minerais não metálicos	99,9	105,6	94,7	96,9	101,3	103,3	97,4	93,1	99,1	97,5
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	100,0	84,0	73,7	77,0	76,2	80,3	87,7	88,9	95,2	88,1
Máquinas e equipamento	103,8	91,1	79,9	83,3	83,3	81,9	75,6	70,8	70,4	62,3
Equipamento de transporte	113,5	103,0	93,1	101,8	108,2	99,0	95,6	103,4	107,9	116,6
Energia	103,3	102,5	94,9	83,8	82,9	96,4	94,9	89,9	106,6	114,0
Construção	124,2	137,6	134,8	119,7	114,9	113,9	117,9	111,6	109,3	113,4
Comércio, restaurantes e hotéis	137,7	133,0	124,5	117,1	114,8	114,1	108,7	109,0	110,2	111,9
Transportes, armazenagem e comunicações	84,9	81,7	77,8	76,7	76,2	74,9	75,5	75,3	73,4	69,2
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	120,2	118,4	103,1	101,9	102,3	100,9	96,7	96,1	98,1	96,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	111,0	111,4	111,3	111,3	110,7	110,5	110,2	110,8	110,0	109,5
Total	113,8	111,3	103,5	101,3	100,7	102,7	100,4	99,4	100,1	97,1
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	119,9	118,9	112,3	110,5	109,6	109,3	106,7	106,3	106,0	103,8
Total de indústria	106,0	94,5	83,8	84,7	83,7	87,6	85,6	82,4	84,3	78,3

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.19. CTUP SECTORIAIS (UE=100) (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
França										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	74,7	73,9	81,2	79,5	81,7	85,5	82,4	78,3	80,2	84,2
Alimentares, bebidas e tabaco	89,7	91,9	89,1	91,2	93,0	94,8	94,9	92,9	95,8	95,0
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	105,8	104,5	106,6	107,2	106,7	106,3	103,9	104,6	105,9	103,7
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	94,1	93,3	92,8	91,5	88,8	91,0	91,9	92,2	94,8	90,4
Pasta, papel, edição e impressão	100,9	102,9	105,3	105,0	105,4	104,8	104,9	104,0	107,4	106,7
Química, borracha e matérias plásticas	98,7	92,9	93,8	95,0	93,1	93,5	94,4	90,4	90,6	89,5
Outros produtos minerais não metálicos	104,9	97,6	101,6	100,0	104,9	105,4	105,7	99,6	100,5	97,0
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	98,1	94,4	96,8	97,6	96,6	98,3	97,4	93,9	92,6	91,0
Máquinas e equipamento	99,3	96,4	98,0	99,4	95,8	96,8	97,2	96,2	95,7	100,2
Equipamento de transporte	98,1	91,6	91,6	90,5	91,1	98,6	87,7	80,5	75,1	75,8
Energia	103,5	98,5	100,1	109,7	107,6	112,9	121,3	114,8	118,2	119,3
Construção	103,1	100,2	102,5	102,8	102,9	105,6	109,5	110,5	109,8	106,7
Comércio, restaurantes e hotéis	115,4	116,5	112,1	112,1	112,0	116,6	115,4	113,5	113,3	113,8
Transportes, armazenagem e comunicações	96,5	97,0	95,3	101,4	104,7	105,4	106,1	106,8	106,3	110,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	111,0	112,6	114,7	114,5	117,5	116,2	116,4	117,7	115,4	111,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	96,4	97,6	97,5	97,7	98,4	98,6	98,4	99,3	99,6	99,8
Total	99,7	99,4	100,0	100,8	101,7	102,9	103,1	102,9	102,7	102,3
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	101,4	102,4	102,6	103,4	105,0	105,7	105,8	106,8	106,1	105,5
Total de indústria	97,6	95,0	95,6	96,4	95,5	97,1	96,0	93,1	93,0	93,0
Grécia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	23,3	23,3	22,7	19,6	37,4	41,4	36,8	35,5	34,9	35,3
Alimentares, bebidas e tabaco	73,7	71,8	75,2	78,8	80,5	77,4	82,2	79,2	82,1	89,5
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	57,6	58,7	61,4	60,6	68,0	68,5	75,2	72,0	78,6	86,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	53,3	56,0	58,3	56,7	56,7	57,6	66,4	66,1	64,2	63,5
Pasta, papel, edição e impressão	78,2	79,0	82,3	85,6	94,5	87,8	101,8	97,8	110,4	103,2
Química, borracha e matérias plásticas	87,1	86,7	87,3	91,8	97,6	97,5	110,2	107,0	106,5	104,3
Outros produtos minerais não metálicos	183,3	203,5	179,3	177,0	104,6	96,8	93,4	88,0	87,8	77,8
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	68,2	70,0	71,5	70,2	80,5	82,2	88,1	84,0	84,2	66,8
Máquinas e equipamento	78,1	79,2	80,1	83,4	87,0	88,8	102,0	94,3	91,4	80,0
Equipamento de transporte	85,4	99,7	95,0	106,0	109,7	101,4	105,7	95,7	111,4	98,3
Energia	88,2	76,5	70,5	64,4	117,3	142,1	148,0	151,8	148,2	140,8
Construção	80,2	81,7	66,9	62,2	50,9	52,9	51,6	52,5	50,4	52,7
Comércio, restaurantes e hotéis	51,3	43,1	37,9	36,1	29,7	28,5	29,1	32,4	34,7	34,0
Transportes, armazenagem e comunicações	89,7	77,4	74,6	68,5	84,7	89,8	94,6	91,6	70,6	67,1
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	103,6	90,5	82,3	81,1	44,9	47,1	46,5	46,1	48,5	47,0
Serviços comunitários, sociais e pessoais	76,2	66,7	59,4	54,4	96,3	95,9	98,9	100,7	100,7	101,3
Total	68,9	62,9	58,0	55,2	63,2	63,3	65,5	66,6	67,0	66,3
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	75,9	65,3	58,8	55,7	66,4	65,1	67,5	69,4	69,7	68,7
Total de indústria	74,2	75,2	75,2	77,3	77,5	76,1	83,2	79,8	82,6	80,6

Portugal no Espaço Europeu

A1.19. CTUP SECTORIAIS (UE=100) (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Portugal										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	82,8	81,9	92,6	77,3	74,6	75,0	84,0	84,4	81,1	71,6
Alimentares, bebidas e tabaco	95,0	86,5	85,0	84,4	89,4	91,0	90,2	89,8	88,7	86,9
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	106,3	102,7	97,5	98,1	98,8	99,4	101,7	102,7	103,3	109,2
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	127,7	110,2	100,1	97,2	97,4	100,0	101,8	101,4	102,0	95,9
Pasta, papel, edição e impressão	74,9	73,9	82,1	73,1	69,2	80,9	79,5	80,5	82,6	80,2
Química, borracha e matérias plásticas	82,4	84,9	80,8	83,6	86,5	90,6	90,6	101,2	106,9	110,6
Outros produtos minerais não metálicos	75,5	76,2	76,8	82,4	86,0	85,1	85,5	87,4	88,3	112,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	80,4	86,3	83,3	85,4	89,6	90,0	86,8	85,6	83,9	91,2
Máquinas e equipamento	102,4	100,2	96,3	92,5	86,9	87,0	85,5	88,7	94,6	123,3
Equipamento de transporte	141,5	121,6	113,5	130,8	108,6	78,7	77,5	79,0	84,3	77,7
Energia	74,3	74,6	69,8	71,8	73,8	79,0	82,6	78,8	60,9	79,9
Construção	97,5	99,4	97,8	91,8	86,9	86,4	84,1	91,9	96,1	97,0
Comércio, restaurantes e hotéis	98,6	103,0	97,2	95,0	88,6	89,1	89,0	88,8	89,3	89,5
Transportes, armazenagem e comunicações	90,5	93,5	90,1	86,4	83,2	83,6	84,7	84,2	81,8	89,8
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	88,5	102,4	102,8	106,2	109,1	112,1	106,0	100,8	102,0	87,6
Serviços comunitários, sociais e pessoais	103,0	103,3	103,1	102,4	102,1	101,6	101,5	102,2	102,0	102,6
Total	94,6	98,4	97,3	96,5	95,8	97,0	96,9	97,6	98,3	98,6
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	100,1	106,5	105,0	104,8	103,6	104,6	103,4	103,0	103,7	102,2
Total de indústria	92,0	88,1	85,2	86,0	87,0	87,7	88,1	89,6	90,9	95,3
Hungria										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d	230,1	207,2	182,8	160,4	154,8	160,5	157,7	150,4	166,9
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d	116,5	121,1	114,4	112,5	110,4	108,8	110,0	114,8	108,4
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d	130,7	132,6	117,5	114,0	114,8	117,3	117,8	113,9	121,8
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d	107,5	105,7	93,7	94,0	96,2	109,8	107,7	94,6	104,9
Pasta, papel, edição e impressão	n.d	137,5	130,2	110,3	109,6	106,4	87,1	90,3	92,9	96,6
Química, borracha e matérias plásticas	n.d	100,1	92,2	84,4	78,0	81,4	79,6	77,3	83,1	77,8
Outros produtos minerais não metálicos	n.d	179,3	154,1	120,7	109,5	110,3	103,9	94,7	92,5	86,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d	122,2	119,1	108,9	101,8	100,0	98,0	91,5	95,4	91,0
Máquinas e equipamento	n.d	117,9	116,7	97,9	92,6	84,0	73,9	75,6	76,6	88,7
Equipamento de transporte	n.d	122,6	91,0	79,9	60,1	54,4	46,9	43,8	38,5	38,7
Energia	n.d	111,3	123,3	154,2	154,2	148,8	125,0	118,6	111,6	142,0
Construção	n.d	117,5	131,0	122,3	94,8	96,1	82,4	83,1	75,3	87,7
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d	120,3	110,7	103,7	94,3	102,6	104,9	102,0	96,2	105,2
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d	106,0	103,7	109,1	95,9	90,3	84,9	82,7	80,0	86,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d	103,6	101,3	93,8	85,7	85,5	91,7	99,6	88,8	89,4
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d	94,0	98,9	97,3	95,4	92,9	90,6	93,8	91,1	91,1
Total		110,2	109,6	104,2	96,7	94,5	92,7	93,3	89,4	93,8
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d	107,8	107,2	102,8	96,3	94,4	95,5	97,6	92,3	94,8
Total de indústria	n.d	116,1	112,1	99,7	94,3	91,7	86,2	84,2	84,2	86,6

Anexo 1 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A1.19. CTUP SECTORIAIS (UE=100) (Continuação)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Polónia										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	68,2	47,6	61,8	57,3	59,0	57,3	62,4	86,9	80,6
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	33,5	35,0	74,7	64,0	74,6	71,8	76,9	89,4	84,7
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	63,9	69,1	74,2	76,9	81,4	85,9	83,9	88,3	85,1
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	51,2	53,6	51,5	58,6	60,1	59,0	64,8	97,9	95,0
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	51,1	48,4	42,8	39,0	46,3	53,9	56,1	69,2	66,5
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	42,8	44,6	51,4	50,0	58,0	60,8	63,8	74,2	69,7
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	78,9	76,8	75,5	79,8	78,3	78,4	80,2	94,3	86,1
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	51,5	54,2	59,4	57,8	67,3	66,4	68,5	81,7	78,0
Máquinas e equipamento	n.d.	60,9	59,1	67,3	61,2	62,2	65,9	67,7	73,7	71,2
Equipamento de transporte	n.d.	68,1	56,7	62,6	69,5	63,3	75,4	74,5	99,6	90,1
Energia	n.d.	83,2	85,8	112,1	112,0	133,1	129,8	134,9	150,8	154,6
Construção	n.d.	64,6	65,1	51,8	49,9	56,8	53,4	52,6	61,4	56,6
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	44,2	37,4	34,9	33,3	34,6	36,6	37,9	44,9	42,5
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	69,2	68,6	61,0	65,5	67,9	74,2	76,9	88,0	87,3
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	110,2	124,5	86,5	98,1	101,3	102,5	87,1	101,7	94,5
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	63,0	63,2	79,1	77,8	76,7	77,1	79,3	89,6	88,0
Total	n.d.	62,2	60,7	64,4	64,0	67,1	68,2	68,7	79,9	76,3
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	70,9	68,1	66,3	67,5	68,0	69,5	68,9	79,1	76,1
Total de indústria	n.d.	48,8	49,5	62,0	60,1	64,8	66,9	69,2	82,0	77,7
República Checa										
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	268,6	217,6	188,9	191,8	172,7
Alimentares, bebidas e tabaco	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	76,4	68,8	71,8	70,9	75,1
Têxteis, vestuário, curtumes e calçado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	115,9	108,9	110,4	105,3	108,4
Madeira, cortiça, mobiliário e indústrias não especificadas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	100,2	84,8	85,9	83,5	85,4
Pasta, papel, edição e impressão	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	95,1	73,0	81,8	83,6	70,2
Química, borracha e matérias plásticas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	66,9	75,4	74,9	77,0	82,7
Outros produtos minerais não metálicos	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	87,3	77,5	79,2	79,5	91,3
Metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	71,0	85,7	88,1	93,9	86,1
Máquinas e equipamento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	83,2	90,6	92,4	91,6	89,4
Equipamento de transporte	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	64,8	67,1	73,9	73,5	66,8
Energia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	81,3	113,3	116,9	121,3	129,4
Construção	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	96,9	85,9	92,4	89,5	87,6
Comércio, restaurantes e hotéis	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	103,8	84,8	80,8	72,0	78,1
Transportes, armazenagem e comunicações	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	84,4	86,2	82,7	89,1	79,6
Actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	102,6	119,2	96,1	100,2	100,8
Serviços comunitários, sociais e pessoais	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	101,4	95,4	94,7	93,3	95,7
Total	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	95,0	93,7	90,4	90,4	90,6
<i>Por memória</i>										
Total de serviços	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	101,3	97,3	89,4	89,3	90,8
Total de indústria	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	80,1	81,0	83,7	84,1	83,5

VAB avaliado a preços correntes, convertido à taxa de câmbio média anual

Fonte: OCDE - STAN Database; Eurostat - Newcronos; DPP

ANEXO 2

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.1. ECONOMIA INTERNACIONAL PRINCIPAIS INDICADORES

(continua)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de variação em volume (%)							
Produto Interno Bruto							
EUA	4,1	4,4	3,7	0,8	1,6	2,7	4,2
Japão	1,0	-0,2	2,9	0,4	0,1	1,8	2,3
OCDE	3,3	3,3	3,9	1,1	1,5	2,0	3,3
UE25	2,9	3,0	3,9	1,9	1,2	1,2	2,4
UE15	2,8	3,0	3,9	1,9	1,1	1,1	2,3
Área Euro	2,7	3,0	3,9	1,9	0,9	0,8	2,1
NEIA ^(a)	4,9	7,4	7,9	1,1	5,3	3,2	5,8
Mundo	3,9	3,7	4,8	2,6	3,1	4,1	5,3
Formação Bruta de Capital Fixo							
EUA	7,9	8,2	6,1	-1,8	-3,5	3,3	8,4
Japão	-0,5	-0,7	1,2	-0,9	-5,0	0,3	1,1
OCDE	5,7	5,3	5,5	-1,3	-1,8	2,2	5,5
UE25	4,7	5,3	4,7	0,6	-0,8	0,8	3,0
UE15	4,5	5,5	4,8	0,7	-0,8	0,7	2,8
Área Euro	4,3	6,2	4,9	0,5	-1,5	0,8	2,3
NEIA ^(a)	3,0	2,8	10,8	-6,5	1,9	1,6	7,6
Consumo Privado							
EUA	4,4	5,1	4,7	2,5	2,7	2,9	3,9
Japão	0,9	1,1	1,1	1,4	1,1	0,6	1,9
OCDE	3,4	3,9	3,9	2,1	2,2	2,0	2,9
UE25	2,9	3,6	3,4	2,1	1,6	1,6	2,1
UE15	2,8	3,5	3,4	2,1	1,5	1,5	2,0
Área Euro	2,6	3,4	3,1	1,9	0,9	1,2	1,6
NEIA ^(a)	4,2	8,2	7,3	3,2	4,9	-0,4	2,2
Taxa de variação (%)							
Índice de Preços no Consumidor							
EUA	2,5	2,2	3,4	2,8	1,6	2,3	2,7
Japão	0,3	-0,3	-0,8	-0,8	-0,9	-0,3	0,0
OCDE ^(b)	3,6	2,8	3,2	3,1	2,1	2,1	2,0
UE25 ^(c)	2,4	1,6	2,4	2,5	2,1	1,9	2,1
UE15 ^(c)	1,7	1,2	1,9	2,2	2,1	2,0	2,0
Área Euro ^(c)	1,7	1,1	2,1	2,4	2,3	2,1	2,1
NEIA	3,3	-	1,1	1,9	0,9	1,4	2,4
(%)							
Taxa de desemprego							
EUA	4,6	4,2	4,0	4,8	5,8	6,0	5,5
Japão	4,1	4,7	4,7	5,0	5,4	5,3	4,7
OCDE	6,7	6,4	5,9	6,2	6,7	6,9	6,7
UE25	9,5	9,1	8,6	8,4	8,8	9,0	9,1
UE15	9,1	8,6	7,7	7,3	7,6	8,0	8,1
Área Euro	9,8	9,2	8,2	7,9	8,3	8,7	8,9
NEIA	3,9	5,4	4,0	4,2	4,2	4,4	4,2

Portugal no Espaço Europeu

A2.1. ECONOMIA INTERNACIONAL PRINCIPAIS INDICADORES

(continuação)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Em % do PIB							
Saldo Corrente da Balança de Pagamentos							
EUA	-2,4	-3,0	-4,1	-3,7	-4,4	-4,6	-5,6
Japão	2,4	2,6	2,5	2,1	2,8	3,2	3,7
UE25	0,2	-0,1	-0,6	-0,3	0,3	0,1	0,0
UE15	0,4	0,2	-0,3	-0,1	0,6	0,4	0,5
Zona Euro	0,6	0,3	-0,4	0,0	0,8	0,5	0,6
Saldo Corrente das Administrações Públicas							
EUA	2,2	3,2	4,0	2,1	-1,2	-2,3	-2,2
Japão	1,3	-0,2	-0,2	0,0	-2,2	-2,5	-2,4
UE25	-,-	-,-	2,6	1,9	0,8	0,0	0,4
UE15	1,0	2,3	2,6	2,0	0,8	0,0	0,3
Zona Euro	0,9	2,0	2,3	1,7	0,8	0,1	0,4
Saldo Global das Administrações Públicas							
EUA	0,0	0,9	1,6	-0,4	-3,8	-5,0	-4,7
Japão	-6,9	-7,2	-7,5	-6,1	-7,9	-7,7	-7,0
UE25	-,-	-,-	0,8	-1,3	-2,4	-3,0	-2,6
UE15	-1,6	-0,7	1,0	-1,2	-2,2	-2,9	-2,6
Zona Euro	-2,1	-1,3	0,1	-1,8	-2,5	-3,0	-2,7
Dívida Pública							
EUA	67,3	64,5	58,6	58,3	60,7	63,2	63,8
Japão	113,2	125,7	134,0	142,3	149,4	154,6	157,6
UE25 ^(d)	-,-	66,7	62,7	62,0	61,4	63,0	63,4
UE15 ^(d)	68,8	67,8	63,9	63,1	62,5	64,0	64,3
Zona Euro ^(d)	73,3	72,7	70,1	69,3	69,2	70,4	70,8
(%)							
Taxas de Juro							
Curto Prazo							
EUA	5,7	5,4	6,5	3,8	1,8	1,2	1,6
Japão	0,5	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1
Zona Euro	4,3	3,1	4,5	4,3	3,3	2,3	2,1
Longo Prazo							
EUA	6,0	5,6	6,0	5,0	4,6	4,0	4,3
Japão	2,0	1,8	1,8	1,3	1,3	1,0	1,5
Zona Euro	5,7	4,7	5,4	5,0	4,9	4,1	4,1
Taxa de variação (%)							
Comércio Mundial ^(e)	8,1	5,4	12,9	-0,3	3,7	6,0	10,7
Preço do Petróleo Brent (US\$/Barril) ^(f)	16,0	40,1	58,8	-13,9	2,2	15,7	32,1
Valores							
Preço do Petróleo Brent (US\$/Barril) ^(f)	19,8	17,9	28,4	24,4	25,0	28,9	38,2
Cotação do Euro/Dólar	0,917	0,938	1,085	1,117	1,061	0,885	0,805
Cotação do Yen/Dólar	116,5	113,9	107,8	121,5	125,3	115,9	108,2
Cotação do Libra/Dólar	0,627	0,618	0,661	0,694	0,666	0,610	0,546
Índices Bolsistas (valores médios)							
Dow Jones	8598,1	10474,8	10688,0	10139,9	9181,0	9017,9	10328,0
Nasdaq	2191,7	2787,6	3710,2	2004,6	1519,8	1659,2	1992,9

(a) NEIA - Novas Economias Industrializadas da Ásia (Hong Kong, Coreia, Singapura e Taiwan).

(b) Deflador do consumo privado.

(c) Índice Harmonizado de Preços no Consumidor.

(d) Definição de Maastricht.

(e) Média da taxa de variação anual em volume das exportações e importações mundiais.

(f) Valores anuais - médias dos preços médios mensais calculadas sobre os preços semanais.

Fonte: OCDE; CE; Eurostat; FMI; OPEP; Bloomberg.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.2. ECONOMIA PORTUGUESA PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

(continua)

Indicadores	Unidade	1996-00	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Demografia								
População Residente - 31 de Dezembro (a)	1000 Indivíduos		10195	10257	10329	10407	10475	10529
Taxa de Natalidade	0/00	11,3	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8	10,4
Taxa de Mortalidade Geral	0/00	10,5	10,6	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7
Taxa de Mortalidade Infantil	0/00	6,1	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1	3,8
Índice de Envelhecimento (b)	Por 100 indivíduos	96,6	101,9	102,3	104,2	105,5	106,8	108,7
Índice de Dependência Total (c)	"	47,6	47,2	47,9	48,0	48,1	48,3	48,5
Nível da actividade Económica e Preços (d)								
Despesas de Consumo Final	Variação real (%)	4,1	5,3	3,7	1,8	1,6	0,2	2,3
Famílias Residentes	"	4,2	5,3	3,7	1,2	1,3	0,1	2,4
ISFLSF (e)	"	3,0	1,1	4,9	4,6	2,1	1,1	2,0
Administração Pública	"	3,8	5,6	3,5	3,3	2,6	0,3	2,0
Formação Bruta de Capital Fixo	"	8,3	6,2	3,5	1,0	-3,5	-10,0	0,9
Exportações FOB	"	6,3	3,0	8,4	1,8	1,5	3,7	4,5
Procura Global	"	5,3	5,2	4,3	1,7	0,3	-0,9	2,7
Importações FOB	"	8,6	8,6	5,3	0,9	-0,7	-0,4	6,8
Produto Interno Bruto	"	4,1	3,9	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,1
"	milhões de euros		114193	122270	129308	135434	137523	142843
Estrutura do VAB (f)								
Agricultura, Sicultura e Pesca	%	4,4	4,0	3,8	3,6	3,3	3,4	3,7
Energia	"	2,7	2,6	2,4	2,4	2,5	2,5	2,8
Indústria	"	18,8	18,4	17,5	17,1	16,7	16,2	16,5
Construção	"	7,1	7,3	7,6	7,8	7,6	6,7	6,7
Serviços	"	66,9	67,7	68,6	69,1	69,9	71,2	70,4
PIB por habitante	Euros		11226	11957	12563	13062	13171	13602
"	Dólares EUA		11968	11020	11247	12311	14883	16896
PIB por habitante (g)	PPC (EUR15=100)	71	73	73	73	73	67	67
"	PPC (EUR25=100)	78	81	81	80	79	73	72
RNB por habitante	Euros		11033	11656	12220	12837	13017	13435
"	Dólares EUA		11762	10743	10940	12099	14708	16689
Produtividade Global da Economia (h)	%	2,3	2,5	1,6	0,2	0,3	-0,7	1,0
Taxa de Inflação (i)	"	2,7	2,3	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4
IHPC	"	2,4	2,2	2,8	4,4	3,7	3,3	2,5
Deflador do PIB (d)	"	3,3	3,3	3,1	3,7	3,9	2,6	2,8
Investimento								
Taxa de Investimento	%	25,7	26,8	27,1	26,5	25,0	22,5	22,4
FBCF do SPA na FBCF Total	"	15,3	15,1	13,9	14,6	14,2	14,8	13,8
Investimento Directo Estrangeiro (saldo) na FBCF	"	9,6	3,5	21,8	20,6	5,5	24,6	6,0
Investimento Directo Estrangeiro (saldo) no PIBpm	"	2,5	1,0	5,9	5,4	1,4	5,5	1,3
Investimento de Portugal no Exterior (saldo)/FBCF	"	11,9	9,8	26,7	20,4	0,5	23,0	20,1
Investimento de Portugal no Exterior (saldo)/PIBpm	"	3,1	2,6	7,2	5,4	0,1	5,2	4,5
Saldo Financeiro com a UE no PIB	"	2,5	2,5	1,6	1,0	2,0	2,7	2,1
Transferências Comunitárias no PIB	"	3,5	3,6	2,6	1,9	3,0	3,6	3,0
Acções Estruturais na FBCF	"	10,9	10,7	7,2	4,5	9,3	12,7	10,7
Mercado de Trabalho (j)								
Emprego (k)	T.V.	1,7	1,4	2,3	1,8	0,5	-0,4	0,1
Taxa de Desemprego	%	5,5	4,4	3,9	4,0	5,0	6,3	6,7
Taxa de Actividade Líquida (15-64 anos) (l) (m)	"	70,7	70,6	71,2	72,0	72,6	72,8	72,9
Homens	"	78,8	78,7	78,9	79,4	79,8	79,4	79,0
Mulheres	"	62,9	62,8	63,8	64,8	65,6	66,5	67,0

A2.2. ECONOMIA PORTUGUESA
PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

(continuação)

Indicadores	Unidade	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
RENDIMENTO								
Rendimentos do Trabalho no RNB pm	%	49,0	49,0	50,6	51,3	50,8	51,1	n.d.
Taxa de margem (n)	%	38,7	38,5	37,1	37,2	36,6	35,7	n.d.
Taxa efectiva de imposição indirecta (o)	% do PIB	13,5	14,0	13,5	13,5	14,2	14,8	14,2
Taxa efectiva de subsidiação (p)	% do PIB	1,4	1,7	1,2	1,3	1,5	1,5	1,5
Salário médio real (q)	T.V.H.	3,0	3,8	2,7	1,5	-0,1	-1,0	n.d.
FISCALIDADE E ORÇAMENTO (r)								
Nível de Fiscalidade (s)	% do PIB	34,0	34,6	35,1	34,7	35,6	36,2	35,7
Impostos Indirectos/Despesas de Consumo Final d	%	21,1	21,9	21,1	21,4	22,5	23,2	22,1
Despesas Totais do SPA/PIBpm	"	43,4	43,7	43,7	44,8	44,6	46,1	46,5
Despesas Consumo Final da Administração Pública	"	18,7	18,8	19,6	19,9	20,2	20,0	20,9
Juros da Dívida Pública/PIBpm	"	3,7	3,1	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7
Prestações Sociais/PIBpm	"	13,1	13,3	13,7	14,1	14,8	16,7	17,1
Investimento do SPA/PIBpm	"	4,0	4,1	3,8	3,9	3,6	3,4	3,1
Saldo Global (l)/PIBpm	"	-3,3	-2,7	-2,9	-4,2	-2,8	-2,9	-3,0
Saldo Corrente/PIBpm	"	0,6	1,4	0,7	-0,5	-0,2	-1,1	-2,2
Saldo Primário/PIBpm	"	0,4	0,3	0,2	-1,2	0,1	-0,1	-0,3
Dívida Bruta do SPA/PIBpm	"	54,3	52,0	51,2	53,6	56,1	57,7	59,4
RELAÇÕES EXTERNAS								
Balança Corrente e de Capital no PIBpm	%	-5,3	-6,5	-9,0	-9,2	-6,1	-4,0	-5,7
Taxa de Cobertura Importações pelas Exportações	"	70,0	65,8	65,8	66,6	68,9	72,4	69,6
Outro Investimento-Passivos no PIBpm	"	67,1	71,3	89,6	98,5	99,2	104,4	107,9
Coefficiente Penetração Importações (u)	"	27,3	28,6	28,9	28,7	28,4	28,5	29,7
Exportações/PIB	"	28,4	28,5	29,8	29,7	29,9	31,4	32,4
Grau de Abertura da Economia (v)	"	33,0	34,3	35,2	35,0	34,8	35,6	37,3
Elasticidade das Importações (x)	Abstracto	1,6	1,6	1,2	0,5	-2,0	0,4	2,5
Termos de Troca (z)	p.p.	-0,7	0,2	-2,8	1,0	1,6	-0,4	-1,5
Posição de Investimento Internacional	% do PIB	-25,7	-22,2	-32,9	-39,5	-43,9	-48,4	-53,5

(a) Estimativas provisórias de população residente intercensitárias.

(b) Nº de idosos (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0-14 anos).

(c) Nº de jovens (0-14 anos) e de idosos (65 e mais anos) em cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos).

(d) Cálculos efectuados com base nas Contas Nacionais Trimestrais de Março de 2006; dados encadeados em volume (ano de referência=2000).

(e) Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias.

(f) Estrutura calculada já com a afectação da utilização dos SIFIM aos sectores/ramos de actividade utilizadores; preços correntes.

(g) Eurostat.

(h) Estimativa do DPP calculada com base nas Contas Nacionais Anuais e nas Contas Trimestrais de Março de 2006 (PIB - dados encadeados em volume, ano de referência=2000) e no Inquérito ao Emprego (Número de indivíduos).

(i) IPC nacional sem rendas de habitação até 1997; IPC nacional com rendas de habitação a partir de 1998.

(j) Valores compatíveis com os Censos 2001.

(k) Número de indivíduos.

(l) População activa com 15 e mais anos / população total com 15 e mais anos.

(m) Os valores médios correspondem ao período 1998-2000.

(n) Relação entre o Excedente Bruto de Exploração e o PIB.

(o) Impostos indirectos em percentagem do PIB.

(p) Subsídios em percentagem do PIB.

(q) Salário deflacionado com o IPC total.

(r) Óptica da Contabilidade Nacional; Contas das Administrações Públicas e PIB do Procedimento dos Défices Excessivos de Agosto de 2005.

(s) (Impostos Directos + Impostos Indirectos + Contribuições para a Segurança Social) / PIB.

(t) Mercadorias; preços correntes.

(u) Importações de bens e serviços em % da procura global; dados encadeados em volume (ano de referência=2000).

(v) [(Exportações de Bens e Serviços + Importações de bens e Serviços) / 2] / PIB; dados encadeados em volume (ano de referência=2000).

(x) Face à Procura Global; dados encadeados em volume (ano de referência=2000).

(z) Para Mercadorias.

Fonte: INE, BP, MF, Eurostat e DPP

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.3. DESPESA INTERNA^(a)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Valores a preços correntes						(10 ⁶ Euros)
Despesas de Consumo Final das Famílias (b)	-	72820,1	78100,4	81797,0	85385,2	87853,5	92265,2
Despesas de Consumo Final da Administração Pública	-	21257,4	23623,5	25435,7	27143,5	27628,3	29200,6
Investimento	-	31742,7	33860,7	35031,3	34160,4	31363,2	32767,1
Formação bruta de capital fixo	-	30616,9	33103,2	34218,3	33841,3	30951,2	31932,8
Variação de existências	-	989,1	595,4	658,5	169,6	275,6	698,5
Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor	-	136,7	162,1	154,5	149,5	136,4	135,8
Procura interna	-	125820,2	135584,6	142264,0	146689,1	146845,0	154232,9
Exportações (FOB)	-	31872,6	36386,8	37360,4	37879,4	38563,6	40786,7
Bens	-	24729,4	28286,0	28965,4	29171,1	29971,3	31482,3
Turismo	-	4630,2	5341,4	5718,7	5689,8	5461,2	5889,2
Outros serviços	-	2513,0	2759,4	2676,3	3018,5	3131,1	3415,2
Procura global	-	157692,8	171971,4	179624,4	184568,5	185408,6	195019,6
Importações (FOB)	-	43500,0	49701,2	50316,0	49134,9	47885,8	52176,4
Bens	-	37600,7	42993,3	43481,1	42309,2	41416,3	45260,2
Turismo	-	1763,0	2010,6	1961,5	1864,7	1768,3	1846,4
Outros serviços	-	4136,3	4697,3	4873,4	4961,0	4701,2	5069,8
PIB a preços de mercado	-	114192,8	122270,2	129308,4	135433,6	137522,8	142843,2
	Taxa de variação em volume (c)						
Despesas de Consumo Final das Famílias (b)	4,2	5,2	3,7	1,3	1,3	0,1	2,4
Despesas de Consumo Final da Administração Pública	3,8	5,6	3,5	3,3	2,6	0,3	2,0
Investimento	8,0	7,4	2,1	1,2	-4,7	-9,7	1,8
Formação bruta de capital fixo	8,3	6,2	3,5	1,0	-3,5	-10,0	0,9
Procura interna	5,0	5,8	3,3	1,7	0,0	-2,2	2,2
Exportações (FOB)	6,3	3,0	8,4	1,8	1,5	3,7	4,5
Bens	6,7	2,9	8,3	1,5	1,5	5,7	4,5
Turismo	5,7	-0,8	12,0	3,1	-4,8	-7,3	3,1
Outros serviços	4,4	11,8	2,6	2,4	13,2	3,3	7,2
Procura global	5,3	5,2	4,3	1,7	0,3	-0,9	2,7
Importações (FOB)	8,6	8,6	5,3	0,9	-0,7	-0,4	6,8
Bens	9,1	9,4	5,2	1,2	-0,4	0,4	7,2
Turismo	6,3	-0,2	10,6	-5,4	-7,9	-7,0	2,1
Outros serviços	5,3	5,3	3,9	0,9	-0,6	-5,6	4,6
PIB a preços de mercado	4,1	3,9	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,1
	Taxa de variação dos preços						
Despesas de Consumo Final das Famílias (b)	2,7	2,2	3,4	3,4	3,0	2,8	2,6
Despesas de Consumo Final da Administração Pública	5,1	5,0	7,3	4,3	4,0	1,5	3,6
Investimento	3,1	1,8	4,5	2,3	2,3	1,7	2,7
Formação bruta de capital fixo	3,1	2,1	4,4	2,4	2,5	1,7	2,3
Procura interna	3,3	2,6	4,4	3,1	3,1	2,4	2,7
Exportações (FOB)	1,9	0,3	5,4	0,9	-0,1	-1,8	1,2
Bens	1,3	-0,3	5,6	0,9	-0,8	-2,8	0,5
Turismo	3,8	1,9	3,0	3,8	4,6	3,5	4,6
Outros serviços	5,2	3,9	7,0	-5,3	-0,3	0,4	1,7
Procura global	3,0	2,1	4,5	2,7	2,4	1,4	2,4
Importações (FOB)	2,1	-0,7	8,5	0,3	-1,6	-2,1	2,1
Bens	2,0	-0,5	8,7	-0,1	-2,3	-2,5	2,0
Turismo	2,5	2,1	3,1	3,1	3,2	1,9	2,3
Outros serviços	2,5	-3,9	9,3	2,8	2,4	0,4	3,1
PIB a preços de mercado	3,3	3,3	3,1	3,7	3,9	2,6	2,8

(a) Contas Nacionais Trimestrais - Base 2000 (Março de 2006).

(b) Inclui ISFLSF.

(c) Ano de referência = 2000.

Fonte: INE.

Portugal no Espaço Europeu

A2.4. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO POR SECTORES INSTITUCIONAIS

	NCN95	1996-00	1999	2000 ^(a)	2001 ^(a)	2002 ^(a)	2003P ^(a)	2004 ^(a)	
			Valores a preços correntes					(10 ⁶ Euros)	
Sociedades não Financeiras	S11	-	15552,1	18311,0	18615,0	18170,0	n.d.	n.d.	
Sociedades Financeiras	S12	-	978,7	908,0	1036,0	1294,0	n.d.	n.d.	
Administrações Públicas	S13	-	4479,9	4585,0	4992,0	4793,0	n.d.	n.d.	
Administração Central	S.1311	-	2100,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administração Regional e Local	S.1313	-	2315,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Fundos de Segurança Social	S.1314	-	63,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Famílias	S14	-	7824,9	8502,0	8669,0	8707,0	n.d.	n.d.	
Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF)	S15	-	626,9	797,0	907,0	878,0	n.d.	n.d.	
Total		-	29462,5	33103,0	34218,0	33841,0	30951,0	31932,8	
			Estrutura					(%)	
Sociedades não Financeiras		52,1	52,8	55,3	54,4	53,7	n.d.	n.d.	
Sociedades Financeiras		3,6	3,3	2,7	3,0	3,8	n.d.	n.d.	
Administrações Públicas		15,5	15,2	13,9	14,6	14,2	n.d.	n.d.	
Administração Central		7,4	7,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administração Regional e Local		7,9	7,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Fundos de Segurança Social		0,2	0,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Famílias		26,7	26,6	25,7	25,3	25,7	n.d.	n.d.	
Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF)		2,1	2,1	2,4	2,7	2,6	n.d.	n.d.	
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
			Taxas de variação em volume					(%)	
Sociedades não Financeiras		11,5	6,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Sociedades Financeiras		-3,5	-2,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administrações Públicas		4,7	10,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administração Central		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administração Regional e Local		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Fundos de Segurança Social		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Famílias		5,7	5,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF)		7,7	1,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Total		8,2	6,2	3,5	1,0	-3,5	-10,0	0,9	
			Taxas de variação dos preços					(%)	
Sociedades não Financeiras		3,4	2,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Sociedades Financeiras		3,7	2,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administrações Públicas		3,2	1,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administração Central		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Administração Regional e Local		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Fundos de Segurança Social		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Famílias		3,7	2,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF)		2,8	0,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Total		3,1	2,1	4,5	2,3	2,5	1,6	2,3	

(a) Contas Nacionais Anuais Preliminares Definitivas (base 2000).

P- Provisório.

Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.5. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO POR TIPO DE PRODUTO (a)

	NCN95	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003P	2004	
		Valores a preços correntes						(10 ⁶ Euros)	
Agricul., Silv., Pescas	01+02+05	-	328,7	275,0	282,0	330,0	322,0	n.d.	
Prod. Metálicos e Máquinas	28-33+36	-	7288,3	7965,0	8207,0	7652,0	7193,0	n.d.	
Material de Transporte	34+35	-	3496,1	3704,0	3339,0	2888,0	2535,0	n.d.	
Construção	T. a .45	-	15525,2	16913,0	18056,0	18134,0	16349,0	n.d.	
Habitação		-	n.d.	6791,0	6867,0	6737,0	n.d.	n.d.	
Outras construções		-	n.d.	10122,0	11189,0	11397,0	n.d.	n.d.	
Outros	Outras divisões	-	3978,6	4246,0	4334,0	4837,0	4552,0	n.d.	
FBCF - Total		-	30616,9	33103,0	34218,0	33841,0	30951,0	31932,8	
		Estrutura						(%)	
Agricul., Silv., Pescas		1,4	1,1	0,8	0,8	1,0	1,0	n.d.	
Prod. Metálicos e Máquinas		23,2	23,8	24,1	24,0	22,6	23,2	n.d.	
Material de Transporte		8,2	11,4	11,2	9,8	8,5	8,2	n.d.	
Construção		51,9	50,7	51,1	52,8	53,6	52,8	n.d.	
Habitação		n.d.	n.d.	20,5	20,1	19,9	n.d.	n.d.	
Outras construções		n.d.	n.d.	30,6	32,7	33,7	n.d.	n.d.	
Outros		15,4	13,0	12,8	12,7	14,3	14,7	n.d.	
FBCF - Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
		Taxas de variação em volume						(%)	
Agricul., Silv., Pescas		-10,7	24,4	-17,8	-0,1	13,2	-11,6	19,9	
Prod. Metálicos e Máquinas		8,1	9,6	4,6	4,6	-5,7	-4,6	3,9	
Material de Transporte		11,1	5,4	3,0	-13,2	-14,6	-11,8	7,3	
Construção		5,9	3,7	4,1	3,4	-3,3	-11,9	-1,6	
Habitação		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Outras construções		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Outros		6,0	9,2	1,1	-2,7	7,9	-11	-0,9	
FBCF - Total		8,2	6,2	3,5	1,0	-3,5	-10,0	0,9	
		Taxas de variação dos preços						(%)	
Agricul., Silv., Pescas		-0,1	-5,2	1,7	2,6	3,6	10,4	4,8	
Prod. Metálicos e Máquinas		14,2	-1,7	4,5	-1,5	-1,1	-1,4	-0,1	
Material de Transporte		18,8	4,4	2,9	3,8	1,3	-0,5	-1,1	
Construção		13,5	1,9	4,6	3,2	3,9	2,3	3,7	
Habitação		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Outras construções		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Outros		22,3	9,3	5,6	4,9	3,4	5,7	4,0	
FBCF - Total		3,1	2,1	4,5	2,3	2,5	1,6	2,3	

(a) Contas Nacionais Anuais Preliminares Definitivas (base 2000).

P- Provisório.

Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais.A19

Portugal no Espaço Europeu

A2.6. POUPANÇA BRUTA

	Estrutura (%)						
	1996-2000	1999	2000 (a)	2001(a)	2002 (a)	2003 (a)	2004 (a)
Poupança Interna	72,3	69,1	61,1	62,1	67,4	n.d.	n.d.
Poupança Privada	70,0	64,5	58,9	64,5	68,8	n.d.	n.d.
Particulares	26,2	20,7	25,9	28,4	29,3	n.d.	n.d.
Sociedades	43,8	43,9	33,1	36,0	39,5	n.d.	n.d.
Poupança Sector Público Administrativo	2,3	4,6	2,1	-2,4	-1,4	n.d.	n.d.
Poupança Externa	27,7	30,9	38,9	37,9	32,6	n.d.	n.d.
Poupança Bruta = Investimento Bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	n.d.	n.d.
Formação Bruta de Capital Fixo	96,9	96,3	97,8	97,7	99,1	n.d.	n.d.
Variação de Existências+ACOV	3,1	3,7	2,2	2,4	0,9	n.d.	n.d.

(a) Contas Nacionais Preliminares Definitivas (base 2000).

Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.7. PRODUTO INTERNO BRUTO^(a)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Valores a preços correntes (10 ⁶ Euros)							
Agricultura, silvicultura e pesca	-	3950,3	4026,2	4056,3	3908,8	4058,1	4053,7
Energia	-	2619,1	2604,4	2723,6	2926,0	3029,2	3170,7
Indústria	-	18206,5	18676,4	19296,0	19675,1	19336,4	19848,4
Construção	-	7223,0	8102,4	8746,0	8943,5	7996,1	8091,8
Serviços:	-	66992,8	73135,6	77995,4	82296,9	85008,8	88915,5
Comércio, rest. e hotéis	-	17184,0	18611,2	19875,1	20767,0	20877,8	21771,6
Transportes e Comunicações	-	6487,5	7037,0	7727,3	8025,5	8341,9	8716,6
Actividades Financeiras e Imobiliárias	-	13744,2	14685,4	15611,5	16230,1	16940,6	17533,1
Outros Serviços	-	29577,1	32802,0	34781,5	37274,3	38848,5	40894,2
Valor Acrescentado Bruto	-	98991,7	106545,0	112817,3	117750,3	119428,6	124080,1
Impostos	-	15200,8	15725,1	16491,4	17683,0	18094,1	18752,2
PIB a preços de mercado	-	114192,8	122270,2	129308,4	135433,6	137522,8	142843,2
Taxas de variação em volume^(a) (%)							
Agricultura, silvicultura e pesca	-1,4	4,6	-4,2	-3,2	2,4	-3,1	0,8
Energia	6,0	3,4	9,5	3,6	0,3	6,5	5,5
Indústria	4,0	-0,2	2,1	1,5	-0,7	-0,7	0,2
Construção	4,9	1,9	6,3	2,8	-4,0	-12,7	-1,3
Serviços:	3,8	4,4	4,4	2,9	1,6	0,4	1,5
Comércio, rest. e hotéis	3,8	2,1	4,4	0,8	-1,1	-2,6	1,7
Transportes e Comunicações	4,6	7,0	9,7	8,5	2,8	0,3	4,7
Actividades Financeiras e Imobiliárias	5,9	7,7	4,0	5,5	2,7	3,2	-0,4
Outros Serviços	2,8	3,7	3,5	1,7	2,3	0,7	1,5
Valor Acrescentado Bruto	3,7	3,3	3,9	2,4	0,8	-0,7	1,2
Impostos	6,4	8,3	4,1	-0,8	0,8	-3,9	0,9
PIB a preços de mercado	4,1	3,9	3,9	2,0	0,8	-1,1	1,1
Taxas de variação dos preços (%)							
Agricultura, silvicultura e pesca	0,1	-4,9	6,4	4,1	-5,9	7,1	-0,9
Energia	-2,4	-2,3	-9,2	0,9	7,1	-2,8	-0,8
Indústria	1,5	4,0	0,5	1,8	2,7	-1,0	2,4
Construção	6,1	5,0	5,5	5,0	6,5	2,4	2,5
Serviços:	4,3	4,1	4,6	3,7	3,9	2,9	3,1
Comércio, rest. e hotéis	3,1	2,4	3,7	5,9	5,6	3,2	2,5
Transportes e Comunicações	2,9	1,3	-1,1	1,2	1,0	3,6	-0,2
Actividades Financeiras e Imobiliárias	1,3	0,4	2,7	0,8	1,2	1,1	3,9
Outros Serviços	6,6	7,4	7,2	4,3	4,8	3,5	3,7
Valor Acrescentado Bruto	3,5	3,6	3,6	3,4	3,5	2,1	2,7
Impostos	1,8	1,3	-0,6	5,7	6,4	6,5	2,7
PIB a preços de mercado	3,3	3,3	3,1	3,7	3,9	2,7	2,7

(a) Preços constantes de 2000.

Fonte: INE.

Portugal no Espaço Europeu

A2.8. PRODUÇÃO, VALOR ACRESCENTADO BRUTO E RENDIMENTO AGRÍCOLA

(Preços Correntes)

	1996-00	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 (b)
	10 ⁶ Euros							
PRODUÇÃO DO RAMO AGRÍCOLA a preços de base (a)	5238,04	5753,70	5616,39	6278,07	6165,81	6175,21	6345,24	
Produção vegetal	2935,12	3529,80	3215,56	3757,62	3716,92	3964,04	4077,74	
Cereais (inclui sementes)	374,48	414,02	381,15	382,82	387,12	371,64	n.d.	
Plantas industriais	105,87	108,27	118,74	117,03	155,12	149,98	n.d.	
Plantas forrageiras	289,65	304,18	297,79	287,06	275,44	218,29	n.d.	
Vegetais e produtos hortícolas	1001,93	998,29	924,39	1389,42	1562,67	1741,05	n.d.	
Batatas (inclui sementes)	206,27	138,84	132,79	131,72	87,48	100,98	n.d.	
Frutos	606,55	826,40	717,54	780,64	720,78	808,40	n.d.	
Vinho	264,44	651,50	551,59	617,71	464,23	509,83	n.d.	
Azeite	78,51	78,97	83,26	44,15	58,30	58,24	n.d.	
Outros produtos vegetais	7,42	9,33	8,31	7,07	5,78	5,63	n.d.	
Produção animal	2297,99	2218,86	2396,00	2513,77	2442,21	2204,78	2260,96	
Animais	1578,22	1453,68	1587,18	1692,29	1568,57	1368,43	n.d.	
Produtos animais	719,77	765,18	808,82	821,48	873,64	836,35	n.d.	
Produção de serviços agrícolas	4,93	5,04	4,83	6,68	6,68	6,39	6,54	
(-) Consumo intermédio	2755,87	2888,91	2924,30	3076,79	2967,13	2878,94	2996,71	
VALOR ACRESCENTADO BRUTO a preços de base (a)	2482,17	2864,79	2692,09	3201,28	3198,68	3296,27	3348,53	
(-) Consumo de capital fixo	597,87	605,29	643,57	667,74	730,56	767,64	n.d.	
Valor Acrescentado Líquido a preços de base (a)	1884,30	2259,50	2048,52	2533,54	2468,12	2528,63	n.d.	
(-) Outros impostos sobre a produção	6,51	6,71	7,44	7,63	9,96	10,54	n.d.	
(+) Outros subsídios à produção	356,95	360,84	294,48	375,20	328,28	354,02	n.d.	
Rendimento dos Factores	2234,74	2613,63	2335,56	2901,11	2786,44	2872,11	2913,48	
(-) Remuneração dos assalariados	519,10	520,65	520,29	534,40	532,20	551,32	n.d.	
Excedente Líquido de Exploração ou Rendimento Misto	1715,64	2092,98	1815,27	2366,71	2254,24	2320,79	n.d.	
(-) Rendas a pagar	54,23	50,39	51,45	50,86	52,37	51,54	n.d.	
(-) Juros a pagar	193,22	196,02	191,99	186,73	183,85	223,26	n.d.	
RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO	1468,19	1846,57	1571,83	2129,12	2018,02	2045,99	2068,31	
	Taxas de Variação (c)							
PRODUÇÃO DO RAMO AGRÍCOLA a preços de base (a)	1,6	-0,7	9,8	-2,4	11,8	-1,8	0,2	2,8
Produção vegetal	1,4	-1,1	20,3	-8,9	16,9	-1,1	6,6	2,9
Cereais (inclui sementes)	-2,8	-21,7	10,6	-7,9	0,4	1,1	-4,0	n.d.
Plantas industriais	-0,1	-14,5	2,3	9,7	-1,4	32,5	-3,3	n.d.
Plantas forrageiras	3,3	17,9	5,0	-2,1	-3,6	-4,0	-20,7	n.d.
Vegetais e produtos hortícolas	3,3	26,4	-0,4	-7,4	50,3	12,5	11,4	n.d.
Batatas (inclui sementes)	-10,6	20,2	-32,7	-4,4	-0,8	-33,6	15,4	n.d.
Frutos	3,9	-9,4	36,2	-13,2	8,8	-7,7	12,2	n.d.
Vinho	3,0	-32,3	146,4	-15,3	12,0	-24,8	9,8	n.d.
Azeite	-1,8	-18,7	0,6	5,4	-47,0	32,0	-0,1	n.d.
Outros produtos vegetais	4,0	-24,4	25,7	-10,9	-14,9	-18,2	-2,6	n.d.
Produção animal	1,8	-0,1	-3,4	8,0	4,9	-2,8	-9,7	2,5
Animais	0,9	1,7	-7,9	9,2	6,6	-7,3	-12,8	n.d.
Produtos animais	3,8	-1,8	6,3	5,7	1,6	6,3	-4,3	n.d.
Produção de serviços agrícolas	8,0	3,8	2,2	-4,2	38,3	0,0	-4,3	2,3
(-) Consumo intermédio	2,8	1,9	4,8	1,2	5,2	-3,6	-3,0	4,1
VALOR ACRESCENTADO BRUTO a preços de base (a)	2,8	-3,3	15,4	-6,0	18,9	-0,1	3,1	1,6
(-) Consumo de capital fixo	0,4	3,1	1,2	6,3	3,8	9,4	5,1	n.d.
Valor Acrescentado Líquido a preços de base (a)	0,8	-9,5	19,9	-9,3	23,7	-2,6	2,5	n.d.
(-) Outros impostos sobre a produção	0,2	n.d.	3,1	10,9	2,6	30,5	5,8	n.d.
(+) Outros subsídios à produção	9,8	n.d.	1,1	-18,4	27,4	-12,5	7,8	n.d.
Rendimento dos Factores	1,8	-2,1	17,0	-10,6	24,2	-4,0	3,1	1,4
(-) Remuneração dos assalariados	0,4	n.d.	0,3	-0,1	2,7	-0,4	3,6	n.d.
Excedente Líquido de Exploração ou Rendimento Misto	0,9	n.d.	22,0	-13,3	30,4	-4,8	3,0	n.d.
(-) Rendas a pagar	0,3	n.d.	-7,1	2,1	-1,1	3,0	-1,6	n.d.
(-) Juros a pagar	-2,2	n.d.	1,4	-2,1	-2,7	-1,5	21,4	n.d.
RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO	-5,1	-2,3	25,8	-14,9	35,5	-5,2	1,4	1,1

(a) Base 1995.

(b) Segunda Estimativa das Contas Económicas da Agricultura para 2004, com informação disponível até 28 de Janeiro de 2005.

(c) Taxas de variação face ao ano anterior.

Fonte: INE, CEA.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.9. CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DAS TELECOMUNICAÇÕES

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
10⁶ Euros							
Receitas		4446	5503	6714	6839	6981	7314
Das quais:							
Serviço Fixo de Telefone e Postos Públicos		1855	1669	1977	1940	1856	1704
Serviço de Circuitos Alugados		228	302	343	396	342	457
Serviço Móvel Terrestre		1453	2283	2404	2530	2797	3059
Redes de Distribuição por Cabo		145	201	273	367	391	433
Serviços de Transmissão de Dados*		180	223	299	401	477	575
Serviço de Acesso à Internet		63	82	140	221	302	n.d.
Chamadas para Serviços de Audiotexto		21	22	10	0	1	n.d.
Proveitos operacionais		4750	5803	7026	7040	7160	7494
Investimento Total do Sector Telecomunicações		1584	2160	1926	2135	788	1016
Custos operacionais		3845	5024	6145	6117	6058	6224
Número							
Emprego		19648	18481	18652	18125	15423	14778
Milhares							
Total de Acessos Telefónicos Principais ^(a)		4230	4321	4385	4351	4281	4238
Taxa de Variação							
Receitas	19,0	17,2	23,8	22,0	1,9	2,1	4,8
Das quais:							
Serviço Fixo de Telefone e Postos Públicos	-0,5	-5,7	-10,0	18,5	-1,9	-4,3	-8,2
Serviço de Circuitos Alugados	19,5	34,3	32,4	13,8	15,4	-13,7	33,7
Serviço Móvel Terrestre	52,8	42,7	57,1	5,3	5,2	10,5	9,4
Redes de Distribuição por Cabo	89,3	n.d.	38,3	35,9	34,5	6,5	10,9
Serviços de Transmissão de Dados	n.d.	40,0	23,9	34,0	34,1	19,1	20,5
Serviço de Acesso à Internet	n.d.	92,3	30,8	71,0	57,3	36,8	n.d.
Chamadas para Serviços de Audiotexto	2,4	-16,6	5,6	-54,0	-99,4	1996,1	n.d.
Proveitos operacionais	17,2	14,4	22,2	21,1	0,2	1,7	4,7
Investimento Total do Sector Telecomunicações	24,2	17,1	36,4	-10,8	10,9	-63,1	28,8
Custos operacionais	20,7	16,7	30,7	22,3	-0,5	-1,0	2,7
Emprego	-2,7	-8,5	-5,9	0,9	-2,8	-14,9	-4,2
Total de Acessos Telefónicos Principais ^(a)	3,5	2,7	2,2	1,5	-0,8	-1,6	-1,0

(a) Não inclui Postos Públicos.

* A partir de 2000 inclui receitas do serviço de acesso à internet.

Fonte: ICP - ANACOM.

A2.10. CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR BANCÁRIO

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
10⁶ Euros							
Activo total (em 31 de Dezembro)		253882	274513	298042	300897	326572	318066
Activo financeiro médio		204223	227298	248295	264145	293873	287634
Crédito sobre clientes		120721	146563	165210	177877	180940	186920
Crédito a Particulares e Empresas Não Financeiras		106379	130313	147380	161174	166690	173301
Crédito a Particulares		56933	68550	75950	83244	84548	90411
Habitação		42128	50562	57365	64838	66368	70835
Consumo e Outros Fins		14804	17988	18585	18406	18180	19576
Crédito a Empresas não Financeiras		49446	61763	71430	77930	82142	82890
Créditos Cobrança Duvidosa		2766	2737	3242	3546	3834	3466
Débito a clientes + Títulos		135829	151170	166406	162744	176780	185425
Custos Administrativos		3531	3803	3845	4040	4037	4032
Fundos Próprios Médios		22431	28023	31355	33048	36881	36019
Capitais Próprios Médios		13857	16332	16298	17831	20570	20029
Resultado Financeiro		4192	4601	4944	5019	4834	4543
Outros Resultados Correntes		2665	2454	2618	2764	3236	3453
Produto Bancário		6857	7055	7563	7783	8083	8007
Resultado Líquido		1552	2170	1854	1636	1894	1705
Resultado Bruto Exploração		3326	3252	3718	3744	4043	3972
Número							
Balcões		5487	5550	5359	5340	5433	5488
Empregados		62668	59056	57412	54871	54102	52768
Taxa de Variação							
Activo total (em 31 de Dezembro)	12,8	13,5	8,1	8,6	1,0	8,5	-2,6
Activo financeiro médio	12,2	8,9	11,3	9,2	6,4	11,3	-2,1
Crédito sobre clientes	21,3	25,9	21,4	12,7	7,7	1,7	3,3
Crédito a Particulares e Empresas Não Financeiras	24,4	27,4	22,5	13,1	9,4	3,4	4,0
Crédito a Particulares	31,4	28,0	20,4	10,8	9,6	1,6	6,9
Habitação	29,4	29,7	20,0	13,5	13,0	2,4	6,7
Consumo e Outros Fins	38,0	23,2	21,5	3,3	-1,0	-1,2	7,7
Crédito a Empresas não Financeiras	18,7	26,7	24,9	15,7	9,1	5,4	0,9
Créditos Cobrança Duvidosa	-1,6	-8,0	-1,1	18,5	9,4	8,1	-9,6
Débito a clientes + Títulos	10,9	12,3	11,3	10,1	-2,2	8,6	4,9
Custos Administrativos	7,4	7,5	7,7	1,1	5,1	-0,1	-0,1
Fundos Próprios Médios	16,9	17,6	24,9	11,9	5,4	11,6	-2,3
Capitais Próprios Médios	12,4	12,7	17,9	-0,2	9,4	15,4	-2,6
Resultado Financeiro	5,9	2,2	9,8	7,5	1,5	-3,7	-6,0
Outros Resultados Correntes	14,5	17,3	-7,9	6,7	5,6	17,1	6,7
Produto Bancário	8,4	7,6	2,9	7,2	2,9	3,8	-0,9
Resultado Líquido	19,1	39,9	39,9	-14,6	-11,7	15,8	-10,0
Resultado Bruto Exploração	9,8	7,7	-2,2	14,3	0,7	8,0	-1,7
Balcões	7,4	7,6	1,1	-3,4	-0,4	1,7	1,0
Empregados	-0,6	1,5	-5,8	-2,8	-4,4	-1,4	-2,5

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.11. CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS SEGUROS

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Prémios Brutos Emitidos Seguro Directo							
Total		6383	6860	7718	8533	9492	10367
Vida		3656	3705	4278	4510	5302	6019
Não Vida		2873	3332	3440	4024	4190	4255
Acidentes e Doença		801	1021	1028	1233	1317	1313
Incêndio e Outros Danos		444	483	499	607	640	672
Automóvel		1427	1614	1711	1898	1923	1951
Transportes		62	67	76	87	90	81
Marítimo e Transportes		21	21	21	22	24	23
Aéreo		11	10	20	29	31	25
Mercadorias Transportadas		30	35	35	36	35	33
Responsabilidade Civil Geral		50	53	57	65	76	90
Diversos		88	95	75	133	143	149
Resultado Líquido do Exercício		170	1450	55	-124	229	398
Resultado da conta técnica		168	-182	-124	-176	403	568
Resultado da conta técnica dos seguros vida		39	27	73	-95	175	283
Resultado da conta técnica dos seguros não vida		129	-209	-197	-81	228	285
Número							
Empresas		243	242	266	300	317	370
Dependências		922	777	767	663	n.d.	n.d.
Numero médio de Trabalhadores (a)		12701	12610	12981	12195	11126	10784
Taxa de Variação							
Prémios Brutos Emitidos Seguro Directo							
Total	13,6	22,0	7,5	12,5	10,6	11,2	9,2
Vida	18,8	35,7	1,3	15,5	5,4	17,6	13,5
Não Vida	10,0	13,3	16,0	3,2	17,0	4,1	1,5
Acidentes e Doença	13,2	16,9	27,4	0,7	19,9	6,8	-0,4
Incêndio e Outros Danos	12,0	14,5	8,7	3,3	21,7	5,5	4,9
Automóvel	7,9	9,4	13,1	6,0	10,9	1,3	1,5
Transportes	4,0	13,3	7,0	13,7	15,2	2,5	-10,0
Marítimo e Transportes	-3,5	14,6	-2,3	-1,2	8,5	5,6	-4,0
Aéreo	-6,9	35,1	-4,2	93,9	41,7	7,7	-19,6
Mercadorias Transportadas	18,8	6,3	17,6	-1,2	3,7	-3,5	-5,5
Responsabilidade Civil Geral	12,1	21,0	5,6	7,8	13,3	18,3	17,6
Diversos	11,6	40,8	8,1	-20,9	78,0	7,3	4,2
Resultado Líquido do Exercício	86,2	40,6	753,0	-96,2	-323,2	-284,7	74,1
Resultado da conta técnica	-214,6	-55,6	-208,0	-31,5	41,2	-329,6	40,7
Resultado da conta técnica dos seguros vida	68,2	-58,3	-31,8	171,3	-230,3	-284,1	61,4
Resultado da conta técnica dos seguros não vida	-218,4	-54,7	-262,0	-5,3	-59,2	-383,3	24,9
Empresas	20,6	13,6	-0,4	9,9	12,8	5,7	16,7
Dependências	-4,9	1,5	-15,7	-1,3	-13,6	n.d.	n.d.
Trabalhadores (a)	-1,7	-2,5	-0,7	2,9	-6,1	-8,8	-3,1

(a) A informação diz respeito apenas ao mercado sob controle do Instituto de Seguros de Portugal.

Fonte: ISP

A2.12. COMÉRCIO INTERNACIONAL POR GRUPOS DE PRODUTOS

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004 (a)
Exportações							
Valores a preços correntes (10⁶ euros)							
Agro-alimentares		1635,3	1856,5	1958,0	2150,1	2183,1	2260,0
Energéticos		422,6	673,6	505,3	538,2	684,9	839,5
Químicos		1555,4	1989,5	2002,6	2206,3	2453,1	2763,0
Peles e Couros		78,3	95,1	112,9	110,6	88,4	80,8
Madeira e Cortiça		1110,0	1297,2	1286,9	1311,8	1318,4	1340,8
Pasta e Papel		1060,2	1412,2	1316,0	1314,7	1379,7	1215,4
Têxteis		1714,4	1884,4	2020,2	2014,8	1616,0	1559,4
Vestuário e Calçado		4653,8	4658,4	4760,3	4569,2	4418,0	4108,1
Minérios e Metais		1361,1	1673,0	1633,0	1740,4	1847,9	2310,5
Máquinas		4381,3	5260,8	5217,9	5402,7	5544,3	5367,7
Material de Transporte		3531,2	3888,4	4628,8	4763,9	4301,9	4503,4
Produtos Acabados Diversos		1522,3	1689,8	1880,9	1975,3	2256,7	2405,5
Total		23025,9	26378,8	27322,8	28097,8	28092,3	28754,1
Taxas de variação em volume (%)							
Agro-alimentares	5,5	0,2	9,8	2,3	10,5	4,2	5,9
Energéticos	-9,3	2,8	-7,9	-16,5	12,7	21,4	6,3
Químicos	12,1	9,0	13,1	2,4	13,2	11,7	8,1
Peles e Couros	2,0	-7,2	24,3	4,0	-1,7	-16,6	-1,0
Madeira e Cortiça	3,1	-6,1	5,6	-3,0	2,5	3,7	3,1
Pasta e Papel	4,3	6,5	1,1	2,5	5,4	14,4	4,2
Têxteis	6,1	3,1	7,8	5,8	2,2	-17,6	-5,6
Vestuário e Calçado	-0,2	-4,0	-2,2	-2,1	-6,4	-3,9	-3,3
Minérios e Metais	9,6	9,1	13,0	-3,1	9,9	8,3	14,4
Máquinas	18,9	24,5	23,9	1,3	9,3	9,2	2,6
Material de Transporte	23,6	2,4	3,0	13,2	2,1	-6,5	-4,6
Produtos Acabados Diversos	5,8	-1,1	9,4	12,3	8,9	15,5	10,3
Total	8,6	5,2	8,5	2,9	4,7	2,9	2,3
Importações							
Valores a preços correntes (10⁶ euros)							
Agro-alimentares		4759,0	4995,1	5486,5	5448,1	5430,7	5511,8
Energéticos		2538,3	4439,6	4271,5	4101,3	4222,4	4943,6
Químicos		4582,1	5149,0	5506,3	5842,4	5896,9	6219,6
Peles e Couros		485,4	529,8	647,7	581,3	512,4	486,7
Madeira e Cortiça		592,6	714,5	668,7	650,1	600,3	600,2
Pasta e Papel		972,1	1141,9	1207,7	1181,8	1169,2	1135,8
Têxteis		2145,0	2330,3	2252,8	2063,8	1905,3	1786,1
Vestuário e Calçado		1278,0	1386,2	1486,8	1571,0	1560,6	1599,7
Minérios e Metais		3086,6	3811,5	3804,8	3770,0	3637,7	4256,5
Máquinas		8466,7	9469,8	9812,1	9047,4	8933,9	8958,5
Material de Transporte		6322,8	6819,5	6395,8	5586,7	5360,1	6124,2
Produtos Acabados Diversos		2277,1	2470,0	2513,4	2569,9	2524,2	2524,2
Total		37505,7	43257,2	44054,0	42413,8	41753,7	44146,9
Taxas de variação em volume (%)							
Agro-alimentares	6,2	6,8	1,2	6,6	1,4	1,3	4,1
Energéticos	2,2	9,8	-0,8	3,1	2,8	1,2	7,8
Químicos	10,1	10,3	4,6	6,7	10,2	1,3	6,9
Peles e Couros	2,2	1,2	-0,5	9,0	-3,5	-2,2	2,3
Madeira e Cortiça	10,5	-3,4	13,3	-5,6	-1,2	-5,7	0,3
Pasta e Papel	9,1	5,5	8,0	4,0	1,9	1,0	4,8
Têxteis	6,1	-2,3	6,2	-4,0	-1,9	-3,6	-0,8
Vestuário e Calçado	9,9	10,6	9,3	7,4	5,4	6,4	15,0
Minérios e Metais	12,2	13,4	10,5	-0,6	2,6	-4,7	6,5
Máquinas	13,0	10,8	6,7	6,5	-6,1	5,2	9,4
Material de Transporte	16,1	18,4	7,1	-8,4	-13,9	-5,4	17,0
Produtos Acabados Diversos	13,8	11,9	5,6	1,5	9,1	3,9	9,3
Total	10,4	10,3	5,7	2,1	-0,8	0,6	8,3
Razões de Troca (%)							
Agro-alimentares	0,7	2,7	-0,3	0,1	1,5	-1,0	-2,1
Energéticos	1,0	-8,1	-1,9	-3,8	1,2	3,0	3,7
Químicos	1,0	0,9	5,3	-1,9	1,0	-0,1	4,0
Peles e Couros	1,5	9,0	-10,9	1,8	7,1	6,3	-0,6
Madeira e Cortiça	2,2	5,0	4,0	3,1	1,1	-1,0	-4,4
Pasta e Papel	2,2	-0,8	21,1	-10,6	-1,2	-6,4	-3,7
Têxteis	3,0	6,5	-0,4	0,6	4,5	1,7	4,1
Vestuário e Calçado	1,8	6,9	3,2	4,5	2,4	7,7	5,6
Minérios e Metais	1,4	5,6	-2,7	0,3	0,4	-3,2	2,2
Máquinas	-5,4	-6,3	-7,5	0,6	-3,6	0,1	-1,0
Material de Transporte	-1,5	-2,1	6,2	2,7	-0,6	-4,7	0,6
Produtos Acabados Diversos	0,0	0,1	-1,2	-1,2	2,9	4,7	1,4
Total	-1,0	-0,2	-3,2	1,0	1,1	-0,7	-0,9

(a) Versão preliminar.
Fonte: ME-GEE e DPP

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.13. ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES E DAS QUOTAS DE MERCADO PORTUGUESAS POR FILEIRAS

	(%)						
	1996-2000	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Estrutura das Exportações							
Energético	2,1	1,6	1,8	2,6	1,9	2,0	2,4
Agro-alimentar	8,1	8,1	7,8	7,8	8,0	8,5	8,5
Têxtil	28,5	29,1	27,7	24,9	25,5	24,2	21,7
Florestal	11,0	10,8	10,8	11,6	11,4	11,5	11,9
Química	10,4	10,2	10,4	11,0	10,7	11,4	12,2
Siderúrgica	1,2	1,2	1,4	1,6	1,4	1,5	1,8
Não Ferrosos	1,1	1,0	1,1	1,4	1,4	1,2	1,2
Mecânica	8,3	8,0	8,8	9,1	9,1	9,7	9,7
Material de Transporte	14,4	15,6	14,8	13,9	15,0	14,2	14,7
Eléctrica	8,0	8,1	8,1	8,7	7,1	7,7	6,6
Electrónica	6,2	5,8	6,8	6,9	8,0	7,6	8,8
Não Especificado	0,5	0,5	0,4	0,5	0,6	0,5	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Quotas de Mercado							
Energético	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Agro-alimentar	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Têxtil	1,7	1,8	1,7	1,5	1,5	1,5	1,5
Florestal	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Química	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4
Siderúrgica	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3
Não Ferrosos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Mecânica	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Material de Transporte	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7
Eléctrica	0,7	0,7	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6
Electrónica	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Não Especificado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4

Fonte: CHELEM; DPP.

Portugal no Espaço Europeu

A2.14. VANTAGENS COMPARATIVAS E POSIÇÕES DE MERCADO POR FILEIRAS

	(%)						
	1996-2000	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Vantagens Comparativas							
Energético	-10,2	-8,3	-11,3	-12,5	-16,3	-17,8	-16,3
Agroalimentar	-12,5	-12,4	-11,9	-13,8	-12,7	-14,6	-16,2
Têxtil	48,0	46,9	44,2	44,4	44,8	43,3	41,6
Florestal	12,4	10,8	12,2	12,0	11,5	15,2	13,5
Química	-11,8	-14,5	-12,8	-11,1	-9,4	-8,9	-10,0
Siderúrgica	-5,0	-4,8	-5,5	-4,6	-4,1	-4,2	-4,5
Não Ferrosos	-0,9	-1,0	-1,4	-1,1	-1,0	-1,1	-1,0
Mecânica	-12,6	-11,6	-14,8	-13,8	-12,8	-13,5	-11,5
Material de Transporte	-5,1	-2,7	4,4	2,5	-1,1	-0,4	5,8
Eléctrica	5,0	4,7	4,5	6,4	7,2	8,9	5,3
Electrónica	-7,7	-7,0	-7,6	-8,3	-6,2	-6,8	-6,6
Não Especificado	-	-	-	-	-	-	-
Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Posições de Mercado							
Energético	-0,4	-0,4	-0,5	-0,4	-0,4	-0,5	-0,4
Agroalimentar	-0,6	-0,7	-0,7	-0,6	-0,7	-0,7	-0,6
Têxtil	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5
Florestal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Química	-0,4	-0,4	-0,4	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3
Siderúrgica	-0,5	-0,5	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5
Não Ferrosos	-0,2	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Mecânica	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3
Material de Transporte	-0,3	-0,3	-0,5	-0,4	-0,2	-0,2	-0,1
Eléctrica	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	-0,1
Electrónica	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	-0,3	-0,2
Não Especificado	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	-0,2	-0,2	-0,3
Total	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,3	-0,2	-0,2

Fonte: CHELEM.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.15. ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL POR REGIÕES E PRINCIPAIS PAÍSES

(%)

	1996-2000			1999			2000			2001			2002			2003			2004		
	Entradas	Saídas	Com. ^(a)	Entradas	Saídas	Com. ^(a)	Entradas	Saídas	Com. ^(a)	Entradas	Saídas	Com. ^(a)	Entradas	Saídas	Com. ^(a)	Entradas	Saídas	Com. ^(a)	Entradas	Saídas	Com. ^(a)
UE	76,8	81,4	78,6	78,1	83,2	80,0	75,1	80,3	77,1	75,1	80,1	77,0	77,9	80,3	78,9	78,7	80,4	79,4	77,4	80,0	78,4
Alemanha	14,8	19,8	15,8	14,7	19,8	16,6	13,7	18,0	15,4	13,8	19,1	15,8	14,9	18,1	16,2	14,6	14,8	14,7	14,2	13,4	13,9
Áustria	0,6	1,0	0,8	0,6	1,0	0,8	0,6	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7	0,8	0,6	0,7	0,8	0,6	0,7
Bélgica	n.d.	n.d.	n.d.	3,1	4,7	3,7	3,0	5,9	4,1	3,0	5,4	3,9	3,1	4,5	3,6	2,9	4,4	3,5	2,9	4,2	3,4
Dinamarca	0,7	1,5	1,0	0,6	1,4	0,9	0,7	1,2	0,9	0,6	1,1	0,8	0,6	1,0	0,8	0,6	0,9	0,7	0,7	0,8	0,7
Espanha	24,4	16,5	21,3	25,3	18,1	22,5	25,9	19,3	23,4	27,4	19,0	24,2	28,9	20,5	25,6	30,0	23,8	27,5	30,0	25,5	28,2
Finlândia	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,4	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6
França	11,1	13,9	12,2	11,4	13,9	12,4	10,6	12,7	11,4	10,2	12,6	11,1	10,2	13,3	11,5	9,8	13,2	11,2	9,3	13,8	11,1
Grécia	0,1	0,4	0,3	0,1	0,5	0,3	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3
Irlanda	0,7	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,7	0,5	0,7	0,8	0,6	0,7
Itália	7,8	4,0	6,3	7,7	4,2	6,4	7,1	4,0	5,9	6,8	4,6	6,0	6,7	4,8	5,9	6,4	4,7	5,7	6,0	4,3	5,4
Luxemburgo	n.d.	n.d.	n.d.	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2
Países Baixos	4,7	4,7	4,5	4,8	4,4	4,6	4,6	4,2	4,5	4,8	4,2	4,6	4,6	3,9	4,3	4,7	3,8	4,3	4,6	4,0	4,4
Reino Unido	6,7	11,6	8,6	6,8	12,0	8,8	6,0	10,9	7,8	5,0	10,3	7,0	5,2	10,5	7,3	4,9	10,3	7,1	4,6	9,5	6,5
Suécia	1,3	1,9	1,5	1,4	1,8	1,5	1,2	1,7	1,4	1,1	1,5	1,3	1,2	1,5	1,3	1,2	1,3	1,2	1,3	1,1	1,2
Diversos	n.d.	0,0	n.d.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	1,0	1,0	1,0	1,2	0,9	1,1
EFTA	2,4	2,2	2,3	2,6	1,8	2,3	2,8	2,3	2,7	3,1	2,2	2,7	2,2	1,8	2,0	2,3	1,9	2,1	1,9	1,3	1,7
Islândia	0,2	0,0	0,1	0,2	0,0	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Liechtenstein	0,8	0,6	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Noruega	1,1	0,9	1,1	1,4	0,7	1,1	1,8	1,3	1,6	1,9	1,1	1,6	1,1	0,7	1,0	1,3	0,8	1,1	1,2	0,3	0,8
Suiça	1,1	1,2	1,2	1,0	1,1	1,0	0,8	1,0	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,9	0,7	0,9	0,8
OPEP	3,9	0,6	2,6	3,1	0,5	2,1	4,9	0,6	3,3	4,3	0,8	3,0	3,9	0,7	2,6	4,2	0,7	2,8	4,8	0,8	3,2
PALOP^(b)	0,2	2,5	1,1	0,2	2,2	1,0	0,3	2,5	1,1	0,4	2,7	1,3	0,3	2,9	1,3	0,1	3,1	1,3	0,1	3,1	1,3
EUA	3,0	4,9	3,7	2,8	5,0	3,6	3,0	5,8	4,0	3,6	5,6	4,4	2,1	5,6	3,5	1,9	5,7	3,4	2,3	5,9	3,7
Japão	2,5	0,5	1,7	2,7	0,4	1,8	2,5	0,5	1,7	1,8	0,4	1,3	1,7	0,3	1,2	1,6	0,3	1,1	1,4	0,3	1,0
Outros Países	11,2	7,9	14,0	10,5	6,8	14,3	11,4	8,1	10,1	11,6	8,2	10,3	12,0	8,3	10,5	11,2	7,9	9,8	12,1	8,7	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

^(a) $(X_p + M_p) / (X_t + M_t) * 100$ em que p - país/região e t - total.

^(b) Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Fonte: INE; DPP.

A2.16. EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL

(10⁶ euros)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ^(a)
Efeito termos de troca							
Agro-alimentares	-19,1	85,3	-117,2	-100,9	103,9	30,0	-122,4
Energéticos	-361,1	-475,1	-1638,6	249,3	258,5	-39,2	-468,2
Químicos	15,9	76,2	-124,3	-45,6	163,3	11,4	36,9
Peles e couros	-3,9	42,9	-49,1	-56,4	43,3	52,4	24,4
Madeira e cortiça	43,6	63,2	82,4	33,9	3,8	-29,4	-29,0
Pasta e papel	17,1	-8,6	248,4	-152,3	-22,6	-100,7	-47,9
Têxteis	52,6	141,2	-17,4	9,6	9,6	97,4	38,4
Vestuário e calçado	101,5	177,2	120,4	202,1	112,7	136,6	87,2
Minérios e metais	17,4	207,4	-267,0	-3,8	78,9	-80,8	-76,7
Máquinas	-232,5	-118,9	-602,0	160,4	-136,5	226,5	198,6
Material de transporte	-46,5	-73,1	203,6	78,9	-39,3	-225,4	-237,5
Produtos acabados diversos	1,1	6,9	-40,0	-24,6	99,0	121,8	113,0
Total	-414,0	124,6	-2200,9	350,6	674,5	200,6	-483,1
Efeito volume							
Agro-alimentares	-167,3	-304,5	102,3	-289,0	126,6	20,3	-89,1
Energéticos	-95,0	-168,2	-11,7	-249,4	-55,5	64,9	-271,8
Químicos	-221,9	-304,9	-8,5	-298,5	-295,7	180,9	-200,9
Peles e couros	-8,8	-12,4	21,4	-43,7	20,7	-5,7	-12,5
Madeira e cortiça	-20,4	-46,1	-17,1	1,6	39,6	85,8	38,2
Pasta e papel	-31,4	14,3	-66,1	-9,8	47,2	178,3	-1,6
Têxteis	-29,5	105,8	2,1	203,7	86,2	-282,0	-74,6
Vestuário e calçado	-122,7	-318,2	-223,9	-200,9	-388,0	-277,3	-361,7
Minérios e metais	-201,7	-275,7	-146,0	-29,5	63,3	320,6	23,7
Máquinas	-160,9	101,0	478,4	-545,5	1086,1	28,6	-647,8
Material de transporte	-226,5	-896,0	-343,1	1085,2	983,6	-10,1	-1109,6
Produtos acabados diversos	-152,2	-260,3	14,5	172,4	-61,2	205,3	5,0
Total	-1438,4	-2365,1	-197,8	-203,4	1653,0	509,7	-2702,8

(a) Versão preliminar.

Fonte: ME-GEE; DPP.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.17. BALANÇA DE PAGAMENTOS

(continua)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	10 ⁶ Euros						Em % do PIB						
Balança Corrente	-9786,2	-12686,6	-13078,7	-10496,9	-8115,4	-10454,2	-7,0	-8,6	-10,4	-10,1	-7,8	-5,9	-7,3
Mercadorias (fob)	-13570,8	-15752,7	-15914,0	-13965,4	-12506,6	-15041,6	-10,4	-11,9	-12,9	-12,3	-10,3	-9,1	-10,5
Importações	36930,8	42499,4	43096,4	41609,2	40871,4	44900,9	31,9	32,3	34,8	33,3	30,7	29,7	31,4
Exportações	23360,0	26746,8	27182,4	27643,7	28364,8	29859,3	21,4	20,5	21,9	21,0	20,4	20,6	20,9
Serviços	1839,4	2172,0	2860,8	3339,5	3577,6	4172,1	1,5	1,6	1,8	2,2	2,5	2,6	2,9
Transportes	-427,8	-537,3	-570,1	-300,5	-87,9	-16,6	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-0,2	-0,1	0,0
Viagens e turismo	2833,5	3297,6	3761,6	3847,2	3718,4	4082,9	2,4	2,5	2,7	2,9	2,8	2,7	2,9
Seguros	44,7	16,9	26,7	35,1	79,6	83,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Serviços de Comunicação	44,6	99,8	127,3	101,2	133,7	220,5	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Construção	-30,9	-44,3	-40,7	-72,9	-69,9	-86,3	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,1	-0,1
Outros serviços	-624,7	-660,7	-444,1	-270,6	-196,2	-111,4	-0,7	-0,5	-0,5	-0,3	-0,2	-0,1	-0,1
Rendimentos	-1668,4	-2743,5	-3760,2	-2820,4	-2059,4	-2374,5	-1,5	-1,5	-2,2	-2,9	-2,1	-1,5	-1,7
Do trabalho	27,9	27,2	-22,6	-37,0	-12,5	-70,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De investimento	-1696,3	-2770,7	-3737,6	-2783,4	-2046,9	-2304,0	-1,5	-1,5	-2,3	-2,9	-2,1	-1,5	-1,6
De investimento directo	-923,7	-1321,9	-1435,0	-868,5	-716,8	-559,2	-0,8	-0,8	-1,1	-1,1	-0,6	-0,5	-0,4
De investimento de carteira	-186,2	-463,2	-295,0	-360,1	-216,8	-220,2	-0,4	-0,2	-0,4	-0,2	-0,3	-0,2	-0,2
De outro investimento	-586,4	-985,6	-2007,6	-1554,8	-1113,2	-1524,6	-0,4	-0,5	-0,8	-1,6	-1,1	-0,8	-1,1
Transferências correntes	3613,6	3637,6	3734,7	2949,4	2873,0	2789,9	3,3	3,2	3,0	2,9	2,2	2,1	2,0
Privadas	3102,7	3485,0	3563,1	2649,4	2295,4	2255,4	2,8	2,7	2,9	2,8	2,0	1,7	1,6
Públicas	510,8	152,6	171,5	300,0	577,6	534,4	0,5	0,4	0,1	0,1	0,2	0,4	0,4
Balança de Capital da qual:	2323,8	1669,8	1198,1	1996,0	2651,9	2230,9	2,0	2,0	1,4	0,9	1,5	1,9	1,6
Transferências públicas	2317,2	1649,2	1207,7	2049,3	2721,5	2303,4	2,0	2,0	1,3	0,9	1,5	2,0	1,6
Transferências privadas	15,2	2,9	7,0	-55,1	-82,8	-110,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,1
Balanças Corrente e de Capital	-7462,4	-11016,8	-11880,5	-8500,9	-5463,5	-8223,3	-5,0	-6,5	-9,0	-9,2	-6,3	-4,0	-5,8

A2.18. POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL

Posições em fim de período

	1999	2000	2001	2001	2003	2004	1996-2000	1999	2000	2001	2001	2003	2004
	10 ⁶ euros							Em % do PIB					
Posição de Investimento Internacional	-38245,5	-47433,3	-55963,8	-66218,2	-73974,0	-84393,5	-25,4	-33,5	-38,8	-43,3	-48,9	-53,8	-59,1
Investimento directo	-15654,7	-13424,7	-15814,1	-22398,0	-20837,5	-16321,2	-14,3	-13,7	-11,0	-12,2	-16,5	-15,2	-11,4
De Portugal no exterior	11132,5	21011,8	25061,1	20165,9	28410,8	35486,1	8,6	9,7	17,2	19,4	14,9	20,7	24,8
Do exterior em Portugal	26787,2	34436,5	40875,2	42563,9	49248,3	51807,3	23,0	23,5	28,2	31,6	31,4	35,8	36,3
Investimento de carteira	-15188,6	-12629,4	-13084,4	-13121,3	-10669,8	-11815,6	-11,8	-13,3	-10,3	-10,1	-9,7	-7,8	-8,3
Activos	36292,2	43698,9	52099,2	59354,3	77415,9	90536,7	24,8	31,8	35,7	40,3	43,8	56,3	63,4
Autoridades monetárias	6018,8	6621,5	6189,3	5690,4	10850,4	10030,2	2,1	5,3	5,4	4,8	4,2	7,9	7,0
Passivos	51480,8	56328,3	65183,6	72475,5	88085,7	102352,3	36,6	45,1	46,1	50,4	53,5	64,1	71,7
Derivados financeiros	639,9	574,9	844,9	479,4	-27,6	-613,5	0,4	0,6	0,5	0,7	0,4	0,0	-0,4
Outro investimento	-22077,1	-37243,2	-45022,6	-48057,3	-52585,0	-64220,8	-15,6	-19,3	-30,5	-34,8	-35,5	-38,2	-45,0
Activos	59341,7	72250,1	82327,4	86304,7	90932,1	89918,6	51,5	52,0	59,1	63,7	63,7	66,1	62,9
Autoridades monetárias	1471,7	1469,5	1452,9	1722,1	1359,8	2199,6	0,5	1,3	1,2	1,1	1,3	1,0	1,5
Passivos	81418,8	109493,3	127350,0	134362,0	143517,1	154139,4	67,1	71,3	89,6	98,5	99,2	104,4	107,9
Activos de reserva	14035,1	15289,1	17112,4	16878,8	10145,9	8577,6	16,0	12,3	12,5	13,2	12,5	7,4	6,0

Fonte: BP - Posição do Investimento Internacional (Fev 2006) e INE - Contas Nacionais (Março 2006).

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.19. ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

Taxas de variação

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Classes							
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2,0	2,2	2,1	6,5	1,5	2,6	1,1
Bebidas alcoólicas e tabaco	3,8	7,2	0,8	3,2	4,8	4,6	3,0
Vestuário e Calçado	0,5	0,4	0,8	1,5	2,5	1,3	-1,1
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	2,8	0,8	3,7	3,9	2,9	4,0	3,0
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	2,3	2,2	2,0	3,2	3,1	2,6	1,6
Saúde	4,5	4,2	3,1	3,6	4,8	1,9	1,7
Transportes	3,5	2,9	4,8	4,8	5	4,3	3,5
Comunicações	-1,0	-3,7	-4,8	-2,2	0,8	-1,3	-1,0
Lazer, recreação e cultura	1,7	0,7	0,8	2,2	2,2	1,7	2,8
Educação	4,3	4,8	5,0	5,2	5,8	5,6	9,3
Restaurantes e hotéis	3,1	2,9	3,6	4,2	5,7	5,7	4,6
Bens e serviços diversos	4,4	3,8	4,3	5,5	5,8	4,0	2,6
NUTS II							
NORTE	2,7	2,4	3,1	4,9	3,7	3,2	2,4
CENTRO	2,6	2,4	2,5	4,1	3,6	3,4	2,0
LISBOA E VALE DO TEJO	2,7	2,2	2,9	4,0	3,5	3,3	2,4
ALENTEJO	2,6	2,6	2,7	4,6	3,7	2,9	2,5
ALGARVE	2,8	3,1	2,6	4,6	3,7	3,4	2,4
AÇORES	2,0	2,6	2,0	3,6	3,9	3,3	2,7
MADEIRA	2,2	2,0	2,3	3,6	3,6	3,0	2,8
TOTAL	2,7	2,3	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4

Nota: Até 2002, IPC base 1997. A partir de 2003, IPC base 2002.

Fonte: INE.

A2.20. REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO NACIONAL

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	(10 ⁶ Euros)					
Remunerações dos empregados	56238,0	61041,0	64382,0	67681,0	n.d.	n.d.
Sector privado	29448,0	31168,0	32808,0	33992,0	n.d.	n.d.
Administração Pública	15600,0	17329,0	18516,0	19906,0	n.d.	n.d.
Contribuições sociais dos empregadores	11190,0	12544,0	13058,0	13783,0	n.d.	n.d.
Excedente de exploração e rendimento misto	42339,0	46071,0	49217,0	50764,0	n.d.	n.d.
PIB custo de factores	98577,0	107112,0	113599,0	118445,0	n.d.	n.d.
Impostos sobre a produção e importação	16637,0	17199,0	18088,0	19698,0	n.d.	n.d.
Subsídios	2518,0	2042,0	2379,0	2709,0	n.d.	n.d.
PIB pm	112696,0	122269,0	129308,0	135434,0	n.d.	n.d.
Rendimentos do resto do mundo (saldo)	-1583,0	-2892,0	-3504,0	-2472,0	n.d.	n.d.
Produto Nacional Bruto	111113,0	119377,0	125804,0	132962,0	n.d.	n.d.
Impostos indirectos pagos ao resto do mundo	675,0	709,0	619,0	476,0	n.d.	n.d.
Subsídios recebidos do resto do mundo	555,0	522,0	598,0	618,0	n.d.	n.d.
Rendimento Nacional Bruto	110995,0	119193,0	125783,0	133102,0	n.d.	n.d.
Transferências correntes do resto do mundo (saldo)	3385,0	3213,0	3211,0	2453,0	n.d.	n.d.
Rendimento disponível bruto da Nação	114380,0	122406,0	128994,0	135555,0	n.d.	n.d.
	(%)					
Famílias e ISFLSF	68,8	70,3	70,7	70,1	n.d.	n.d.
Sociedades	11,4	9,8	10,2	10,2	n.d.	n.d.
Administrações Públicas	19,8	19,9	19,1	19,7	n.d.	n.d.
	(%)					
Remunerações dos empregados	50,7	51,2	51,2	50,8	n.d.	n.d.
Sector privado	26,5	26,1	26,1	25,5	n.d.	n.d.
Administração Pública	14,1	14,5	14,7	15,0	n.d.	n.d.
Contribuições sociais dos empregadores	10,1	10,5	10,4	10,4	n.d.	n.d.
Excedente de exploração e rendimento misto	38,1	38,7	39,1	38,1	n.d.	n.d.
PIB custo de factores	88,8	89,9	90,3	89,0	n.d.	n.d.
Impostos sobre a produção e importação	15,0	14,4	14,4	14,8	n.d.	n.d.
Subsídios	2,3	1,7	1,9	2,0	n.d.	n.d.
PIB pm	101,5	102,6	102,8	101,8	n.d.	n.d.
Rendimentos do resto do mundo (saldo)	-1,4	-2,4	-2,8	-1,9	n.d.	n.d.
Produto Nacional Bruto	100,1	100,2	100,0	99,9	n.d.	n.d.
Impostos indirectos pagos ao resto do mundo	0,6	0,6	0,5	0,4	n.d.	n.d.
Subsídios recebidos do resto do mundo	0,5	0,4	0,5	0,5	n.d.	n.d.
Rendimento Nacional Bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	n.d.	n.d.
Transferências correntes do resto do mundo (saldo)	3,0	2,7	2,6	1,8	n.d.	n.d.
Rendimento Disponível da Nação	103,0	102,7	102,6	101,8	n.d.	n.d.

Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.21. RENDIMENTO DISPONÍVEL DOS PARTICULARES

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	(10 ⁶ Euros)					
Remunerações	56221,0	61015,0	64359,0	67645,0	n.d.	n.d.
Rendimentos de propriedade	24157,0	26896,0	28160,0	28698,0	n.d.	n.d.
Transferências Internas (a)	17237,4	19129,0	21056,0	23092,0	n.d.	n.d.
Transferências Externas (a)	3213,6	3537,0	3677,0	2810,0	n.d.	n.d.
Rendimento Pessoal	100829,0	110577,0	117252,0	122245,0	n.d.	n.d.
Impostos correntes sobre o rendimento e património	6407,0	7161,0	7605,0	7761,0	n.d.	n.d.
Contribuições sociais	15723,0	17401,0	18456,0	19496,0	n.d.	n.d.
Rendimento disponível bruto	78699,0	86015,0	91191,0	94988,0	n.d.	n.d.
Despesa de consumo final	71665,0	78102,0	81800,0	85385,0	n.d.	n.d.
Ajust. var. da participação líq. das famílias nos fundos de pensões	730,0	840,0	574,0	410,0	n.d.	n.d.
Poupança Bruta	7764,0	8753,0	9965,0	10013,0	n.d.	n.d.
	(%)					
Remunerações	71,4	70,9	70,6	71,2	n.d.	n.d.
Rendimentos de propriedade	30,7	31,3	30,9	30,2	n.d.	n.d.
Transferências Internas	21,9	22,2	23,1	24,3	n.d.	n.d.
Transferências Externas	4,1	4,1	4,0	3,0	n.d.	n.d.
Rendimento Pessoal	128,1	128,6	128,6	128,7	n.d.	n.d.
Impostos correntes sobre o rendimento e património	8,1	8,3	8,3	8,2	n.d.	n.d.
Contribuições sociais	20,0	20,2	20,2	20,5	n.d.	n.d.
Rendimento disponível bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	n.d.	n.d.
Despesa de consumo final	91,1	90,8	89,7	89,9	n.d.	n.d.
Ajust. var. da participação líq. das famílias nos fundos de pensões	0,9	1,0	0,6	0,4	n.d.	n.d.
Poupança Bruta	9,9	10,2	10,9	10,5	n.d.	n.d.

(a) 1999: dados provisórios.

Fonte: INE - Contas Nacionais Anuais.

Portugal no Espaço Europeu

A2.22. POPULAÇÃO TOTAL, ACTIVA, INACTIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA ^(a)

		1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
								(Milhares)
População total	-	10167,3	10223,2	10294,1	10365,6	10445,1	10508,5	
População activa	-	5136,1	5226,4	5325,2	5407,8	5460,3	5487,8	
Empregada	-	4910,3	5020,9	5111,7	5137,3	5118,0	5122,8	
Desempregada	-	225,8	205,5	213,5	270,5	342,3	365,0	
População inactiva	-	5019,9	4984,8	4958,9	4949,5	4975,1	5016,0	
Doméstica	-	709,0	688,1	678,7	666,0	670,7	650,7	
Reformada	-	1524,3	1527,4	1541,8	1563,1	1563,9	1621,0	
Serviço militar obrigatório	-	11,3	12,0	10,0	8,3	9,7	4,6	
Taxa de actividade líquida (15-64 anos) (%)	-	70,6	71,2	72,0	72,6	72,8	72,9	
Homens	-	78,7	78,9	79,4	79,8	79,4	79,0	
Mulheres	-	62,7	63,8	64,8	65,6	66,5	67,0	
Taxa de desemprego (+ 15 anos) (%)	-	4,4	3,9	4,0	5,0	6,3	6,7	
Homens	-	3,9	3,1	3,2	4,1	5,5	5,9	
Mulheres	-	5,0	4,9	5,0	6,0	7,2	7,6	
Taxa de desemprego (15-64 anos)(%)	-	4,6	4,2	4,3	5,3	6,7	7,0	
Homens	-	4,1	3,3	3,3	4,4	5,8	6,2	
Mulheres	-	5,3	5,2	5,3	6,4	7,6	8,0	

(a) Séries compatíveis com os resultados definitivos do Recenseamento da População de 2001.

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego.

A2.24. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO ^(a)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Milhares						
Trabalhadores por conta própria	-	1209,9	1179,1	1258,0	1270,8	1277,5	1238,6
Sem assalariados	-	912,2	879,5	943,1	954,2	952,5	910,0
Com assalariados	-	297,7	299,6	314,9	316,6	325,0	328,6
Trabalhadores por conta de outrém	-	3552,0	3649,6	3710,9	3747,9	3736,0	3782,3
Com contrato permanente	-	2887,3	2922,2	2957,0	2942,5	2967,5	3031,8
Sem contrato permanente ^(b)	-	518,6	559,5	616,3	657,2	629,2	624,2
Outras situações		148,4	192,1	142,8	118,7	104,3	101,9
Emprego a tempo completo	-	4369,5	4472,8	4545,7	4560,1	4520,7	4543,6
Emprego a tempo parcial	-	540,9	548,1	566,0	577,2	597,2	579,2
População empregada	-	4910,3	5020,9	5111,7	5137,3	5118,0	5122,8
	% ^(c)						
Trabalhadores por conta própria	25,7	24,6	23,5	24,6	24,7	25,0	24,2
Sem assalariados	19,5	18,6	17,5	18,4	18,6	18,6	17,8
Com assalariados	6,1	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,4
Trabalhadores por conta de outrém	71,7	72,3	72,7	72,6	73,0	73,0	73,8
Com contrato permanente	59,7	58,8	58,2	57,8	57,3	58,0	59,2
Sem contrato permanente	10,0	10,6	11,1	12,1	12,8	12,3	12,2
Outras situações	2,6	3,0	3,8	2,8	2,3	2,0	2,0
Emprego a tempo completo	89,7	89,0	89,1	88,9	88,8	88,3	88,7
Emprego a tempo parcial	10,3	11,0	10,9	11,1	11,2	11,7	11,3
População empregada	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Séries compatíveis com os resultados definitivos do Recenseamento da População de 2001.

(b) Inclui contratos de prestação de serviços.

(c) A estrutura de 1996 e 1997 tem por base a amostra de 1992.

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.25. CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPREGO ^(a)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Milhares							
Total	-	225,8	205,5	213,5	270,5	342,3	365,0
Homens	-	108,9	89,3	91,6	121,4	160,9	172,9
Mulheres	-	116,9	116,2	122,0	149,1	181,4	192,2
Jovem	-	61,6	58,1	63,6	77,6	89,4	89,2
Homens	-	27,6	23,7	27,5	36,7	41,9	43,7
Mulheres	-	34,0	34,5	36,2	40,9	47,5	45,6
Adulto	-	164,2	147,4	149,9	192,9	252,9	275,8
Homens	-	81,3	65,6	64,1	84,7	119,0	129,2
Mulheres	-	82,9	81,7	85,8	108,2	133,9	146,6
À procura de 1º emprego	-	33,6	27,3	34,6	41,1	46,3	49,2
Homens	-	13,6	11,0	13,6	19,1	21,3	21,9
Mulheres	-	20,0	16,3	21,0	22,0	25,0	27,2
À procura de novo emprego	-	192,2	178,2	179,0	229,4	296,1	315,9
Homens	-	95,3	78,3	78,0	102,3	139,6	150,9
Mulheres	-	96,9	99,9	101,0	127,1	156,5	168,9
Tempo de Procura							
até 1 ano	-	132,5	115,6	124,9	167,1	211,7	194,8
mais de 1 ano	-	93,3	89,9	85,4	100,7	129,3	168,9
Taxa de desemprego							
até 24 anos	-	8,8	8,6	9,4	11,6	14,5	15,3
25-64anos	-	3,9	3,5	3,4	4,4	5,6	6,0
mais de 65 anos	-	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3
% ^(b)							
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	46,7	48,2	43,5	42,9	44,9	47,0	47,4
Mulheres	53,3	51,8	56,5	57,1	55,1	53,0	52,6
Jovem	30,0	27,3	28,3	29,8	28,7	26,1	24,4
Homens	13,3	12,2	11,5	12,9	13,6	12,2	12,0
Mulheres	16,7	15,1	16,8	17,0	15,1	13,9	12,5
Adulto	70,0	72,7	71,7	70,2	71,3	73,9	75,6
Homens	33,4	36,0	31,9	30,0	31,3	34,8	35,4
Mulheres	36,6	36,7	39,8	40,2	40,0	39,1	40,2
À procura de 1º emprego	17,2	14,9	13,3	16,2	15,2	13,5	13,5
Homens	7,0	6,0	5,4	6,4	7,1	6,2	6,0
Mulheres	10,2	8,9	7,9	9,8	8,1	7,3	7,5
À procura de novo emprego	82,8	85,1	86,7	83,8	84,8	86,5	86,5
Homens	39,7	42,2	38,1	36,5	37,8	40,8	41,3
Mulheres	43,1	42,9	48,6	47,3	47,0	45,7	46,3
Tempo de Procura							
até 1 ano	56,8	58,7	56,3	58,5	61,8	61,8	53,4
mais de 1 ano	43,2	41,3	43,7	40,0	37,2	37,8	46,3

(a) Séries compatíveis com os resultados definitivos do Recenseamento da População de 2001.

(b) A estrutura de 1996 e 1997 tem por base a amostra de 1992.

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego.

Portugal no Espaço Europeu

A2.26. SUBSÍDIO DE DESEMPREGO E SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Despesa (valor nominal) (1+2)		691,3	773,1	849,9	1078,7	1469,9	1609,3
Subsídio de Desemprego ^(a) (1)		482,3	565,6	622,7	799,0	1131,3	1320,7
Subsídio Social de Desemprego ^(a) (2)		209,0	207,5	227,2	279,7	338,6	288,6
Despesa (a preços do ano de 1995) ^(b)		623,9	678,1	714,0	874,7	1153,8	1233,6
Subsídio médio mensal (Euros):							
- de desemprego		455,0	484,4	505,3	545,3	568,0	524,0
- social de desemprego		247,1	279,2	283,4	302,8	323,4	323,4
Beneficiários subsidiados		319151	319636	328854	362165	471703	534829
Subsídio de Desemprego		162392	174238	187347	210451	302413	371636
Subsídio Social de Desemprego		156759	145398	141507	151714	169290	163193
Indicadores do subsídio de desemprego							
Subsídio de desemprego médio mensal/Retribuição Mínima Mensal	146,3	148,8	152,2	151,2	156,7	159,3	143,3
Subsídio social de desemprego médio mensal/Retribuição Mínima Mensal	78,6	80,8	87,7	84,8	87,0	90,7	88,5
Taxa de desemprego	5,5	4,4	3,9	4,0	5,0	6,3	6,7

(a) Não inclui indemnizações por salários em atraso.

(b) Deflacionado com o IPC total.

Fonte: DR, IGFSS, INE.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.27. CONTAS CONSOLIDADAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E DÍVIDA PÚBLICA

	Código SEC95	1999	2000	2001	2002	2003 E	2004 E
Contas Consolidadas das Administrações Públicas (a)		(10⁶ Euros)					
Receitas Correntes		44208,4	47387,8	49630,1	53640,9	55102,5	56245,3
Impostos s/ Produção e Importação	D2	15961,5	16490,3	17469,1	19222,6	20402,2	20344,5
Impostos correntes s/ Rendimento e Património	D5	10662,4	12015,5	12129,7	12573,8	12041,5	12394,8
Contribuições Sociais	D6.1	12328,3	13682,3	14737,5	15872,3	16749,7	17576,1
Contribuições Sociais Efectivas	D.611	11530,9	12635,7	13608,6	14613,0	15334,2	16124,7
Vendas	P.11+P.12+P.131	2898,9	3199,1	3155,4	3293,1	3532,1	3200,0
Outras Receitas Correntes	D39R+D4R+D7R	2357,3	2000,6	2138,4	2679,1	2377,0	2729,8
Despesas Correntes		42661,3	46515,1	50306,6	53970,5	56570,6	59367,7
Consumo Intermédio	P.2	4598,9	5211,4	5532,5	5623,2	4929,4	5447,9
Despesas com pessoal	D.1	15599,8	17328,8	18516,0	19906,6	19697,1	20432,0
Prestações Sociais	D62P+D6311P+ +D63121P+D63131P	14945,2	16500,3	18000,1	19770,3	22678,1	24169,5
Juros	EDP D.41	3463,7	3670,0	3881,7	3894,2	3807,6	3831,9
Subsídios	D.3	1963,5	1448,1	1695,8	2004,8	2110,3	2160,8
Outras Despesas Correntes	D29P+D45P+D5P+D7P	2090,2	2356,4	2680,5	2771,3	3348,0	3325,7
Saldo Corrente	B.8G	1547,1	872,8	-676,4	-329,6	-1468,1	-3122,4
(Em % do PIB)		1,4	0,7	-0,5	-0,2	-1,1	-2,2
Receitas de Capital	D.9R	1921,0	1657,0	2179,6	2338,4	3672,1	5119,7
Despesas de capital		6566,6	5996,9	6922,9	5770,5	6087,7	6225,9
Formação Bruta de Capital Fixo	P51	4627,4	4585,3	4992,0	4793,2	4588,8	4397,0
Outras	D9+P52+P53+K2	1939,3	1411,6	1930,9	977,3	1498,9	1828,8
Saldo Primário		365,2	202,9	-1538,1	132,5	-76,0	-396,7
(Em % do PIB)		0,3	0,2	-1,2	0,1	-0,1	-0,3
Saldo Global	EDP B.9	-3098,5	-3467,1	-5419,7	-3761,6	-3883,6	-4228,6
(Em % do PIB)		-2,7	-2,9	-4,2	-2,8	-2,9	-3,0
<i>Por Memória:</i>							
Despesa de consumo final	P3	21177,6	23540,5	25362,7	27058,3	27180,3	29478,5
Dívida Pública		(10⁶ Euros)					
Dívida directa do Estado (b)		62956,0	66176,0	72450,0	79475,0	83377,0	90739,0
Dívida em Euro		58323,0	62239,0	67533,0	76810,0	82208,0	90368,0
Dívida em não Euro		4633,0	3936,0	4917,0	2664,0	1169,0	371,0
Dívida bruta do SPA (a)		58657,1	61566,4	68465,9	75141,5	78321,0	83757,1
Em % do PIB		52,0	51,2	53,6	56,1	57,7	59,4
Estrutura (%)							
Dívida directa do Estado (b)		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dívida em Euro		92,6	94,1	93,2	96,6	98,6	99,6
Dívida em não Euro		7,4	5,9	6,8	3,4	1,4	0,4
Taxa de juro implícita na dívida directa do Estado		6,1	6,8	6,8	6,3	6,1	5,3

(a) Procedimento dos Défices Excessivos de Agosto de 2005.

(b) Óptica da Contabilidade Pública.

E- Estimativa.

Fonte: INE; MFAP; DPP.

Portugal no Espaço Europeu

A2.28. DESPESAS CORRENTES DA SEGURANÇA SOCIAL E RECEITAS, DESPESAS E UTENTES DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Despesas Correntes e Transferências Correntes da Segurança Social							
	(10 ⁶ Euros)						
Despesas Correntes	-	9611,3	10524,1	11570,2	12701,3	13874,8	14989,2
Subsídio por doença e maternidade	-	539,4	596,5	625,8	464,5	482,0	486,0
Subsídio de desemprego e apoios ao emprego	-	731,6	803,3	870,0	1090,4	1489,9	1662,5
Pensões (a)	-	6365,1	6985,7	7822,1	8432,6	9043,1	9802,8
(das quais: Pensão de sobrevivência)	-	943,1	1031,5	1142,7	1253,6	1344,5	1485,4
(das quais: Pensão de invalidez)	-	1142,6	1182,1	1319,5	1266,9	1290,6	1333,0
(das quais: Pensão de velhice)	-	4279,4	4772,1	5359,9	5912,1	6408,0	6984,5
Acção Social	-	725,0	842,8	973,4	1103,0	1152,8	1248,3
Rendimento mínimo garantido (b)	-	277,4	266,8	244,3	232,4	243,7	241,7
Outras	-	972,7	1028,9	1034,7	1378,5	1463,3	1547,9
Transferências correntes	-	419,0	468,9	509,0	1500,0	1342,7	1515,0
Total	-	10030,3	10992,9	12079,2	14201,4	15217,5	16504,2
Estrutura (%)							
Despesas Correntes	94,7	95,8	95,7	95,8	89,4	91,2	90,8
Subsídio por doença e maternidade	5,9	5,4	5,4	5,2	3,3	3,2	2,9
Subsídio de desemprego e apoios ao emprego	7,6	7,3	7,3	7,2	7,7	9,8	10,1
Pensões (a)	63,2	63,5	63,5	64,8	59,4	59,4	59,4
(das quais: Pensão de sobrevivência)	9,3	9,4	9,4	9,5	8,8	8,8	9,0
(das quais: Pensão de invalidez)	11,3	11,4	10,8	10,9	8,9	8,5	8,1
(das quais: Pensão de velhice)	42,6	42,7	43,4	44,4	41,6	42,1	42,3
Acção Social	6,8	7,2	7,7	8,1	7,8	7,6	7,6
Rendimento mínimo garantido (b)	1,7	2,8	2,4	2,0	1,6	1,6	1,5
Outras	9,6	9,7	9,4	8,6	9,7	9,6	9,4
Transferências correntes	5,3	4,2	4,3	4,2	10,6	8,8	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas, Despesas e Utentes da Caixa Geral de Aposentações							
	(10 ⁶ Euros)						
Fontes de Financiamento (total)	-	4084,5	4414,4	4797,5	5445,5	6499,6	8178,8
(das quais):							
Quotizações	-	1293,1	1413,4	1564,4	1671,2	1855,7	1918,3
Quotas	-	1110,8	1216,5	1346,1	1415,3	1445,6	1462,1
Comparticipação de Entidades	-	182,3	196,9	218,3	255,8	410,1	456,2
Dotação do Orçamento do Estado	-	1976,2	2206,4	2200,1	2557,3	2757,5	3320,6
Subsídio do Estado	-	1807,2	2019,7	2003,2	2355,3	2542,6	3106,6
Resp. Estado Pag. Pensões	-	169,0	186,7	196,9	202,0	214,8	214,0
Aplicações de Recursos (total)	-	4084,5	4414,4	4797,5	5445,5	6499,6	8178,8
(das quais):							
Pensões	-	3793,0	4164,7	4496,4	4948,4	5466,0	5987,0
Outras Prestações	-	28,3	28,4	29,4	40,1	36,1	39,6
Milhares							
Subscritores	-	709,2	747,4	771,3	778,8	778,4	737,4
Aposentados/Reformados	-	301,9	309,1	316,3	330,1	355,1	368,3
Pensionistas	-	115,6	117,3	119,9	121,2	121,8	123,4
%							
Subscritores/Aposentados, Reformados e Pensionistas	1,70	1,70	1,75	1,77	1,73	1,63	1,50
Quotizações/ Pensões e Outras Prestações (c)	33,7	33,8	33,7	34,6	33,5	33,7	31,8

(a) Compreende suplementos e complementos.

(b) A partir de 2002, Rendimento Social de Inserção (ex-RMG).

(c) Inclui prestações familiares e subsídio por morte.

Fonte: IGFSS; CGA.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.29. PRIVATIZAÇÕES

(10⁶ Euros)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Receita total	-	1553,0	3214,7	547,0	260,4	43,0	785,9
Em % do PIB	2,9	1,4	2,7	0,4	0,2	0,0	0,6
Receita do Estado	-	1370,2	2312,9	414,6	406,3	43,0	658,2
Em % do PIB	2,3	1,2	1,9	0,3	0,3	0,0	0,5
Amortização de Dívida	-	623,5	735,2	280,0	327,6	8,6	710,0
Em % do Stock da Dívida Pública	2,6	1,1	1,2	0,4	0,4	0,0	0,8
Em % das Receitas do Estado	60,5	45,5	31,8	67,5	80,6	20,0	107,9
Em % do PIB	1,4	0,6	0,6	0,2	0,2	0,0	0,5

Fonte: MFAP; INE.

Portugal no Espaço Europeu

A2.30. FLUXOS FINANCEIROS COM A UNIÃO EUROPEIA

(10⁶ Euros)

	1996-2000	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Transferências de Portugal para a UE	-	1242,5	1247,6	1226,3	1329,7	1256,0	1392,9
Contribuição financeira a título de IVA ^(a)	-	551,2	565,6	587,1	549,9	436,9	359,4
Recurso complementar PNB ^(b)	-	506,7	499,0	473,5	667,5	721,3	911,9
Recursos tradicionais	-	184,7	183,1	165,6	112,2	97,8	121,7
Transferências da UE para Portugal	-	4125,8	3156,8	2479,2	4023,7	4902,1	4325,4
FEOGA-garantia	-	653,3	652,8	873,0	753,6	849,5	823,2
Fundos estruturais	-	2756,9	2175,7	1097,2	2742,6	3616,0	3064,4
FEOGA-orientação	-	388,8	318,6	42,5	265,6	269,7	334,9
FEDER	-	1758,4	1348,5	872,7	1561,2	2581,6	1993,6
FSE	-	609,7	508,6	182,0	915,7	764,8	735,9
Fundo de Coesão	-	479,8	116,5	448,7	395,4	254,8	316,5
IFOP	-	24,8	77,5	0,1	22,8	47,4	37,9
Diversos ^(c)	-	211,0	134,2	60,2	109,3	134,4	83,5
Saldo	-	2883,4	1909,1	1252,9	2694,0	3646,1	2932,4
<i>Por memória:</i>							
Saldo em % do PIB	2,4	2,6	1,6	1,0	2,0	2,7	2,1
Fundos Estruturais em % do PIB	2,4	2,4	1,8	0,9	2,0	2,7	2,2
Transferências de âmbito estrutural em % do PIB	2,8	2,9	2,0	1,2	2,4	2,9	2,4

(a) Inclui a correcção concedida ao Reino Unido.

(b) Inclui outras contribuições.

(c) Inclui as restituições da contribuição financeira portuguesa.

(d) Inclui Fundos Estruturais, Fundo de Coesão e IFOP.

Fonte: MFAP.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.31. AGREGADOS MONETÁRIOS E DE CRÉDITO

Saldos em fim de período

(10⁶ euros)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Crédito às Administrações Públicas	21563	17083	12522	8764	8496	9082	8069	7923	8489
Crédito à Administração Central	20054	15339	10495	6456	6028	5906	4433	3988	4355
Crédito às Administrações Públicas excepto Administração Central	1508	1744	2027	2308	2469	3175	3635	3935	4133
Crédito interno (excepto Administrações Públicas)	67996	82168	102736	129577	160783	179401	191038	194228	202973
Particulares (incluindo emigrantes)	26933	33942	44591	56859	68921	76063	83363	84675	90539
Sociedades não financeiras	30727	37093	45539	56500	70667	80085	86352	90865	93262
Instituições financeiras não monetárias	10336	11132	12606	16217	21194	23253	21324	18688	19172
Outros intermediários financeiros e auxiliares financeiros	9202	10350	12089	15575	20450	22748	20857	18351	18787
Sociedades de seguros e fundos de pensões	1134	783	517	642	744	505	467	337	385
Passivos até 2 anos (a)	88103	93720	100051	110467	118140	123057	122271	126398	131381
<i>Por instrumento financeiro:</i>									
Emissão monetária (b)	4277	3817	4562	5620	5392	4451	7025	8197	10315
Responsabilidades à vista	24286	28690	33384	39685	42140	46588	45704	48440	49139
Acordos de recompra	1472	1743	1082	130	461	449	23	0	0
Outros depósitos e equiparados	57823	59420	60651	63492	67528	68542	67469	67168	69286
Títulos excepto capital	245	50	373	1540	2505	2862	1385	1534	1571
Unidades de participação de fundos no mercado monetário	115	166	665	1058	1069
<i>Por sector institucional:</i>									
Instituições financeiras não monetárias	4319	5655	6343	8358	8565	8901	8181	8650	9270
Administrações Públicas (excepto AC)	1370	1799	2229	1521	1735	2050	2476	2522	2774
Sector não financeiro excepto Administrações Públicas (c)	77892	82399	86544	93428	99829	104629	102538	104437	106381
Sector não especificado	4522	3867	4935	7160	8012	7478	9075	10789	12956
Moeda									
Euro	.	92394	98048	107472	113894	117718	119211	123889	128946
Outras moedas	.	1326	2003	2995	4246	5340	3060	2508	2435

(a) Face ao sector residente não monetário (excepto Administração Central - AC).

(b) Deduzida de numerário denominado em euros na posse de IFM residentes.

(c) Inclui emigrantes.

Fonte: BP.

Portugal no Espaço Europeu

A2.32. TAXAS DE JURO Valores em fim de período

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Taxas directoras de intervenção do BCE:</i>							
Facilidade de depósito	2,75	2,00	3,75	2,25	1,75	1,00	1,00
Refinanciamento	3,00	3,00	4,75	3,25	2,75	2,00	2,00
Facilidade de cedência	3,25	4,00	5,75	4,25	3,75	3,00	3,00
<i>Taxas do mercado monetário interbancário do Euro:</i>							
Overnight (EONIA)	-	3,75	5,16	3,91	3,44	2,32	2,21
EURIBOR							
1 Mês	-	3,17	4,86	3,33	2,90	2,10	2,13
3 Meses	-	3,34	4,86	3,29	2,87	2,12	2,16
6 Meses	-	3,52	4,83	3,26	2,80	2,17	2,22
12 Meses	-	3,88	4,75	3,34	2,75	2,31	2,36
<i>Taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública:</i>							
5 anos (valores médios)	3,38	4,79	4,82	4,33	3,63	3,59	2,93
10 anos (valores médios)	3,95	5,30	5,07	4,96	4,41	4,36	3,69

Fonte: BCE; BP.

Anexo 2 – Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho

A2.33. MERCADOS DE CAPITAIS

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Valores (10⁶ euros)							
Transacções efectuadas							
Mercado de Acções	46618	39070	67398	31393	21794	19713	28171
Mercado de Obrigações							
Transacções na Euronext Lisboa							
Bolsa (Obrigações)	6200	3522	2783	1626	1002	1268	654
Mercado Especial de Operações por Grosso (MEOG)	110324	154255	38993	71	64	9	-
MEDIP (1)	-	-	17763	106548	111163	132055	135760
EuroMTS (2)	-	680	6980	16968	33585	22875	20448
Direitos e Warrants (3)	-	181	209	797	852	1289	1267
Certificados (4)	-	-	-	-	111	24	50
Convertíveis (5)	-	-	-	-	0	58	83
Outros	200	151	165	117	49	31	15
Capitalização bolsista							
Acções	53612	67991	116017	96640	73239	91365	113264
Obrigações	42524	47461	52200	55034	65103	62380	53689
Warrants (3)	-	-	1713	3587	2549	1799	1628
Certificados (4)	-	-	-	-	294	381	414
Convertíveis (5)	-	-	-	-	0	714	675
Outros	596	926	885	731	586	481	366
Estrutura (%)							
Transacções efectuadas							
Mercado de Acções	28,5	19,7	50,2	19,9	12,9	11,1	15,1
Mercado de Obrigações							
Transacções na Euronext Lisboa							
Bolsa (Obrigações)	3,8	1,8	2,1	1,0	0,6	0,7	0,4
Mercado Especial de Operações por Grosso (MEOG)	67,5	78,0	29,0	0,0	0,0	0,0	-
MEDIP (1)	-	-	13,2	67,6	65,9	74,5	72,8
EuroMTS (2)	-	0,3	5,2	10,8	19,9	12,9	11,0
Direitos e Warrants (3)	-	0,1	0,2	0,5	0,5	0,7	0,7
Certificados (4)	-	-	-	-	0,1	0,0	0,0
Convertíveis (5)	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0
Outros	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Capitalização bolsista							
Acções	55,4	58,4	67,9	62,0	51,7	58,1	66,6
Obrigações	44,0	40,8	30,6	35,3	45,9	39,7	31,6
Warrants (3)	-	-	1,0	2,3	1,8	1,1	1,0
Certificados (4)	-	-	-	-	0,2	0,2	0,2
Convertíveis (5)	-	-	-	-	0,0	0,5	0,4
Outros	0,6	0,8	0,5	0,5	0,4	0,3	0,2

(1) Mercado especial de Dívida Pública; entrou em funcionamento a 24 de Julho de 2000.

(2) Mercado europeu de dívida; dívida pública portuguesa negociada desde Novembro de 1999.

(3) Registou-se a abertura do Mercado de Warrants Autónomos em Outubro de 2000.

(4) O segmento de Certificados foi criado em Junho de 2002.

(5) O segmento de Convertíveis foi criado em Janeiro de 2003.

Fonte: Euronext Lisboa, CMVM; BP.